

Justiça Eleitoral

Justiça

em números

2013



2013 Conselho Nacional de Justiça

Presidente	Ministro Joaquim Barbosa
Corregedor Nacional de Justiça	Ministro Francisco Falcão
Conselheiros	Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
	Ana Maria Duarte Amarante Brito
	Deborah Ciocci
	Emmanoel Campelo
	Fabiano Augusto Martins Silveira
	Flavio Portinho Sirangelo
	Gilberto Valente Martins
	Gisela Gondin Ramos
	Guilherme Calmon Nogueira da Gama
	Paulo Eduardo Pinheiro Teixeira
	Rubens Curado Silveira
	Saulo José Casali Bahia
Secretário-Geral Adjunto	Marivaldo Dantas de Araújo
Diretor-Geral	Sérgio José Américo Pedreira

Departamento de Pesquisas Judiciárias

Diretora Executiva	Janaina Lima Penalva da Silva
Diretora de Projetos	Fernanda Paixão Araújo Pinto
Diretora Técnica	Thamara Duarte Cunha Medeiros
Pesquisadores	Ganem Amiden
	Gustavo Sanches
	Santiago Varella
	Paula Ballesteros

Estatísticos	Gabriela Moreira
	Igor Stemler

Apoio à Pesquisa	Carlos Alberto de Araújo
	Daniel Veloso Ferreira
	Mariana Cardoso
	Meyse Reis Meira
	Monike Nunes de Abreu Souza
	Pâmela Tieme Barbosa Aoyama
	Pedro Amorim
	Raquel da Veiga Araújo de Meneses
	Ricardo Marques
	Thaís Nascimento

Estagiárias	Etienne Silva
	Rhayssa Maia

Organizadora	Fernanda Paixão Araújo Pinto
---------------------	------------------------------

Sumário

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.	5
1.1. Recursos Financeiros	5
1.1.1. G1 - Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral em Relação ao PIB Estadual no ano base	5
1.1.2. G2 - Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral em Relação à Despesa Pública	8
1.1.3a. DRH - Despesa com Recursos Humanos(R\$)	11
1.1.3b. G3 - Despesa com Recursos Humanos em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral	14
1.1.4. G4 - Despesa com Bens e Serviços e de Capital em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral	17
1.1.5. G5 - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Permanente em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral	20
1.1.6. G5a - Despesa com Pessoal Ativo e Encargos em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral	23
1.1.7. G5b - Despesa com Pessoal Inativo e Instituidores de Pensão em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral	26
1.1.8. G6 - Despesa com Custeio e Capital em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral	29
1.1.9. G7 - Despesa total do Tribunal Regional Eleitoral por habitante(R\$)	32
1.1.10. G8 - Despesas com Pleitos Eleitorais em relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral	35
1.1.11. G9 - Despesas com Pleitos Eleitorais por Eleitor(R\$)	38
1.1.12. G10 - Despesas com Serviço Extraordinário de Servidores em Relação à Despesa Total do Pleito Eleitoral	41
1.1.13. G11 - Despesas com Serviço Extraordinário de Terceirizados em Relação à Despesa Total do Pleito Eleitoral	44
1.1.14. Inf1 - Despesa com Tecnologia da Informação em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral	47
1.1.15. Mag - Total de Magistrados do Tribunal Regional Eleitoral	50
1.1.16. TS - Total de Servidores: Força de Trabalho do Tribunal Regional Eleitoral	53
1.1.17. FTT - Força de Trabalho Total de Servidores e Magistrados do Tribunal Regional Eleitoral	56
1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos	59
1.2.1. F1 - Cargos de Magistrado Existentes por 100.000 habitantes	59
1.2.2. F3 - Força de Trabalho do Tribunal Regional Eleitoral por 100.000 Habitantes	62
1.2.3. F4a - Servidores do Quadro Efetivo do Tribunal Regional Eleitoral por 100.000 Habitantes	65
1.2.4. F4b - Força de Trabalho Auxiliar do Tribunal Regional Eleitoral por 100.000 Habitantes.	68
1.2.5. F4c - Cargos Efetivos Existentes no Tribunal Regional Eleitoral por 100.000 Habitantes.	71
1.2.6. F4d - Cargos em Comissão e Funções Comissionadas Existentes em Relação aos Cargos Efetivos Existentes no Tribunal Regional Eleitoral.	74
1.2.7. F4e - Total de Pessoal Requisitado Extraordinariamente em Relação ao Total de Servidores do Tribunal Regional Eleitoral.	77
1.2.8. Inf2 - Número de Computadores por Usuário no Tribunal Regional Eleitoral.	80
1.2.9. UE - Número de eleitores por Urna no Tribunal Regional Eleitoral	83
1.2.10. Dm ² - Área útil em Relação à Área Total do Tribunal Regional Eleitoral (em Metros Quadrados).	86
1.2.11. Pm ² - Força de Trabalho Total em Relação à Área Útil do Tribunal Regional Eleitoral (em metros quadrados).	89
1.2.12. ProcML - Espaço Utilizado em Relação ao Espaço Disponível para Arquivamento de Processos Judiciais (em Metros Lineares) no Tribunal Regional Eleitoral.	92
1.2.13. UEMC - Espaço Utilizado em Relação ao Espaço Disponível para Armazenamento de Urnas Eletrônicas (em Metros Cúbicos) no Tribunal Regional Eleitoral.	95
1.2.14. Cn2º - Casos Novos no 2º Grau	98
1.2.15. Cp2º - Casos Pendentes no 2º Grau	101
1.2.16. T Baix2º - Total de Processos Baixados no 2º Grau	104
1.2.17. Dec2º - Total de Decisões que põem fim à relação processual no 2º Grau	107
1.2.18. Ch2º - Casos Novos por 100.000 habitantes no Tribunal Regional Eleitoral	110

1.2.19. Cm2º - Casos Novos por Magistrado no Tribunal Regional Eleitoral	113
1.2.20. Cs2º - Casos Novos por Servidor no Tribunal Regional Eleitoral	116
1.2.21. K2º - Carga de Trabalho dos Magistrados no Tribunal Regional Eleitoral	119
1.2.22. TC2º - Taxa de Congestionamento no Tribunal Regional Eleitoral	122
2. Litigiosidade	125
2.1. Litigiosidade de 2º Grau	125
2.1.1. DTM2º - Decisões Terminativas de Processo por Magistrado no Tribunal Regional Eleitoral	125
2.1.2. ProcEl2º - Índice de Processos Eletrônicos no Tribunal Regional Eleitoral	128
2.1.3. TbCn2º - Processos Baixados por Caso Novo no 2º grau	131
2.1.4. Rx2º - Recorribilidade Externa de 2º grau	134
2.1.5. Rin2º - Recorribilidade Interna no Tribunal Regional Eleitoral	137
2.2. Litigiosidade do 1º Grau	140
2.2.1. Cn1º - Casos Novos no 1º Grau	140
2.2.2. Cp1º - Casos Pendentes no 1º Grau	143
2.2.3. TBAix1º - Total de Processos Baixados no 1º Grau	146
2.2.4. Sent1º - Total de Sentenças no 1º Grau	149
2.2.5. Ch1º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 1º Grau	152
2.2.6. Cm1º - Casos Novos por magistrado no 1º Grau	155
2.2.7. Cs1º - Casos Novos por Servidor no Tribunal Regional Eleitoral no 1º Grau.	158
2.2.8. K1º - Carga de trabalho dos magistrados no 1º Grau	161
2.2.9. TC1º - Taxa de congestionamento no 1º Grau	164
2.2.10. SM1º - Sentenças por Magistrado no 1º Grau	167
2.2.11. ProcEl1º - Índice de Processos Eletrônicos no 1º Grau	170
2.2.12. TbCn1º - Processos Baixados por Caso Novo no 1º Grau	173
2.2.13. Rx1º - Recorribilidade Externa de 1º Grau	176
2.2.14. Rin1º - Recorribilidade Interna na Fase de Conhecimento do 1º Grau	179
2.2.15. Rd1º - Reforma de Decisão no 1º Grau	182
2.3. Litigiosidade Total	185
2.3.1. Ch - Casos Novos por 100.000 habitantes	185
2.3.2. Cm - Casos Novos por Magistrado	188
2.3.3. Cs - Casos Novos por Servidor	191
2.3.4. K - Carga de Trabalho dos Magistrados	194
2.3.5. TC - Taxa de Congestionamento	197
2.3.6. SM - Sentenças / Decisões Terminativas de Processo por Magistrado	200
2.3.7. ProcEl - Índice de Processos Eletrônicos	203
2.3.8. TbCn - Processos Baixados por Caso Novo	206

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

1.1.1. G1 - Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral em Relação ao PIB Estadual no ano base

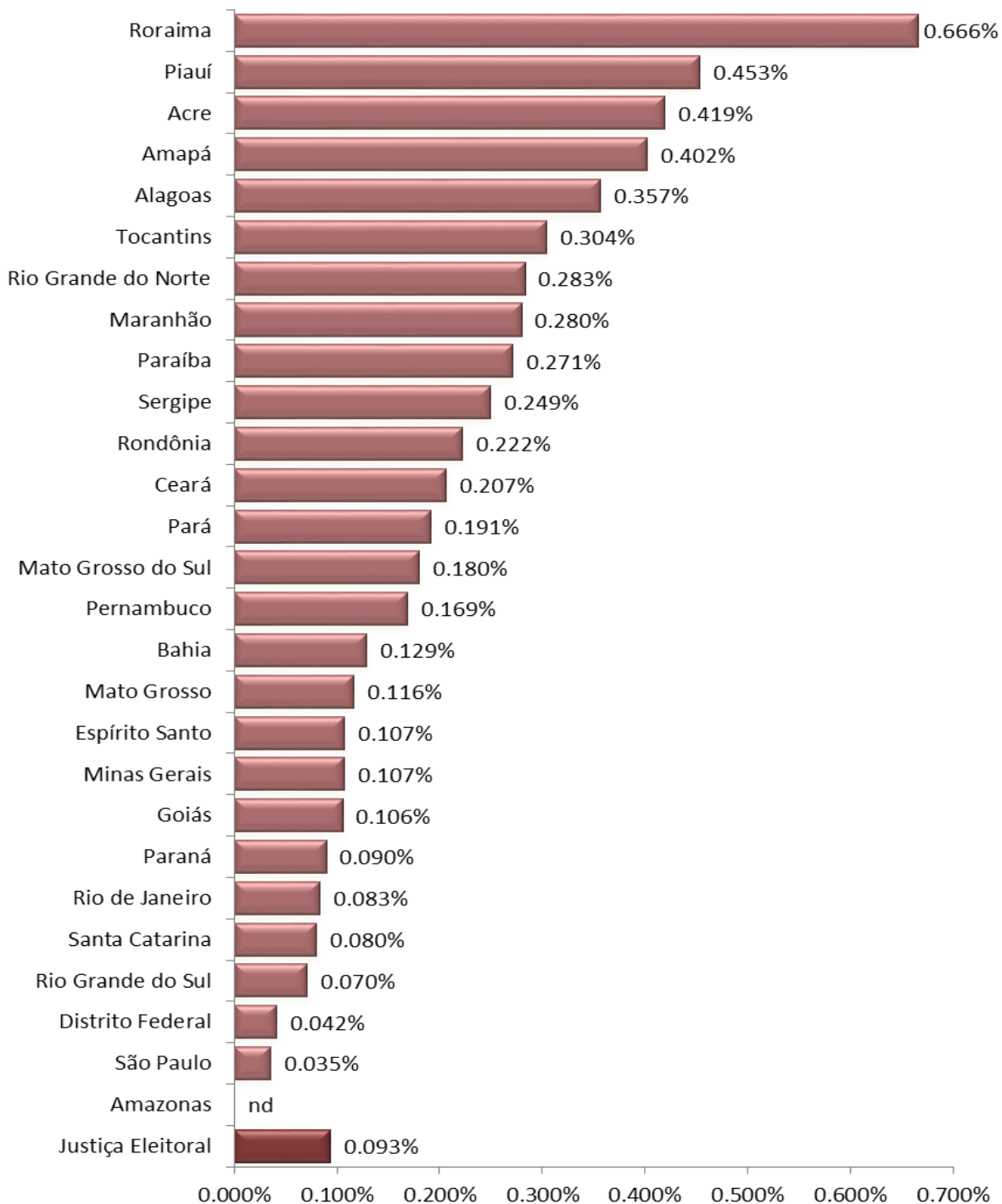
Tabela 1.1 G1 - Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral em Relação ao PIB Estadual no ano base

Tribunal Regional Eleitoral	Dpj - Despesa total do Tribunal Regional Eleitoral	PIB - Produto Interno Bruto	G1 - Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral em Relação ao PIB Estadual no ano base
Acre	42.044.572	10.038.593.055	0,419%
Alagoas	102.975.452	28.859.523.026	0,357%
Amazonas	nd	67.428.628.906	nd
Amapá	40.495.055	10.062.992.032	0,402%
Bahia	240.232.917	186.292.385.770	0,129%
Ceará	184.642.789	89.295.201.284	0,207%
Distrito Federal	74.559.418	178.698.783.012	0,042%
Espírito Santo	97.251.667	90.734.785.517	0,107%
Goiás	122.920.215	116.356.191.775	0,106%
Maranhão	151.517.665	54.164.804.890	0,280%
Minas Gerais	418.028.753	390.123.963.180	0,107%
Mato Grosso do Sul	89.067.007	49.426.337.517	0,180%
Mato Grosso	90.506.621	77.866.112.629	0,116%
Pará	151.957.797	79.371.455.890	0,191%
Paraíba	105.677.652	39.030.232.188	0,271%
Pernambuco	180.156.150	106.588.595.554	0,169%
Piauí	117.223.506	25.866.489.824	0,453%
Paraná	231.472.824	258.210.019.378	0,090%
Rio de Janeiro	400.870.884	480.940.802.901	0,083%
Rio Grande do Norte	107.390.403	37.924.489.514	0,283%
Rondônia	61.125.708	27.502.154.734	0,222%
Roraima	50.613.952	7.601.877.056	0,666%
Rio Grande do Sul	206.810.469	293.371.466.052	0,070%
Santa Catarina	141.006.605	176.414.191.252	0,080%
Sergipe	67.024.065	26.864.644.187	0,249%
São Paulo	517.416.723	1.473.698.952.355	0,035%
Tocantins	60.166.512	19.803.326.522	0,304%
Justiça Eleitoral	4.053.155.381	4.402.537.000.000	0,093%

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.1 G1 - Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral em Relação ao PIB Estadual no ano base



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

G1 - Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral em Relação ao PIB Estadual no ano base

Finalidade: Medir quanto a despesa total do Tribunal Regional Eleitoral representa em relação ao PIB Estadual produzido no ano-base.

Fórmula: $G1 = Dpj / PIB$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Dpj - Despesa total do Tribunal Regional Eleitoral: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional Eleitoral, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.
- PIB - Produto Interno Bruto: Representa a soma, em valores monetários, de todos os bens e serviços finais produzidos na região sob jurisdição do Tribunal e suas unidades judiciárias durante um período determinado (Fonte: IBGE).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

1.1.2. G2 - Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral em Relação à Despesa Pública

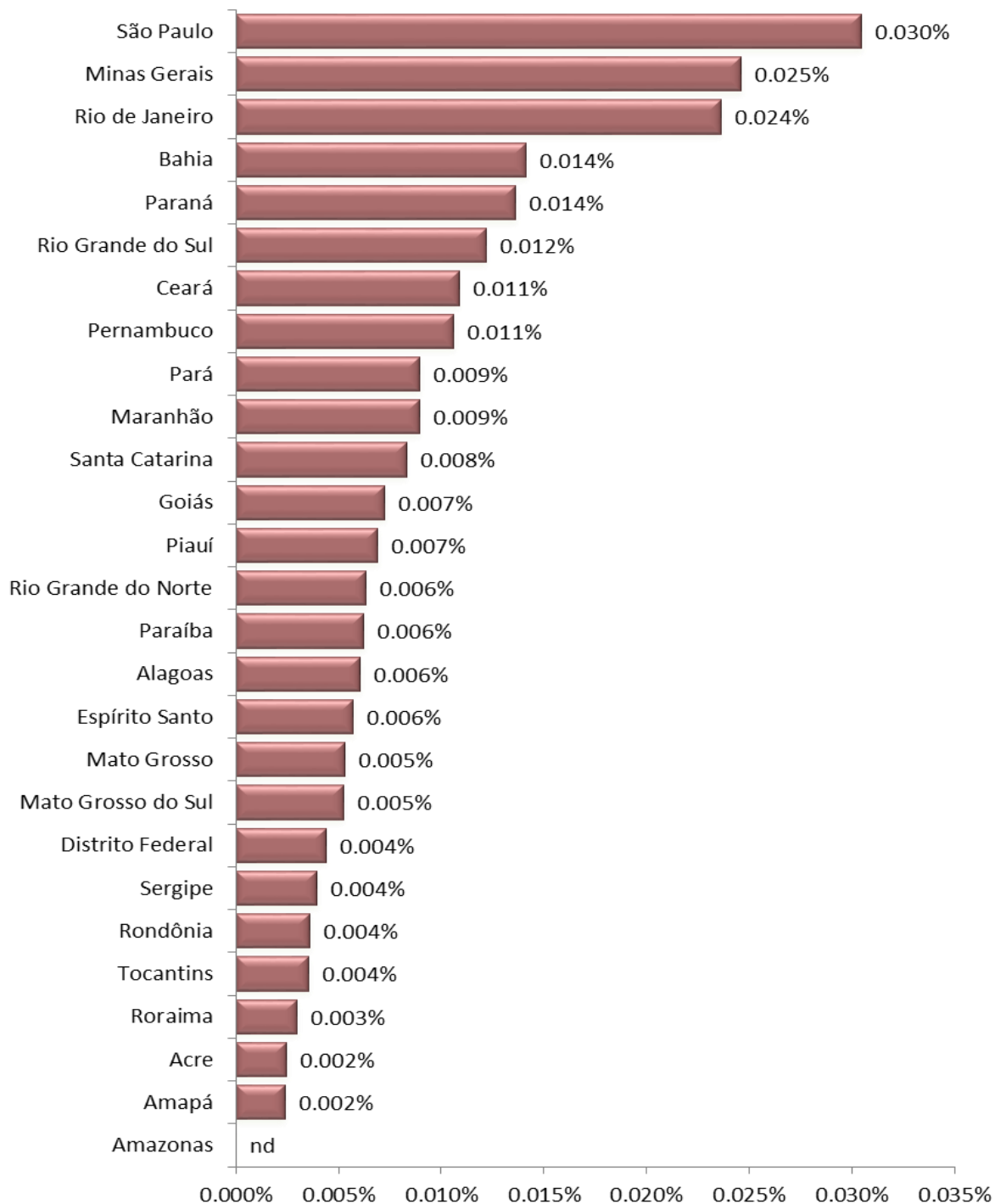
Tabela 1.2 G2 - Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral em Relação à Despesa Pública

Tribunal Regional Eleitoral	Dpj - Despesa total do Tribunal Regional Eleitoral	GT - Gastos Totais	G2 - Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral em Relação à Despesa Pública
Acre	42.044.572	1.697.398.750.256	0,002%
Alagoas	102.975.452	1.697.398.750.256	0,006%
Amazonas	nd	1.697.398.750.256	nd
Amapá	40.495.055	1.697.398.750.256	0,002%
Bahia	240.232.917	1.697.398.750.256	0,014%
Ceará	184.642.789	1.697.398.750.256	0,011%
Distrito Federal	74.559.418	1.697.398.750.256	0,004%
Espírito Santo	97.251.667	1.697.398.750.256	0,006%
Goiás	122.920.215	1.697.398.750.256	0,007%
Maranhão	151.517.665	1.697.398.750.256	0,009%
Minas Gerais	418.028.753	1.697.398.750.256	0,025%
Mato Grosso do Sul	89.067.007	1.697.398.750.256	0,005%
Mato Grosso	90.506.621	1.697.398.750.256	0,005%
Pará	151.957.797	1.697.398.750.256	0,009%
Paraíba	105.677.652	1.697.398.750.256	0,006%
Pernambuco	180.156.150	1.697.398.750.256	0,011%
Piauí	117.223.506	1.697.398.750.256	0,007%
Paraná	231.472.824	1.697.398.750.256	0,014%
Rio de Janeiro	400.870.884	1.697.398.750.256	0,024%
Rio Grande do Norte	107.390.403	1.697.398.750.256	0,006%
Rondônia	61.125.708	1.697.398.750.256	0,004%
Roraima	50.613.952	1.697.398.750.256	0,003%
Rio Grande do Sul	206.810.469	1.697.398.750.256	0,012%
Santa Catarina	141.006.605	1.697.398.750.256	0,008%
Sergipe	67.024.065	1.697.398.750.256	0,004%
São Paulo	517.416.723	1.697.398.750.256	0,030%
Tocantins	60.166.512	1.697.398.750.256	0,004%
Justiça Eleitoral	4.053.155.381	1.697.398.750.256	0,239%

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.2 G2 - Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral em Relação à Despesa Pública



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

G2 - Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral em Relação à Despesa Pública

Finalidade: Medir quanto a despesa total do Tribunal Regional Eleitoral representa em relação à despesa pública total da União no ano-base.

Fórmula: $G2 = Dpj / GT$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Dpj - Despesa total do Tribunal Regional Eleitoral: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional Eleitoral, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.
- GT - Gastos Totais: O total da Despesa Pública da União (Fonte: STN).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

1.1.3a. DRH - Despesa com Recursos Humanos(R\$)

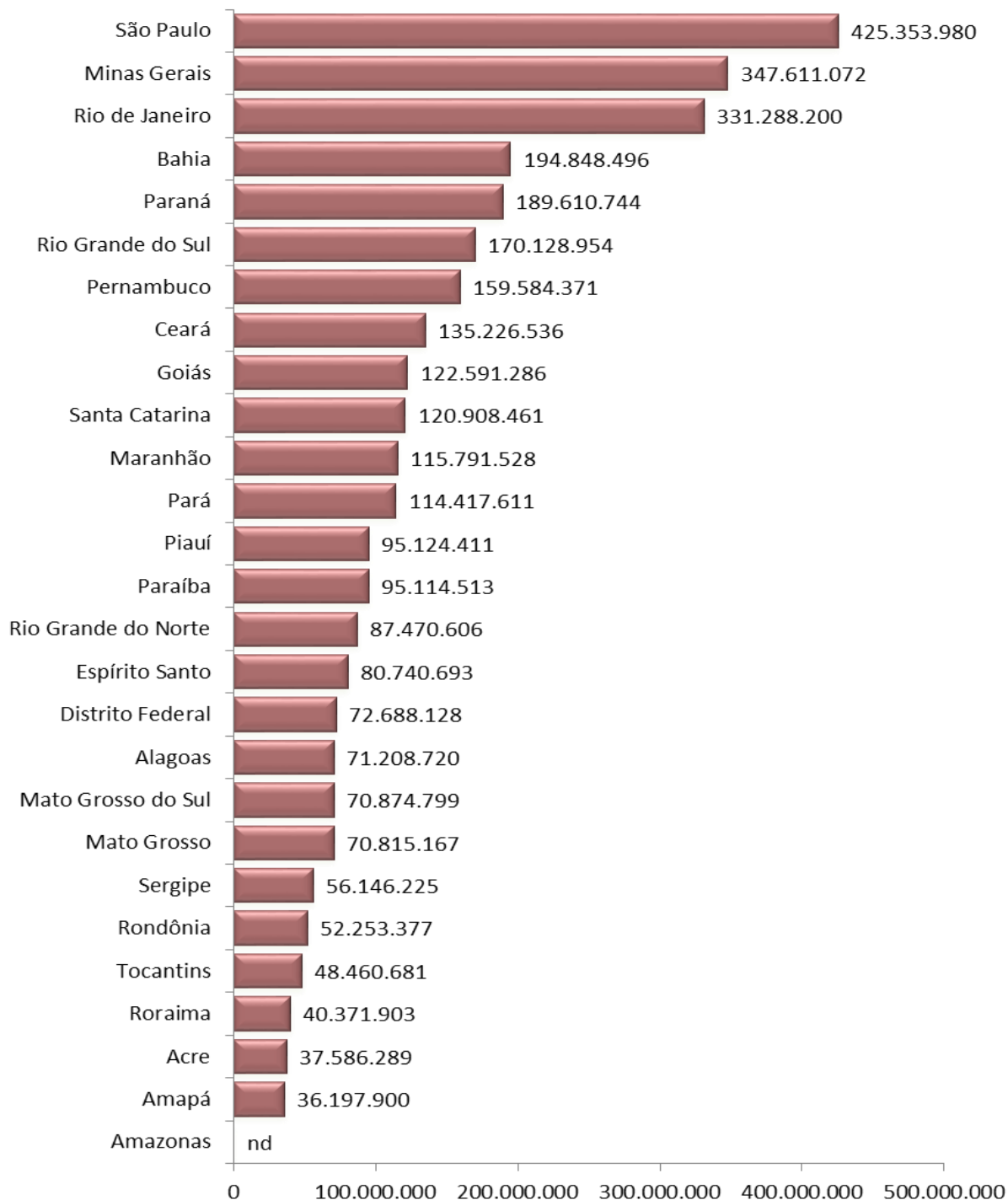
Tabela 1.3 DRH - Despesa com Recursos Humanos(R\$)

Tribunal Regional Eleitoral	DRem - Despesas com Remuneração, Proventos e Pensão	DBen - Despesas com Benefícios	DEnc - Despesas com Encargos	DTer+DEst - Despesas com Terceirizados e Estagiários	Dip - Outras Despesas Indenizatórias e Indiretas com Recursos Humanos
Acre	28.970.917	2.446.241	4.159.819	817.504	1.191.808
Alagoas	56.007.599	4.564.986	7.374.662	1.918.811	1.342.661
Amazonas	nd	nd	nd	nd	nd
Amapá	26.635.438	2.355.583	2.876.750	3.568.187	761.942
Bahia	158.937.734	10.680.496	12.415.698	10.706.014	2.108.553
Ceará	107.926.234	9.681.213	13.305.560	3.158.097	1.155.431
Distrito Federal	52.774.066	6.566.871	5.454.297	7.386.123	506.771
Espírito Santo	64.660.074	4.522.051	7.804.677	3.452.422	301.469
Goiás	96.280.284	8.459.458	11.169.072	5.608.168	1.074.305
Maranhão	93.009.751	7.040.512	11.107.928	3.472.301	1.161.036
Minas Gerais	277.082.822	25.022.169	36.259.259	7.373.556	1.873.267
Mato Grosso do Sul	55.289.643	4.064.554	6.482.137	2.994.484	2.043.981
Mato Grosso	53.460.983	5.215.623	6.910.705	3.450.925	1.776.931
Pará	86.473.002	8.012.662	9.915.931	4.369.475	5.646.541
Paraíba	72.395.361	6.351.745	9.343.796	3.109.699	3.913.913
Pernambuco	124.612.563	12.231.847	15.848.497	5.090.736	1.800.728
Piauí	72.819.702	6.650.208	9.558.138	4.256.438	1.839.925
Paraná	145.527.034	11.043.732	17.500.465	12.293.918	3.245.595
Rio de Janeiro	272.104.679	18.543.652	26.391.640	13.123.156	1.125.073
Rio Grande do Norte	68.438.014	6.096.909	8.255.476	3.864.199	816.007
Rondônia	38.396.373	3.598.191	5.025.764	3.498.597	1.734.452
Roraima	34.074.700	2.074.777	3.959.368	47.913	215.146
Rio Grande do Sul	137.610.563	11.403.388	17.347.681	2.713.668	1.053.654
Santa Catarina	95.090.545	7.189.704	10.911.492	6.767.924	948.795
Sergipe	43.637.966	3.761.977	5.605.463	2.639.692	501.128
São Paulo	343.947.933	29.033.779	40.587.009	10.387.428	1.397.831
Tocantins	35.506.896	3.784.788	4.921.848	3.456.319	790.830
Justiça Eleitoral	2.641.670.873	220.397.119	310.493.132	129.525.753	40.327.775

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.3 DRH - Despesa com Recursos Humanos(R\$)



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

DRH - Despesa com Recursos Humanos(R\$)

Fórmula: $DRH = DRem + DBen + DEnc + DTer + DEst + Dip$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **DRem - Despesas com Remuneração, Proventos e Pensão:** As despesas efetivamente realizadas com remuneração, proventos e pensão, independentemente da nomenclatura adotada (subsídio, vencimentos, gratificações, vantagens pessoais; adicionais; abonos, parcelas incorporadas, férias), tanto para magistrados e servidores ativos quanto para inativos e instituidores de pensão, como também para servidores que não integram o quadro efetivo (cedidos, requisitados e ocupantes apenas de cargo em comissão), pagas à conta dos recursos consignados ao TRE no orçamento geral da União no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.
- **DBen - Despesas com Benefícios:** As despesas efetivamente realizadas com benefícios, independentemente da nomenclatura adotada (auxílio-funeral, auxílio reclusão, auxílio-natalidade, auxílio-creche, auxílio pré-escolar, auxílio-invalidez, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, assistência médica e odontológica), tanto para magistrados e servidores ativos quanto para inativos e instituidores de pensão, como também para servidores que não integram o quadro efetivo (cedidos, requisitados e ocupantes apenas de cargo em comissão), pagas à conta dos recursos consignados ao TRE no orçamento da União no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.
- **DEnc - Despesas com Encargos:** As despesas efetivamente realizadas com encargos incidentes sobre a folha de pessoal, referentes a magistrados e servidores ativos, inclusive os servidores que não integram o quadro efetivo (cedidos, requisitados e ocupantes apenas de cargo em comissão), pagas à conta dos recursos consignados ao TRE no orçamento geral da União no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.
- **DTer+DEst - Despesas com Terceirizados e Estagiários:** As despesas efetivamente realizadas com terceirizados (prestadores de serviços não-eventuais, locação de mão de obra e autônomos, que não substituem mão de obra do Quadro de Pessoal) e estagiários, incluída, no caso de autônomos, a contribuição patronal pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento do Estado, no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores e os contratos de prestação de serviço que envolvam mão de obra eventual (obras, reformas, etc.).
- **Dip - Outras Despesas Indenizatórias e Indiretas com Recursos Humanos:** As despesas efetivamente realizadas com indenizações (ajuda de custo, diárias, transporte, auxílio moradia, licença-prêmio convertida em pecúnia) e as indiretas relacionadas a recursos humanos (passagens e locomoção, gastos com cursos de treinamento e de capacitação), tanto para magistrados e servidores ativos quanto para servidores que não integram o quadro efetivo (cedidos, requisitados e ocupantes apenas de cargo em comissão), pagas à conta dos recursos consignados ao TRE no orçamento geral da União, no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

1.1.3b. G3 - Despesa com Recursos Humanos em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral

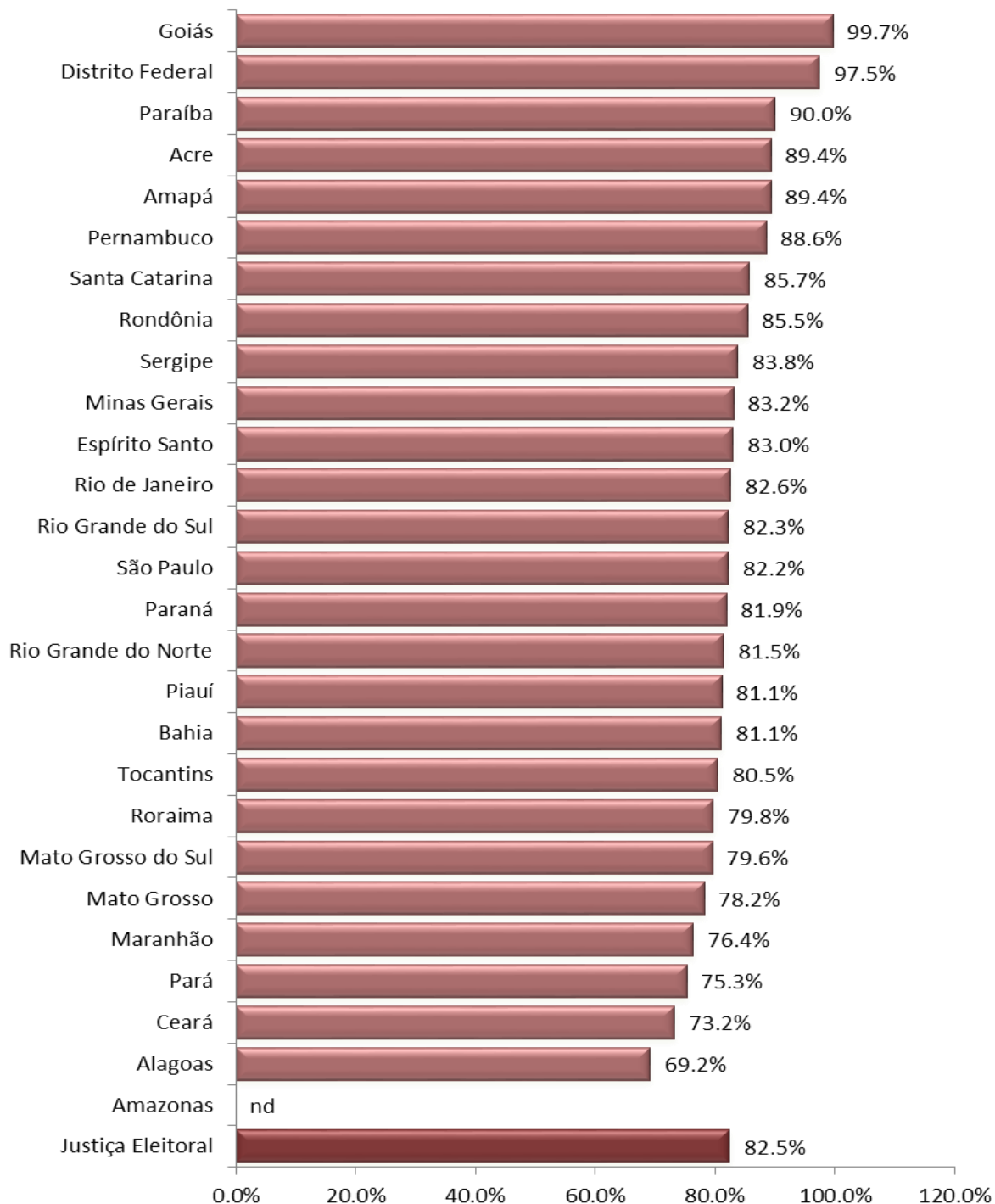
Tabela 1.4 G3 - Despesa com Recursos Humanos em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral

Tribunal Regional Eleitoral	DRH - Despesa com Recursos Humanos(R\$)	Dpj - Despesa total do Tribunal Regional Eleitoral	G3 - Despesa com Recursos Humanos em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral
Acre	37.586.289	42.044.572	89,4%
Alagoas	71.208.720	102.975.452	69,2%
Amazonas	nd	nd	nd
Amapá	36.197.900	40.495.055	89,4%
Bahia	194.848.496	240.232.917	81,1%
Ceará	135.226.536	184.642.789	73,2%
Distrito Federal	72.688.128	74.559.418	97,5%
Espírito Santo	80.740.693	97.251.667	83,0%
Goiás	122.591.286	122.920.215	99,7%
Maranhão	115.791.528	151.517.665	76,4%
Minas Gerais	347.611.072	418.028.753	83,2%
Mato Grosso do Sul	70.874.799	89.067.007	79,6%
Mato Grosso	70.815.167	90.506.621	78,2%
Pará	114.417.611	151.957.797	75,3%
Paraíba	95.114.513	105.677.652	90,0%
Pernambuco	159.584.371	180.156.150	88,6%
Piauí	95.124.411	117.223.506	81,1%
Paraná	189.610.744	231.472.824	81,9%
Rio de Janeiro	331.288.200	400.870.884	82,6%
Rio Grande do Norte	87.470.606	107.390.403	81,5%
Rondônia	52.253.377	61.125.708	85,5%
Roraima	40.371.903	50.613.952	79,8%
Rio Grande do Sul	170.128.954	206.810.469	82,3%
Santa Catarina	120.908.461	141.006.605	85,7%
Sergipe	56.146.225	67.024.065	83,8%
São Paulo	425.353.980	517.416.723	82,2%
Tocantins	48.460.681	60.166.512	80,5%
Justiça Eleitoral	3.342.414.652	4.053.155.381	82,5%

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.4 G3 - Despesa com Recursos Humanos em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

G3 - Despesa com Recursos Humanos em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral

Finalidade: Medir quanto a despesa com recursos humanos representa em relação à despesa total do Tribunal Regional Eleitoral no ano-base.

Fórmula: $G3 = DRH / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

· DRH - Despesas com Recursos Humanos: As despesas com recursos humanos efetivamente realizadas, independentemente da nomenclatura adotada (remuneração, ajuda de custo, diárias, passagens e locomoções, auxílio moradia, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, auxílio pré-escolar, auxílio-funeral, auxílio-natalidade, serviço extraordinário, assistência médica e odontológica, encargos, gastos com cursos de treinamento e de capacitação, e outros benefícios assistenciais), tanto para magistrados e servidores ativos quanto para inativos e instituidores de pensão, como também para servidores que não integram o quadro efetivo (cedidos, requisitados e ocupantes apenas de cargo em comissão), estagiários e terceirizados (prestadores de serviços não-eventuais, locação de mão de obra e autônomos, que não substituem mão de obra do Quadro de Pessoal), pagas à conta dos recursos consignados ao TRE no orçamento geral da União no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores e os contratos de prestação de serviços que envolvam mão de obra eventual (obras, reformas etc.).

· Dpj - Despesa total do Tribunal Regional Eleitoral: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional Eleitoral, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

1.1.4. G4 - Despesa com Bens e Serviços e de Capital em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral

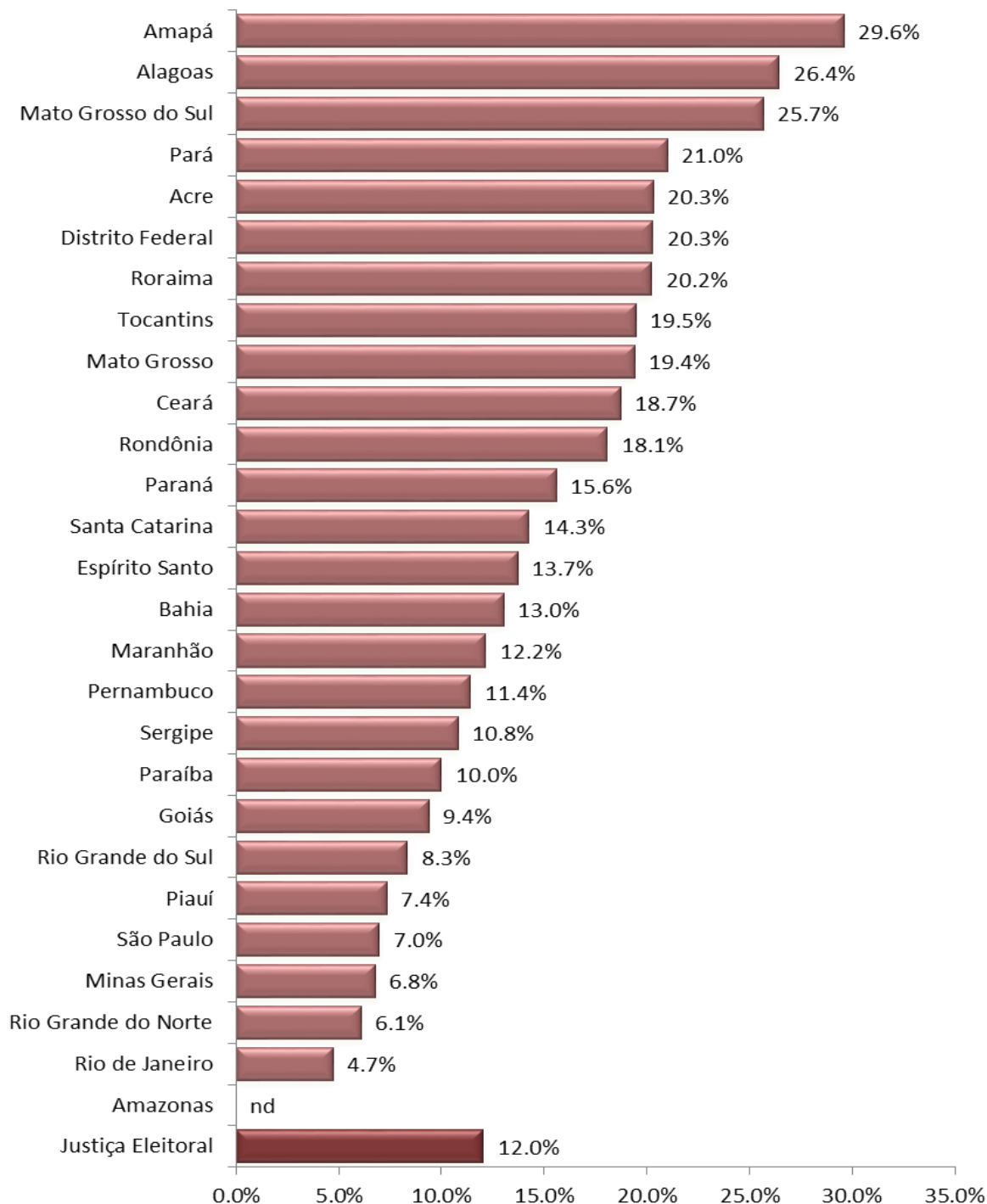
Tabela 1.5 G4 - Despesa com Bens e Serviços e de Capital em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral

Tribunal Regional Eleitoral	DBS - Despesa com Bens e Serviços e de Capital no TRE	Dpj - Despesa total do Tribunal Regional Eleitoral	G4 - Despesa com Bens e Serviços e de Capital em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral
Acre	8.544.271	42.044.572	20,3%
Alagoas	27.216.207	102.975.452	26,4%
Amazonas	nd	nd	nd
Amapá	11.987.229	40.495.055	29,6%
Bahia	31.289.137	240.232.917	13,0%
Ceará	34.587.476	184.642.789	18,7%
Distrito Federal	15.131.412	74.559.418	20,3%
Espírito Santo	13.335.031	97.251.667	13,7%
Goiás	11.539.129	122.920.215	9,4%
Maranhão	18.413.038	151.517.665	12,2%
Minas Gerais	28.375.808	418.028.753	6,8%
Mato Grosso do Sul	22.861.751	89.067.007	25,7%
Mato Grosso	17.562.173	90.506.621	19,4%
Pará	31.896.012	151.957.797	21,0%
Paraíba	10.563.138	105.677.652	10,0%
Pernambuco	20.571.778	180.156.150	11,4%
Piauí	8.617.731	117.223.506	7,4%
Paraná	36.068.811	231.472.824	15,6%
Rio de Janeiro	18.960.299	400.870.884	4,7%
Rio Grande do Norte	6.562.676	107.390.403	6,1%
Rondônia	11.046.059	61.125.708	18,1%
Roraima	10.242.049	50.613.952	20,2%
Rio Grande do Sul	17.244.174	206.810.469	8,3%
Santa Catarina	20.096.903	141.006.605	14,3%
Sergipe	7.240.620	67.024.065	10,8%
São Paulo	36.065.867	517.416.723	7,0%
Tocantins	11.705.831	60.166.512	19,5%
Justiça Eleitoral	487.724.609	4.053.155.381	12,0%

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.5 G4 - Despesa com Bens e Serviços e de Capital em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

G4 - Despesa com Bens e Serviços e de Capital em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral

Finalidade: Medir quanto a despesa realizada com bens e serviços e de capital representa em relação à despesa total do Tribunal Regional Eleitoral no ano-base.

Fórmula: $G4 = DBS / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DBS - Despesa com Bens e Serviços e de Capital no TRE: As despesas com bens e serviços e de capital, incluídas as inscritas em “restos a pagar”, realizadas à conta dos recursos consignados ao tribunal no orçamento geral da União no ano-base. Excluem-se as despesas de exercícios anteriores e as despesas que, embora relacionadas a bens e serviços e de capital, já foram consideradas no conceito de despesas com recursos humanos - DRH (contratos de terceirização de mão de obra e de estagiários, passagens e locomoção e gastos com cursos de treinamento e de capacitação).
- Dpj - Despesa total do Tribunal Regional Eleitoral: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional Eleitoral, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

1.1.5. G5 - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Permanente em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral

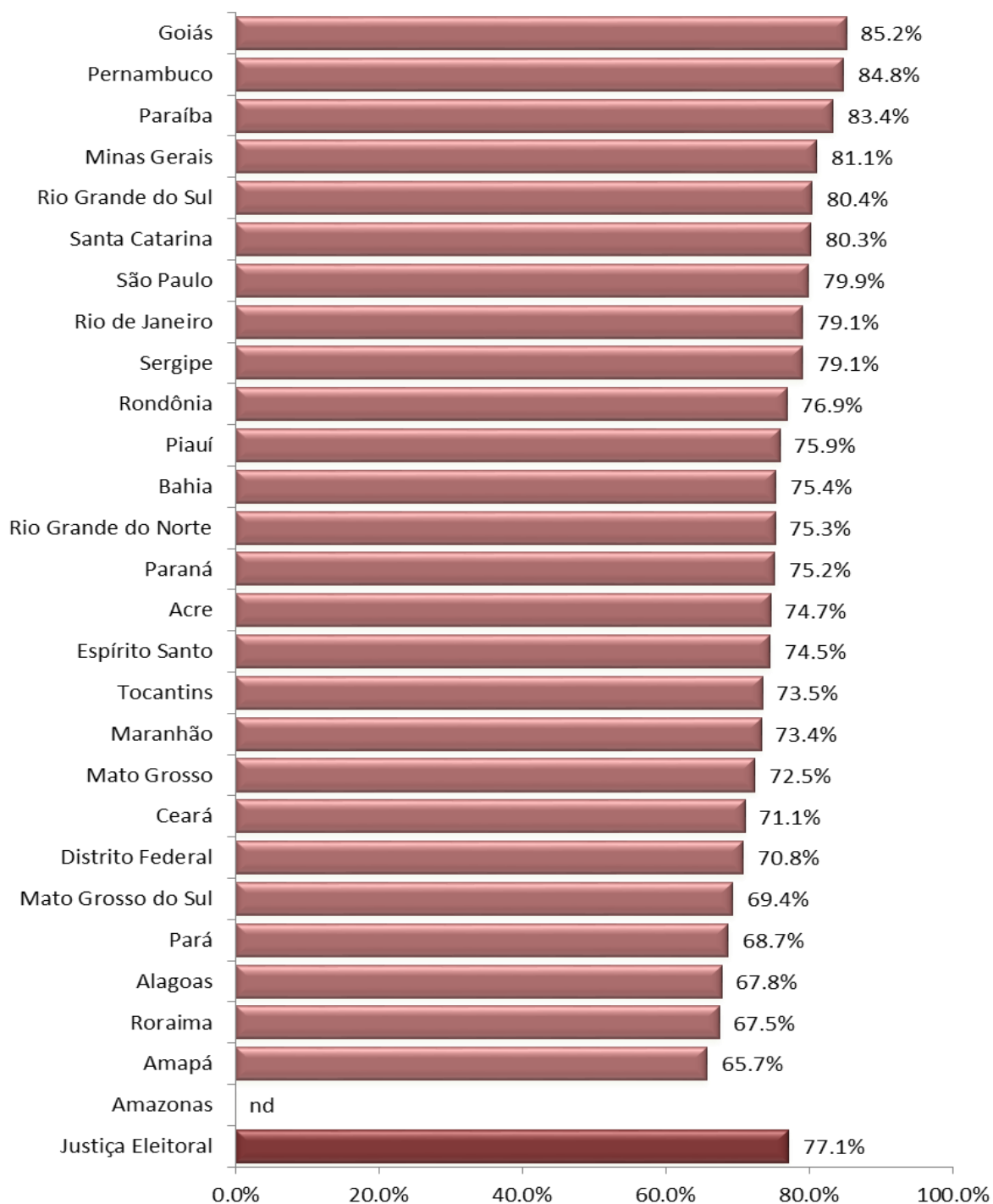
Tabela 1.6 G5 - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Permanente em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral

Tribunal Regional Eleitoral	DPE - Despesa com Pessoal e Encargos	Dpj - Despesa total do Tribunal Regional Eleitoral	G5 - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Permanente em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral
Acre	31.386.434	42.044.572	74,7%
Alagoas	69.812.941	102.975.452	67,8%
Amazonas	nd	nd	nd
Amapá	26.616.979	40.495.055	65,7%
Bahia	181.139.973	240.232.917	75,4%
Ceará	131.244.408	184.642.789	71,1%
Distrito Federal	52.791.661	74.559.418	70,8%
Espírito Santo	72.464.751	97.251.667	74,5%
Goiás	104.698.614	122.920.215	85,2%
Maranhão	111.158.191	151.517.665	73,4%
Minas Gerais	338.969.053	418.028.753	81,1%
Mato Grosso do Sul	61.771.780	89.067.007	69,4%
Mato Grosso	65.587.310	90.506.621	72,5%
Pará	104.411.869	151.957.797	68,7%
Paraíba	88.090.902	105.677.652	83,4%
Pernambuco	152.692.907	180.156.150	84,8%
Piauí	89.028.048	117.223.506	75,9%
Paraná	174.071.231	231.472.824	75,2%
Rio de Janeiro	317.039.972	400.870.884	79,1%
Rio Grande do Norte	80.874.456	107.390.403	75,3%
Rondônia	47.020.329	61.125.708	76,9%
Roraima	34.163.408	50.613.952	67,5%
Rio Grande do Sul	166.231.610	206.810.469	80,4%
Santa Catarina	113.191.742	141.006.605	80,3%
Sergipe	53.005.405	67.024.065	79,1%
São Paulo	413.568.721	517.416.723	79,9%
Tocantins	44.213.533	60.166.512	73,5%
Justiça Eleitoral	3.125.246.225	4.053.155.381	77,1%

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.6 G5 - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Permanente em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

G5 - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Permanente em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral

Finalidade: Medir quanto a despesa realizada com pessoal do Quadro Permanente e encargos representa em relação à despesa total do Tribunal Regional Eleitoral no ano-base.

Fórmula: $G5 = DPE / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DPE - Despesa com Pessoal e Encargos: As despesas efetivamente realizadas, inclusive as empenhadas inscritas em “restos a pagar”, com todos os servidores e magistrados do quadro permanente, ativos e inativos, com os instituidores de pensão e os servidores requisitados, além dos benefícios sociais (auxílio-funeral, auxílio-reclusão, auxílio-natalidade, auxílio-creche, auxílio pré-escolar, auxílio-invalidéz, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, assistência médica e odontológica) e dos encargos, excluídas as despesas de exercícios anteriores, pagas à conta dos recursos consignados ao TRE no orçamento geral da União no ano-base.
- Dpj - Despesa total do Tribunal Regional Eleitoral: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional Eleitoral, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

1.1.6. G5a - Despesa com Pessoal Ativo e Encargos em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral

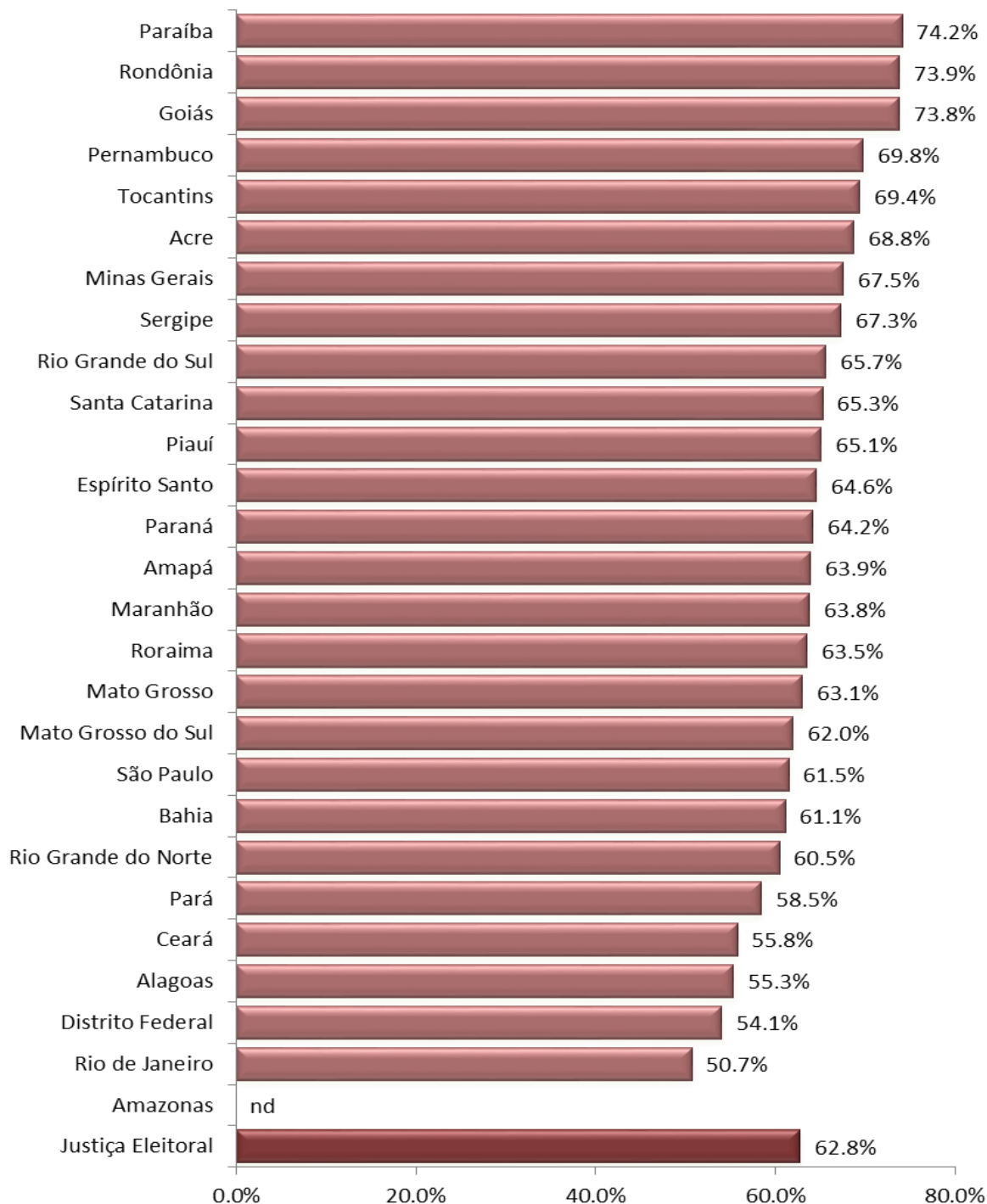
Tabela 1.7 G5a - Despesa com Pessoal Ativo e Encargos em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral

Tribunal Regional Eleitoral	DPEA - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Ativo	Dpj - Despesa total do Tribunal Regional Eleitoral	G5a - Despesa com Pessoal Ativo e Encargos em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral
Acre	28.918.192	42.044.572	68,8%
Alagoas	56.988.054	102.975.452	55,3%
Amazonas	nd	nd	nd
Amapá	25.881.949	40.495.055	63,9%
Bahia	146.860.332	240.232.917	61,1%
Ceará	103.011.799	184.642.789	55,8%
Distrito Federal	40.305.089	74.559.418	54,1%
Espírito Santo	62.797.796	97.251.667	64,6%
Goiás	90.748.367	122.920.215	73,8%
Maranhão	96.627.704	151.517.665	63,8%
Minas Gerais	282.377.237	418.028.753	67,5%
Mato Grosso do Sul	55.241.651	89.067.007	62,0%
Mato Grosso	57.075.419	90.506.621	63,1%
Pará	88.892.551	151.957.797	58,5%
Paraíba	78.379.084	105.677.652	74,2%
Pernambuco	125.785.240	180.156.150	69,8%
Piauí	76.330.841	117.223.506	65,1%
Paraná	148.671.358	231.472.824	64,2%
Rio de Janeiro	203.394.219	400.870.884	50,7%
Rio Grande do Norte	64.951.504	107.390.403	60,5%
Rondônia	45.144.638	61.125.708	73,9%
Roraima	32.159.810	50.613.952	63,5%
Rio Grande do Sul	135.799.293	206.810.469	65,7%
Santa Catarina	92.106.347	141.006.605	65,3%
Sergipe	45.119.517	67.024.065	67,3%
São Paulo	318.279.493	517.416.723	61,5%
Tocantins	41.780.158	60.166.512	69,4%
Justiça Eleitoral	2.543.627.643	4.053.155.381	62,8%

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.7 G5a - Despesa com Pessoal Ativo e Encargos em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

G5a - Despesa com Pessoal Ativo e Encargos em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral

Finalidade: Medir quanto a despesa realizada com pessoal ativo e encargos representa em relação à despesa total do Tribunal Regional Eleitoral no ano-base.

Fórmula: $G5a = DPEA / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DPEA - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Ativo: As despesas efetivamente realizadas, inclusive as empenhadas inscritas em “restos a pagar”, com servidores e magistrados ativos do quadro permanente, incluídos os servidores requisitados, além dos benefícios sociais (auxílio-funeral, auxílio-reclusão, auxílio-natalidade, auxílio-creche, auxílio pré-escolar, auxílio-invalidéz, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, assistência médica e odontológica) e dos encargos, excluídas as despesas de exercícios anteriores, pagas à conta dos recursos consignados ao TRE no orçamento geral da União no ano-base.
- Dpj - Despesa total do Tribunal Regional Eleitoral: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional Eleitoral, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

1.1.7. G5b - Despesa com Pessoal Inativo e Instituidores de Pensão em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral

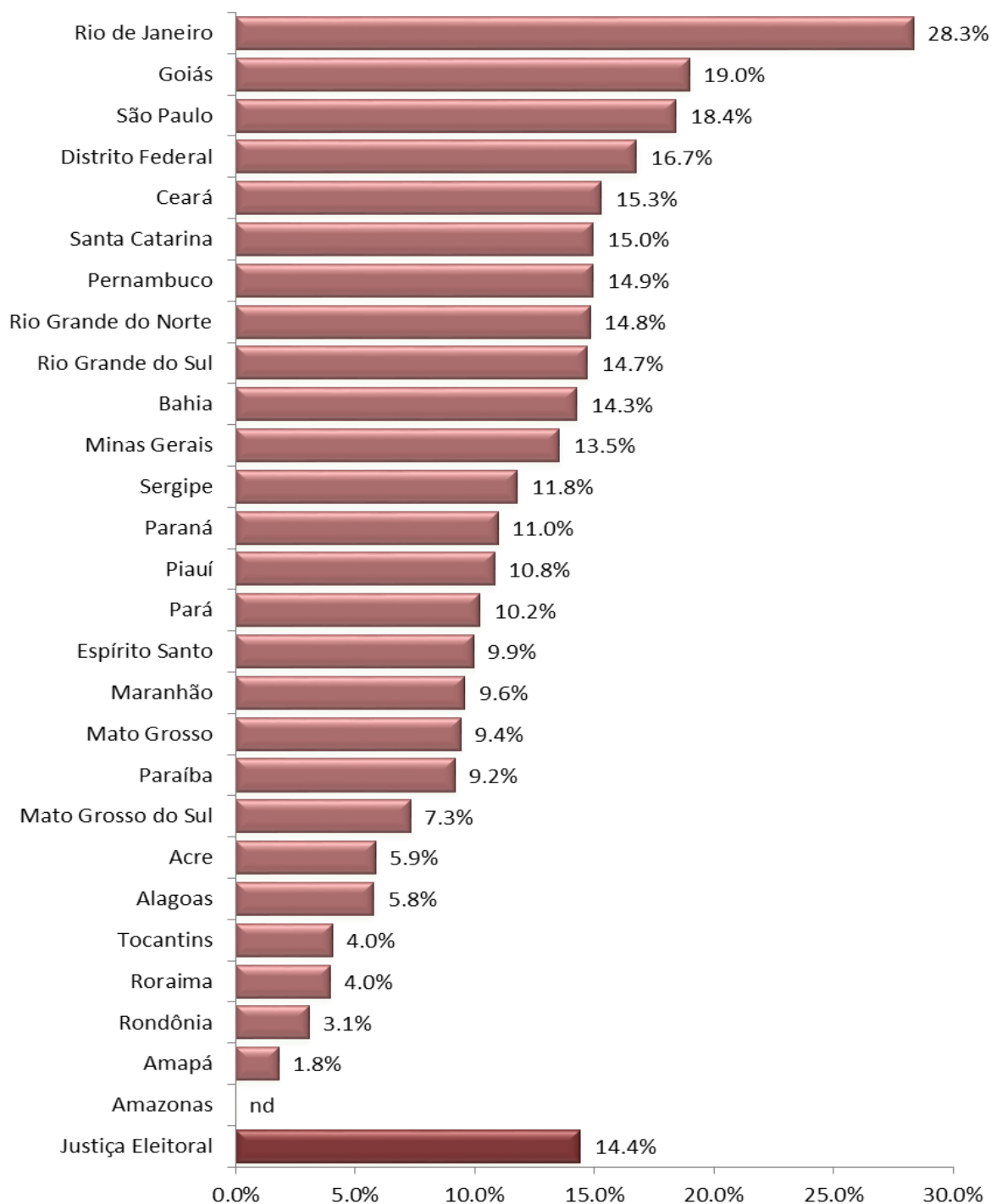
Tabela 1.8 G5b - Despesa com Pessoal Inativo e Instituidores de Pensão em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral

Tribunal Regional Eleitoral	DPeI - Despesa com Pessoal do Quadro Inativo	Dpj - Despesa total do Tribunal Regional Eleitoral	G5b - Despesa com Pessoal Inativo e Instituidores de Pensão em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral
Acre	2.468.243	42.044.572	5,9%
Alagoas	5.959.868	102.975.452	5,8%
Amazonas	nd	nd	nd
Amapá	735.029	40.495.055	1,8%
Bahia	34.279.641	240.232.917	14,3%
Ceará	28.232.609	184.642.789	15,3%
Distrito Federal	12.486.572	74.559.418	16,7%
Espírito Santo	9.666.955	97.251.667	9,9%
Goiás	23.314.132	122.920.215	19,0%
Maranhão	14.530.487	151.517.665	9,6%
Minas Gerais	56.591.815	418.028.753	13,5%
Mato Grosso do Sul	6.530.129	89.067.007	7,3%
Mato Grosso	8.511.891	90.506.621	9,4%
Pará	15.519.317	151.957.797	10,2%
Paraíba	9.711.818	105.677.652	9,2%
Pernambuco	26.907.667	180.156.150	14,9%
Piauí	12.697.207	117.223.506	10,8%
Paraná	25.399.873	231.472.824	11,0%
Rio de Janeiro	113.645.753	400.870.884	28,3%
Rio Grande do Norte	15.922.951	107.390.403	14,8%
Rondônia	1.875.691	61.125.708	3,1%
Roraima	2.003.598	50.613.952	4,0%
Rio Grande do Sul	30.432.317	206.810.469	14,7%
Santa Catarina	21.085.395	141.006.605	15,0%
Sergipe	7.885.888	67.024.065	11,8%
São Paulo	95.289.228	517.416.723	18,4%
Tocantins	2.433.374	60.166.512	4,0%
Justiça Eleitoral	584.117.448	4.053.155.381	14,4%

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.8 G5b - Despesa com Pessoal Inativo e Instituidores de Pensão em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

G5b - Despesa com Pessoal Inativo e Instituidores de Pensão em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral

Finalidade: Medir quanto a despesa realizada com pessoal inativo e instituidores de pensão representa em relação à despesa total do Tribunal Regional Eleitoral no ano-base.

Fórmula: $G5b = DPel / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DPel - Despesa com Pessoal do Quadro Inativo: As despesas efetivamente realizadas, inclusive as empenhadas inscritas em “restos a pagar”, com servidores e magistrados inativos, e com instituidores de pensão, além dos benefícios sociais (assistência médica e odontológica, plano de saúde, auxílio-saúde, auxílio-natalidade, auxílio-funeral e auxílio-creche). Excluem-se as despesas de exercícios anteriores, pagas à conta dos recursos consignados ao TRE no orçamento geral da União no ano-base.
- Dpj - Despesa total do Tribunal Regional Eleitoral: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional Eleitoral, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

1.1.8. G6 - Despesa com Custeio e Capital em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral

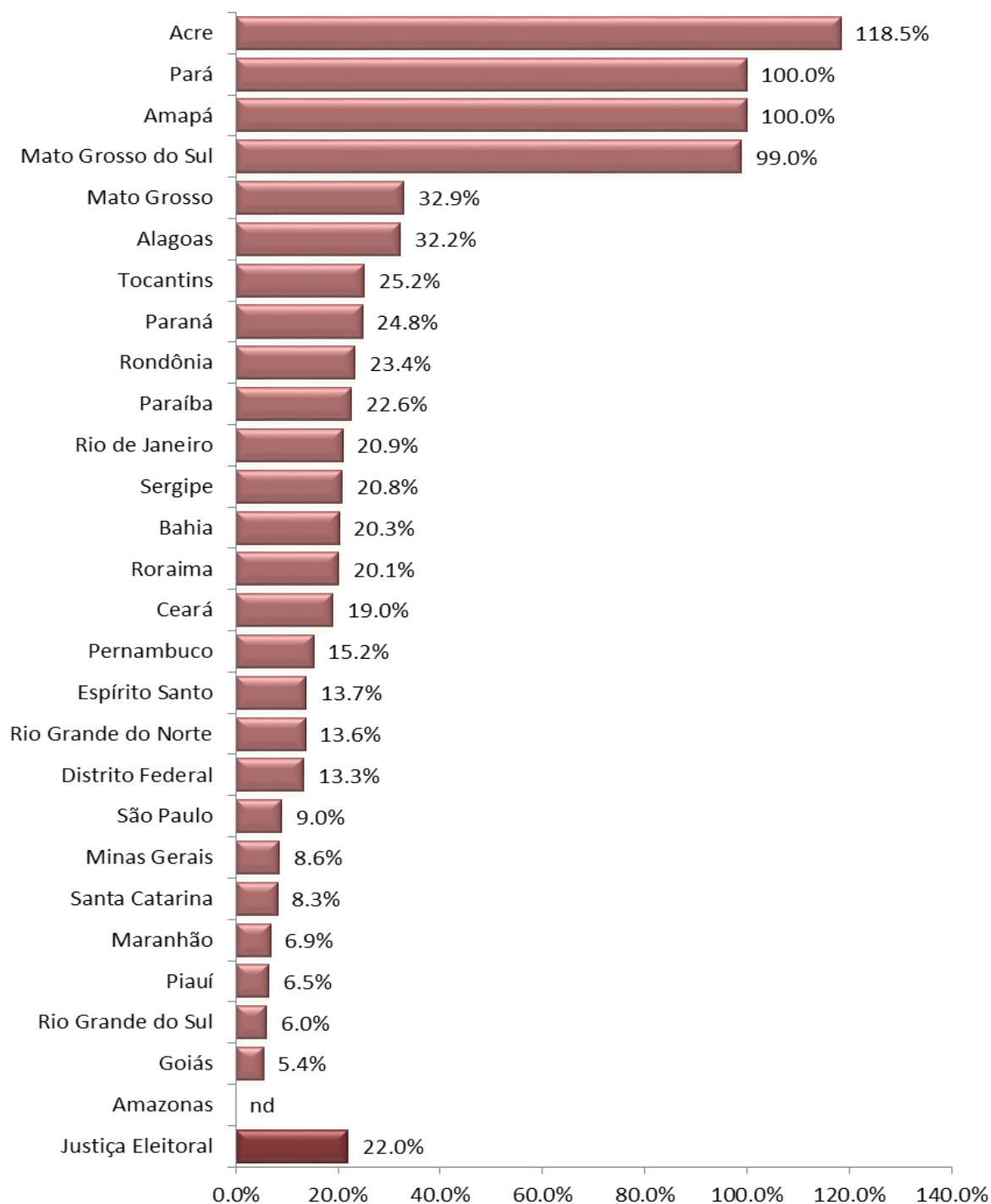
Tabela 1.9 G6 - Despesa com Custeio e Capital em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral

Tribunal Regional Eleitoral	Dpj - Despesa total do Tribunal Regional Eleitoral	DCt - Despesa com Custeio	Dk - Despesa com Capital	G6 - Despesa com Custeio e Capital em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral
Acre	42.044.572	45.741.401	4.067.046	118,5%
Alagoas	102.975.452	14.892.914	18.269.597	32,2%
Amazonas	nd	nd	nd	nd
Amapá	40.495.055	39.428.000	1.067.055	100,0%
Bahia	240.232.917	41.016.100	7.678.743	20,3%
Ceará	184.642.789	11.321.148	23.804.223	19,0%
Distrito Federal	74.559.418	7.518.123	2.404.404	13,3%
Espírito Santo	97.251.667	10.178.551	3.156.480	13,7%
Goiás	122.920.215	3.325.800	3.325.800	5,4%
Maranhão	151.517.665	3.705.604	6.673.925	6,9%
Minas Gerais	418.028.753	31.015.366	4.733.999	8,6%
Mato Grosso do Sul	89.067.007	85.523.945	2.624.426	99,0%
Mato Grosso	90.506.621	29.356.150	386.373	32,9%
Pará	151.957.797	143.181.654	8.776.142	100,0%
Paraíba	105.677.652	21.501.703	2.366.586	22,6%
Pernambuco	180.156.150	19.698.443	7.764.799	15,2%
Piauí	117.223.506	4.423.846	3.224.679	6,5%
Paraná	231.472.824	40.754.679	16.646.915	24,8%
Rio de Janeiro	400.870.884	30.708.002	53.103.098	20,9%
Rio Grande do Norte	107.390.403	9.361.774	5.250.995	13,6%
Rondônia	61.125.708	10.630.224	3.660.625	23,4%
Roraima	50.613.952	8.226.100	1.925.635	20,1%
Rio Grande do Sul	206.810.469	3.384.279	9.042.205	6,0%
Santa Catarina	141.006.605	7.722.817	3.919.027	8,3%
Sergipe	67.024.065	10.699.060	3.236.975	20,8%
São Paulo	517.416.723	42.728.384	3.724.910	9,0%
Tocantins	60.166.512	9.360.457	5.801.692	25,2%
Justiça Eleitoral	4.053.155.381	685.404.524	206.636.353	22,0%

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.9 G6 - Despesa com Custeio e Capital em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

G6 - Despesa com Custeio e Capital em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral

Finalidade: Medir quanto a despesa realizada com custeio e capital, incluindo as relativas a pessoal e encargos dos servidores que não integram o quadro permanente, representa em relação à despesa total do Tribunal Regional Eleitoral no ano-base.

Fórmula: $G6 = DCCa / Dpj$ $DCCa = DCt + Dk$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Dpj - Despesa total do Tribunal Regional Eleitoral: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional Eleitoral, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.
- DCt - Despesa com Custeio: As despesas com custeio, abrangendo as despesas com remuneração, benefícios e encargos referentes a estagiários, terceirizados (prestadores de serviços não-eventuais, locação de mão de obra e autônomos, que não substituem mão de obra do Quadro de Pessoal) e a contratos de prestação de serviço que envolvam mão de obra eventual (obras, reformas, etc.), pagas à conta dos recursos consignados ao TRE no orçamento geral da União no ano-base, incluídas as empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.
- Dk - Despesa com Capital: As despesas com capital pagas à conta dos recursos consignados ao TRE no orçamento geral da União no ano-base, incluídas as empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

1.1.9. G7 - Despesa total do Tribunal Regional Eleitoral por habitante(R\$)

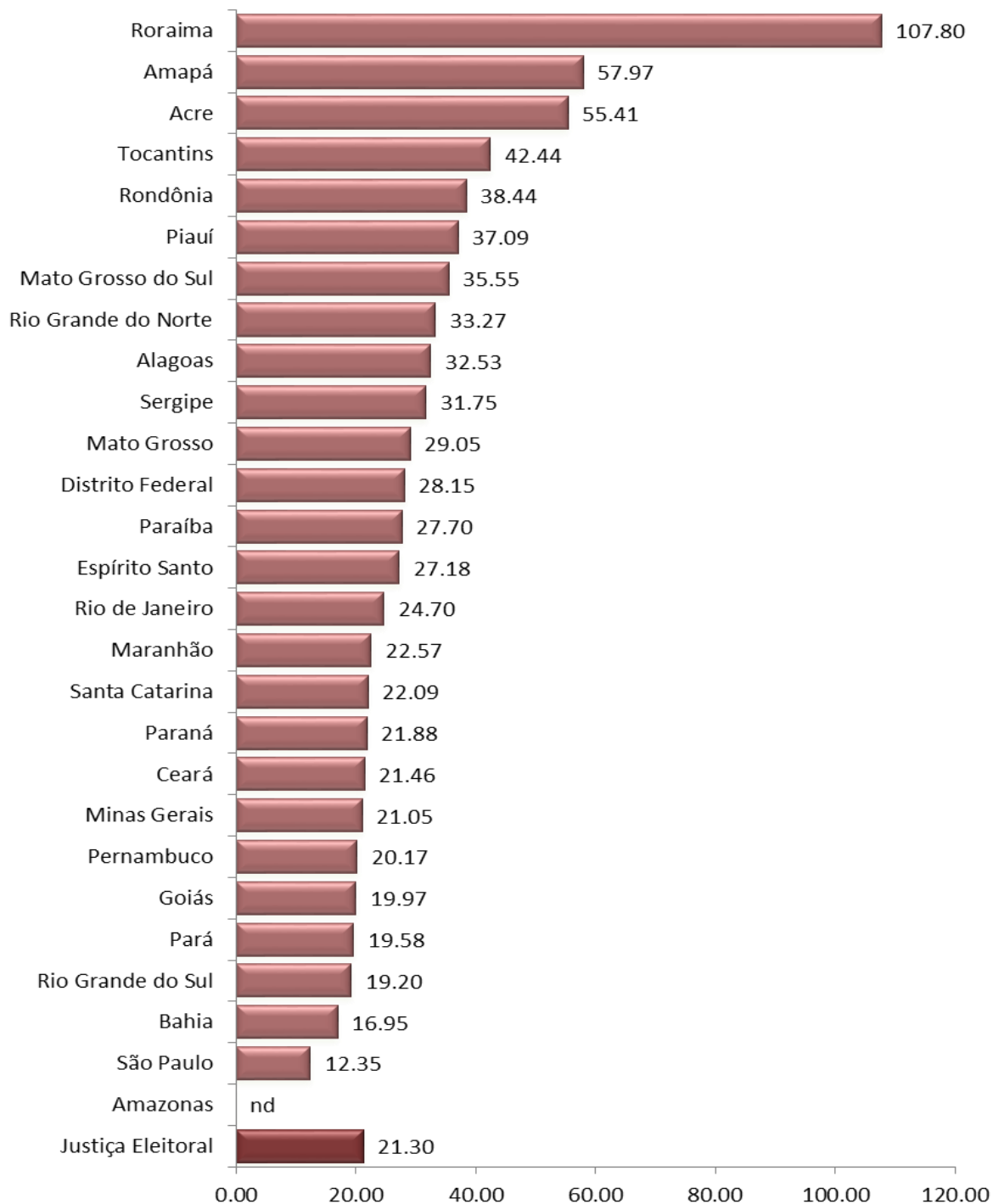
Tabela 1.10 G7 - Despesa total do Tribunal Regional Eleitoral por habitante(R\$)

Tribunal Regional Eleitoral	Dpj - Despesa total do Tribunal Regional Eleitoral	h1 - Número de Habitantes	G7 - Despesa total do Tribunal Regional Eleitoral por habitante(R\$)
Acre	42.044.572	758.786	55,41
Alagoas	102.975.452	3.165.472	32,53
Amazonas	nd	3.590.985	nd
Amapá	40.495.055	698.602	57,97
Bahia	240.232.917	14.175.341	16,95
Ceará	184.642.789	8.606.005	21,46
Distrito Federal	74.559.418	2.648.532	28,15
Espírito Santo	97.251.667	3.578.067	27,18
Goiás	122.920.215	6.154.996	19,97
Maranhão	151.517.665	6.714.314	22,57
Minas Gerais	418.028.753	19.855.332	21,05
Mato Grosso do Sul	89.067.007	2.505.088	35,55
Mato Grosso	90.506.621	3.115.336	29,05
Pará	151.957.797	7.762.758	19,58
Paraíba	105.677.652	3.815.171	27,70
Pernambuco	180.156.150	8.931.028	20,17
Piauí	117.223.506	3.160.748	37,09
Paraná	231.472.824	10.577.755	21,88
Rio de Janeiro	400.870.884	16.231.365	24,70
Rio Grande do Norte	107.390.403	3.228.198	33,27
Rondônia	61.125.708	1.590.011	38,44
Roraima	50.613.952	469.524	107,80
Rio Grande do Sul	206.810.469	10.770.603	19,20
Santa Catarina	141.006.605	6.383.286	22,09
Sergipe	67.024.065	2.110.867	31,75
São Paulo	517.416.723	41.901.219	12,35
Tocantins	60.166.512	1.417.694	42,44
Justiça Eleitoral	4.053.155.381	193.917.083	21,30

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.10 G7 - Despesa total do Tribunal Regional Eleitoral por habitante(R\$)



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

G7 - Despesa total do Tribunal Regional Eleitoral por habitante(R\$)

Finalidade: Medir quanto a despesa total do Tribunal Regional Eleitoral representa em relação à população do estado no ano-base.

Fórmula: $G7 = Dpj / h1$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Dpj - Despesa total do Tribunal Regional Eleitoral: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional Eleitoral, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.
- h1 - Número de Habitantes: Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Fonte: IBGE).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

1.1.10. G8 - Despesas com Pleitos Eleitorais em relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral

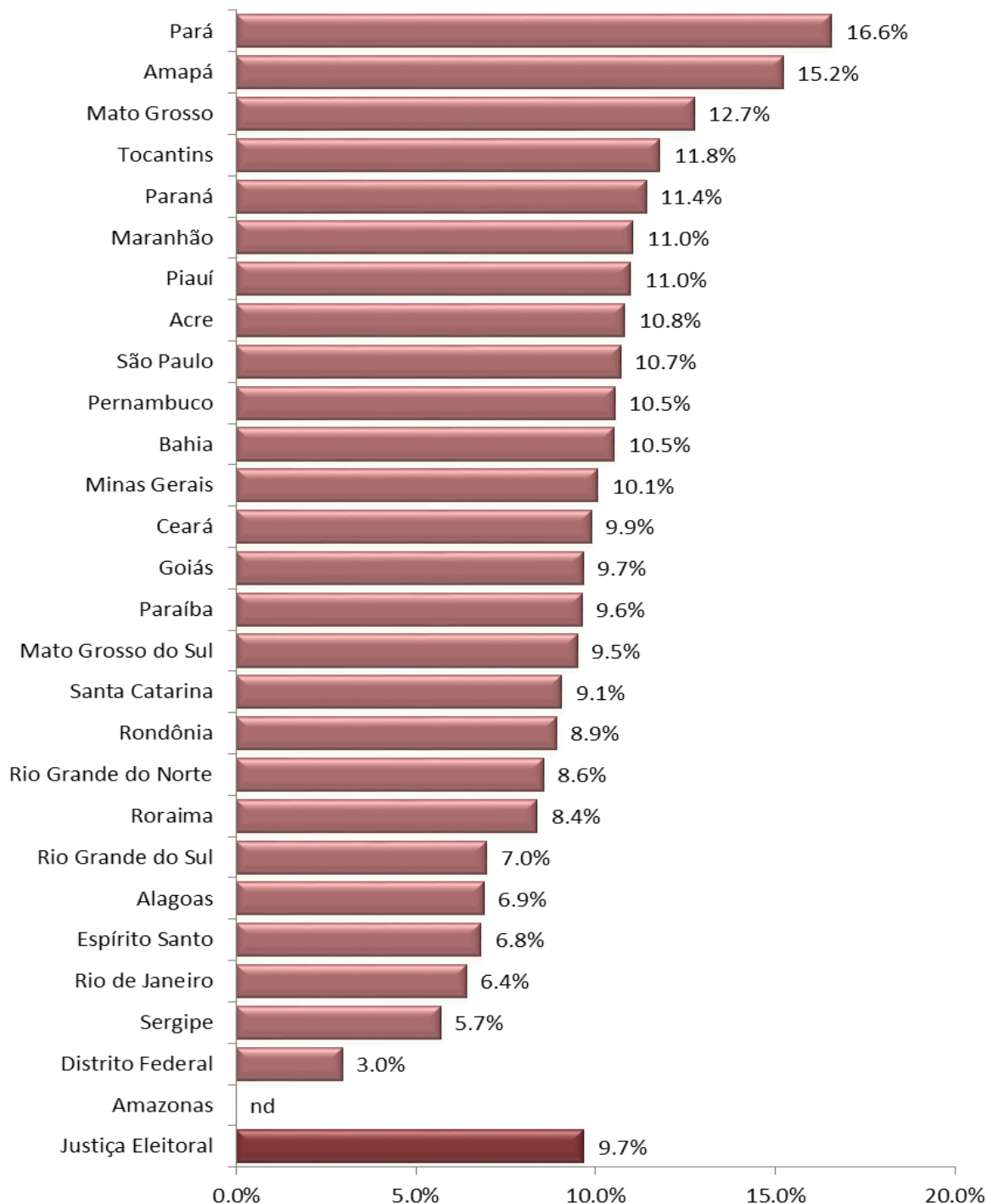
Tabela 1.11 G8 - Despesas com Pleitos Eleitorais em relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral

Tribunal Regional Eleitoral	DPlai - Despesas com Pleitos Eleitorais	Dpj - Despesa total do Tribunal Regional Eleitoral	G8 - Despesas com Pleitos Eleitorais em relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral
Acre	4.549.441	42.044.572	10,8%
Alagoas	7.093.324	102.975.452	6,9%
Amazonas	nd	nd	nd
Amapá	6.164.167	40.495.055	15,2%
Bahia	25.260.550	240.232.917	10,5%
Ceará	18.273.009	184.642.789	9,9%
Distrito Federal	2.209.430	74.559.418	3,0%
Espírito Santo	6.629.004	97.251.667	6,8%
Goiás	11.869.059	122.920.215	9,7%
Maranhão	16.730.547	151.517.665	11,0%
Minas Gerais	42.041.872	418.028.753	10,1%
Mato Grosso do Sul	8.463.421	89.067.007	9,5%
Mato Grosso	11.534.939	90.506.621	12,7%
Pará	25.180.408	151.957.797	16,6%
Paraíba	10.169.804	105.677.652	9,6%
Pernambuco	18.989.877	180.156.150	10,5%
Piauí	12.865.400	117.223.506	11,0%
Paraná	26.421.419	231.472.824	11,4%
Rio de Janeiro	25.691.440	400.870.884	6,4%
Rio Grande do Norte	9.188.001	107.390.403	8,6%
Rondônia	5.452.143	61.125.708	8,9%
Roraima	4.242.104	50.613.952	8,4%
Rio Grande do Sul	14.439.723	206.810.469	7,0%
Santa Catarina	12.777.209	141.006.605	9,1%
Sergipe	3.821.506	67.024.065	5,7%
São Paulo	55.327.154	517.416.723	10,7%
Tocantins	7.093.798	60.166.512	11,8%
Justiça Eleitoral	392.478.748	4.053.155.381	9,7%

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.11 G8 - Despesas com Pleitos Eleitorais em relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

G8 - Despesas com Pleitos Eleitorais em relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral

Finalidade: Indicar quanto o montante das despesas com pleito eleitoral no final do ano-base representa em relação à despesa total do Tribunal Regional Eleitoral.

Fórmula: $G8 = DPEi / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DPEi - Despesas com Pleitos Eleitorais: As despesas efetuadas com a realização de pleitos eleitorais, inclusive as despesas empenhadas e inscritas em “restos a pagar”.
- Dpj - Despesa total do Tribunal Regional Eleitoral: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional Eleitoral, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

1.1.11. G9 - Despesas com Pleitos Eleitorais por Eleitor(R\$)

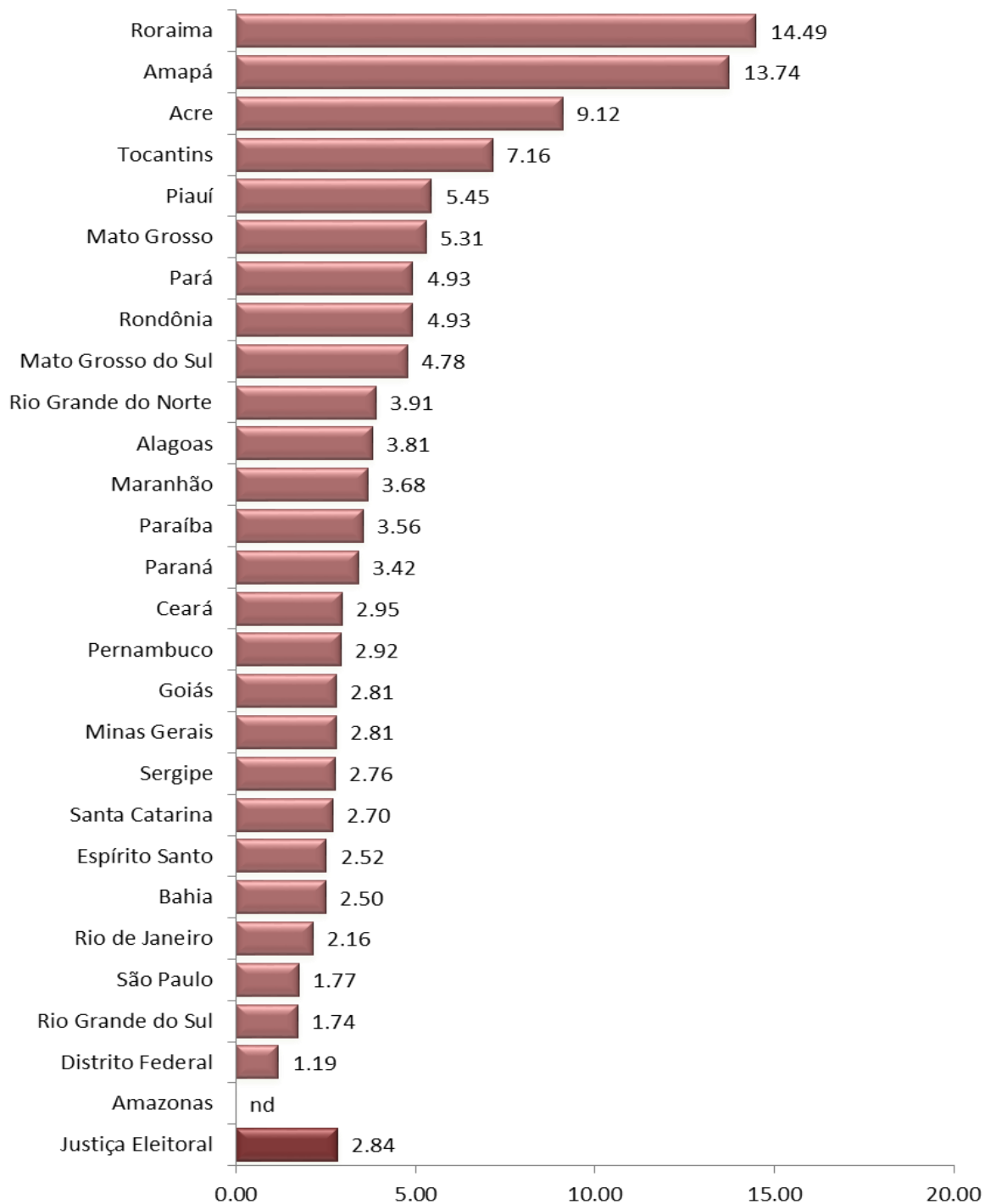
Tabela 1.12 G9 - Despesas com Pleitos Eleitorais por Eleitor(R\$)

Tribunal Regional Eleitoral	DPlei - Despesas com Pleitos Eleitorais	EL - Número de Eleitores	G9 - Despesas com Pleitos Eleitorais por Eleitor(R\$)
Acre	4.549.441	498.730	9,12
Alagoas	7.093.324	1.862.514	3,81
Amazonas	nd	nd	nd
Amapá	6.164.167	448.661	13,74
Bahia	25.260.550	10.097.041	2,50
Ceará	18.273.009	6.192.371	2,95
Distrito Federal	2.209.430	1.853.330	1,19
Espírito Santo	6.629.004	2.626.339	2,52
Goiás	11.869.059	4.219.655	2,81
Maranhão	16.730.547	4.552.293	3,68
Minas Gerais	42.041.872	14.982.244	2,81
Mato Grosso do Sul	8.463.421	1.771.944	4,78
Mato Grosso	11.534.939	2.170.412	5,31
Pará	25.180.408	5.104.240	4,93
Paraíba	10.169.804	2.859.304	3,56
Pernambuco	18.989.877	6.498.122	2,92
Piauí	12.865.400	2.360.200	5,45
Paraná	26.421.419	7.718.223	3,42
Rio de Janeiro	25.691.440	11.871.528	2,16
Rio Grande do Norte	9.188.001	2.348.466	3,91
Rondônia	5.452.143	1.105.353	4,93
Roraima	4.242.104	292.791	14,49
Rio Grande do Sul	14.439.723	8.317.824	1,74
Santa Catarina	12.777.209	4.737.974	2,70
Sergipe	3.821.506	1.384.688	2,76
São Paulo	55.327.154	31.198.197	1,77
Tocantins	7.093.798	990.811	7,16
Justiça Eleitoral	392.478.748	138.063.255	2,84

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.12 G9 - Despesas com Pleitos Eleitorais por Eleitor(R\$)



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

G9 - Despesas com Pleitos Eleitorais por Eleitor(R\$)

Finalidade: Indicar o montante das despesas com pleito eleitoral no final do ano-base representa em relação ao número de eleitores no ano base.

Fórmula: $G9 = DPEi / EL$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DPEi - Despesas com Pleitos Eleitorais: As despesas efetuadas com a realização de pleitos eleitorais, inclusive as despesas empenhadas e inscritas em “restos a pagar”.
- EL - Número de Eleitores :Número de eleitores inscritos na área de atuação do TRE no período-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

1.1.12. G10 - Despesas com Serviço Extraordinário de Servidores em Relação à Despesa Total do Pleito Eleitoral

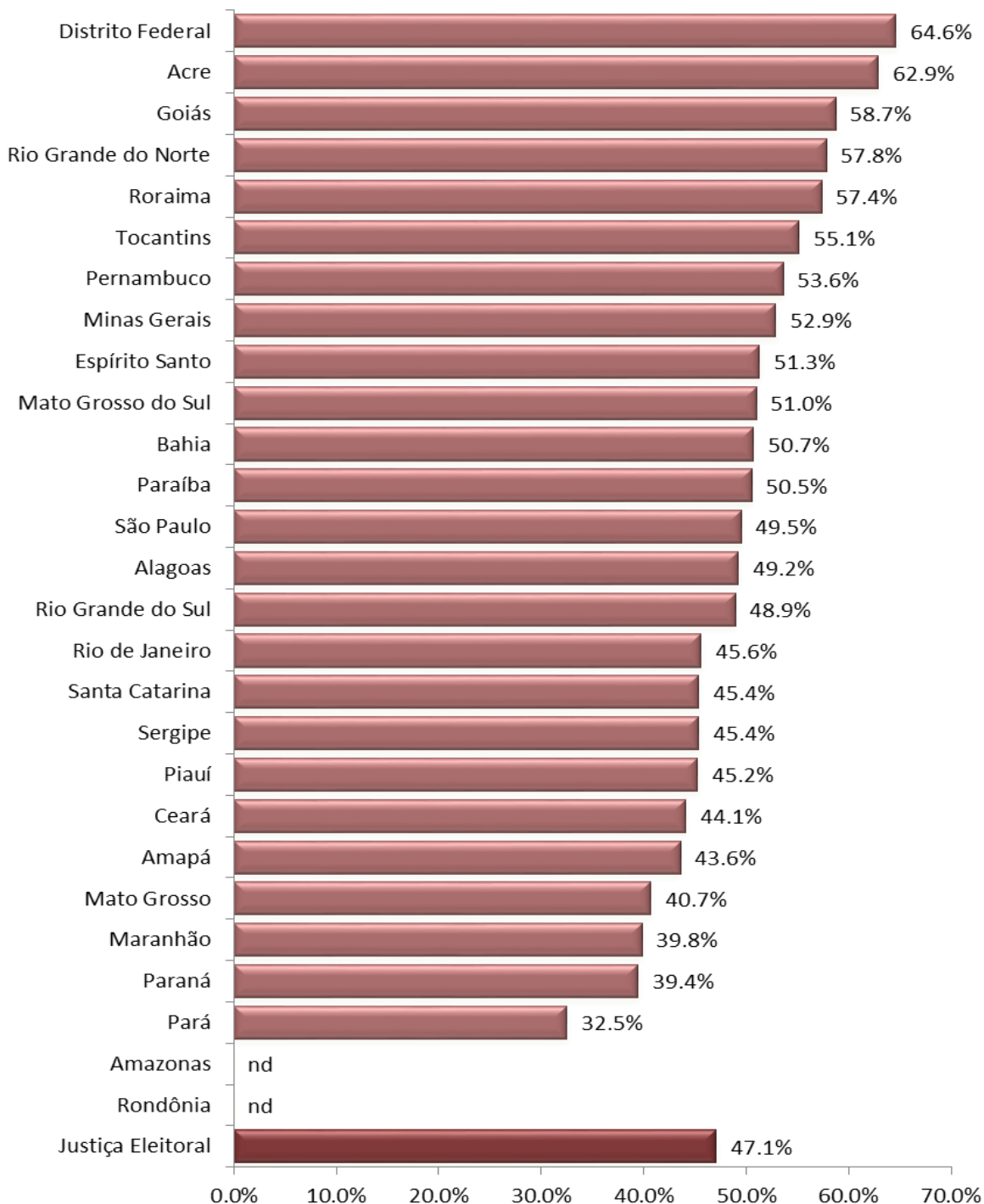
Tabela 1.13 G10 - Despesas com Serviço Extraordinário de Servidores em Relação à Despesa Total do Pleito Eleitoral

Tribunal Regional Eleitoral	DHEs - Despesas Extraordinárias com servidores para a Realização de Pleitos Eleitorais	DPReqExt - Despesas com Pessoal Requisitado Extraordinariamente	DPLei - Despesas com Pleitos Eleitorais	G10 - Despesas com Serviço Extraordinário de Servidores em Relação à Despesa Total do Pleito Eleitoral
Acre	2.293.123	567.101	4.549.441	62,9%
Alagoas	3.490.331	0	7.093.324	49,2%
Amazonas	nd	nd	nd	nd
Amapá	2.688.114	0	6.164.167	43,6%
Bahia	11.282.905	1.520.181	25.260.550	50,7%
Ceará	8.061.558	0	18.273.009	44,1%
Distrito Federal	1.427.233	0	2.209.430	64,6%
Espírito Santo	3.398.471	0	6.629.004	51,3%
Goiás	6.969.523	0	11.869.059	58,7%
Maranhão	6.665.557	0	16.730.547	39,8%
Minas Gerais	22.225.571	0	42.041.872	52,9%
Mato Grosso do Sul	4.314.574	0	8.463.421	51,0%
Mato Grosso	4.694.052	0	11.534.939	40,7%
Pará	8.185.461	0	25.180.408	32,5%
Paraíba	5.139.524	0	10.169.804	50,5%
Pernambuco	10.180.852	0	18.989.877	53,6%
Piauí	5.601.802	219.423	12.865.400	45,2%
Paraná	10.313.047	109.817	26.421.419	39,4%
Rio de Janeiro	8.688.733	3.022.399	25.691.440	45,6%
Rio Grande do Norte	5.233.544	77.478	9.188.001	57,8%
Rondônia	2.654.552	nd	5.452.143	nd
Roraima	2.333.520	99.603	4.242.104	57,4%
Rio Grande do Sul	7.064.213	0	14.439.723	48,9%
Santa Catarina	5.798.496	0	12.777.209	45,4%
Sergipe	1.733.728	0	3.821.506	45,4%
São Paulo	26.662.358	729.841	55.327.154	49,5%
Tocantins	3.910.438	0	7.093.798	55,1%
Justiça Eleitoral	181.011.280	6.345.842	392.478.748	47,1%

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.13 G10 - Despesas com Serviço Extraordinário de Servidores em Relação à Despesa Total do Pleito Eleitoral



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

G10 - Despesas com Serviço Extraordinário de Servidores em Relação à Despesa Total do Pleito Eleitoral

Finalidade: Indicar o quanto o montante das despesas com serviço extraordinário de Servidores no final do ano-base representa em relação à despesa com pleito eleitoral.

Fórmula: $G10 = (DHEs + DPReqExt) / DPlei$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DHEs - Despesas Extraordinárias com servidores para a Realização de Pleitos Eleitorais: Despesas com horas-extras de pessoal efetivo, requisitado, comissionados e sem vínculo decorrentes da realização de pleitos eleitorais, inclusive as despesas empenhadas e inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se as despesas com servidores requisitados extraordinariamente.
- DPReqExt - Despesas com Pessoal Requisitado Extraordinariamente : Despesa com pessoal requisitado de forma extraordinária, tendo em vista exclusivamente a realização do pleito eleitoral.
- DPlei - Despesas com Pleitos Eleitorais: As despesas efetuadas com a realização de pleitos eleitorais, inclusive as despesas empenhadas e inscritas em “restos a pagar”.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

1.1.13. G11 - Despesas com Serviço Extraordinário de Terceirizados em Relação à Despesa Total do Pleito Eleitoral

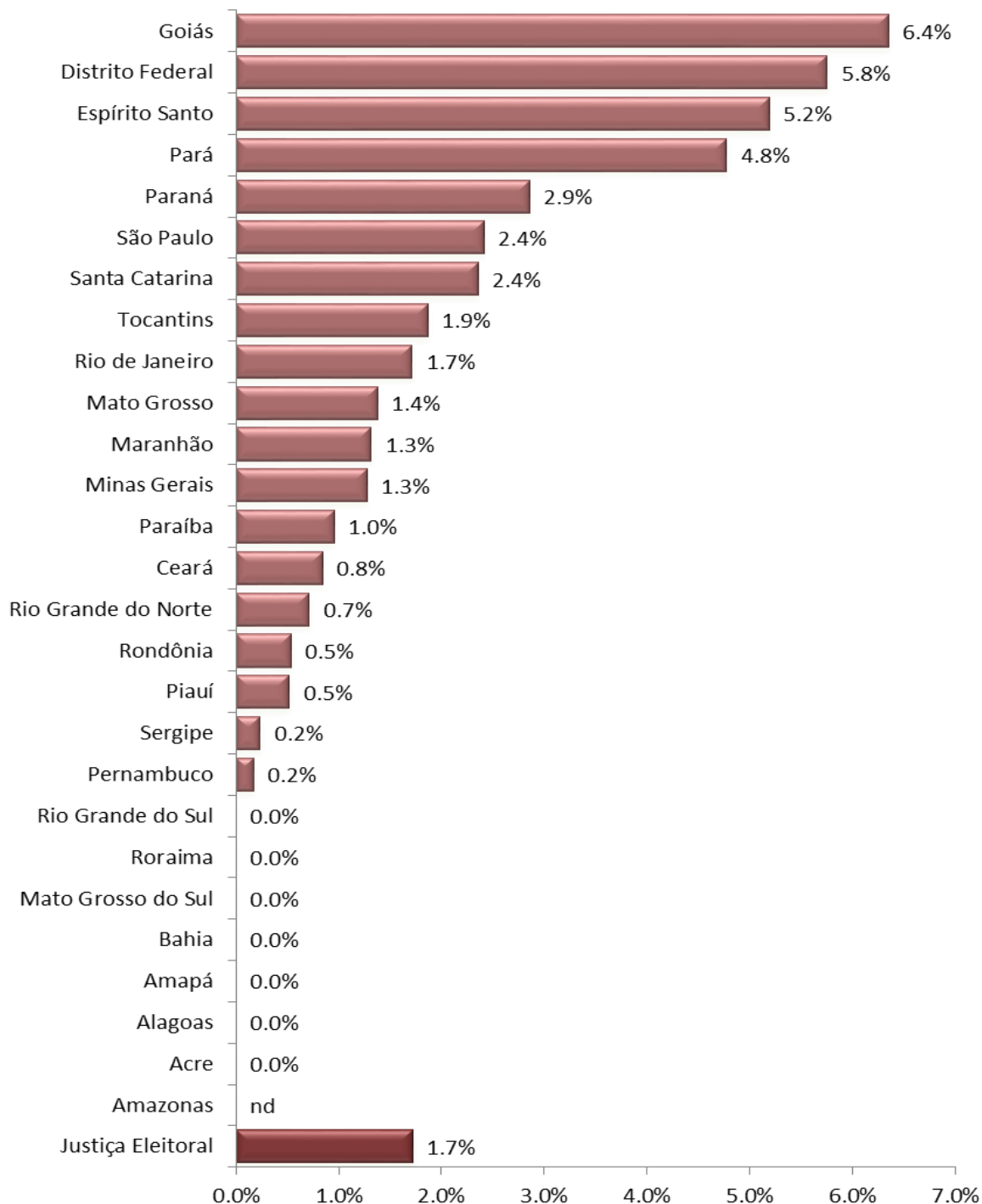
Tabela 1.14 G11 - Despesas com Serviço Extraordinário de Terceirizados em Relação à Despesa Total do Pleito Eleitoral

Tribunal Regional Eleitoral	DHEt - Despesas Extraordinárias com Terceirizados para a Realização de Pleitos Eleitorais	DPLei - Despesas com Pleitos Eleitorais	G11 - Despesas com Serviço Extraordinário de Terceirizados em Relação à Despesa Total do Pleito Eleitoral
Acre	0	4.549.441	0,0%
Alagoas	0	7.093.324	0,0%
Amazonas	nd	nd	nd
Amapá	0	6.164.167	0,0%
Bahia	0	25.260.550	0,0%
Ceará	153.388	18.273.009	0,8%
Distrito Federal	127.162	2.209.430	5,8%
Espírito Santo	344.229	6.629.004	5,2%
Goiás	753.840	11.869.059	6,4%
Maranhão	219.859	16.730.547	1,3%
Minas Gerais	534.854	42.041.872	1,3%
Mato Grosso do Sul	0	8.463.421	0,0%
Mato Grosso	158.768	11.534.939	1,4%
Pará	1.202.443	25.180.408	4,8%
Paraíba	97.119	10.169.804	1,0%
Pernambuco	32.241	18.989.877	0,2%
Piauí	66.480	12.865.400	0,5%
Paraná	754.573	26.421.419	2,9%
Rio de Janeiro	440.503	25.691.440	1,7%
Rio Grande do Norte	65.470	9.188.001	0,7%
Rondônia	29.395	5.452.143	0,5%
Roraima	0	4.242.104	0,0%
Rio Grande do Sul	0	14.439.723	0,0%
Santa Catarina	301.385	12.777.209	2,4%
Sergipe	8.953	3.821.506	0,2%
São Paulo	1.333.591	55.327.154	2,4%
Tocantins	132.591	7.093.798	1,9%
Justiça Eleitoral	6.756.844	392.478.748	1,7%

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.14 G11 - Despesas com Serviço Extraordinário de Terceirizados em Relação à Despesa Total do Pleito Eleitoral



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

G11 - Despesas com Serviço Extraordinário de Terceirizados em Relação à Despesa Total do Pleito Eleitoral

Finalidade: Indicar o quanto o montante das despesas com serviço extraordinário de terceirizados no final do ano-base representa em relação à despesa com pleito eleitoral.

Fórmula: $G11 = (DHET) / Dplei$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **DHET - Despesas Extraordinárias com Terceirizados para a Realização de Pleitos Eleitorais:** Despesas com horas-extras de terceirizados decorrentes da realização de pleitos eleitorais, inclusive as despesas empenhadas e inscritas em “restos a pagar”.
- **Dplei - Despesas com Pleitos Eleitorais:** As despesas efetuadas com a realização de pleitos eleitorais, inclusive as despesas empenhadas e inscritas em “restos a pagar”.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

1.1.14. Inf1 - Despesa com Tecnologia da Informação em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral

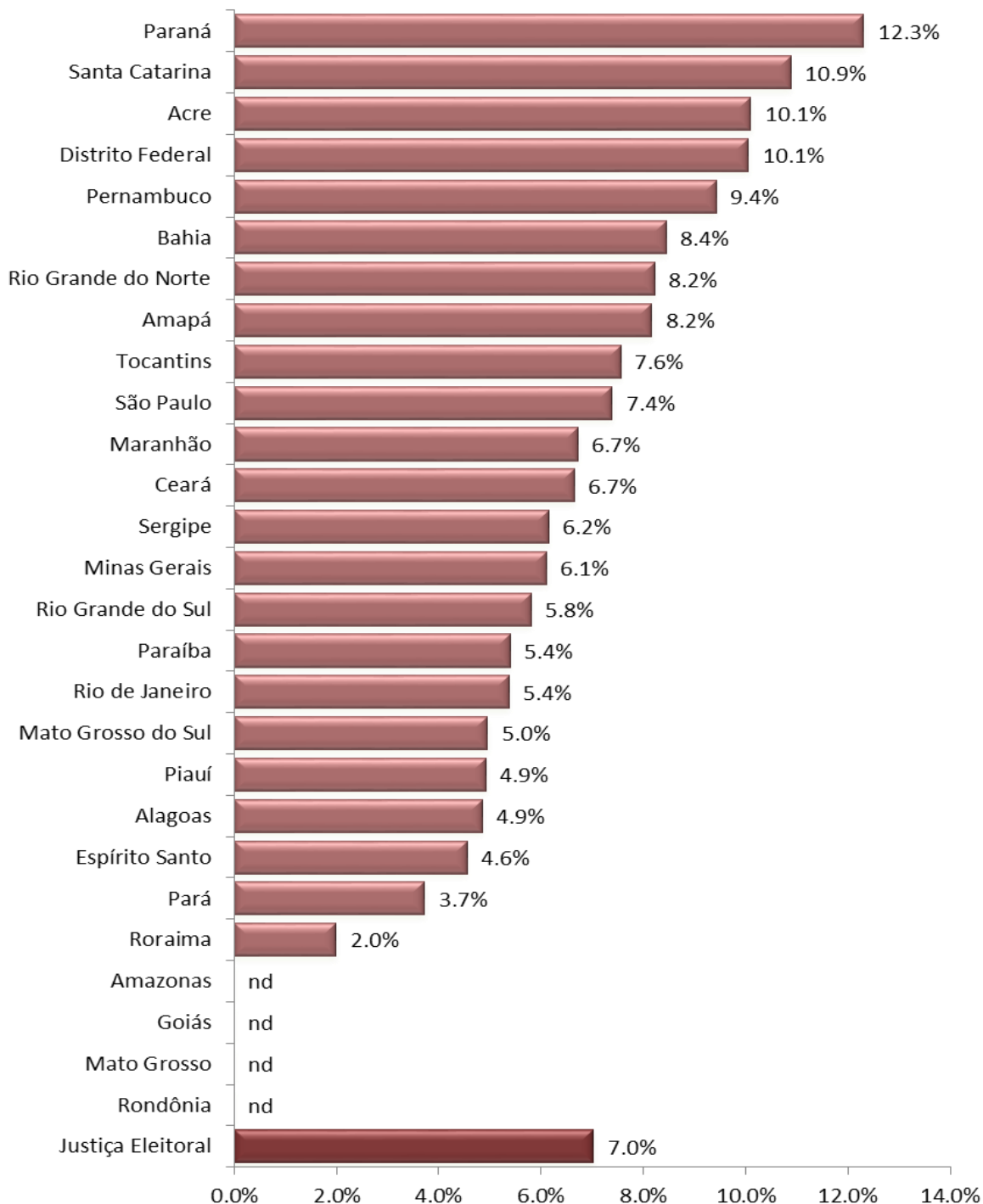
Tabela 1.15 Inf1 - Despesa com Tecnologia da Informação em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral

Tribunal Regional Eleitoral	DInf1 - Despesa com Aquisições em Tecnologia de Informação no Tribunal Regional Eleitoral	DInf2 - Despesa com Custeio da Tecnologia de Informação no Tribunal Regional Eleitoral	DInf3 - Despesa com Contratos da Tecnologia de Informação no Tribunal Regional Eleitoral	Dpj - Despesa total do Tribunal Regional Eleitoral	Inf1 - Despesa com Tecnologia da Informação em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral
Acre	412.310	2.903.105	931.289	42.044.572	10,1%
Alagoas	1.693.361	2.035.469	1.266.224	102.975.452	4,9%
Amazonas	nd	nd	nd	nd	nd
Amapá	170.846	3.134.416	0	40.495.055	8,2%
Bahia	575.120	19.686.072	28.130	240.232.917	8,4%
Ceará	69.959	8.999.682	3.210.709	184.642.789	6,7%
Distrito Federal	457.516	3.836.624	3.199.360	74.559.418	10,1%
Espírito Santo	1.813.383	32.105	2.583.036	97.251.667	4,6%
Goiás	762.709	nd	4.136.137	122.920.215	nd
Maranhão	2.466.426	4.335.460	3.380.023	151.517.665	6,7%
Minas Gerais	617.044	14.629.632	10.285.637	418.028.753	6,1%
Mato Grosso do Sul	471.613	2.027.331	1.913.298	89.067.007	5,0%
Mato Grosso	36.971	2.048.831	nd	90.506.621	nd
Pará	1.188.019	92.268	4.373.958	151.957.797	3,7%
Paraíba	921.721	2.453.130	2.321.501	105.677.652	5,4%
Pernambuco	3.078.947	9.321.129	4.581.299	180.156.150	9,4%
Piauí	423.877	5.204.615	143.628	117.223.506	4,9%
Paraná	3.121.426	20.432.945	4.940.740	231.472.824	12,3%
Rio de Janeiro	1.335.349	14.733.750	5.475.502	400.870.884	5,4%
Rio Grande do Norte	980.956	5.487.372	2.363.320	107.390.403	8,2%
Rondônia	230.257	nd	907.322	61.125.708	nd
Roraima	265.540	14.500	729.412	50.613.952	2,0%
Rio Grande do Sul	3.388.370	8.620.777	0	206.810.469	5,8%
Santa Catarina	1.372.118	9.455.725	4.517.866	141.006.605	10,9%
Sergipe	689.470	3.418.360	15.205	67.024.065	6,2%
São Paulo	1.196.955	23.388.096	13.658.999	517.416.723	7,4%
Tocantins	427.884	3.234.618	884.583	60.166.512	7,6%
Justiça Eleitoral	28.168.149	169.526.014	75.847.176	4.053.155.381	7,0%

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.15 Inf1 - Despesa com Tecnologia da Informação em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Inf1 - Despesa com Tecnologia da Informação em Relação à Despesa Total do Tribunal Regional Eleitoral

Finalidade: Indicar o quanto a despesa com a área de tecnologia da informação representa em relação à despesa total do Tribunal Regional Eleitoral no ano-base.

Fórmula: $Inf1 = (DInf1 + DInf2 + DInf3) / Dj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DInf1 - Despesa com Aquisições em Tecnologia de Informação no Tribunal Regional Eleitoral: As despesas efetivamente realizadas, no ano-base, pelo Tribunal Regional Eleitoral e suas respectivas unidades judiciárias, com aquisição de software (pronto) e hardware de informática na área de Tecnologia da Informação, inclusive as despesas empenhadas e inscritas em “restos a pagar”.
- DInf2 - Despesa com Custeio da Tecnologia de Informação no Tribunal Regional Eleitoral: As despesas efetivamente realizadas pelo Tribunal Regional Eleitoral e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base, com o custo de funcionamento e de manutenção da área de Tecnologia de Informação, abrangendo as despesas com compras de suprimentos, despesas de pessoal com servidores do quadro efetivo e não efetivo, terceirizados, estagiários, diárias, deslocamentos, cursos de capacitação e treinamento, inclusive as despesas empenhadas e inscritas em “restos a pagar”.
- DInf3 - Despesa com Contratos da Tecnologia de Informação no Tribunal Regional Eleitoral: As despesas efetivamente realizadas pelo Tribunal Regional Eleitoral e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base, com contratos de prestação de serviços para o desenvolvimento e a manutenção de sistemas de Tecnologia de Informação, inclusive as despesas empenhadas e inscritas em “restos a pagar”.
- Dj - Despesa total do Tribunal Regional Eleitoral: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional Eleitoral, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

1.1.15. Mag - Total de Magistrados do Tribunal Regional Eleitoral

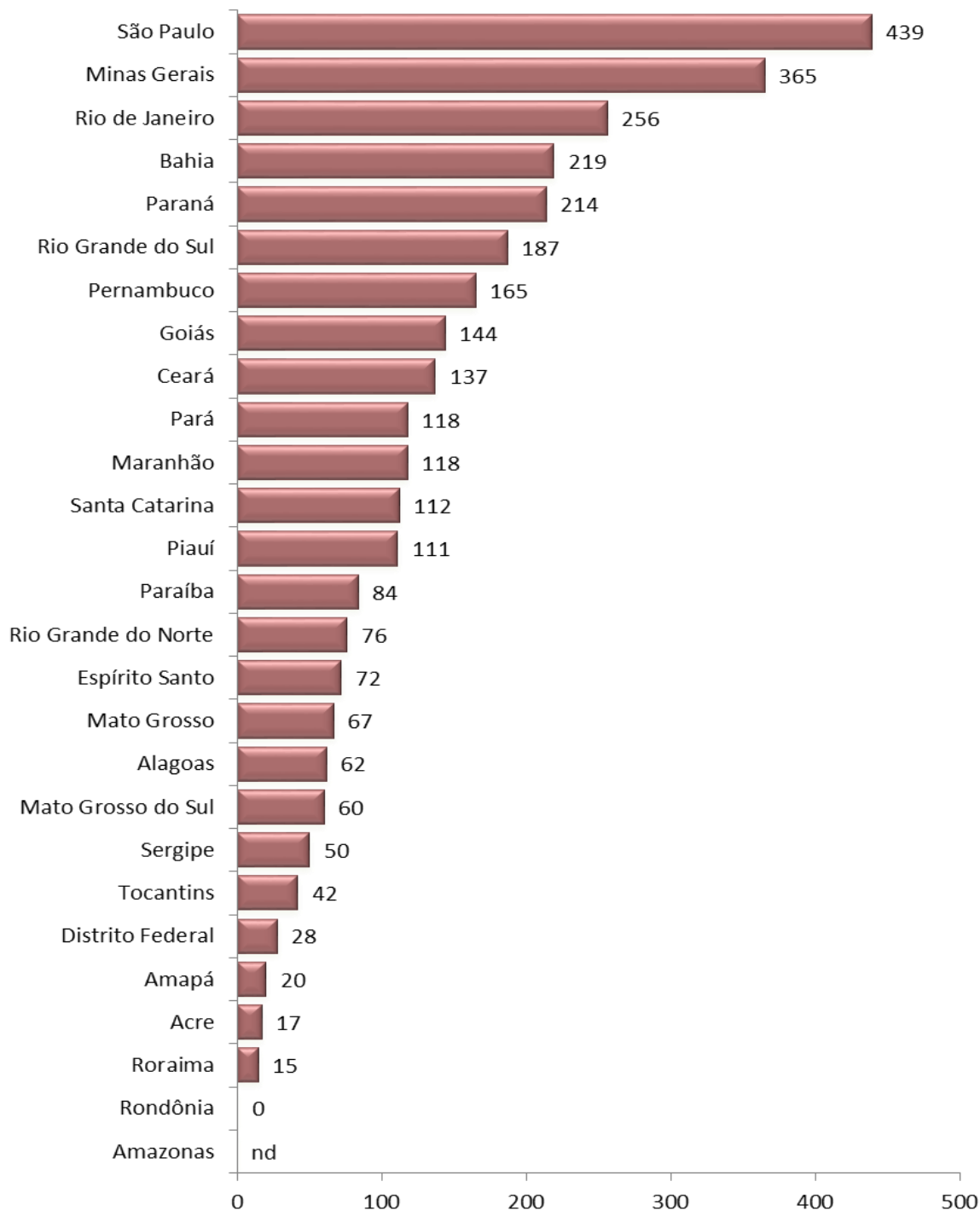
Tabela 1.16 Mag - Total de Magistrados do Tribunal Regional Eleitoral

Tribunal Regional Eleitoral	Mag2º - Número de Cargos Existentes de Magistrado no 2º Grau	Mag1º - Número de Cargos de Magistrado no 1º Grau	Mag - Total de Magistrados do Tribunal Regional Eleitoral
Acre	7	10	17
Alagoas	7	55	62
Amazonas	nd	nd	nd
Amapá	7	13	20
Bahia	14	205	219
Ceará	14	123	137
Distrito Federal	6	22	28
Espírito Santo	14	58	72
Goiás	14	130	144
Maranhão	7	111	118
Minas Gerais	14	351	365
Mato Grosso do Sul	6	54	60
Mato Grosso	7	60	67
Pará	14	104	118
Paraíba	7	77	84
Pernambuco	14	151	165
Piauí	14	97	111
Paraná	8	206	214
Rio de Janeiro	7	249	256
Rio Grande do Norte	7	69	76
Rondônia	0	0	0
Roraima	7	8	15
Rio Grande do Sul	14	173	187
Santa Catarina	7	105	112
Sergipe	14	36	50
São Paulo	14	425	439
Tocantins	7	35	42
Justiça Eleitoral	251	2.927	3.178

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.16 Mag - Total de Magistrados do Tribunal Regional Eleitoral



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Mag - Total de Magistrados do Tribunal Regional Eleitoral

Fórmula: $\text{Mag} = \text{Mag}2^{\circ} + \text{Mag}1^{\circ}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **Mag2º** - Número de Cargos Existentes de Magistrado no 2º Grau: Número de cargos de Magistrado existentes no 2º Grau da Justiça Eleitoral no final do ano-base, providos ou não.
- **Mag1º** - Número de Cargos de Magistrado no 1º Grau: Número de cargos de Magistrado no 1º Grau da Justiça Eleitoral no final do ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

1.1.16. TS - Total de Servidores: Força de Trabalho do Tribunal Regional Eleitoral

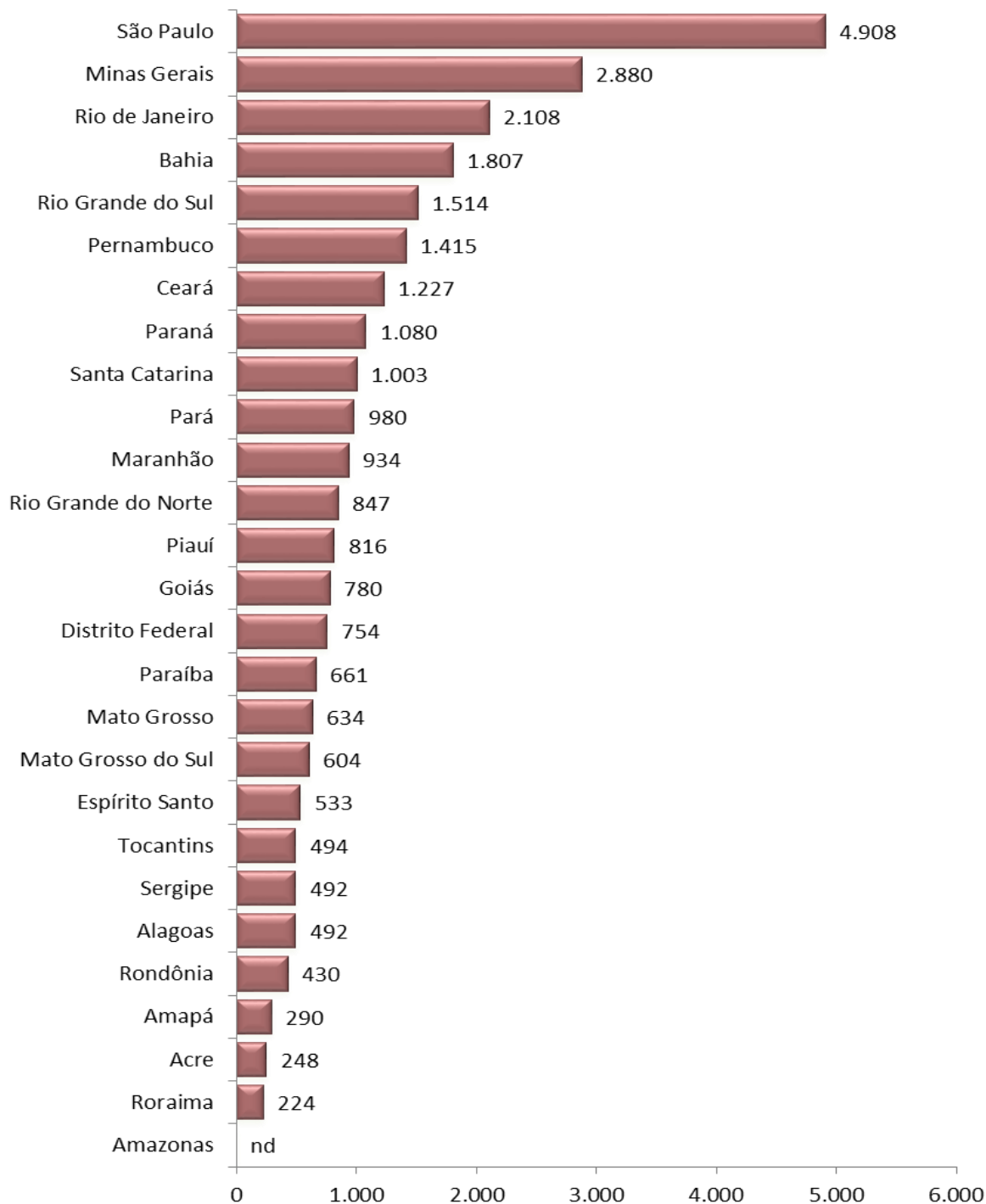
Tabela 1.17 TS - Total de Servidores: Força de Trabalho do Tribunal Regional Eleitoral

Tribunal Regional Eleitoral	TPEfet - Total de Pessoal do Quadro Efetivo no Tribunal Regional Eleitoral	TPCed - Total de Pessoal Cedido no Tribunal Regional Eleitoral	TPReq - Total de Pessoal Requisitado no Tribunal Regional Eleitoral	TPReqExt - Total de Pessoal Requisitado Extraordinariamente para Realização de Pleitos Eleitorais no Tribunal Regional Eleitoral	TFAux - Total da Força de Trabalho Auxiliar no Tribunal Regional Eleitoral	TPSV - Total de Pessoal sem Vínculo no Tribunal Regional Eleitoral	TS - Total de Servidores: Força de Trabalho do Tribunal Regional Eleitoral
Acre	118	1	63	11	54	3	248
Alagoas	289	13	127	0	79	10	492
Amazonas	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
Amapá	118	14	31	0	149	6	290
Bahia	875	53	499	200	284	2	1.807
Ceará	582	35	459	0	210	11	1.227
Distrito Federal	207	21	310	0	258	0	754
Espírito Santo	319	0	6	0	202	6	533
Goiás	457	7	194	0	134	2	780
Maranhão	443	10	246	0	241	14	934
Minas Gerais	1.640	40	743	10	524	3	2.880
Mato Grosso do Sul	255	2	141	0	207	3	604
Mato Grosso	298	6	157	1	182	2	634
Pará	423	3	265	0	293	2	980
Paraíba	384	8	26	96	160	3	661
Pernambuco	684	18	455	9	270	15	1.415
Piauí	406	2	159	20	232	1	816
Paraná	832	2	49	0	201	0	1.080
Rio de Janeiro	1.241	44	141	79	679	12	2.108
Rio Grande do Norte	348	18	186	3	320	8	847
Rondônia	192	0	102	nd	136	0	430
Roraima	104	3	27	0	93	3	224
Rio Grande do Sul	785	4	348	0	384	1	1.514
Santa Catarina	490	0	188	23	302	0	1.003
Sergipe	212	4	132	0	148	4	492
São Paulo	1.977	10	2.296	266	379	0	4.908
Tocantins	205	5	119	3	167	5	494
Justiça Eleitoral	13.884	323	7.469	721	6.288	116	28.155

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.17 TS - Total de Servidores: Força de Trabalho do Tribunal Regional Eleitoral



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

TS - Total de Servidores: Força de Trabalho do Tribunal Regional Eleitoral

Finalidade: Indicar o número de servidores em atividade no Tribunal Regional Eleitoral e em seus cartórios eleitorais no ano-base.

Fórmula: $TS = TPEfet - TPCed + TPReq + TPReqExt + TPAux + TPSV$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- TPEfet - Total de Pessoal do Quadro Efetivo no Tribunal Regional Eleitoral: Número total de servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo no quadro de pessoal do Tribunal Regional Eleitoral e suas respectivas unidades judiciárias, no final do ano-base, incluídos os cedidos a outros órgãos.
- TPCed - Total de Pessoal Cedido no Tribunal Regional Eleitoral: Número total de servidores cedidos a outros órgãos, ocupantes de cargo de provimento efetivo no quadro de pessoal do Tribunal Regional Eleitoral e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.
- TPReq - Total de Pessoal Requisitado no Tribunal Regional Eleitoral: Número total de servidores requisitados de órgãos do Poder Judiciário e de órgãos fora do Poder Judiciário, que estão em atividade no Tribunal Regional Eleitoral e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.
- TPReqExt - Total de Pessoal Requisitado Extraordinariamente para Realização de Pleitos Eleitorais no Tribunal Regional Eleitoral: Número total de requisitados de forma extraordinária, tendo em vista, exclusivamente, a realização de pleito eleitoral, no final do ano-base.
- TFAux - Total da Força de Trabalho Auxiliar no Tribunal Regional Eleitoral: Número total de terceirizados e estagiários do Tribunal Regional Eleitoral e suas respectivas unidades judiciárias, no final do ano-base.
- TPSV - Total de Pessoal sem Vínculo no Tribunal Regional Eleitoral: Número total de servidores ocupantes apenas de cargo em comissão do Tribunal Regional Eleitoral e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

1.1.17. FTT - Força de Trabalho Total de Servidores e Magistrados do Tribunal Regional Eleitoral

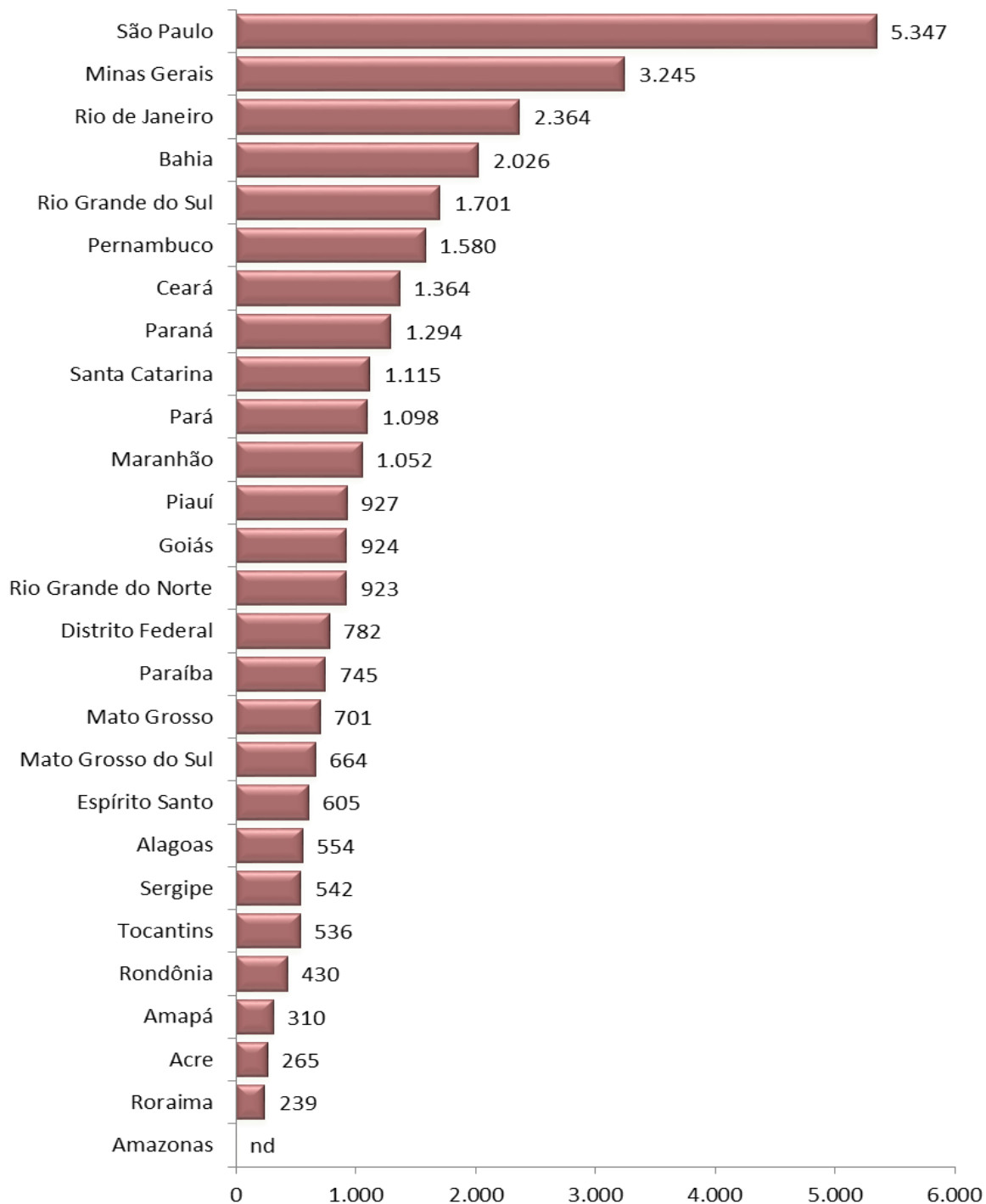
Tabela 1.18 FTT - Força de Trabalho Total de Servidores e Magistrados do Tribunal Regional Eleitoral

Tribunal Regional Eleitoral	TS - Total de Servidores: Força de Trabalho do Tribunal Regional Eleitoral	Mag - Total de Magistrados do Tribunal Regional Eleitoral	FTT - Força de Trabalho Total de Servidores e Magistrados do Tribunal Regional Eleitoral
Acre	248	17	265
Alagoas	492	62	554
Amazonas	nd	nd	nd
Amapá	290	20	310
Bahia	1.807	219	2.026
Ceará	1.227	137	1.364
Distrito Federal	754	28	782
Espírito Santo	533	72	605
Goiás	780	144	924
Maranhão	934	118	1.052
Minas Gerais	2.880	365	3.245
Mato Grosso do Sul	604	60	664
Mato Grosso	634	67	701
Pará	980	118	1.098
Paraíba	661	84	745
Pernambuco	1.415	165	1.580
Piauí	816	111	927
Paraná	1.080	214	1.294
Rio de Janeiro	2.108	256	2.364
Rio Grande do Norte	847	76	923
Rondônia	430	0	430
Roraima	224	15	239
Rio Grande do Sul	1.514	187	1.701
Santa Catarina	1.003	112	1.115
Sergipe	492	50	542
São Paulo	4.908	439	5.347
Tocantins	494	42	536
Justiça Eleitoral	28.155	3.178	31.333

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.18 FTT - Força de Trabalho Total de Servidores e Magistrados do Tribunal Regional Eleitoral



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

FTT - Força de Trabalho Total de Servidores e Magistrados do Tribunal Regional Eleitoral

Finalidade: Indicar o número total da força de trabalho no Tribunal Regional Eleitoral e em seus cartórios eleitorais no ano-base.

Fórmula: $FTT = TS + Mag$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $TS = TPEfet - TPCed + TPReq + TPReqExt + TPAux + TPSV$
- $Mag = Mag2^o + Mag1^o$

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

1.2.1. F1 - Cargos de Magistrado Existentes por 100.000 habitantes

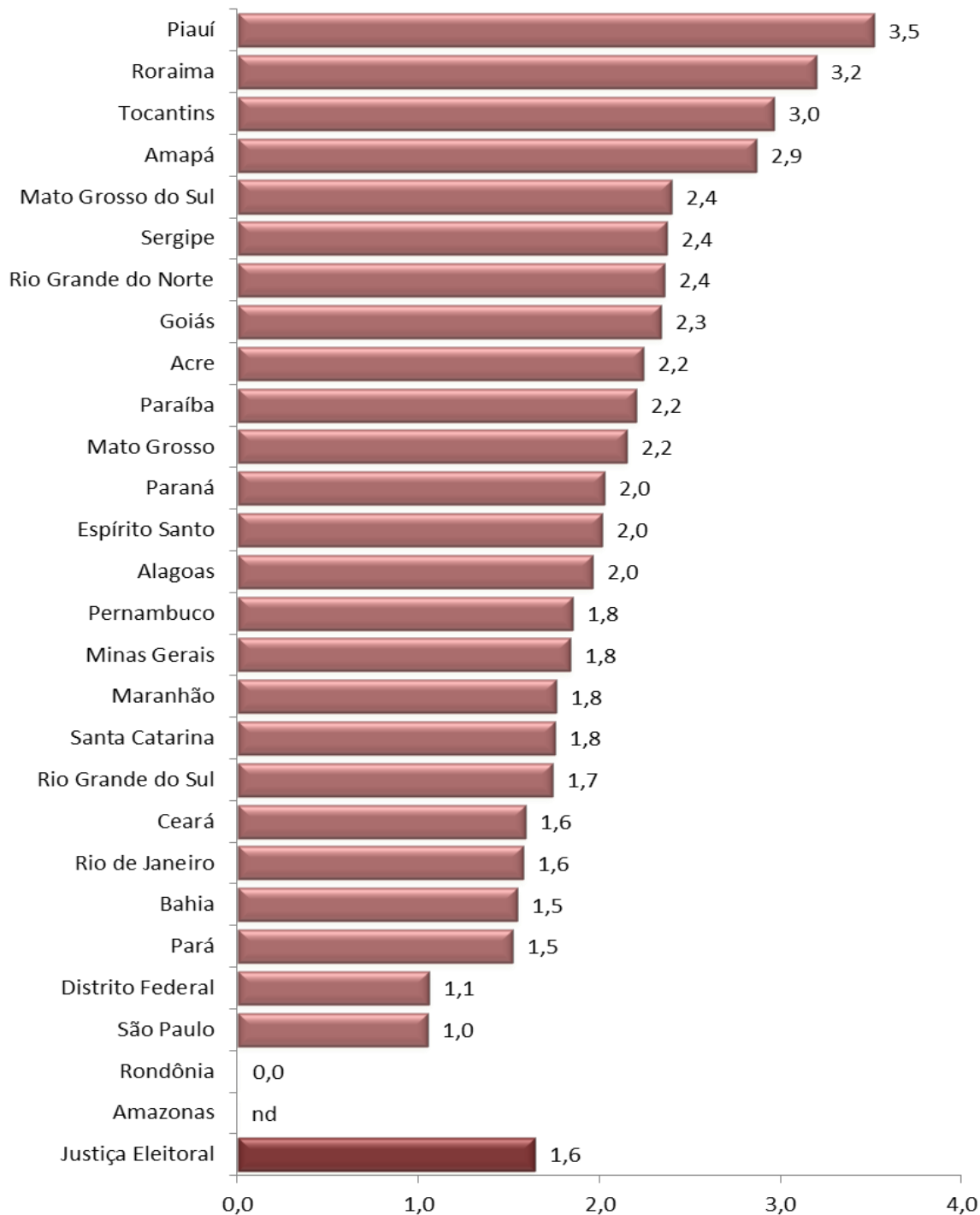
Tabela 1.19 F1 - Cargos de Magistrado Existentes por 100.000 habitantes

Tribunal Regional Eleitoral	Mag - Total de Magistrados do Tribunal Regional Eleitoral	h2 - Número de Habitantes Dividido por 100.000	F1 - Cargos de Magistrado Existentes por 100.000 habitantes
Acre	17	8	2,2
Alagoas	62	32	2,0
Amazonas	nd	36	nd
Amapá	20	7	2,9
Bahia	219	142	1,5
Ceará	137	86	1,6
Distrito Federal	28	26	1,1
Espírito Santo	72	36	2,0
Goiás	144	62	2,3
Maranhão	118	67	1,8
Minas Gerais	365	199	1,8
Mato Grosso do Sul	60	25	2,4
Mato Grosso	67	31	2,2
Pará	118	78	1,5
Paraíba	84	38	2,2
Pernambuco	165	89	1,8
Piauí	111	32	3,5
Paraná	214	106	2,0
Rio de Janeiro	256	162	1,6
Rio Grande do Norte	76	32	2,4
Rondônia	0	16	0,0
Roraima	15	5	3,2
Rio Grande do Sul	187	108	1,7
Santa Catarina	112	64	1,8
Sergipe	50	21	2,4
São Paulo	439	419	1,0
Tocantins	42	14	3,0
Justiça Eleitoral	3.178	1.939	1,6

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.19 F1 - Cargos de Magistrado Existentes por 100.000 habitantes



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

F1 - Cargos de Magistrado Existentes por 100.000 habitantes

Finalidade: Indicar o número de cargos de magistrados existentes, providos ou não, no Tribunal Regional Eleitoral e em seus cartórios eleitorais para cada 100.000 habitantes no ano-base.

Fórmula: $F1 = (\text{Mag}) / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $\text{Mag} = \text{Mag}2^{\text{o}} + \text{Mag}1^{\text{o}}$
- $h2$ - Número de Habitantes Dividido por 100.000: Número de habitantes do Estado baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

1.2.2. F3 - Força de Trabalho do Tribunal Regional Eleitoral por 100.000 Habitantes

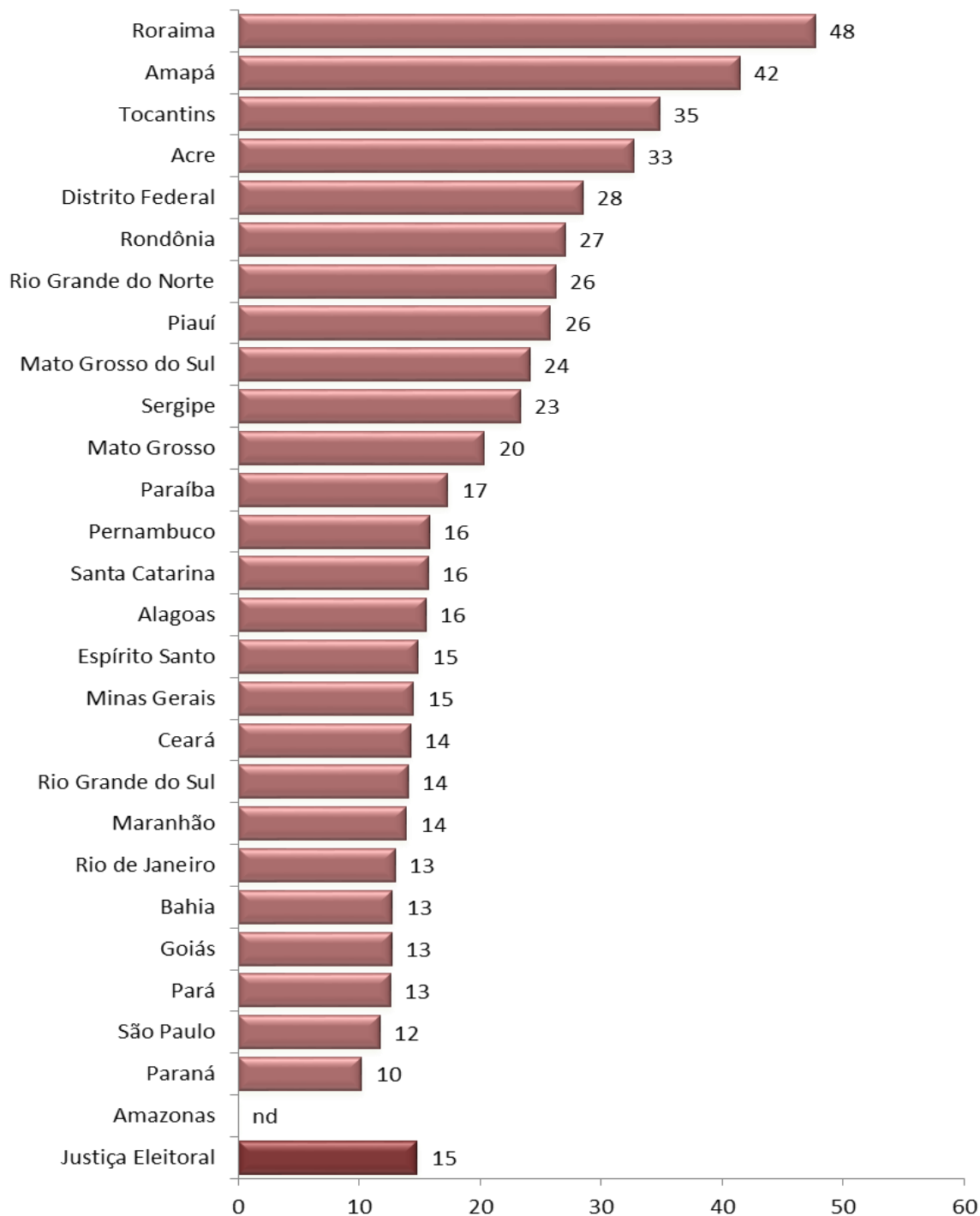
Tabela 1.20 F3 - Força de Trabalho do Tribunal Regional Eleitoral por 100.000 Habitantes

Tribunal Regional Eleitoral	TS - Total de Servidores: Força de Trabalho do Tribunal Regional Eleitoral	h2 - Número de Habitantes Dividido por 100.000	F3 - Força de Trabalho do Tribunal Regional Eleitoral por 100.000 Habitantes
Acre	248	8	33
Alagoas	492	32	16
Amazonas	nd	36	nd
Amapá	290	7	42
Bahia	1.807	142	13
Ceará	1.227	86	14
Distrito Federal	754	26	28
Espírito Santo	533	36	15
Goiás	780	62	13
Maranhão	934	67	14
Minas Gerais	2.880	199	15
Mato Grosso do Sul	604	25	24
Mato Grosso	634	31	20
Pará	980	78	13
Paraíba	661	38	17
Pernambuco	1.415	89	16
Piauí	816	32	26
Paraná	1.080	106	10
Rio de Janeiro	2.108	162	13
Rio Grande do Norte	847	32	26
Rondônia	430	16	27
Roraima	224	5	48
Rio Grande do Sul	1.514	108	14
Santa Catarina	1.003	64	16
Sergipe	492	21	23
São Paulo	4.908	419	12
Tocantins	494	14	35
Justiça Eleitoral	28.155	1.939	15

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.20 F3 - Força de Trabalho do Tribunal Regional Eleitoral por 100.000 Habitantes



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

F3 - Força de Trabalho do Tribunal Regional Eleitoral por 100.000 Habitantes

Finalidade: Indicar o quantitativo de força de trabalho disponível no Tribunal Regional Eleitoral e em seus cartórios eleitorais para cada 100.000 habitantes no ano-base.

Fórmula: $F3 = TS / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $TS = TPEfet - TPCed + TPReq + TPReqExt + TPAux + TPSV$
- h2 - Número de Habitantes Dividido por 100.000: Número de habitantes do Estado baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

1.2.3. F4a - Servidores do Quadro Efetivo do Tribunal Regional Eleitoral por 100.000 Habitantes

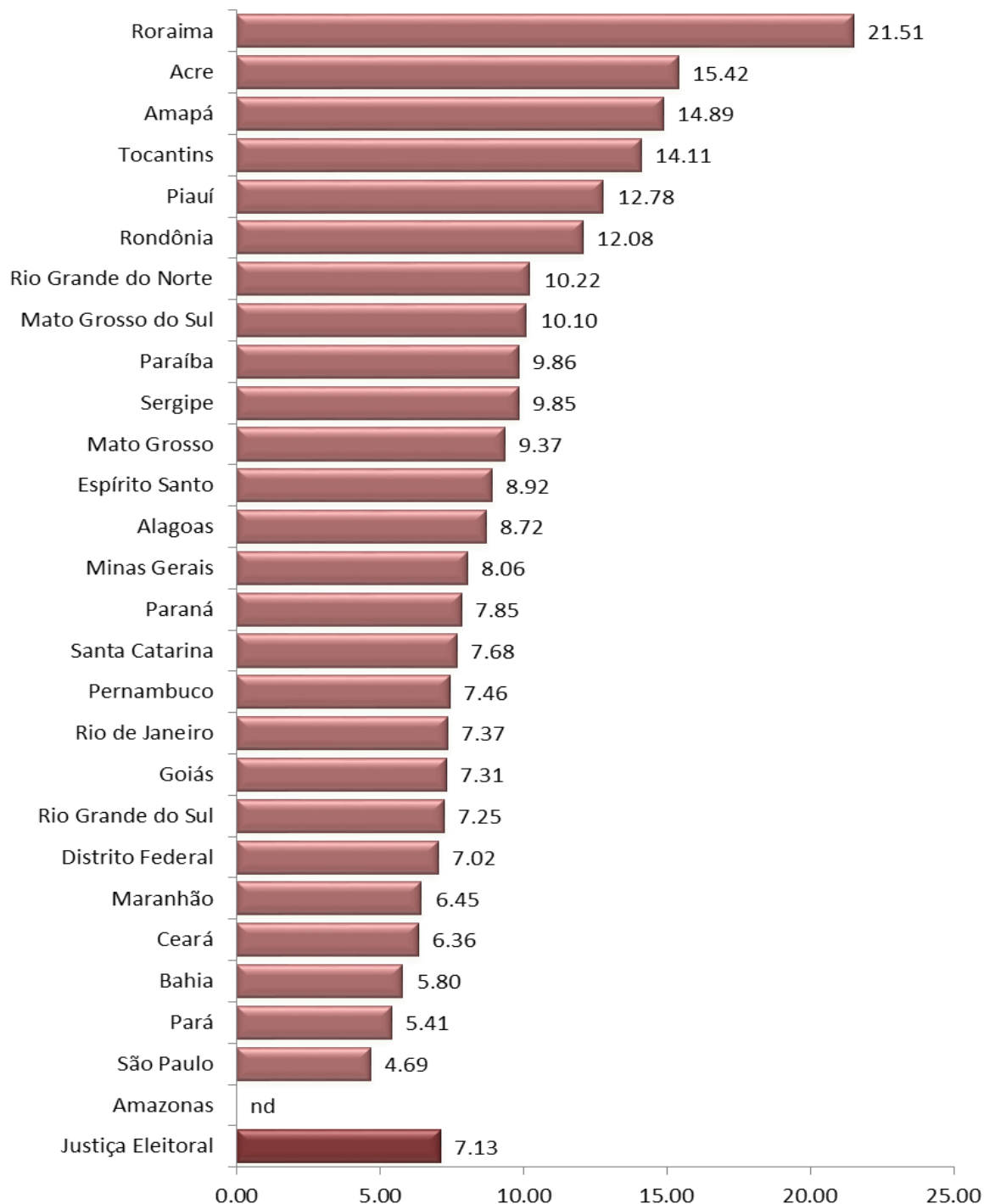
Tabela 1.21 F4a - Servidores do Quadro Efetivo do Tribunal Regional Eleitoral por 100.000 Habitantes

Tribunal Regional Eleitoral	TPEfet - Total de Pessoal do Quadro Efetivo no Tribunal Regional Eleitoral	TPCed - Total de Pessoal Cedido no Tribunal Regional Eleitoral	h2 - Número de Habitantes Dividido por 100.000	F4a - Servidores do Quadro Efetivo do Tribunal Regional Eleitoral por 100.000 Habitantes
Acre	118	1	8	15,42
Alagoas	289	13	32	8,72
Amazonas	nd	nd	36	nd
Amapá	118	14	7	14,89
Bahia	875	53	142	5,80
Ceará	582	35	86	6,36
Distrito Federal	207	21	26	7,02
Espírito Santo	319	0	36	8,92
Goiás	457	7	62	7,31
Maranhão	443	10	67	6,45
Minas Gerais	1.640	40	199	8,06
Mato Grosso do Sul	255	2	25	10,10
Mato Grosso	298	6	31	9,37
Pará	423	3	78	5,41
Paraíba	384	8	38	9,86
Pernambuco	684	18	89	7,46
Piauí	406	2	32	12,78
Paraná	832	2	106	7,85
Rio de Janeiro	1.241	44	162	7,37
Rio Grande do Norte	348	18	32	10,22
Rondônia	192	0	16	12,08
Roraima	104	3	5	21,51
Rio Grande do Sul	785	4	108	7,25
Santa Catarina	490	0	64	7,68
Sergipe	212	4	21	9,85
São Paulo	1.977	10	419	4,69
Tocantins	205	5	14	14,11
Justiça Eleitoral	13.884	323	1.939	7,13

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.21 F4a - Servidores do Quadro Efetivo do Tribunal Regional Eleitoral por 100.000 Habitantes



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

F4a - Servidores do Quadro Efetivo do Tribunal Regional Eleitoral por 100.000 Habitantes

Finalidade: Indicar o quantitativo de servidores do quadro efetivo do Tribunal Regional Eleitoral e em seus cartórios eleitorais para cada 100.000 habitantes do estado no ano-base.

Fórmula: $F4a = (TPEfet - TPCed) / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- TPEfet - Total de Pessoal do Quadro Efetivo no Tribunal Regional Eleitoral: Número total de servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo no quadro de pessoal do Tribunal Regional Eleitoral e suas respectivas unidades judiciárias, no final do ano-base, incluídos os cedidos a outros órgãos.
- TPCed - Total de Pessoal Cedido no Tribunal Regional Eleitoral: Número total de servidores cedidos a outros órgãos, ocupantes de cargo de provimento efetivo no quadro de pessoal do Tribunal Regional Eleitoral e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.
- h2 - Número de Habitantes Dividido por 100.000: Número de habitantes do Estado baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

1.2.4. F4b - Força de Trabalho Auxiliar do Tribunal Regional Eleitoral por 100.000 Habitantes.

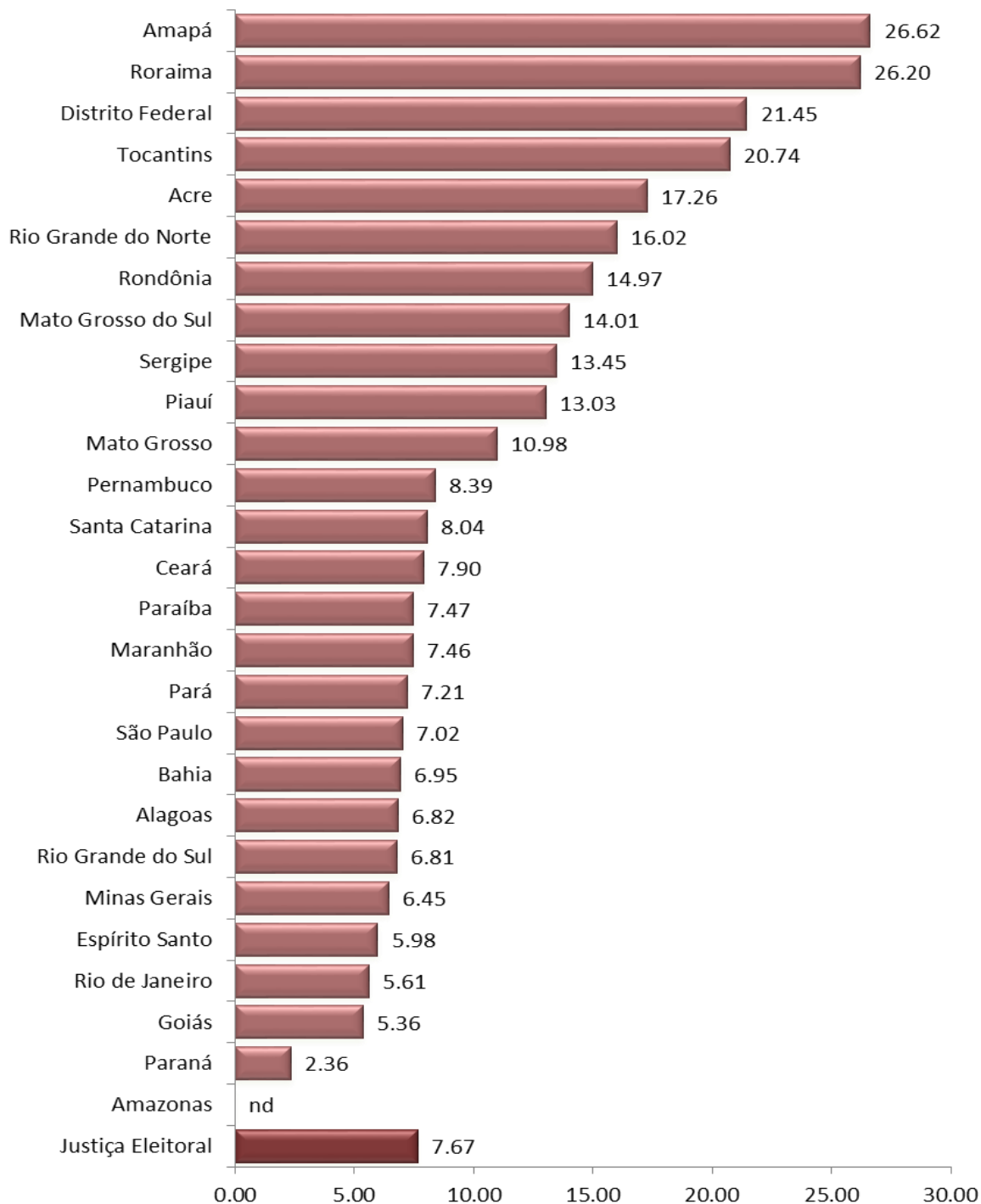
Tabela 1.22 F4b - Força de Trabalho Auxiliar do Tribunal Regional Eleitoral por 100.000 Habitantes.

Tribunal Regional Eleitoral	TPSV - Total de Pessoal sem Vínculo no Tribunal Regional Eleitoral	TPReq - Total de Pessoal Requisitado no Tribunal Regional Eleitoral	TPReqExt - Total de Pessoal Requisitado Extraordinariamente para Realização de Pleitos Eleitorais no Tribunal Regional Eleitoral	TFAux - Total da Força de Trabalho Auxiliar no Tribunal Regional Eleitoral	h2 - Número de Habitantes Dividido por 100.000	F4b - Força de Trabalho Auxiliar do Tribunal Regional Eleitoral por 100.000 Habitantes.
Acre	3	63	11	54	8	17,26
Alagoas	10	127	0	79	32	6,82
Amazonas	nd	nd	nd	nd	36	nd
Amapá	6	31	0	149	7	26,62
Bahia	2	499	200	284	142	6,95
Ceará	11	459	0	210	86	7,90
Distrito Federal	0	310	0	258	26	21,45
Espírito Santo	6	6	0	202	36	5,98
Goiás	2	194	0	134	62	5,36
Maranhão	14	246	0	241	67	7,46
Minas Gerais	3	743	10	524	199	6,45
Mato Grosso do Sul	3	141	0	207	25	14,01
Mato Grosso	2	157	1	182	31	10,98
Pará	2	265	0	293	78	7,21
Paraíba	3	26	96	160	38	7,47
Pernambuco	15	455	9	270	89	8,39
Piauí	1	159	20	232	32	13,03
Paraná	0	49	0	201	106	2,36
Rio de Janeiro	12	141	79	679	162	5,61
Rio Grande do Norte	8	186	3	320	32	16,02
Rondônia	0	102	nd	136	16	14,97
Roraima	3	27	0	93	5	26,20
Rio Grande do Sul	1	348	0	384	108	6,81
Santa Catarina	0	188	23	302	64	8,04
Sergipe	4	132	0	148	21	13,45
São Paulo	0	2.296	266	379	419	7,02
Tocantins	5	119	3	167	14	20,74
Justiça Eleitoral	116	7.469	721	6.288	1.939	7,67

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.22 F4b - Força de Trabalho Auxiliar do Tribunal Regional Eleitoral por 100.000 Habitantes.



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

F4b - Força de Trabalho Auxiliar do Tribunal Regional Eleitoral por 100.000 Habitantes.

Finalidade: Indicar o quantitativo da força de trabalho auxiliar dos Tribunal Regional Eleitoral e em seus cartórios eleitorais para cada 100.000 habitantes do estado no ano-base.

Fórmula: $F4b = (TPSV + TPReq + TPReqExt + TFAux) / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- TPSV - Total de Pessoal sem Vínculo no Tribunal Regional Eleitoral: Número total de servidores ocupantes apenas de cargo em comissão do Tribunal Regional Eleitoral e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.
- TPReq - Total de Pessoal Requisitado no Tribunal Regional Eleitoral: Número total de servidores requisitados de órgãos do Poder Judiciário e de órgãos fora do Poder Judiciário, que estão em atividade no Tribunal Regional Eleitoral e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.
- TPReqExt - Total de Pessoal Requisitado Extraordinariamente para Realização de Pleitos Eleitorais no Tribunal Regional Eleitoral: Número total de requisitados de forma extraordinária, tendo em vista, exclusivamente, a realização de pleito eleitoral, no final do ano-base.
- TFAux - Total da Força de Trabalho Auxiliar no Tribunal Regional Eleitoral: Número total de terceirizados e estagiários do Tribunal Regional Eleitoral e suas respectivas unidades judiciárias, no final do ano-base.
- h2 - Número de Habitantes Dividido por 100.000: Número de habitantes do Estado baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

1.2.5. F4c - Cargos Efetivos Existentes no Tribunal Regional Eleitoral por 100.000 Habitantes.

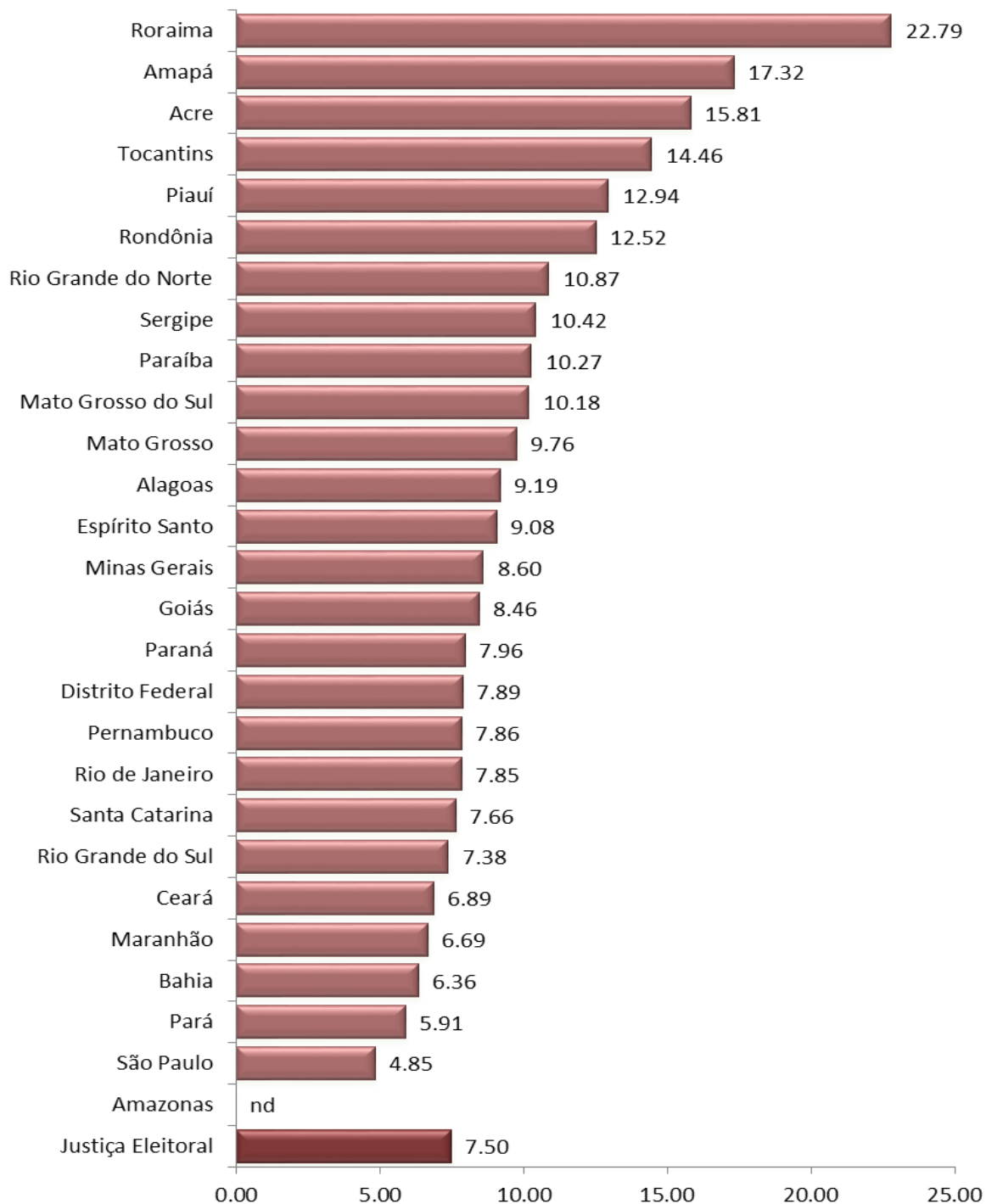
Tabela 1.23 F4c - Cargos Efetivos Existentes no Tribunal Regional Eleitoral por 100.000 Habitantes.

Tribunal Regional Eleitoral	TCEfet - Total de Cargos do Quadro Efetivo Existentes no Tribunal Regional Eleitoral	h2 - Número de Habitantes Dividido por 100.000	F4c - Cargos Efetivos Existentes no Tribunal Regional Eleitoral por 100.000 Habitantes.
Acre	120	8	15,81
Alagoas	291	32	9,19
Amazonas	nd	36	nd
Amapá	121	7	17,32
Bahia	902	142	6,36
Ceará	593	86	6,89
Distrito Federal	209	26	7,89
Espírito Santo	325	36	9,08
Goiás	521	62	8,46
Maranhão	449	67	6,69
Minas Gerais	1.708	199	8,60
Mato Grosso do Sul	255	25	10,18
Mato Grosso	304	31	9,76
Pará	459	78	5,91
Paraíba	392	38	10,27
Pernambuco	702	89	7,86
Piauí	409	32	12,94
Paraná	842	106	7,96
Rio de Janeiro	1.274	162	7,85
Rio Grande do Norte	351	32	10,87
Rondônia	199	16	12,52
Roraima	107	5	22,79
Rio Grande do Sul	795	108	7,38
Santa Catarina	489	64	7,66
Sergipe	220	21	10,42
São Paulo	2.034	419	4,85
Tocantins	205	14	14,46
Justiça Eleitoral	14.276	1.939	7,50

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.23 F4c - Cargos Efetivos Existentes no Tribunal Regional Eleitoral por 100.000 Habitantes.



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

F4c - Cargos Efetivos Existentes no Tribunal Regional Eleitoral por 100.000 Habitantes.

Finalidade: Indicar o quantitativo de cargos de provimento existentes no quadro de pessoal do Tribunal Regional Eleitoral e em seus cartórios eleitorais para cada 100.000 habitantes do estado no ano-base.

Fórmula: $F4c = TCEfet / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- TCEfet - Total de Cargos do Quadro Efetivo Existentes no Tribunal Regional Eleitoral: Número total de cargos de provimento efetivo de servidor existentes, providos ou não, no quadro de pessoal do Tribunal Regional Eleitoral e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.
- h2 - Número de Habitantes Dividido por 100.000: Número de habitantes do Estado baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

1.2.6. F4d - Cargos em Comissão e Funções Comissionadas Existentes em Relação aos Cargos Efetivos Existentes no Tribunal Regional Eleitoral.

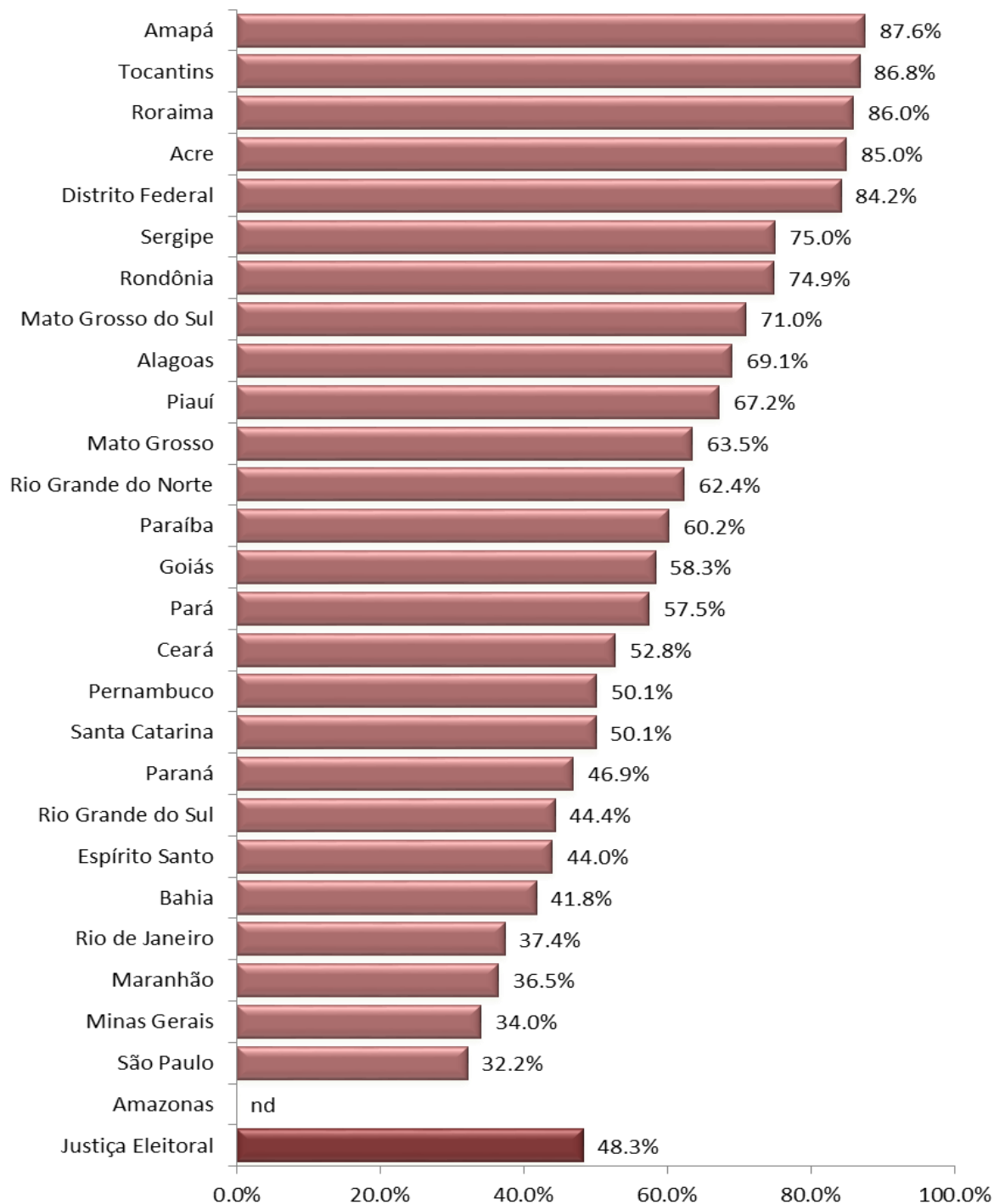
Tabela 1.24 F4d - Cargos em Comissão e Funções Comissionadas Existentes em Relação aos Cargos Efetivos Existentes no Tribunal Regional Eleitoral.

Tribunal Regional Eleitoral	TCC - Total de Cargos em Comissão Existentes no Tribunal Regional Eleitoral	TFc - Total de Funções Comissionadas Existentes no Tribunal Regional Eleitoral	TCEfet - Total de Cargos do Quadro Efetivo Existentes no Tribunal Regional Eleitoral	F4d - Cargos em Comissão e Funções Comissionadas Existentes em Relação aos Cargos Efetivos Existentes no Tribunal Regional Eleitoral.
Acre	23	79	120	85,0%
Alagoas	30	171	291	69,1%
Amazonas	nd	nd	nd	nd
Amapá	22	84	121	87,6%
Bahia	42	335	902	41,8%
Ceará	43	270	593	52,8%
Distrito Federal	30	146	209	84,2%
Espírito Santo	30	113	325	44,0%
Goiás	36	268	521	58,3%
Maranhão	36	128	449	36,5%
Minas Gerais	50	531	1.708	34,0%
Mato Grosso do Sul	30	151	255	71,0%
Mato Grosso	30	163	304	63,5%
Pará	35	229	459	57,5%
Paraíba	30	206	392	60,2%
Pernambuco	43	309	702	50,1%
Piauí	30	245	409	67,2%
Paraná	42	353	842	46,9%
Rio de Janeiro	49	427	1.274	37,4%
Rio Grande do Norte	30	189	351	62,4%
Rondônia	28	121	199	74,9%
Roraima	23	69	107	86,0%
Rio Grande do Sul	43	310	795	44,4%
Santa Catarina	35	210	489	50,1%
Sergipe	28	137	220	75,0%
São Paulo	50	605	2.034	32,2%
Tocantins	28	150	205	86,8%
Justiça Eleitoral	896	5.999	14.276	48,3%

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.24 F4d - Cargos em Comissão e Funções Comissionadas Existentes em Relação aos Cargos Efetivos Existentes no Tribunal Regional Eleitoral.



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

F4d - Cargos em Comissão e Funções Comissionadas Existentes em Relação aos Cargos Efetivos Existentes no Tribunal Regional Eleitoral.

Finalidade: Indicar a proporção do número total de cargos em comissão e funções comissionadas existentes no quadro de pessoal do Tribunal Regional Eleitoral e em seus cartórios eleitorais, em relação ao número total de cargos de provimento efetivo existentes no ano-base.

Fórmula: $F4d = (TCC + TFc) / TCEfet$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- TCC - Total de Cargos em Comissão Existentes no Tribunal Regional Eleitoral: Número total de cargos em comissão existentes, providos ou não, no quadro de pessoal do Tribunal Regional Eleitoral e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.
- TFc - Total de Funções Comissionadas Existentes no Tribunal Regional Eleitoral: Número de funções comissionadas existentes, providas ou não, no quadro de pessoal do Tribunal Regional Eleitoral e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.
- TCEfet - Total de Cargos do Quadro Efetivo Existentes no Tribunal Regional Eleitoral: Número total de cargos de provimento efetivo de servidor existentes, providos ou não, no quadro de pessoal do Tribunal Regional Eleitoral e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

1.2.7. F4e - Total de Pessoal Requisitado Extraordinariamente em Relação ao Total de Servidores do Tribunal Regional Eleitoral.

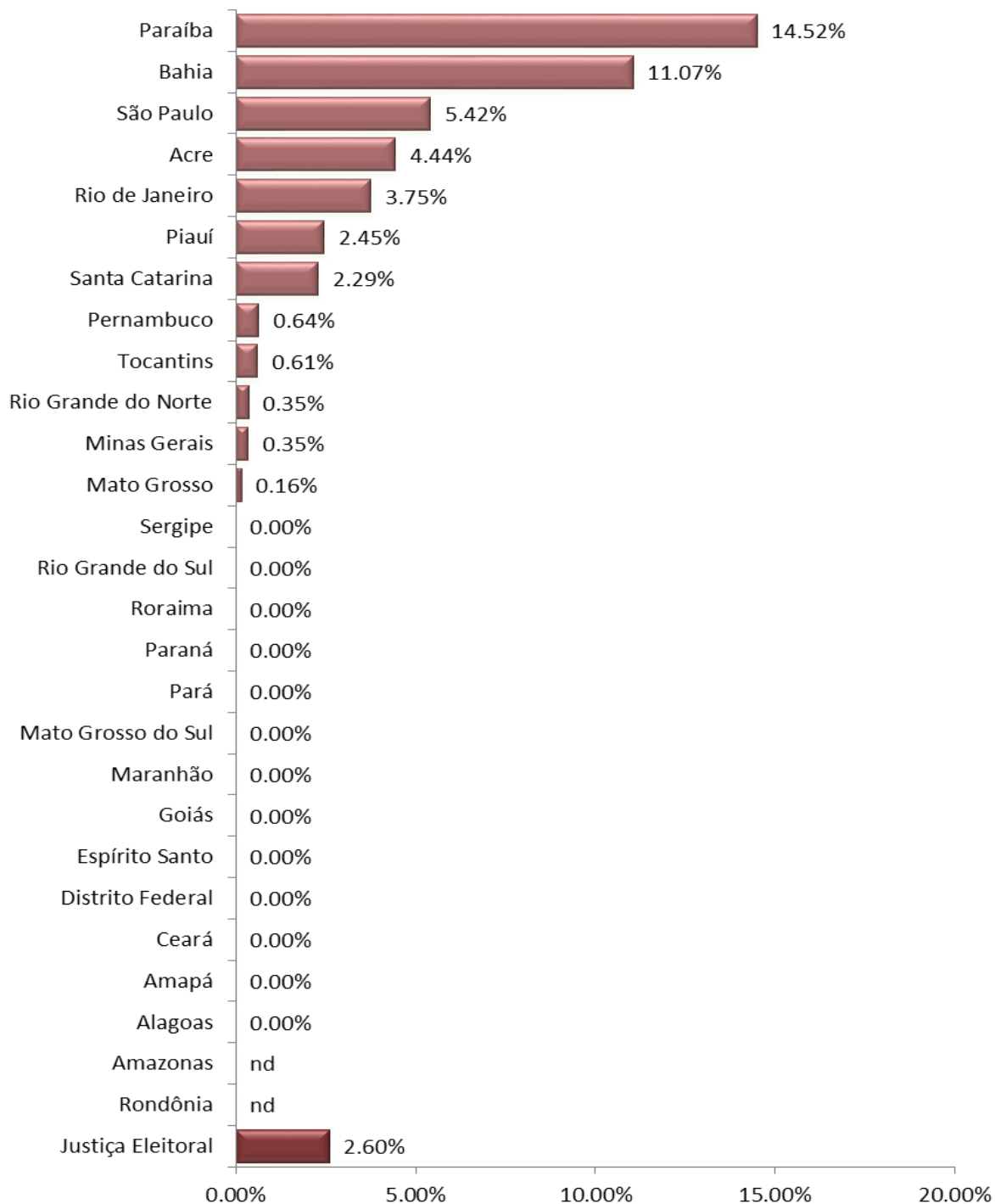
Tabela 1.25 F4e - Total de Pessoal Requisitado Extraordinariamente em Relação ao Total de Servidores do Tribunal Regional Eleitoral.

Tribunal Regional Eleitoral	TPReqExt - Total de Pessoal Requisitado Extraordinariamente para Realização de Pleitos Eleitorais no Tribunal Regional Eleitoral	TS - Total de Servidores: Força de Trabalho do Tribunal Regional Eleitoral	F4e - Total de Pessoal Requisitado Extraordinariamente em Relação ao Total de Servidores do Tribunal Regional Eleitoral.
Acre	11	248	4,44%
Alagoas	0	492	0,00%
Amazonas	nd	nd	nd
Amapá	0	290	0,00%
Bahia	200	1.807	11,07%
Ceará	0	1.227	0,00%
Distrito Federal	0	754	0,00%
Espírito Santo	0	533	0,00%
Goiás	0	780	0,00%
Maranhão	0	934	0,00%
Minas Gerais	10	2.880	0,35%
Mato Grosso do Sul	0	604	0,00%
Mato Grosso	1	634	0,16%
Pará	0	980	0,00%
Paraíba	96	661	14,52%
Pernambuco	9	1.415	0,64%
Piauí	20	816	2,45%
Paraná	0	1.080	0,00%
Rio de Janeiro	79	2.108	3,75%
Rio Grande do Norte	3	847	0,35%
Rondônia	nd	430	nd
Roraima	0	224	0,00%
Rio Grande do Sul	0	1.514	0,00%
Santa Catarina	23	1.003	2,29%
Sergipe	0	492	0,00%
São Paulo	266	4.908	5,42%
Tocantins	3	494	0,61%
Justiça Eleitoral	721	28.155	2,60%

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.25 F4e - Total de Pessoal Requisitado Extraordinariamente em Relação ao Total de Servidores do Tribunal Regional Eleitoral.



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

F4e - Total de Pessoal Requisitado Extraordinariamente em Relação ao Total de Servidores do Tribunal Regional Eleitoral.

Finalidade: Indicar o quantitativo de pessoal requisitado extraordinariamente em relação ao total de servidores do Tribunal Regional Eleitoral e em seus cartórios eleitorais no ano-base.

Fórmula: $F4e = TPReqExt / TS$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- TPReqExt - Total de Pessoal Requisitado Extraordinariamente para Realização de Pleitos Eleitorais no Tribunal Regional Eleitoral: Número total de requisitados de forma extraordinária, tendo em vista, exclusivamente, a realização de pleito eleitoral, no final do ano-base.

- $TS = TPEfet - TPCed + TPReq + TPReqExt + TPAux + TPSV$

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

1.2.8. Inf2 - Número de Computadores por Usuário no Tribunal Regional Eleitoral.

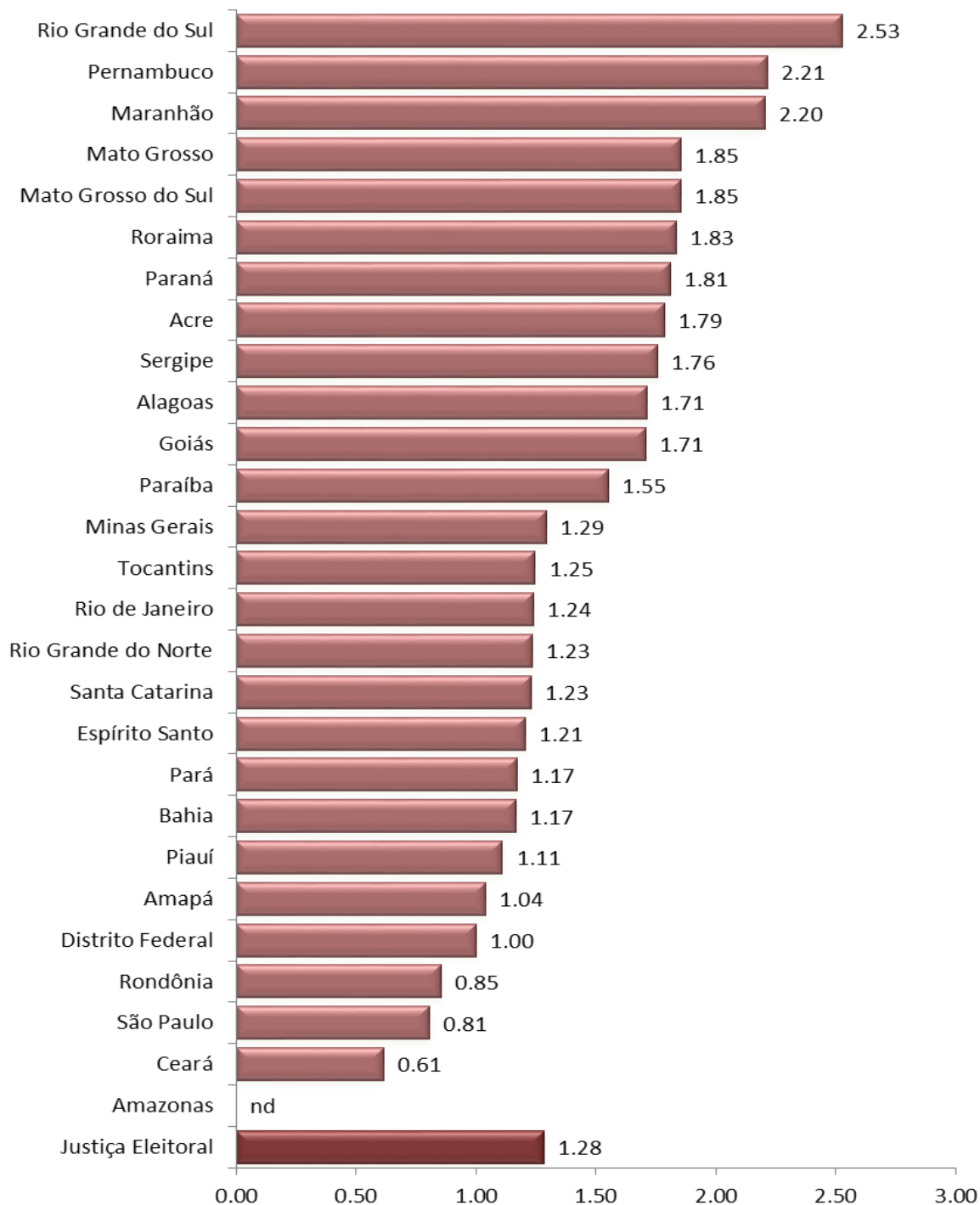
Tabela 1.26 Inf2 - Número de Computadores por Usuário no Tribunal Regional Eleitoral.

Tribunal Regional Eleitoral	Comp - Número de Computadores de Uso Pessoal no Tribunal Regional Eleitoral	Ui - Usuários de computador no Tribunal Regional Eleitoral	Inf2 - Número de Computadores por Usuário no Tribunal Regional Eleitoral.
Acre	395	221	1,79
Alagoas	584	341	1,71
Amazonas	nd	nd	nd
Amapá	343	330	1,04
Bahia	1.855	1.588	1,17
Ceará	1.160	1.887	0,61
Distrito Federal	600	600	1,00
Espírito Santo	617	512	1,21
Goiás	1.622	950	1,71
Maranhão	1.574	714	2,20
Minas Gerais	3.844	2.969	1,29
Mato Grosso do Sul	1.023	552	1,85
Mato Grosso	849	458	1,85
Pará	1.225	1.044	1,17
Paraíba	1.256	810	1,55
Pernambuco	1.218	550	2,21
Piauí	1.037	934	1,11
Paraná	3.529	1.950	1,81
Rio de Janeiro	2.812	2.266	1,24
Rio Grande do Norte	1.299	1.052	1,23
Rondônia	247	289	0,85
Roraima	288	157	1,83
Rio Grande do Sul	1.984	785	2,53
Santa Catarina	1.517	1.233	1,23
Sergipe	642	365	1,76
São Paulo	4.371	5.414	0,81
Tocantins	631	506	1,25
Justiça Eleitoral	36.522	28.477	1,28

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.26 Inf2 - Número de Computadores por Usuário no Tribunal Regional Eleitoral.



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Inf2 - Número de Computadores por Usuário no Tribunal Regional Eleitoral.

Finalidade: Indicar o número de equipamentos de informática (microcomputadores e notebooks) para cada usuário do Tribunal Regional Eleitoral e em seus cartórios eleitorais no ano-base.

Fórmula: $Inf2 = \text{Comp} / U_i$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **Comp** - Número de Computadores de Uso Pessoal no Tribunal Regional Eleitoral: O número de microcomputadores e de notebooks, em condições de uso, existentes no Tribunal Regional Eleitoral e em suas respectivas unidades judiciárias no ano-base. Excluem-se os terminais de consulta.
- **U_i** - Usuários de computador no Tribunal Regional Eleitoral: Número total de magistrados, servidores do quadro permanente e requisitados, terceirizados, estagiários e contratados que utilizam de forma contínua computadores e notebooks no Tribunal Regional Eleitoral e nas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

1.2.9. UE - Número de eleitores por Urna no Tribunal Regional Eleitoral

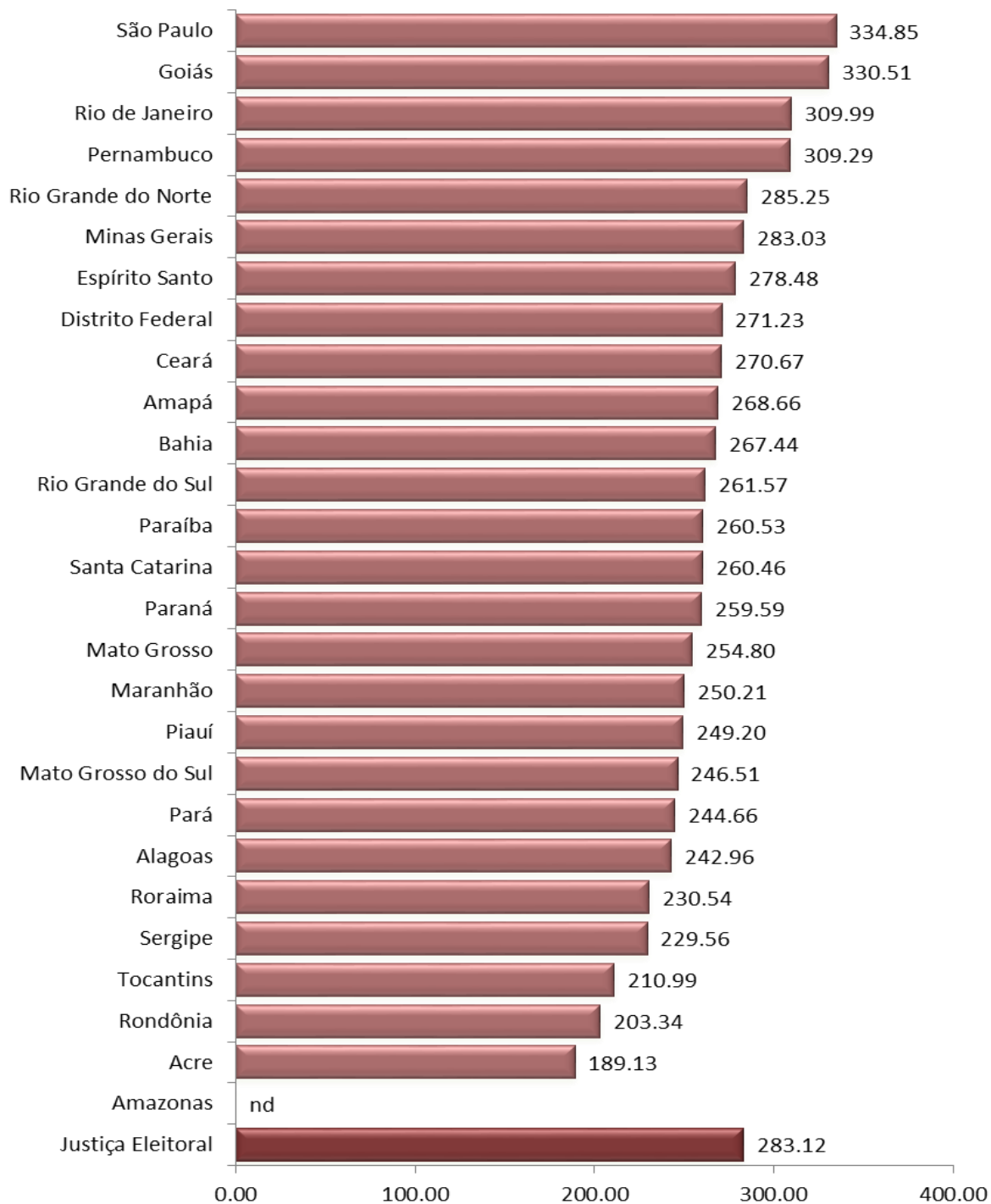
Tabela 1.27 UE - Número de eleitores por Urna no Tribunal Regional Eleitoral

Tribunal Regional Eleitoral	Urnas - Número de Urnas no Tribunal Regional Eleitoral	EL - Número de Eleitores	UE - Número de eleitores por Urna no Tribunal Regional Eleitoral
Acre	2.637	498.730	189,13
Alagoas	7.666	1.862.514	242,96
Amazonas	nd	nd	nd
Amapá	1.670	448.661	268,66
Bahia	37.755	10.097.041	267,44
Ceará	22.878	6.192.371	270,67
Distrito Federal	6.833	1.853.330	271,23
Espírito Santo	9.431	2.626.339	278,48
Goiás	12.767	4.219.655	330,51
Maranhão	18.194	4.552.293	250,21
Minas Gerais	52.935	14.982.244	283,03
Mato Grosso do Sul	7.188	1.771.944	246,51
Mato Grosso	8.518	2.170.412	254,80
Pará	20.863	5.104.240	244,66
Paraíba	10.975	2.859.304	260,53
Pernambuco	21.010	6.498.122	309,29
Piauí	9.471	2.360.200	249,20
Paraná	29.732	7.718.223	259,59
Rio de Janeiro	38.297	11.871.528	309,99
Rio Grande do Norte	8.233	2.348.466	285,25
Rondônia	5.436	1.105.353	203,34
Roraima	1.270	292.791	230,54
Rio Grande do Sul	31.800	8.317.824	261,57
Santa Catarina	18.191	4.737.974	260,46
Sergipe	6.032	1.384.688	229,56
São Paulo	93.172	31.198.197	334,85
Tocantins	4.696	990.811	210,99
Justiça Eleitoral	487.650	138.063.255	283,12

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.27 UE - Número de eleitores por Urna no Tribunal Regional Eleitoral



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

UE - Número de eleitores por Urna no Tribunal Regional Eleitoral

Finalidade: Indicar o número de eleitores para cada urna eletrônica do Tribunal Regional Eleitoral e em seus cartórios eleitorais no ano-base.

Fórmula: $UE = \text{Urnas} / EL$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Urnas - Número de Urnas no Tribunal Regional Eleitoral: Número total de urnas, em condições de uso, existentes no Tribunal Regional no ano-base. Excluem-se as urnas reservadas para substituição.
- EL - Número de Eleitores :Número de eleitores inscritos na área de atuação do TRE no período-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

1.2.10. Dm² - Área útil em Relação à Área Total do Tribunal Regional Eleitoral (em Metros Quadrados).

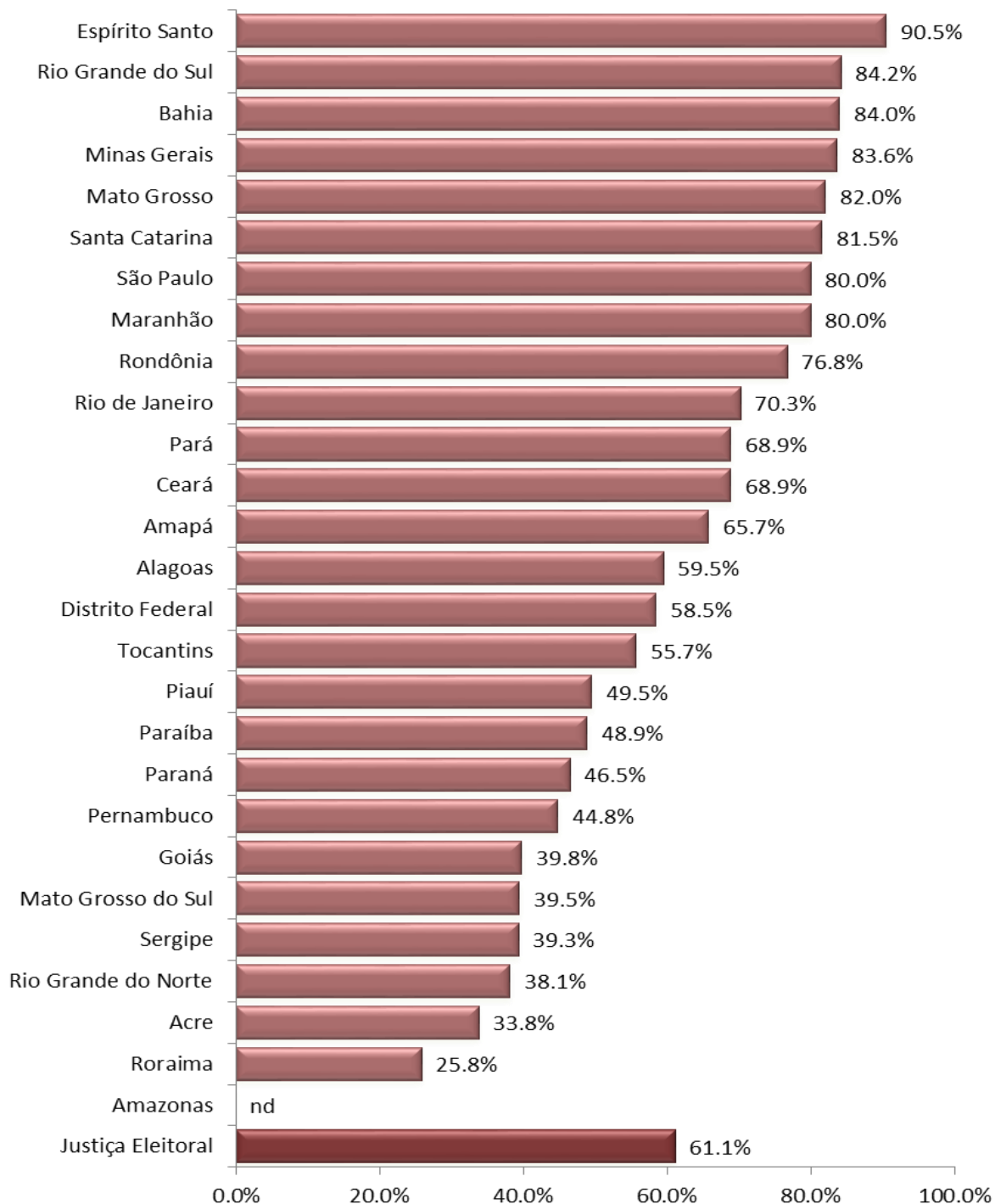
Tabela 1.28 Dm² - Área útil em Relação à Área Total do Tribunal Regional Eleitoral (em Metros Quadrados).

Tribunal Regional Eleitoral	m ² Util - Área Útil em Metros Quadrados do Tribunal Regional Eleitoral	m ² Total - Área Total em Metros Quadrados do Tribunal Regional Eleitoral	Dm ² - Área útil em Relação à Área Total do Tribunal Regional Eleitoral (em Metros Quadrados).
Acre	8.208	24.260	33,8%
Alagoas	11.751	19.737	59,5%
Amazonas	nd	nd	nd
Amapá	10.271	15.627	65,7%
Bahia	28.812	34.311	84,0%
Ceará	19.214	27.905	68,9%
Distrito Federal	34.272	58.596	58,5%
Espírito Santo	17.280	19.100	90,5%
Goiás	25.426	63.945	39,8%
Maranhão	25.278	31.598	80,0%
Minas Gerais	51.029	61.016	83,6%
Mato Grosso do Sul	21.749	55.107	39,5%
Mato Grosso	20.343	24.809	82,0%
Pará	29.851	43.328	68,9%
Paraíba	28.225	57.777	48,9%
Pernambuco	33.792	75.456	44,8%
Piauí	19.927	40.230	49,5%
Paraná	71.468	153.754	46,5%
Rio de Janeiro	56.629	80.599	70,3%
Rio Grande do Norte	18.456	48.410	38,1%
Rondônia	12.635	16.462	76,8%
Roraima	4.052	15.691	25,8%
Rio Grande do Sul	33.320	39.567	84,2%
Santa Catarina	22.253	27.303	81,5%
Sergipe	13.316	33.850	39,3%
São Paulo	158.955	198.694	80,0%
Tocantins	17.727	31.849	55,7%
Justiça Eleitoral	794.239	1.298.981	61,1%

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.28 Dm² - Área útil em Relação à Área Total do Tribunal Regional Eleitoral (em Metros Quadrados).



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Dm^2 - Área útil em Relação à Área Total do Tribunal Regional Eleitoral (em Metros Quadrados).

Finalidade: Indicar o número de metros quadrados de área útil em relação à área total existente nos prédios dos órgãos integrantes da estrutura do Tribunal Regional Eleitoral e em seus cartórios eleitorais no ano-base.

Fórmula: $Dm^2 = m^2Util / m^2Total$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- m^2Util - Área Útil em Metros Quadrados do Tribunal Regional Eleitoral: A área construída (própria ou não) destinada pelos órgãos integrantes da estrutura do Tribunal Regional Eleitoral e de suas respectivas unidades judiciárias, à atividade-fim e à atividade de apoio administrativo no ano-base, desconsideradas as áreas utilizadas como jardins, creche, áreas de lazer, estacionamentos e museus.
- m^2Total - Área Total em Metros Quadrados do Tribunal Regional Eleitoral: A área total de todos os prédios, próprio ou não, dos órgãos integrantes da estrutura do Tribunal Regional Eleitoral e de suas respectivas unidades judiciárias, independentemente da finalidade, incluindo área para arquivos, depósitos, auditórios, museus, estacionamentos privativos e jardins, existente no final do ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

1.2.11. Pm² - Força de Trabalho Total em Relação à Área Útil do Tribunal Regional Eleitoral (em metros quadrados).

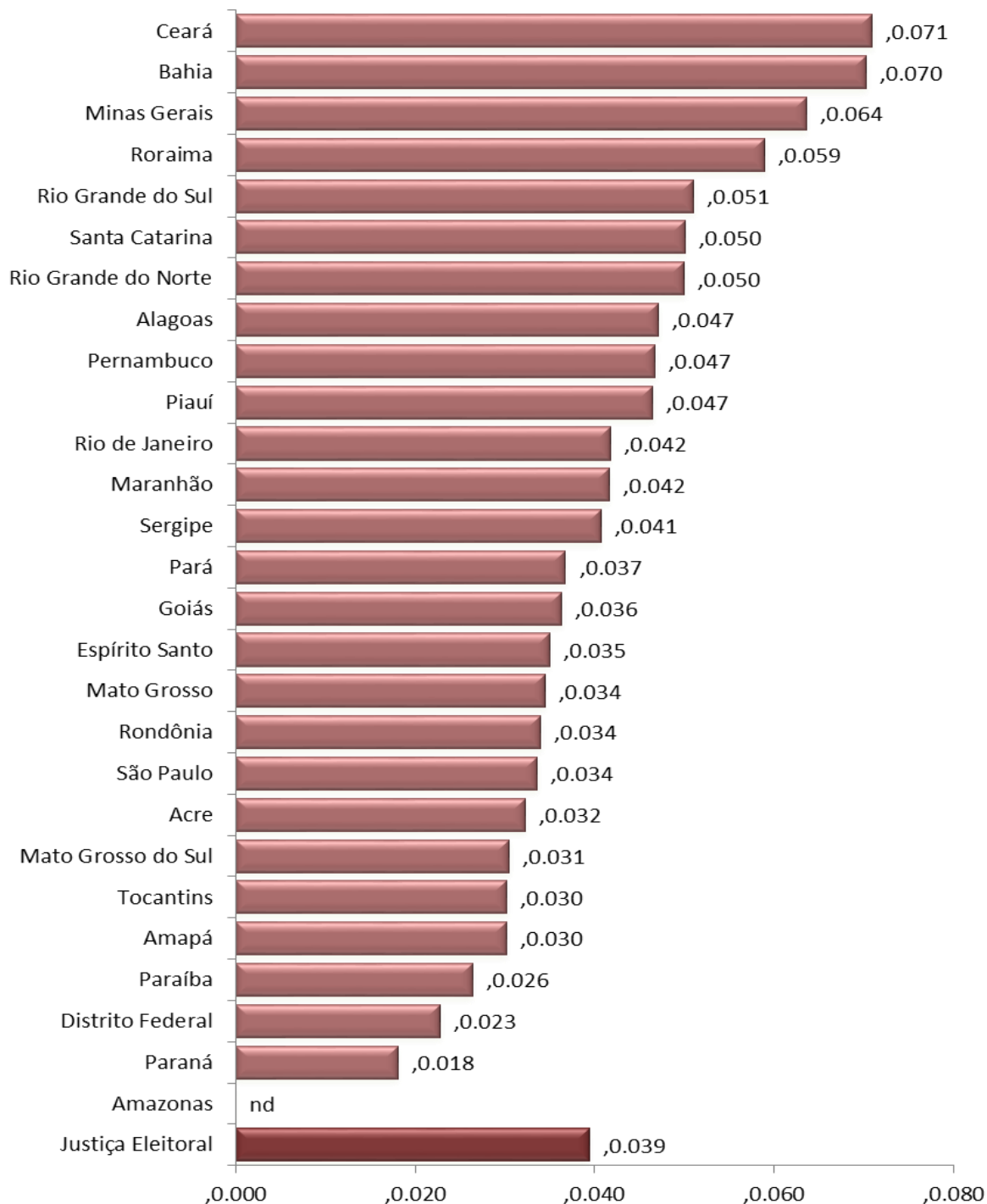
Tabela 1.29 Pm² - Força de Trabalho Total em Relação à Área Útil do Tribunal Regional Eleitoral (em metros quadrados).

Tribunal Regional Eleitoral	FTT - Força de Trabalho Total de Servidores e Magistrados do Tribunal Regional Eleitoral	m ² Util - Área Útil em Metros Quadrados do Tribunal Regional Eleitoral	Pm ² - Força de Trabalho Total em Relação à Área Útil do Tribunal Regional Eleitoral (em metros quadrados).
Acre	265	8.208	0,032
Alagoas	554	11.751	0,047
Amazonas	nd	nd	nd
Amapá	310	10.271	0,030
Bahia	2.026	28.812	0,070
Ceará	1.364	19.214	0,071
Distrito Federal	782	34.272	0,023
Espírito Santo	605	17.280	0,035
Goiás	924	25.426	0,036
Maranhão	1.052	25.278	0,042
Minas Gerais	3.245	51.029	0,064
Mato Grosso do Sul	664	21.749	0,031
Mato Grosso	701	20.343	0,034
Pará	1.098	29.851	0,037
Paraíba	745	28.225	0,026
Pernambuco	1.580	33.792	0,047
Piauí	927	19.927	0,047
Paraná	1.294	71.468	0,018
Rio de Janeiro	2.364	56.629	0,042
Rio Grande do Norte	923	18.456	0,050
Rondônia	430	12.635	0,034
Roraima	239	4.052	0,059
Rio Grande do Sul	1.701	33.320	0,051
Santa Catarina	1.115	22.253	0,050
Sergipe	542	13.316	0,041
São Paulo	5.347	158.955	0,034
Tocantins	536	17.727	0,030
Justiça Eleitoral	31.333	794.239	0,039

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.29 Pm² - Força de Trabalho Total em Relação à Área Útil do Tribunal Regional Eleitoral (em metros quadrados).



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Pm² - Força de Trabalho Total em Relação à Área Útil do Tribunal Regional Eleitoral (em metros quadrados).

Finalidade: : Indicar o número total de força de trabalho em atividade (incluindo servidores efetivos, auxiliares e magistrados) em relação à área útil existente nos prédios dos órgãos integrantes da estrutura do Tribunal Regional Eleitoral e em seus cartórios eleitorais no ano-base.

Fórmula: $Pm^2 = FTT / m^2\text{util}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $FTT = TS + Mag$
- $m^2\text{Util}$ - Área Útil em Metros Quadrados do Tribunal Regional Eleitoral: A área construída (própria ou não) destinada pelos órgãos integrantes da estrutura do Tribunal Regional Eleitoral e de suas respectivas unidades judiciárias, à atividade-fim e à atividade de apoio administrativo no ano-base, desconsideradas as áreas utilizadas como jardins, creche, áreas de lazer, estacionamentos e museus.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

1.2.12. ProcML - Espaço Utilizado em Relação ao Espaço Disponível para Arquivamento de Processos Judiciais (em Metros Lineares) no Tribunal Regional Eleitoral.

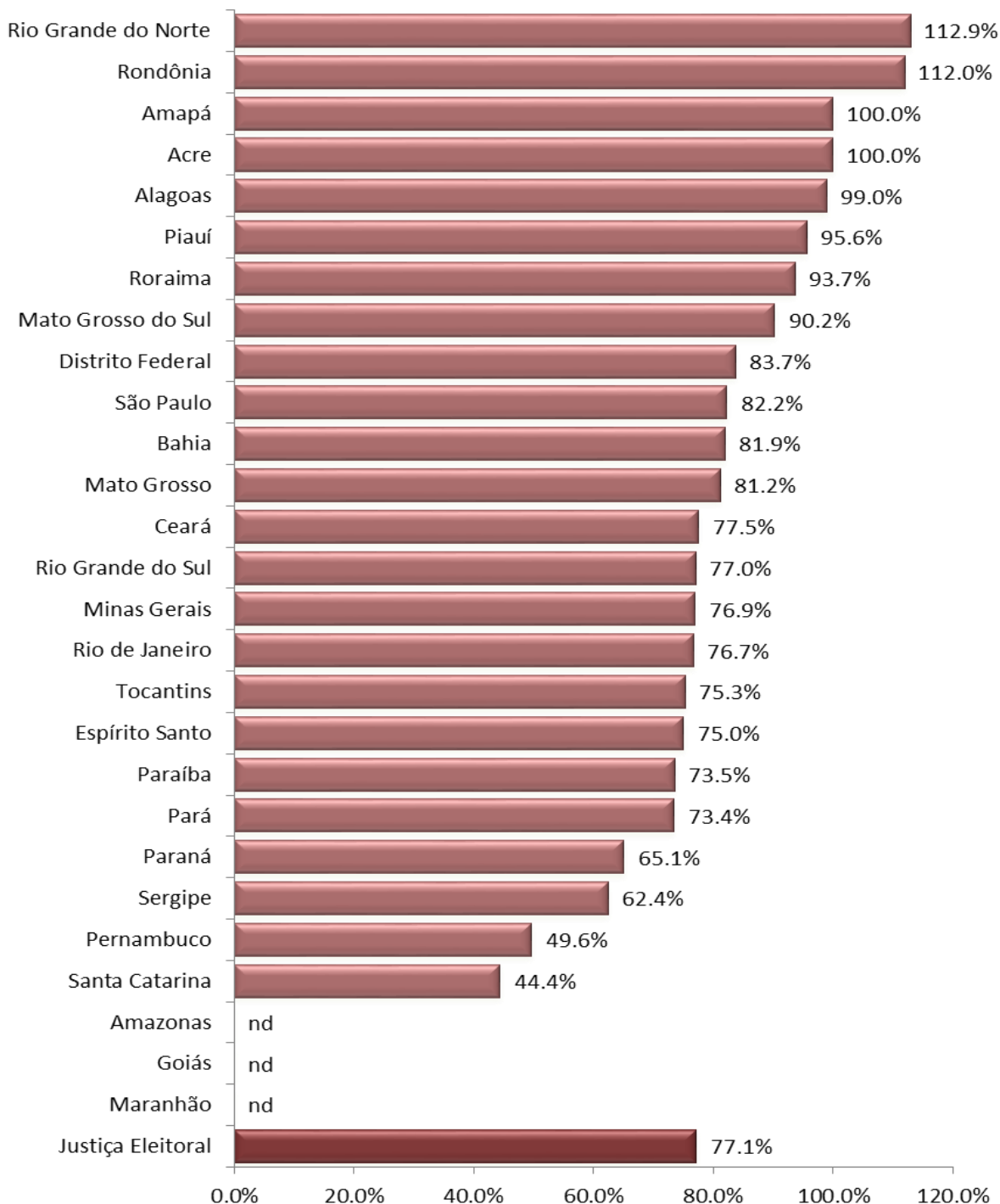
Tabela 1.30 ProcML - Espaço Utilizado em Relação ao Espaço Disponível para Arquivamento de Processos Judiciais (em Metros Lineares) no Tribunal Regional Eleitoral.

Tribunal Regional Eleitoral	MLUtilArq - Espaço Utilizado com Arquivo em metros lineares	MLDispArq - Espaço Disponível de Arquivo em metros lineares no Tribunal Regional Eleitoral	ProcML - Espaço Utilizado em Relação ao Espaço Disponível para Arquivamento de Processos Judiciais (em Metros Lineares) no Tribunal Regional Eleitoral.
Acre	679	679	100,0%
Alagoas	573	579	99,0%
Amazonas	nd	nd	nd
Amapá	252	252	100,0%
Bahia	847	1.034	81,9%
Ceará	310	400	77,5%
Distrito Federal	720	860	83,7%
Espírito Santo	240	320	75,0%
Goiás	nd	nd	nd
Maranhão	nd	nd	nd
Minas Gerais	4.429	5.757	76,9%
Mato Grosso do Sul	1.761	1.952	90,2%
Mato Grosso	3.226	3.973	81,2%
Pará	381	519	73,4%
Paraíba	4.321	5.875	73,5%
Pernambuco	280	564	49,6%
Piauí	239	250	95,6%
Paraná	4.216	6.481	65,1%
Rio de Janeiro	5.154	6.720	76,7%
Rio Grande do Norte	698	618	112,9%
Rondônia	1.627	1.453	112,0%
Roraima	682	728	93,7%
Rio Grande do Sul	5.142	6.674	77,0%
Santa Catarina	668	1.504	44,4%
Sergipe	319	511	62,4%
São Paulo	1.158	1.408	82,2%
Tocantins	1.515	2.011	75,3%
Justiça Eleitoral	39.437	51.122	77,1%

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.30 ProcML - Espaço Utilizado em Relação ao Espaço Disponível para Arquivamento de Processos Judiciais (em Metros Lineares) no Tribunal Regional Eleitoral.



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

ProcML - Espaço Utilizado em Relação ao Espaço Disponível para Arquivamento de Processos Judiciais (em Metros Lineares) no Tribunal Regional Eleitoral.

Finalidade: Indicar a proporção, em metros lineares, do espaço utilizado com arquivamento de processos judiciais em relação ao espaço para arquivo disponível no Tribunal Regional Eleitoral e seus cartórios eleitorais no ano-base.

Fórmula: $\text{ProcML} = \text{MLUtilArq} / \text{MLDispArq}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

· MLUtilArq - Espaço Utilizado com Arquivo em metros lineares: Espaço utilizado para arquivo de processos judiciais no Tribunal Regional Eleitoral e de suas respectivas unidades judiciárias, no ano-base. A metragem linear tem por base o comprimento das estantes e/ou a profundidade das gavetas dos arquivos de aço. E, ainda, para a documentação empacotada, amarrada ou amontoada utilizar-se-á a metragem cúbica, ou seja, comprimento \times altura \times largura das pilhas de documentos. Para conversão em metros lineares, multiplique o resultado obtido em m^3 por 12 (Fonte: Arquivo Nacional).

· MLDispArq - Espaço Disponível de Arquivo em metros lineares no Tribunal Regional Eleitoral: Espaço disponibilizado para arquivo de processos judiciais no Tribunal Regional Eleitoral e de suas respectivas unidades judiciárias, no ano-base. A metragem linear tem por base o comprimento das estantes e/ou a profundidade das gavetas dos arquivos de aço. E, ainda, para a documentação empacotada, amarrada ou amontoada utilizar-se-á a metragem cúbica, ou seja, comprimento \times altura \times largura das pilhas de documentos. Para conversão em metros lineares, multiplique o resultado obtido em m^3 por 12 (Fonte: Arquivo Nacional).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

1.2.13. UEMC - Espaço Utilizado em Relação ao Espaço Disponível para Armazenamento de Urnas Eletrônicas (em Metros Cúbicos) no Tribunal Regional Eleitoral.

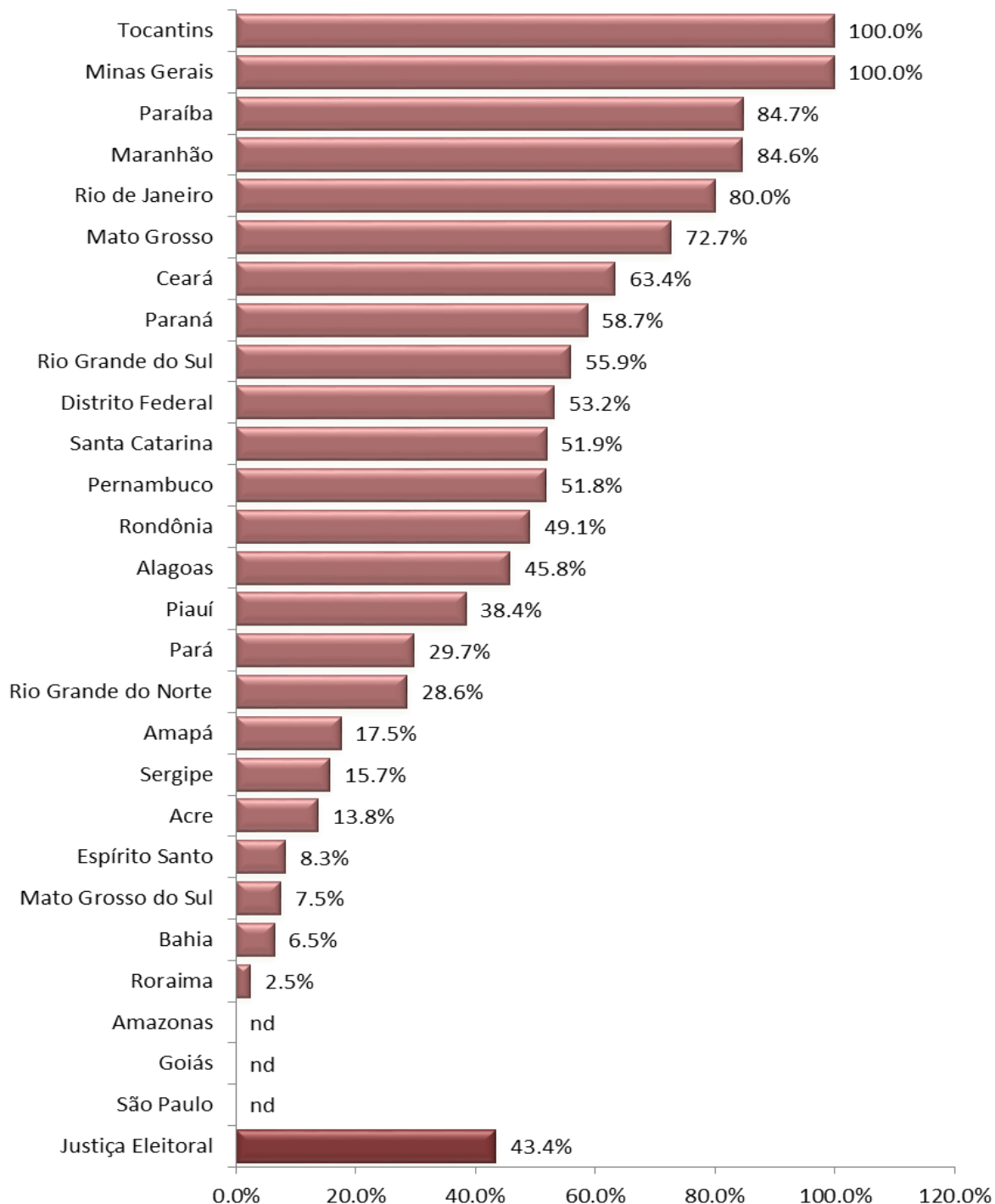
Tabela 1.31 UEMC - Espaço Utilizado em Relação ao Espaço Disponível para Armazenamento de Urnas Eletrônicas (em Metros Cúbicos) no Tribunal Regional Eleitoral.

Tribunal Regional Eleitoral	MCUtilUrna - Espaço Utilizado com Armazenamento da Urna Eletrônica, em metros cúbicos no Tribunal Regional Eleitoral	MCDispUrna - Espaço Disponível para Armazenamento da Urna Eletrônica em metros cúbicos no Tribunal Regional Eleitoral	UEMC - Espaço Utilizado em Relação ao Espaço Disponível para Armazenamento de Urnas Eletrônicas (em Metros Cúbicos) no Tribunal Regional Eleitoral.
Acre	145	1.054	13,8%
Alagoas	2.320	5.066	45,8%
Amazonas	nd	nd	nd
Amapá	92	525	17,5%
Bahia	2.084	32.191	6,5%
Ceará	2.326	3.671	63,4%
Distrito Federal	210	395	53,2%
Espírito Santo	518	6.260	8,3%
Goiás	nd	10.294	nd
Maranhão	13.070	15.448	84,6%
Minas Gerais	6.663	6.663	100,0%
Mato Grosso do Sul	395	5.246	7,5%
Mato Grosso	48	66	72,7%
Pará	1.070	3.600	29,7%
Paraíba	542	640	84,7%
Pernambuco	6.606	12.743	51,8%
Piauí	2.364	6.155	38,4%
Paraná	3.025	5.150	58,7%
Rio de Janeiro	10.058	12.573	80,0%
Rio Grande do Norte	5.600	19.600	28,6%
Rondônia	2.527	5.144	49,1%
Roraima	100	4.035	2,5%
Rio Grande do Sul	11.364	20.315	55,9%
Santa Catarina	6.264	12.074	51,9%
Sergipe	538	3.435	15,7%
São Paulo	51.239	nd	nd
Tocantins	2.022	2.022	100,0%
Justiça Eleitoral	131.190	194.365	43,4%

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.31 UEMC - Espaço Utilizado em Relação ao Espaço Disponível para Armazenamento de Urnas Eletrônicas (em Metros Cúbicos) no Tribunal Regional Eleitoral.



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

UEMC - Espaço Utilizado em Relação ao Espaço Disponível para Armazenamento de Urnas Eletrônicas (em Metros Cúbicos) no Tribunal Regional Eleitoral.

Finalidade: Indicar a proporção, em metros cúbicos, do espaço utilizado com armazenamento de urnas em relação ao espaço para armazenamento disponível no Tribunal Regional Eleitoral e seus cartórios eleitorais no ano-base.

Fórmula: $UEMC = MCUtilUrna / MCDispUrna$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- MCUtilUrna - Espaço Utilizado com Armazenamento da Urna Eletrônica, em metros cúbicos no Tribunal Regional Eleitoral: Espaço utilizado para armazenamento de urnas no Tribunal Regional Eleitoral e suas respectivas unidades judiciárias, no ano-base. Considerando-se as medidas da caixa da urna modelo 2009: 23 (altura) x 42,5 (largura) x 52,5 (comprimento) = 51,32 cm³ é prudente reservar um espaço com 55cm³ para cada urna eletrônica.
- MCDispUrna - Espaço Disponível para Armazenamento da Urna Eletrônica em metros cúbicos no Tribunal Regional Eleitoral: Espaço disponibilizado para armazenamento de urnas eletrônicas no Tribunal Regional Eleitoral e suas respectivas unidades judiciárias, no ano-base.

2. Litigiosidade.
2.1. Litigiosidade de 2º grau
2.1.1. Cn2º - Casos Novos no 2º Grau

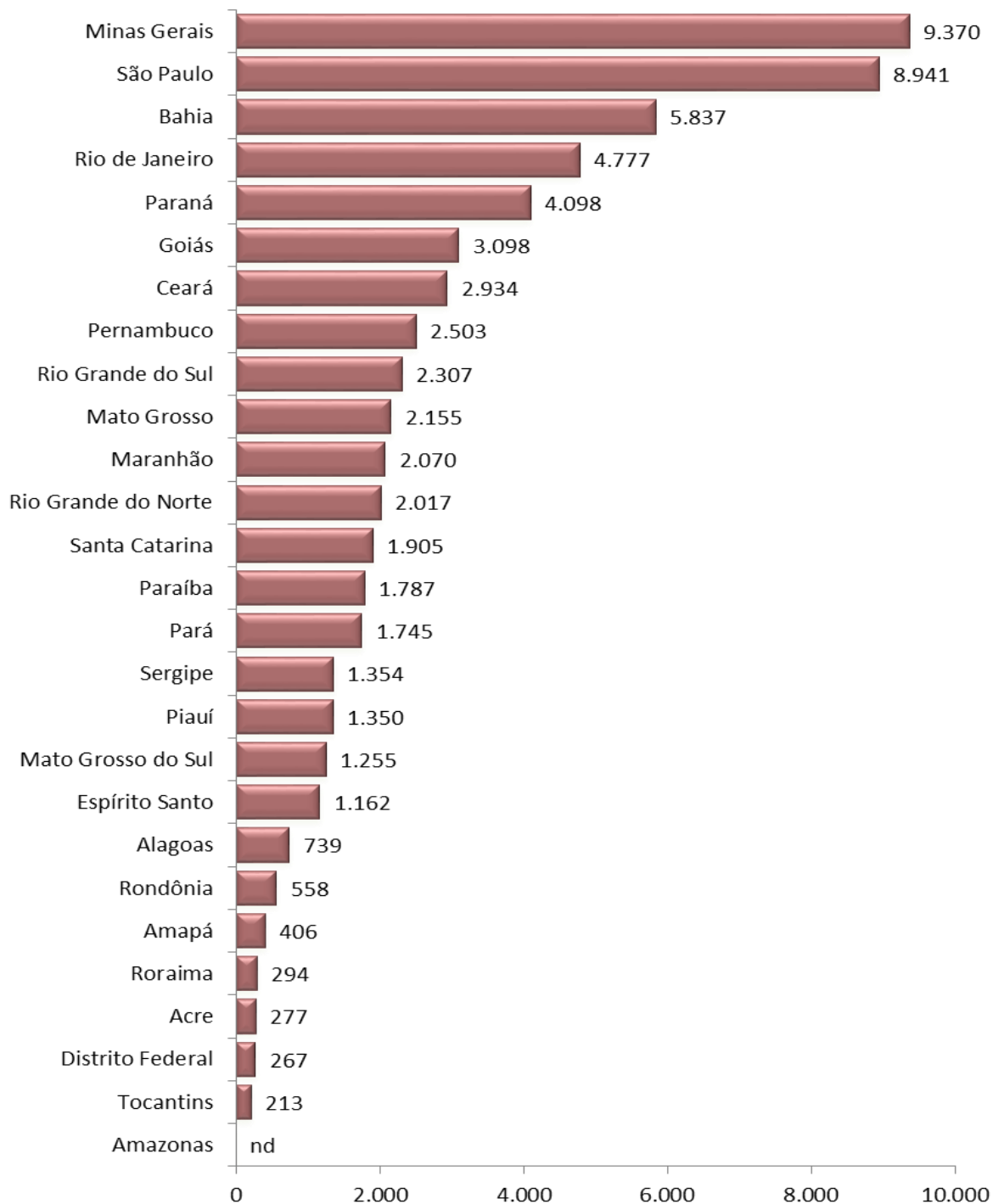
Tabela 2.1 - Cn2º - Casos Novos no 2º Grau

Tribunal Regional Eleitoral	CnCrim2º - Casos Novos Criminais no 2º Grau	CnNCrim2º - Casos Novos Não-Criminais no 2º Grau	Cn2º - Casos Novos no 2º Grau
Acre	7	270	277
Alagoas	13	726	739
Amazonas	nd	nd	nd
Amapá	2	404	406
Bahia	28	5.809	5.837
Ceará	20	2.914	2.934
Distrito Federal	11	256	267
Espírito Santo	18	1.144	1.162
Goiás	51	3.047	3.098
Maranhão	27	2.043	2.070
Minas Gerais	94	9.276	9.370
Mato Grosso do Sul	15	1.240	1.255
Mato Grosso	22	2.133	2.155
Pará	11	1.734	1.745
Paraíba	36	1.751	1.787
Pernambuco	66	2.437	2.503
Piauí	20	1.330	1.350
Paraná	59	4.039	4.098
Rio de Janeiro	159	4.618	4.777
Rio Grande do Norte	104	1.913	2.017
Rondônia	13	545	558
Roraima	3	291	294
Rio Grande do Sul	44	2.263	2.307
Santa Catarina	25	1.880	1.905
Sergipe	8	1.346	1.354
São Paulo	88	8.853	8.941
Tocantins	10	203	213
Justiça Eleitoral	954	62.465	63.419

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.1 - Cn2º - Casos Novos no 2º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Cn2º - Casos Novos no 2º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados no 2º Grau do Tribunal Regional Eleitoral no período-base (semestre).

Fórmula: $Cn2^\circ = CnCrim2^\circ + CnNCrim2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

· CnCrim2º - Casos Novos Criminais no 2º Grau: Os processos criminais originários e os em grau de recurso oriundos da Justiça Eleitoral de 1º Grau, autuados no 2º Grau da Justiça Eleitoral no período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (Embargos de Declaração, Agravos Regimentais, Pedidos de Reconsideração, os recursos contra decisão monocrática de juiz substituto e as correções parciais) e os recursos externos (Recursos Ordinários, Recursos Especiais Eleitorais e Agravos de Instrumento), e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.

· CnNCrim2º - Casos Novos Não-Criminais no 2º Grau: Os processos não-criminais originários e os em grau de recurso oriundos da Justiça Eleitoral de 1º Grau, autuados no 2º Grau da Justiça Eleitoral no período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (Embargos de Declaração, Agravos Regimentais, Pedidos de Reconsideração, os recursos contra decisão monocrática de juiz substituto e as correções parciais) e os recursos externos (Recursos Ordinários, Recursos Especiais Eleitorais e Agravos de Instrumento), e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.

2. Litigiosidade.
2.1. Litigiosidade de 2º grau
2.1.2. Cp2º - Casos Pendentes no 2º Grau

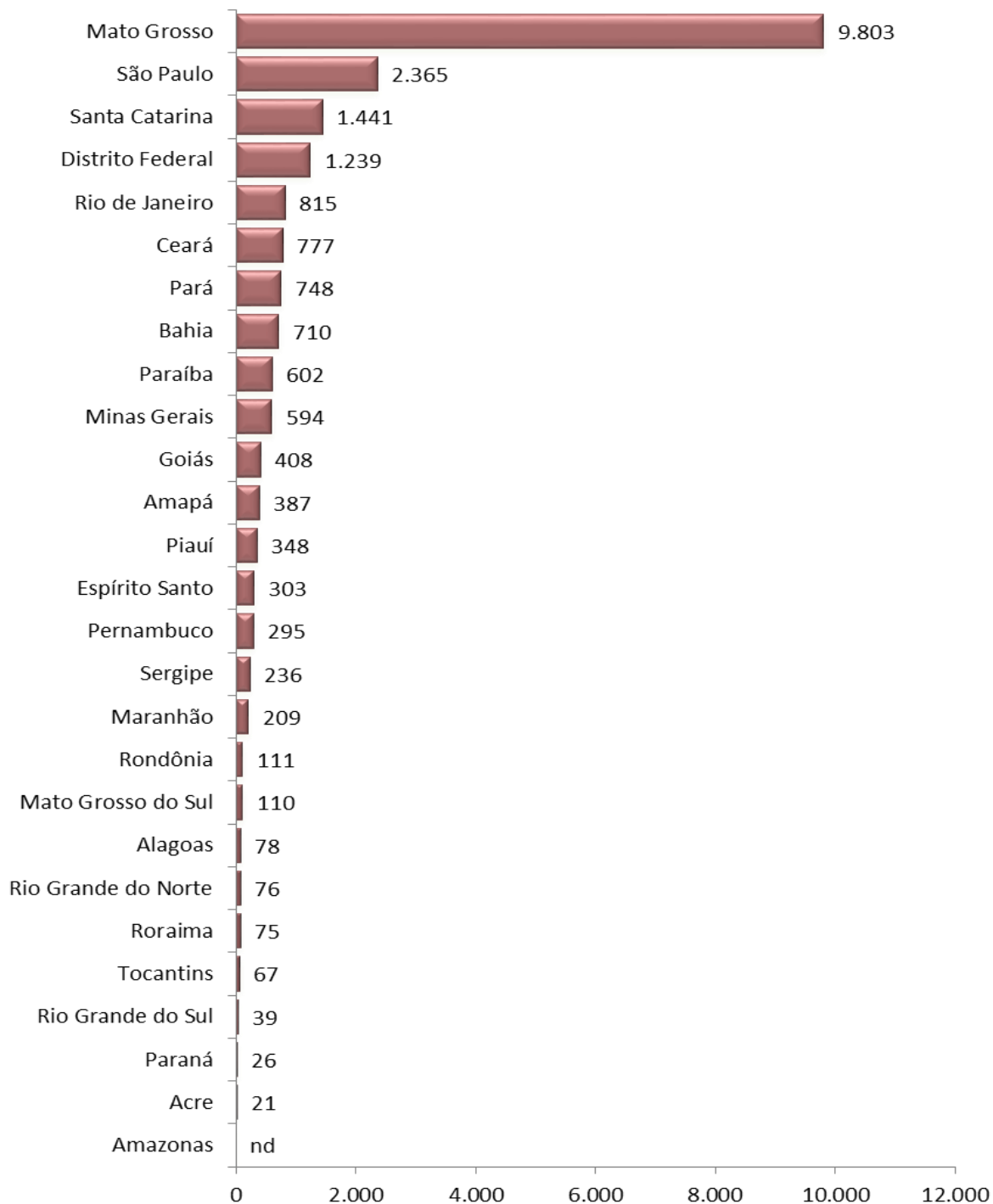
Tabela 2.2 - Cp2º - Casos Pendentes no 2º Grau

Tribunal Regional Eleitoral	CpCrim2º - Casos Pendentes Criminais no 2º Grau da Justiça Eleitoral	CpNCrim2º - Casos Pendentes Não-Criminais no 2º Grau da Justiça Eleitoral	Cp2º - Casos Pendentes no 2º Grau
Acre	13	8	21
Alagoas	3	75	78
Amazonas	nd	nd	nd
Amapá	9	378	387
Bahia	8	702	710
Ceará	10	767	777
Distrito Federal	7	1.232	1.239
Espírito Santo	5	298	303
Goiás	19	389	408
Maranhão	9	200	209
Minas Gerais	35	559	594
Mato Grosso do Sul	10	100	110
Mato Grosso	88	9.715	9.803
Pará	12	736	748
Paraíba	36	566	602
Pernambuco	23	272	295
Piauí	33	315	348
Paraná	4	22	26
Rio de Janeiro	194	621	815
Rio Grande do Norte	3	73	76
Rondônia	20	91	111
Roraima	3	72	75
Rio Grande do Sul	6	33	39
Santa Catarina	71	1.370	1.441
Sergipe	6	230	236
São Paulo	56	2.309	2.365
Tocantins	8	59	67
Justiça Eleitoral	691	21.192	21.883

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.2 - Cp2º - Casos Pendentes no 2º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Cp2º - Casos Pendentes no 2º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos pendentes no 2º Grau do Tribunal Regional Eleitoral no início do período-base (semestre).

Fórmula: $Cp2º = CpCrim2º + CpNCrim2º$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

· CpCrim2º - Casos Pendentes Criminais no 2º Grau da Justiça Eleitoral: Saldo residual de processos criminais originários ou em grau de recurso que foram autuados no 2º Grau da Justiça Eleitoral até o final do período anterior ao período-base (semestre), e que não foram baixados no 2º Grau no final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (Embargos de Declaração, Agravos Regimentais, Pedidos de Reconsideração, os recursos contra decisão monocrática de Juiz Substituto e as correções parciais) e os recursos externos (Recursos Ordinários, Recursos Especiais Eleitorais e Agravos de Instrumento), e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.

· CpNCrim2º - Casos Pendentes Não-Criminais no 2º Grau da Justiça Eleitoral: Saldo residual de processos não-criminais originários ou em grau de recurso que foram autuados no 2º Grau da Justiça Eleitoral até o final do período anterior ao período-base (semestre), e que não foram baixados no 2º Grau no final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (Embargos de Declaração, Agravos Regimentais, Pedidos de Reconsideração, os recursos contra decisão monocrática de Juiz Substituto e as correções parciais) e os recursos externos (Recursos Ordinários, Recursos Especiais Eleitorais e Agravos de Instrumento), e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.

2. Litigiosidade.
2.1. Litigiosidade de 2º grau
2.1.3. T Baix2º - Total de Processos Baixados no 2º Grau

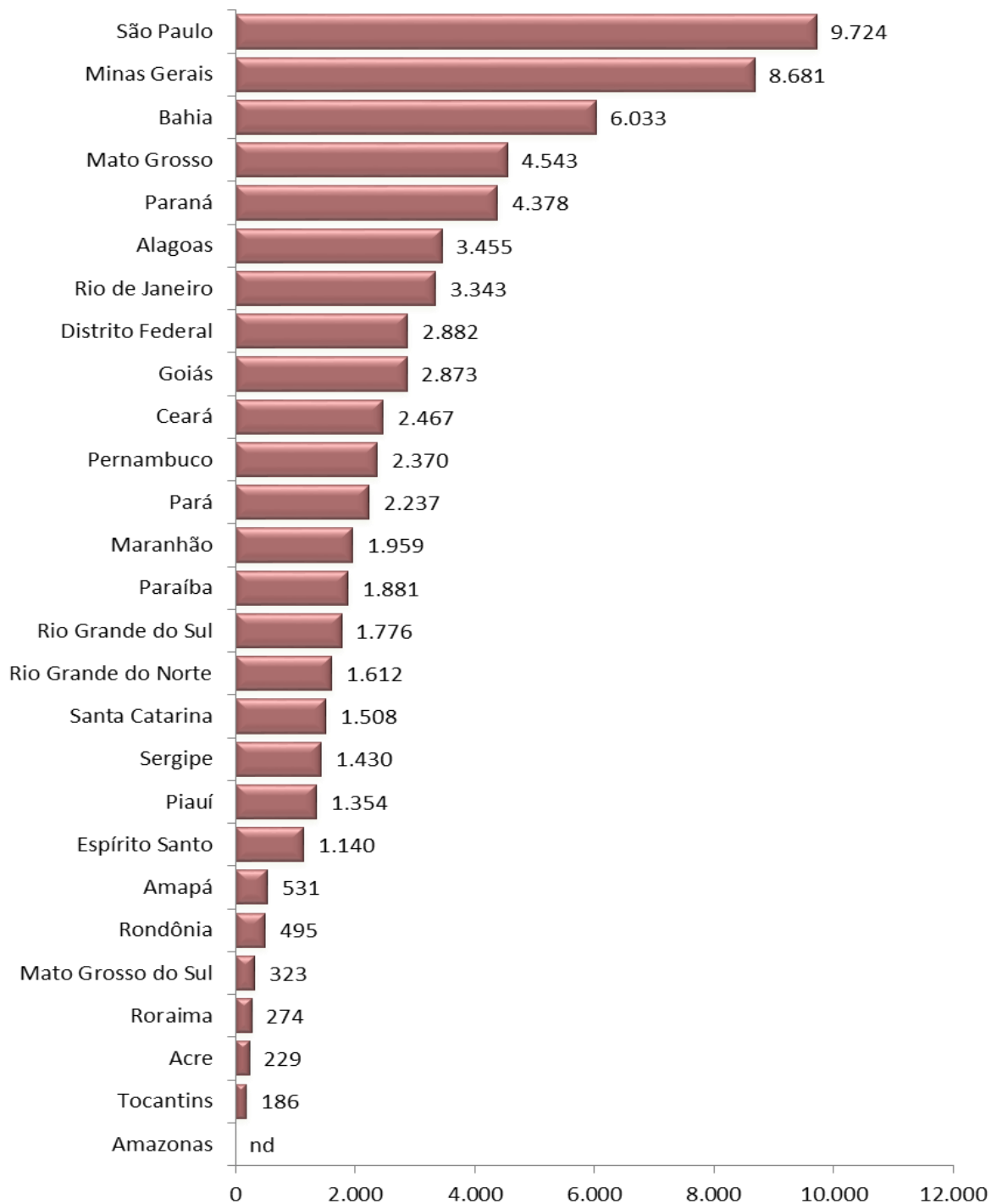
Tabela 2.3 - T Baix2º - Total de Processos Baixados no 2º Grau

Tribunal Regional Eleitoral	T BaixCrim2º - Total de Processos Criminais Baixados no 2º Grau	T BaixNCrim2º - Total de Processos Não-Criminais Baixados no 2º Grau	T Baix2º - Total de Processos Baixados no 2º Grau
Acre	10	219	229
Alagoas	51	3.404	3.455
Amazonas	nd	nd	nd
Amapá	10	521	531
Bahia	16	6.017	6.033
Ceará	12	2.455	2.467
Distrito Federal	7	2.875	2.882
Espírito Santo	10	1.130	1.140
Goiás	45	2.828	2.873
Maranhão	27	1.932	1.959
Minas Gerais	112	8.569	8.681
Mato Grosso do Sul	9	314	323
Mato Grosso	2.270	2.273	4.543
Pará	10	2.227	2.237
Paraíba	28	1.853	1.881
Pernambuco	46	2.324	2.370
Piauí	20	1.334	1.354
Paraná	82	4.296	4.378
Rio de Janeiro	123	3.220	3.343
Rio Grande do Norte	74	1.538	1.612
Rondônia	21	474	495
Roraima	2	272	274
Rio Grande do Sul	64	1.712	1.776
Santa Catarina	39	1.469	1.508
Sergipe	11	1.419	1.430
São Paulo	76	9.648	9.724
Tocantins	26	160	186
Justiça Eleitoral	3.201	64.483	67.684

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.3 - TBaix2º - Total de Processos Baixados no 2º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

TBaix2º - Total de Processos Baixados no 2º Grau

Finalidade: Indicar o número de Processos Baixados no 2º Grau do Tribunal Regional Eleitoral durante o período-base (semestre).

Fórmula: $TBaix2^\circ = TBaixCrim2^\circ + TBaixNCrim2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

· TBaixCrim2º - Total de Processos Criminais Baixados no 2º Grau : Os processos criminais originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, que foram baixados no 2º Grau da Justiça Eleitoral no período-base (semestre). Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para as instâncias superiores ou inferiores; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Não são contabilizados os recursos internos (Embargos de Declaração, Agravos Regimentais, Pedidos de Reconsideração, os recursos contra decisão monocrática de Juiz Substituto e as correções parciais) e os recursos externos (Recursos Ordinários, Recursos Especiais Eleitorais e Agravos de Instrumento). Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas nas variáveis CnCrim2º - Casos Novos Criminais no 2º Grau.

· TBaixNCrim2º - Total de Processos Não-Criminais Baixados no 2º Grau : Os processos não-criminais originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, que foram baixados no 2º Grau da Justiça Eleitoral no período-base (semestre). Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para as instâncias superiores ou inferiores; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Não são contabilizados os recursos internos (Embargos de Declaração, Agravos Regimentais, Pedidos de Reconsideração, os recursos contra decisão monocrática de Juiz Substituto e as correções parciais) e os recursos externos (Recursos Ordinários, Recursos Especiais Eleitorais e Agravos de Instrumento). Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas nas variáveis CnNCrim2º - Casos Novos Não-Criminais no 2º Grau.

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

2.1.4. Dec2º - Total de Decisões que põem fim à relação processual no 2º Grau

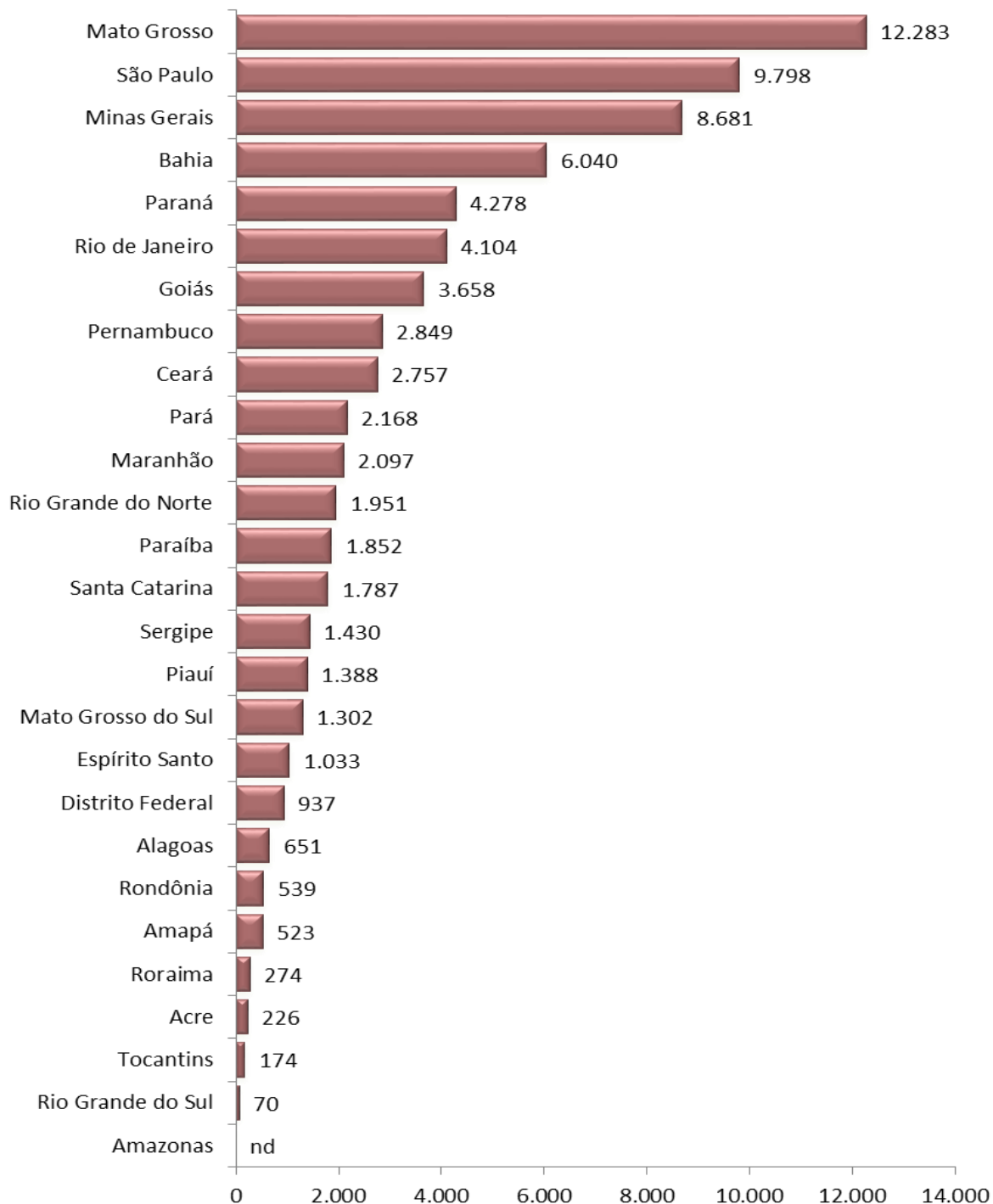
Tabela 2.4 - Dec2º - Total de Decisões que põem fim à relação processual no 2º Grau

Tribunal Regional Eleitoral	DecCrim2º - Decisões que Põem Fim à Relação Processual Criminal no 2º Grau da Justiça Eleitoral	DecNCrim2º - Decisões que Põem Fim à Relação Processual Não-Criminal no 2º Grau da Justiça Eleitoral	Dec2º - Total de Decisões que põem fim à relação processual no 2º Grau
Acre	10	216	226
Alagoas	2	649	651
Amazonas	nd	nd	nd
Amapá	2	521	523
Bahia	16	6.024	6.040
Ceará	14	2.743	2.757
Distrito Federal	6	931	937
Espírito Santo	14	1.019	1.033
Goiás	57	3.601	3.658
Maranhão	26	2.071	2.097
Minas Gerais	112	8.569	8.681
Mato Grosso do Sul	22	1.280	1.302
Mato Grosso	130	12.153	12.283
Pará	14	2.154	2.168
Paraíba	23	1.829	1.852
Pernambuco	62	2.787	2.849
Piauí	21	1.367	1.388
Paraná	64	4.214	4.278
Rio de Janeiro	116	3.988	4.104
Rio Grande do Norte	23	1.928	1.951
Rondônia	21	518	539
Roraima	2	272	274
Rio Grande do Sul	0	70	70
Santa Catarina	43	1.744	1.787
Sergipe	11	1.419	1.430
São Paulo	87	9.711	9.798
Tocantins	17	157	174
Justiça Eleitoral	915	71.935	72.850

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.4 - Dec2º - Total de Decisões que põem fim à relação processual no 2º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Dec2º - Total de Decisões que põem fim à relação processual no 2º Grau

Finalidade: Indicar o número de Decisões que põem fim à relação processual no 2º Grau do Tribunal Regional Eleitoral no período-base (semestre).

Fórmula: $Dec2º = DecCrim2º + DecNCrim2º$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

· DecCrim2º - Decisões que Põem Fim à Relação Processual Criminal no 2º Grau da Justiça Eleitoral: Todas as decisões colegiadas e monocráticas que põem fim à relação processual criminal no 2º Grau da Justiça Eleitoral, excluindo os despachos de mero expediente, as decisões interlocutórias no período-base (semestre). Havendo mais de uma decisão no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Devem Incluir-se apenas as decisões nas classes processuais compreendidas nas variáveis CnCrim2º - Casos Novos Criminais no 2º Grau.

· DecNCrim2º - Decisões que Põem Fim à Relação Processual Não-Criminal no 2º Grau da Justiça Eleitoral: Todas as decisões colegiadas e monocráticas que põem fim à relação processual não-criminal no 2º Grau da Justiça Eleitoral, excluindo os despachos de mero expediente, as decisões interlocutórias no período-base (semestre). Havendo mais de uma decisão no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Devem Incluir-se apenas as decisões nas classes processuais compreendidas nas variáveis CnNCrim2º - Casos Novos Não-Criminais no 2º Grau.

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

2.1.5. Ch2º - Casos Novos por 100.000 habitantes no Tribunal Regional Eleitoral

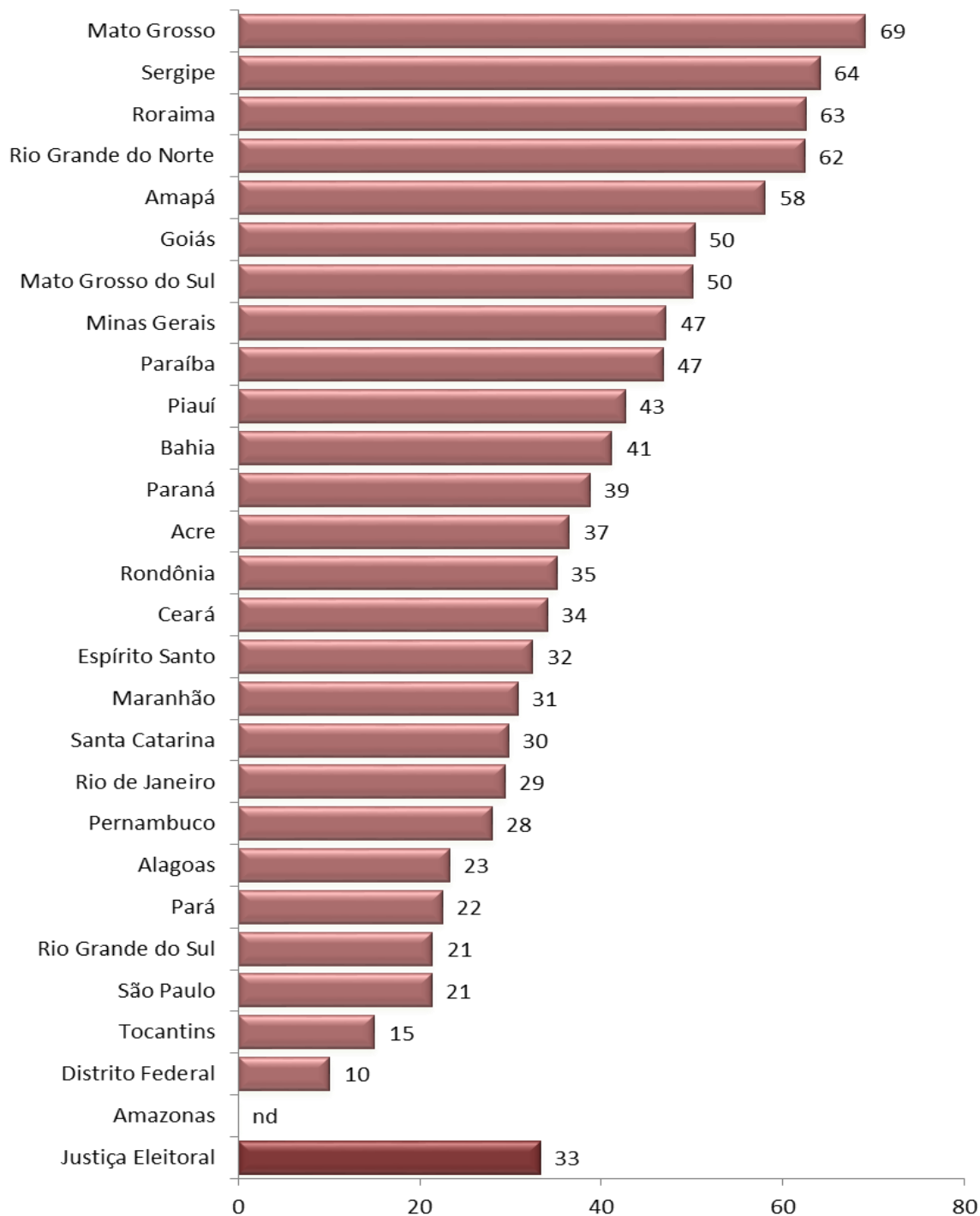
Tabela 2.5 - Ch2º - Casos Novos por 100.000 habitantes no Tribunal Regional Eleitoral

Tribunal Regional Eleitoral	Cn2º - Casos Novos no 2º Grau	h2 - Número de Habitantes Dividido por 100.000	Ch2º - Casos Novos por 100.000 habitantes no Tribunal Regional Eleitoral
Acre	277	8	37
Alagoas	739	32	23
Amazonas	nd	36	nd
Amapá	406	7	58
Bahia	5.837	142	41
Ceará	2.934	86	34
Distrito Federal	267	26	10
Espírito Santo	1.162	36	32
Goiás	3.098	62	50
Maranhão	2.070	67	31
Minas Gerais	9.370	199	47
Mato Grosso do Sul	1.255	25	50
Mato Grosso	2.155	31	69
Pará	1.745	78	22
Paraíba	1.787	38	47
Pernambuco	2.503	89	28
Piauí	1.350	32	43
Paraná	4.098	106	39
Rio de Janeiro	4.777	162	29
Rio Grande do Norte	2.017	32	62
Rondônia	558	16	35
Roraima	294	5	63
Rio Grande do Sul	2.307	108	21
Santa Catarina	1.905	64	30
Sergipe	1.354	21	64
São Paulo	8.941	419	21
Tocantins	213	14	15
Justiça Eleitoral	63.419	1.939	33

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.5 - Ch2º - Casos Novos por 100.000 habitantes no Tribunal Regional Eleitoral



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Ch2º - Casos Novos por 100.000 habitantes no Tribunal Regional Eleitoral

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram no 2º Grau da Justiça Eleitoral para cada 100.000 habitantes do estado no período-base (semestre).

Fórmula: $Ch2^\circ = Cn2^\circ / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $Cn2^\circ = CnCrim2^\circ + CnNCrim2^\circ$
- h2 - Número de Habitantes Dividido por 100.000: Número de habitantes do Estado baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

2. Litigiosidade.
2.1. Litigiosidade de 2º grau
2.1.6. Cm2º - Casos Novos por Magistrado no Tribunal Regional Eleitoral

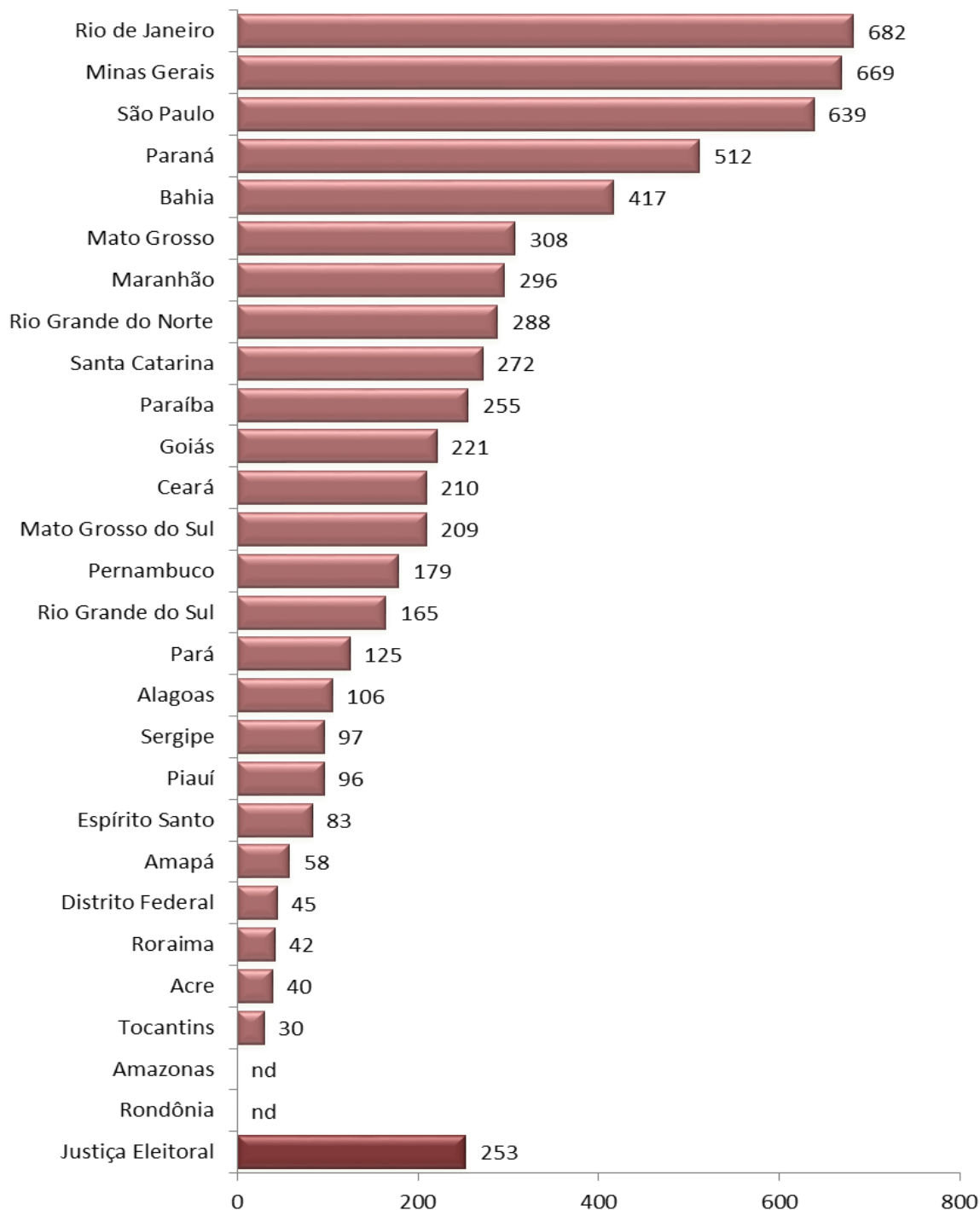
Tabela 2.6 - Cm2º - Casos Novos por Magistrado no Tribunal Regional Eleitoral

Tribunal Regional Eleitoral	Cn2º - Casos Novos no 2º Grau	Mag2º - Número de Cargos Existentes de Magistrado no 2º Grau	Cm2º - Casos Novos por Magistrado no Tribunal Regional Eleitoral
Acre	277	7	40
Alagoas	739	7	106
Amazonas	nd	nd	nd
Amapá	406	7	58
Bahia	5.837	14	417
Ceará	2.934	14	210
Distrito Federal	267	6	45
Espírito Santo	1.162	14	83
Goiás	3.098	14	221
Maranhão	2.070	7	296
Minas Gerais	9.370	14	669
Mato Grosso do Sul	1.255	6	209
Mato Grosso	2.155	7	308
Pará	1.745	14	125
Paraíba	1.787	7	255
Pernambuco	2.503	14	179
Piauí	1.350	14	96
Paraná	4.098	8	512
Rio de Janeiro	4.777	7	682
Rio Grande do Norte	2.017	7	288
Rondônia	558	0	nd
Roraima	294	7	42
Rio Grande do Sul	2.307	14	165
Santa Catarina	1.905	7	272
Sergipe	1.354	14	97
São Paulo	8.941	14	639
Tocantins	213	7	30
Justiça Eleitoral	63.419	251	253

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.6 - Cm2º - Casos Novos por Magistrado no Tribunal Regional Eleitoral



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Cm2º - Casos Novos por Magistrado no Tribunal Regional Eleitoral

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram no 2º Grau da Justiça Eleitoral para cada cargo de magistrado no período-base (semestre).

Fórmula: $Cm2º = Cn2º / Mag2º$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $Cn2º = CnCrim2º + CnNCrim2º$
- $Mag2º$ - Número de Cargos Existentes de Magistrado no 2º Grau: Número de cargos de Magistrado existentes no 2º Grau da Justiça Eleitoral no final do ano-base, providos ou não.

2. Litigiosidade.
2.1. Litigiosidade de 2º grau
2.1.7. Cs2º - Casos Novos por Servidor no Tribunal Regional Eleitoral

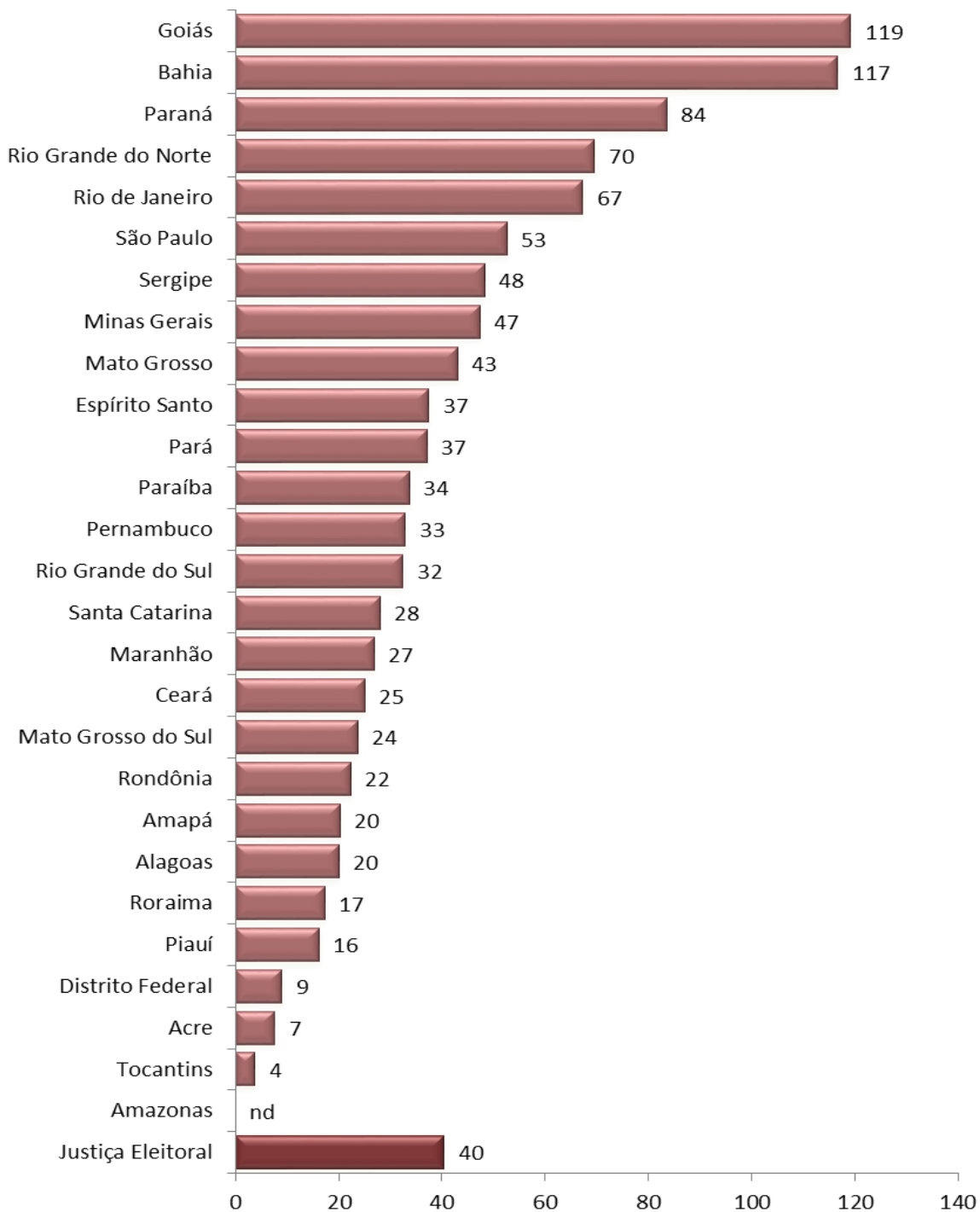
Tabela 2.7 - Cs2º - Casos Novos por Servidor no Tribunal Regional Eleitoral

Tribunal Regional Eleitoral	Cn2º - Casos Novos no 2º Grau	SaJud2º - Número de Servidores Lotados na Área Judiciária do 2º Grau	Cs2º - Casos Novos por Servidor no Tribunal Regional Eleitoral
Acre	277	37	7
Alagoas	739	37	20
Amazonas	nd	nd	nd
Amapá	406	20	20
Bahia	5.837	50	117
Ceará	2.934	117	25
Distrito Federal	267	30	9
Espírito Santo	1.162	31	37
Goiás	3.098	26	119
Maranhão	2.070	77	27
Minas Gerais	9.370	198	47
Mato Grosso do Sul	1.255	53	24
Mato Grosso	2.155	50	43
Pará	1.745	47	37
Paraíba	1.787	53	34
Pernambuco	2.503	76	33
Piauí	1.350	83	16
Paraná	4.098	49	84
Rio de Janeiro	4.777	71	67
Rio Grande do Norte	2.017	29	70
Rondônia	558	25	22
Roraima	294	17	17
Rio Grande do Sul	2.307	71	32
Santa Catarina	1.905	68	28
Sergipe	1.354	28	48
São Paulo	8.941	170	53
Tocantins	213	56	4
Justiça Eleitoral	63.419	1.569	40

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.7 - Cs2º - Casos Novos por Servidor no Tribunal Regional Eleitoral



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Cs2º - Casos Novos por Servidor no Tribunal Regional Eleitoral

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram no 2º Grau da Justiça Eleitoral para cada servidor lotado na área judiciária no período-base (semestre).

Fórmula: $Cs2º = Cn2º / SaJud2º$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $Cn2º = CnCrim2º + CnNCrim2º$
- SaJud2º - Número de Servidores Lotados na Área Judiciária do 2º Grau: Número total de servidores lotados na área judiciária do 2º grau da Justiça Estadual, em efetiva atividade no final do período-base (semestre), abrangendo os servidores efetivos (exceto cedidos), os requisitados e os ocupantes apenas de cargo em comissão. Considera-se área judiciária os setores que impulsionam diretamente a tramitação do processo judicial, tais como: protocolo judicial, distribuição, gabinetes, contadoria, precatórios, secretarias judiciárias, centrais de mandados, taquigrafias, estenotipia, setores de processamentos de autos, hastas públicas, perícia (contábil, médica, de serviço social e de psicologia), central de conciliação, setores de admissibilidade de recursos, arquivo.

2. Litigiosidade.
2.1. Litigiosidade de 2º grau
2.1.8. K2º - Carga de Trabalho dos Magistrados no Tribunal Regional Eleitoral

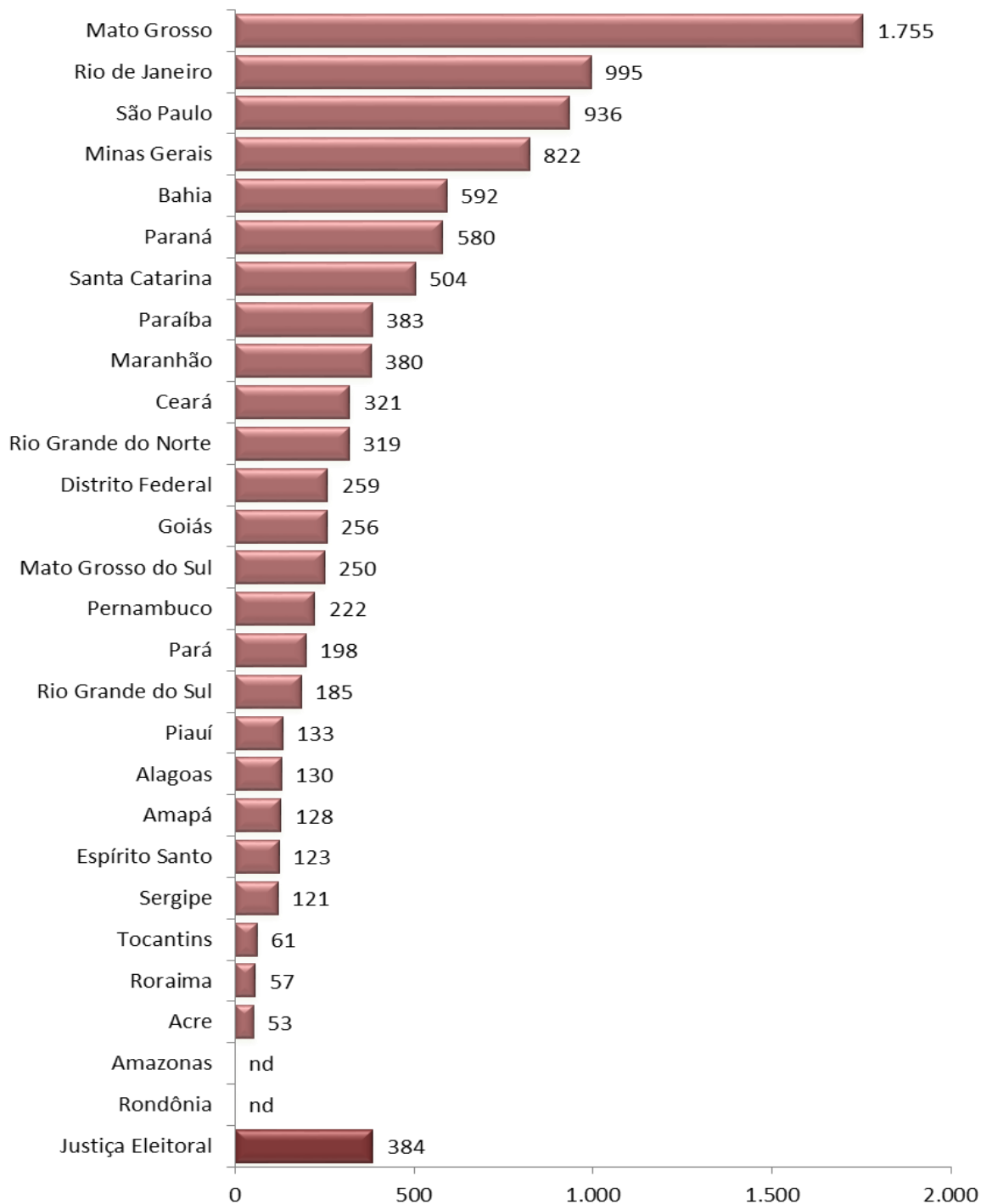
Tabela 2.8 - K2º - Carga de Trabalho dos Magistrados no Tribunal Regional Eleitoral

Tribunal Regional Eleitoral	Cn2º - Casos Novos no 2º Grau	Cp2º - Casos Pendentes no 2º Grau	RInt2º - Recursos Internos no 2º Grau	RIntP2º - Recursos Internos Pendentes no 2º Grau	Mag2º - Número de Cargos Existentes de Magistrado no 2º Grau	K2º - Carga de Trabalho dos Magistrados no Tribunal Regional Eleitoral
Acre	277	21	73	2	7	53
Alagoas	739	78	83	10	7	130
Amazonas	nd	nd	nd	nd	nd	nd
Amapá	406	387	85	19	7	128
Bahia	5.837	710	1.698	49	14	592
Ceará	2.934	777	589	187	14	321
Distrito Federal	267	1.239	24	22	6	259
Espírito Santo	1.162	303	249	12	14	123
Goiás	3.098	408	12	67	14	256
Maranhão	2.070	209	375	7	7	380
Minas Gerais	9.370	594	1.494	54	14	822
Mato Grosso do Sul	1.255	110	117	16	6	250
Mato Grosso	2.155	9.803	309	18	7	1.755
Pará	1.745	748	268	15	14	198
Paraíba	1.787	602	276	16	7	383
Pernambuco	2.503	295	311	1	14	222
Piauí	1.350	348	159	10	14	133
Paraná	4.098	26	515	0	8	580
Rio de Janeiro	4.777	815	1.089	284	7	995
Rio Grande do Norte	2.017	76	140	0	7	319
Rondônia	558	111	46	0	0	nd
Roraima	294	75	25	7	7	57
Rio Grande do Sul	2.307	39	232	7	14	185
Santa Catarina	1.905	1.441	184	0	7	504
Sergipe	1.354	236	93	7	14	121
São Paulo	8.941	2.365	1.742	50	14	936
Tocantins	213	67	78	72	7	61
Justiça Eleitoral	63.419	21.883	10.266	932	251	384

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.8 - K2º - Carga de Trabalho dos Magistrados no Tribunal Regional Eleitoral



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

K2º - Carga de Trabalho dos Magistrados no Tribunal Regional Eleitoral

Finalidade: Indicar a carga de trabalho dos magistrados do 2º Grau da Justiça Eleitoral no período-base (semestre).

Fórmula: $K2º = (Cn2º + Cp2º + RInt2º + RIntP2º) / Mag2º$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $Cn2º = CnCrim2º + CnNCrim2º$
- $Cp2º = CpCrim2º + CpNCrim2º$
- **RInt2º** - Recursos Internos no 2º Grau: Os recursos interpostos de decisão no 2º Grau para julgamento no mesmo grau de jurisdição, no período base (semestre), abrangendo os embargos de declaração e infringentes, os agravos regimentais, os agravos do art. 557 do CPC e outros recursos regimentais.
- **RIntP2º** - Recursos Internos Pendentes no 2º Grau: Saldo residual de recursos interpostos até o final do período anterior ao período-base (semestre), contra decisão do 2º Grau, para julgamento no mesmo grau de jurisdição e que não foram decididos até o final do período anterior ao período-base (semestre), abrangendo embargos de declaração e infringentes, os agravos regimentais, os agravos do art. 557 do CPC e outros recursos regimentais.
- **Mag2º** - Número de Cargos Existentes de Magistrado no 2º Grau: Número de cargos de Magistrado existentes no 2º Grau da Justiça Eleitoral no final do ano-base, providos ou não.

2. Litigiosidade.
2.1. Litigiosidade de 2º grau
2.1.9. TC2º - Taxa de Congestionamento no Tribunal Regional Eleitoral

Tabela 2.9 - TC2º - Taxa de Congestionamento no Tribunal Regional Eleitoral

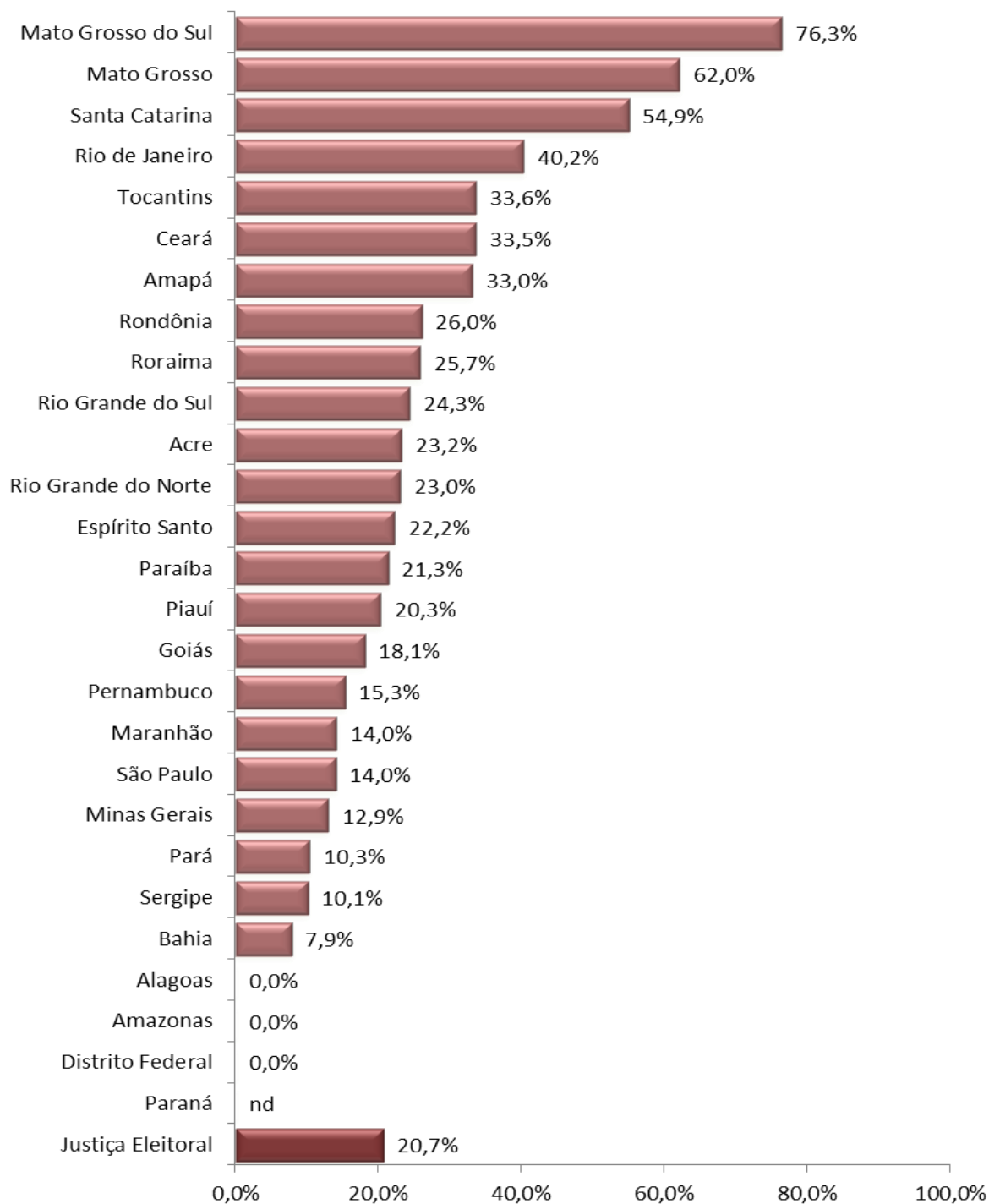
Tribunal Regional Eleitoral	TBaix2º - Total de Processos Baixados no 2º Grau	Cn2º - Casos Novos no 2º Grau	Cp2º - Casos Pendentes no 2º Grau	TC2º - Taxa de Congestionamento no Tribunal Regional Eleitoral
Acre	229	277	21	23,2%
Alagoas	3.455	739	78	-323%(*)
Amazonas	nd	nd	nd	nd
Amapá	531	406	387	33,0%
Bahia	6.033	5.837	710	7,9%
Ceará	2.467	2.934	777	33,5%
Distrito Federal	2.882	267	1.239	-91%(*)
Espírito Santo	1.140	1.162	303	22,2%
Goiás	2.873	3.098	408	18,1%
Maranhão	1.959	2.070	209	14,0%
Minas Gerais	8.681	9.370	594	12,9%
Mato Grosso do Sul	323	1.255	110	76,3%
Mato Grosso	4.543	2.155	9.803	62,0%
Pará	2.237	1.745	748	10,3%
Paraíba	1.881	1.787	602	21,3%
Pernambuco	2.370	2.503	295	15,3%
Piauí	1.354	1.350	348	20,3%
Paraná	4.378	4.098	26	-6%(*)
Rio de Janeiro	3.343	4.777	815	40,2%
Rio Grande do Norte	1.612	2.017	76	23,0%
Rondônia	495	558	111	26,0%
Roraima	274	294	75	25,7%
Rio Grande do Sul	1.776	2.307	39	24,3%
Santa Catarina	1.508	1.905	1.441	54,9%
Sergipe	1.430	1.354	236	10,1%
São Paulo	9.724	8.941	2.365	14,0%
Tocantins	186	213	67	33,6%
Justiça Eleitoral	67.684	63.419	21.883	20,7%

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Dado inconsistente (di): Valor apresentado não pode ser superior a 100%.

Gráfico 2.9 - TC2º - Taxa de Congestionamento no Tribunal Regional Eleitoral



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

TC2º - Taxa de Congestionamento no Tribunal Regional Eleitoral

Finalidade: Indicar a taxa de congestionamento do 2º Grau da Justiça Eleitoral no período-base (semestre).

Fórmula: $TC2^\circ = 1 - (T_{Baix2^\circ} / (Cn2^\circ + Cp2^\circ))$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $T_{Baix2^\circ} = T_{BaixCrim2^\circ} + T_{BaixNCrim2^\circ}$
- $Cn2^\circ = Cn_{Crim2^\circ} + Cn_{NCrim2^\circ}$
- $Cp2^\circ = Cp_{Crim2^\circ} + Cp_{NCrim2^\circ}$

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

2.1.10. DTM2º - Decisões Terminativas de Processo por Magistrado no Tribunal Regional Eleitoral

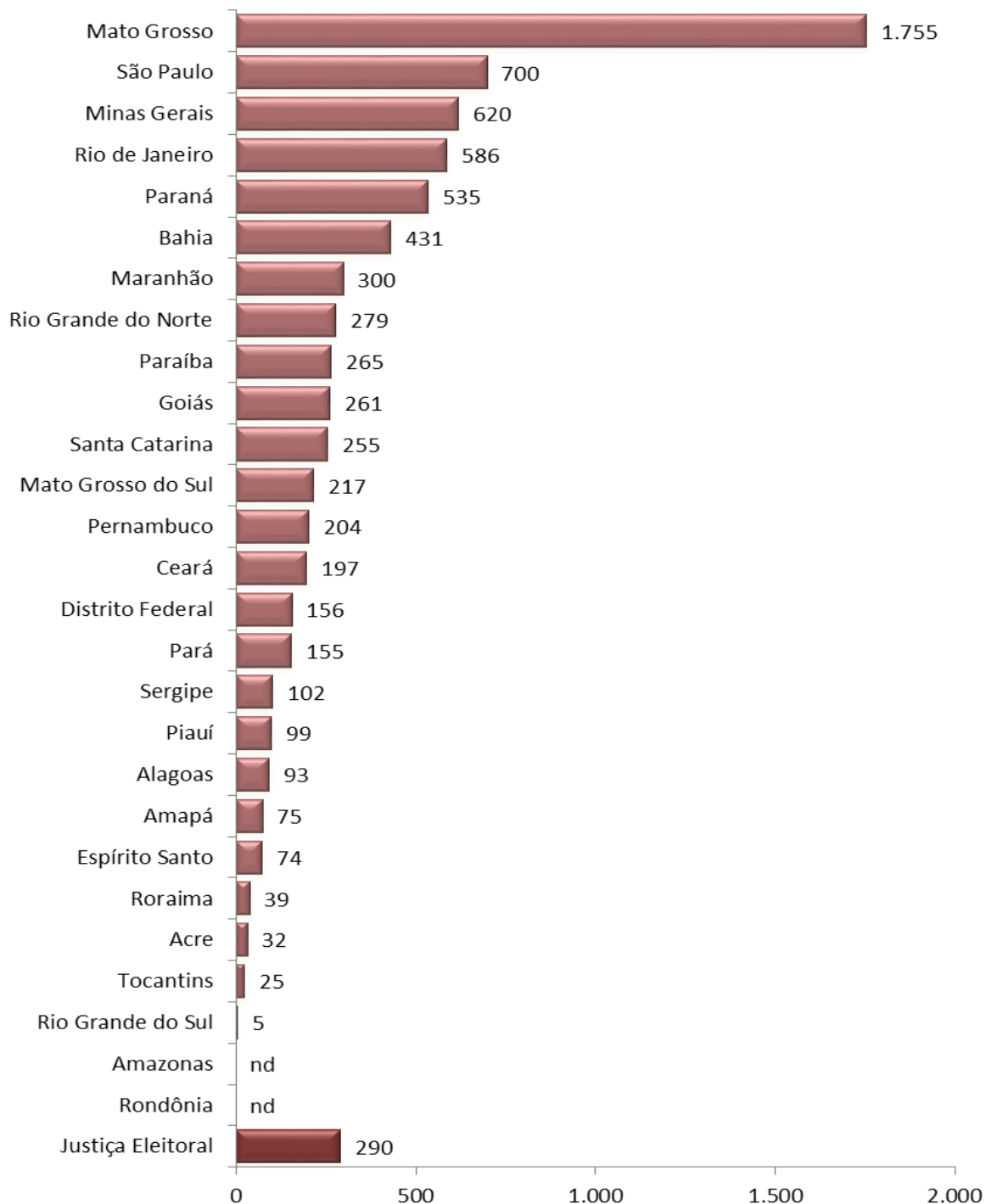
Tabela 2.10 - DTM2º - Decisões Terminativas de Processo por Magistrado no Tribunal Regional Eleitoral

Tribunal Regional Eleitoral	Dec2º - Total de Decisões que põem fim à relação processual no 2º Grau	Mag2º - Número de Cargos Existentes de Magistrado no 2º Grau	DTM2º - Decisões Terminativas de Processo por Magistrado no Tribunal Regional Eleitoral
Acre	226	7	32
Alagoas	651	7	93
Amazonas	nd	nd	nd
Amapá	523	7	75
Bahia	6.040	14	431
Ceará	2.757	14	197
Distrito Federal	937	6	156
Espírito Santo	1.033	14	74
Goiás	3.658	14	261
Maranhão	2.097	7	300
Minas Gerais	8.681	14	620
Mato Grosso do Sul	1.302	6	217
Mato Grosso	12.283	7	1.755
Pará	2.168	14	155
Paraíba	1.852	7	265
Pernambuco	2.849	14	204
Piauí	1.388	14	99
Paraná	4.278	8	535
Rio de Janeiro	4.104	7	586
Rio Grande do Norte	1.951	7	279
Rondônia	539	0	nd
Roraima	274	7	39
Rio Grande do Sul	70	14	5
Santa Catarina	1.787	7	255
Sergipe	1.430	14	102
São Paulo	9.798	14	700
Tocantins	174	7	25
Justiça Eleitoral	72.850	251	290

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.10 - DTM2º - Decisões Terminativas de Processo por Magistrado no Tribunal Regional Eleitoral



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

DTM2º - Decisões Terminativas de Processo por Magistrado no Tribunal Regional Eleitoral

Finalidade: Indicar a média de decisões terminativas de processo por magistrado no 2º Grau no período-base (semestre).

Fórmula: $DTM2^\circ = Dec2^\circ / Mag2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $Dec2^\circ = DecCrim2^\circ + DecNCrim2^\circ$
- $Mag2^\circ$ - Número de Cargos Existentes de Magistrado no 2º Grau: Número de cargos de Magistrado existentes no 2º Grau da Justiça Eleitoral no final do ano-base, providos ou não.

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

2.1.11. ProcElet2º - Índice de Processos Eletrônicos no Tribunal Regional Eleitoral

Tabela 2.11 - ProcElet2º - Índice de Processos Eletrônicos no Tribunal Regional Eleitoral

Tribunal Regional Eleitoral	CnElet2º - Casos Novos Eletrônicos no 2º Grau	Cn2º - Casos Novos no 2º Grau	ProcElet2º - Índice de Processos Eletrônicos no Tribunal Regional Eleitoral
Acre	0	277	0%
Alagoas	0	739	0%
Amazonas	nd	nd	nd
Amapá	0	406	0%
Bahia	0	5.837	0%
Ceará	0	2.934	0%
Distrito Federal	0	267	0%
Espírito Santo	0	1.162	0%
Goiás	nd	3.098	nd
Maranhão	nd	2.070	nd
Minas Gerais	0	9.370	0%
Mato Grosso do Sul	0	1.255	0%
Mato Grosso	0	2.155	0%
Pará	0	1.745	0%
Paraíba	0	1.787	0%
Pernambuco	0	2.503	0%
Piauí	0	1.350	0%
Paraná	0	4.098	0%
Rio de Janeiro	0	4.777	0%
Rio Grande do Norte	0	2.017	0%
Rondônia	0	558	0%
Roraima	0	294	0%
Rio Grande do Sul	0	2.307	0%
Santa Catarina	0	1.905	0%
Sergipe	0	1.354	0%
São Paulo	0	8.941	0%
Tocantins	0	213	0%
Justiça Eleitoral	0	63.419	0%

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.11 - ProcEIJ2º - Índice de Processos Eletrônicos no Tribunal Regional Eleitoral



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

ProcEI2º - Índice de Processos Eletrônicos no Tribunal Regional Eleitoral

Finalidade: Demonstrar o percentual de processos que ingressaram por meio eletrônico em relação ao total de processos ingressados no 2º Grau da Justiça Eleitoral no período-base (semestre).

Fórmula: $\text{ProcEI2º} = \text{CnElet2º} / \text{Cn2º}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- CnElet2º - Casos Novos Eletrônicos no 2º Grau: Os processos eletrônicos, originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, que ingressaram na Justiça de 2º Grau no período-base (semestre). Incluem-se apenas as classes processuais compreendidas nas variáveis: a) CnNCrim2º - Casos Novos no 2º Grau não-criminais e b) CnCrim2º - Casos Novos no 2º Grau criminais.

- $\text{Cn2º} = \text{CnCrim2º} + \text{CnNCrim2º}$

2. Litigiosidade.
2.1. Litigiosidade de 2º grau
2.1.12. TbCn2º - Processos Baixados por Caso Novo no 2º grau

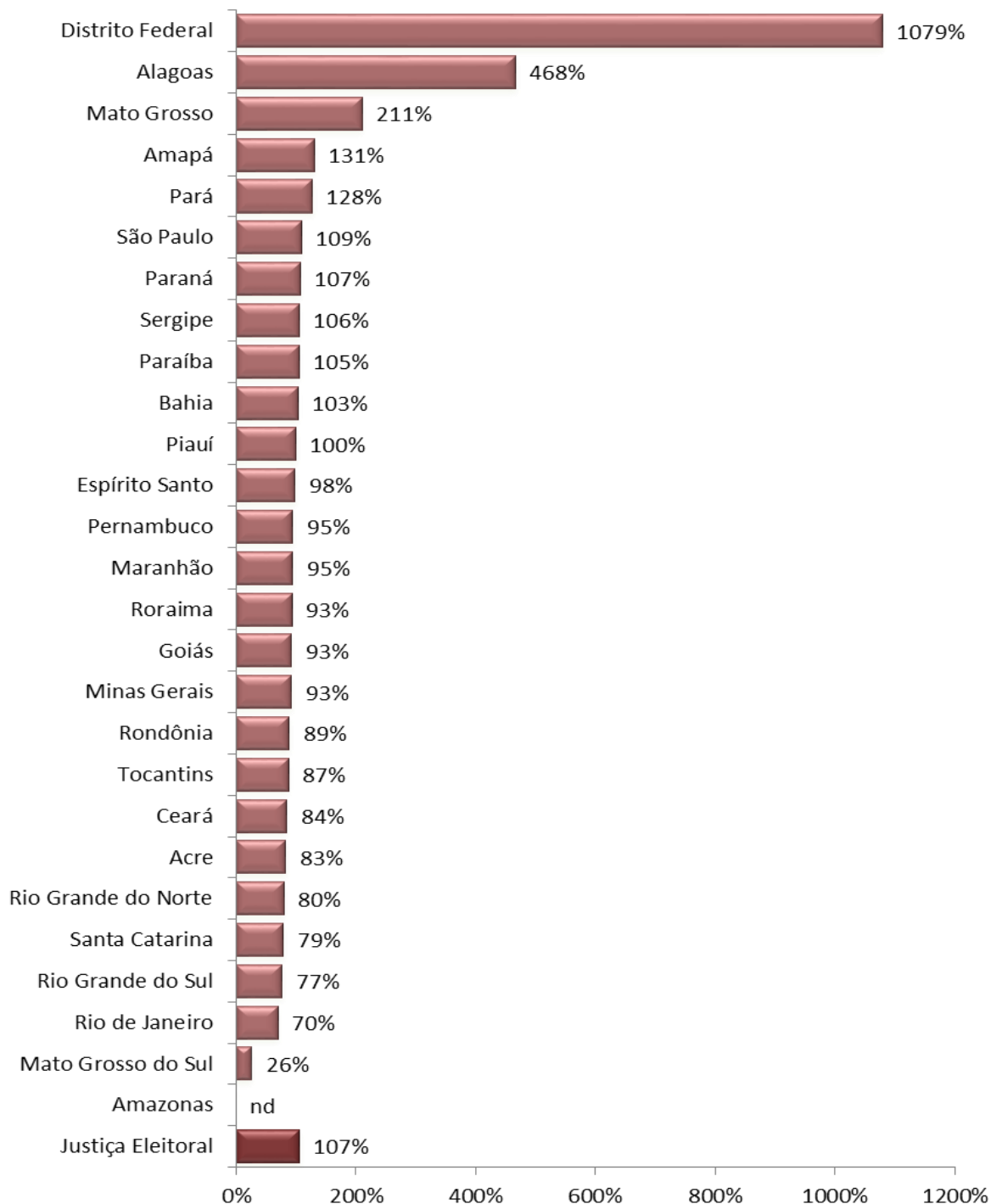
Tabela 2.12 - TbCn2º - Processos Baixados por Caso Novo no 2º grau

Tribunal Regional Eleitoral	TBaix2º - Total de Processos Baixados no 2º Grau	Cn2º - Casos Novos no 2º Grau	TbCn2º - Processos Baixados por Caso Novo no 2º grau
Acre	229	277	83%
Alagoas	3.455	739	468%
Amazonas	nd	nd	nd
Amapá	531	406	131%
Bahia	6.033	5.837	103%
Ceará	2.467	2.934	84%
Distrito Federal	2.882	267	1079%
Espírito Santo	1.140	1.162	98%
Goiás	2.873	3.098	93%
Maranhão	1.959	2.070	95%
Minas Gerais	8.681	9.370	93%
Mato Grosso do Sul	323	1.255	26%
Mato Grosso	4.543	2.155	211%
Pará	2.237	1.745	128%
Paraíba	1.881	1.787	105%
Pernambuco	2.370	2.503	95%
Piauí	1.354	1.350	100%
Paraná	4.378	4.098	107%
Rio de Janeiro	3.343	4.777	70%
Rio Grande do Norte	1.612	2.017	80%
Rondônia	495	558	89%
Roraima	274	294	93%
Rio Grande do Sul	1.776	2.307	77%
Santa Catarina	1.508	1.905	79%
Sergipe	1.430	1.354	106%
São Paulo	9.724	8.941	109%
Tocantins	186	213	87%
Justiça Eleitoral	67.684	63.419	107%

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.12 - TbCn2º - Processos Baixados por Caso Novo no 2º grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

TbCn2º - Processos Baixados por Caso Novo no 2º grau

Finalidade: Indicar o percentual de processos baixados em relação ao total de casos novos no 2º grau no período-base (semestre).

- $TbCn2º = TBaix2º / Cn2º$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $TBaix2º = TBaixCrim2º + TBaixNCrim2º$

- $Cn2º = CnCrim2º + CnNCrim2º$

2. Litigiosidade.
2.1. Litigiosidade de 2º grau
2.1.13. Rx2º - Recorribilidade Externa no 2º Grau

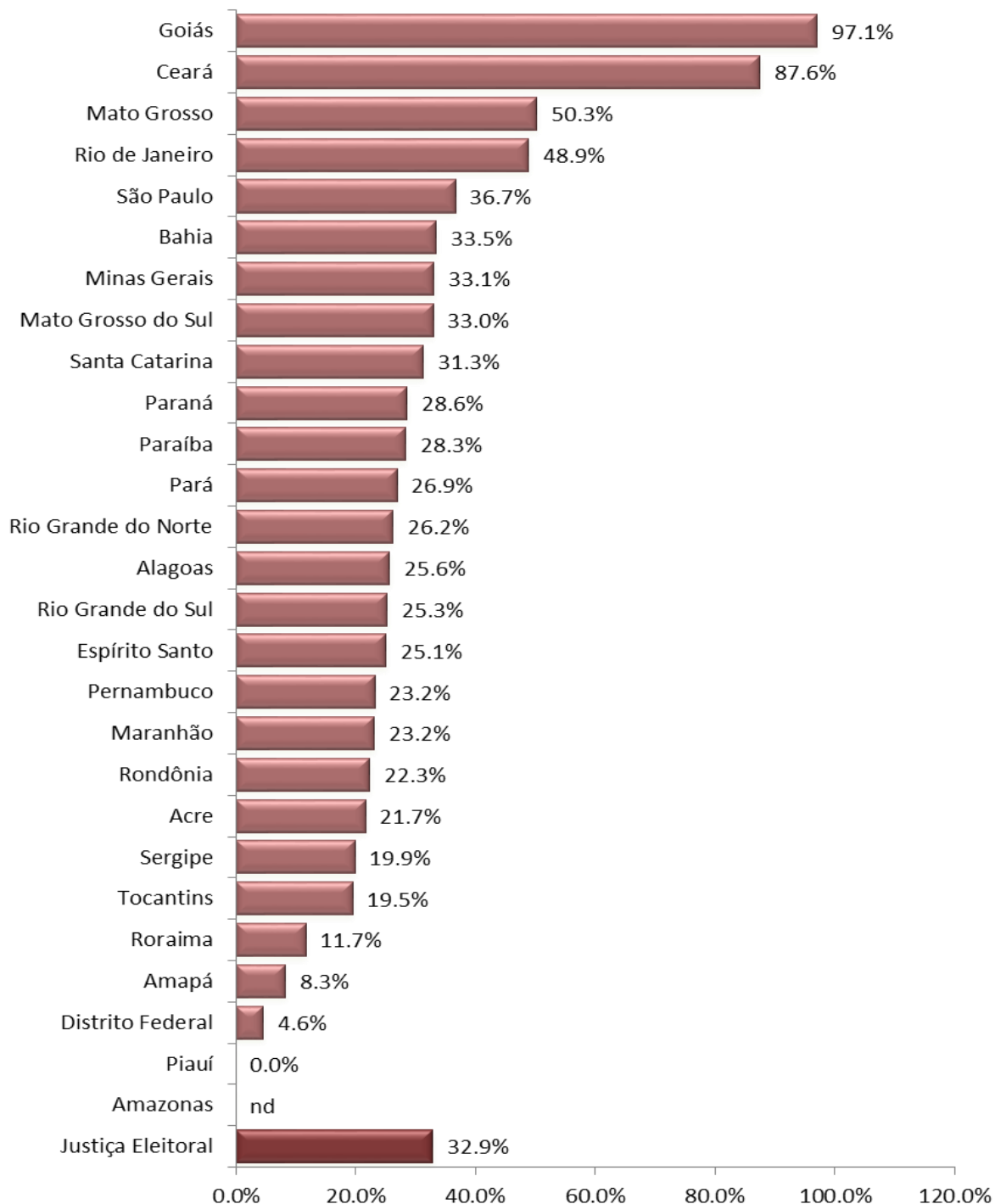
Tabela 2.13 - Rx2º - Recorribilidade Externa no 2º Grau

Tribunal Regional Eleitoral	RSup2º - Recursos a Instância Superior no 2º Grau	APublic2º - Acórdãos Publicados no Tribunal Regional Eleitoral	Rx2º - Recorribilidade Externa no 2º Grau
Acre	47	217	21,7%
Alagoas	199	776	25,6%
Amazonas	nd	nd	nd
Amapá	41	492	8,3%
Bahia	1.755	5.244	33,5%
Ceará	1.048	1.197	87,6%
Distrito Federal	34	737	4,6%
Espírito Santo	243	970	25,1%
Goiás	496	511	97,1%
Maranhão	381	1.645	23,2%
Minas Gerais	1.187	3.587	33,1%
Mato Grosso do Sul	239	725	33,0%
Mato Grosso	886	1.763	50,3%
Pará	448	1.663	26,9%
Paraíba	398	1.405	28,3%
Pernambuco	414	1.782	23,2%
Piauí	0	1.167	0,0%
Paraná	978	3.425	28,6%
Rio de Janeiro	1.376	2.816	48,9%
Rio Grande do Norte	227	867	26,2%
Rondônia	109	489	22,3%
Roraima	32	274	11,7%
Rio Grande do Sul	265	1.048	25,3%
Santa Catarina	434	1.388	31,3%
Sergipe	244	1.228	19,9%
São Paulo	2.584	7.044	36,7%
Tocantins	158	811	19,5%
Justiça Eleitoral	14.223	43.271	32,9%

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.13 - Rx2º - Recorribilidade Externa no 2º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Rx2º - Recorribilidade Externa no 2º Grau

Finalidade: Indicar o número de recursos endereçados ao Tribunal Superior Eleitoral, em relação ao número de acórdãos publicados no 2º Grau da Justiça Eleitoral no período-base (semestre).

Fórmula: $Rx2º = RSup2º / Apublic2º$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- RSup2º - Recursos a Instância Superior no 2º Grau: Número de recursos interpostos em decisões do 2º Grau da Justiça Eleitoral no período-base, endereçadas ao Tribunal Superior Eleitoral.
- APublic2º - Acórdãos Publicados no Tribunal Regional Eleitoral: Os acórdãos em processos judiciais publicados pelo Tribunal Regional Eleitoral, passíveis de recurso para o Tribunal Superior Eleitoral, no período-base (semestre), excluídos os acórdãos proferidos em embargos de declaração.

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

2.1.14. RIn2º - Recorribilidade Interna no Tribunal Regional Eleitoral

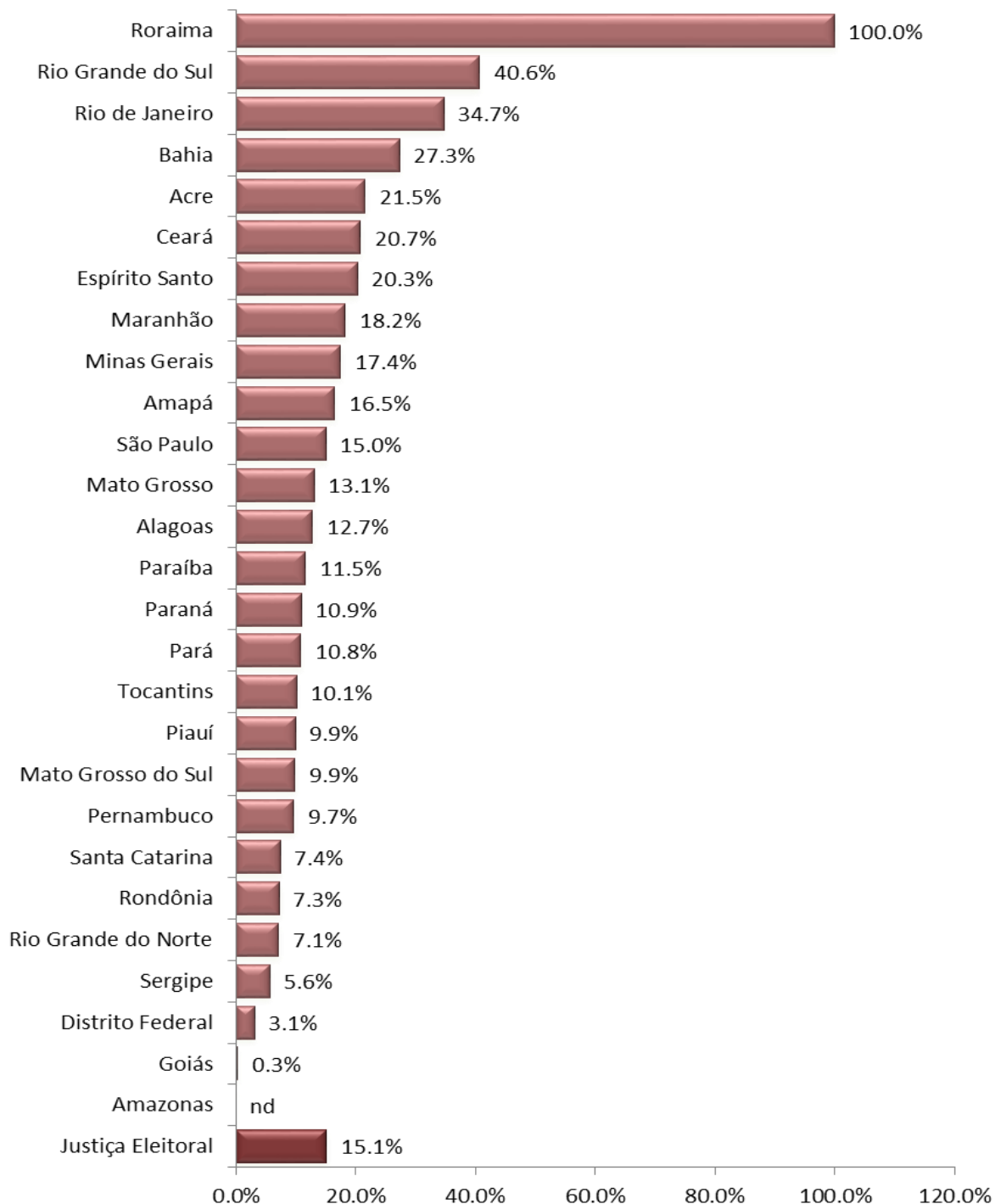
Tabela 2.14 - RIn2º - Recorribilidade Interna no Tribunal Regional Eleitoral

Tribunal Regional Eleitoral	RInt2º - Recursos Internos no 2º Grau	DeRInt2º - Decisões Passíveis de Recurso Interno no 2º Grau	RIn2º - Recorribilidade Interna no Tribunal Regional Eleitoral
Acre	73	339	21,5%
Alagoas	83	651	12,7%
Amazonas	nd	nd	nd
Amapá	85	515	16,5%
Bahia	1.698	6.217	27,3%
Ceará	589	2.840	20,7%
Distrito Federal	24	773	3,1%
Espírito Santo	249	1.226	20,3%
Goiás	12	4.059	0,3%
Maranhão	375	2.061	18,2%
Minas Gerais	1.494	8.569	17,4%
Mato Grosso do Sul	117	1.186	9,9%
Mato Grosso	309	2.366	13,1%
Pará	268	2.476	10,8%
Paraíba	276	2.393	11,5%
Pernambuco	311	3.219	9,7%
Piauí	159	1.602	9,9%
Paraná	515	4.706	10,9%
Rio de Janeiro	1.089	3.137	34,7%
Rio Grande do Norte	140	1.961	7,1%
Rondônia	46	632	7,3%
Roraima	25	25	100,0%
Rio Grande do Sul	232	571	40,6%
Santa Catarina	184	2.487	7,4%
Sergipe	93	1.658	5,6%
São Paulo	1.742	11.580	15,0%
Tocantins	78	772	10,1%
Justiça Eleitoral	10.266	68.021	15,1%

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.14 - RIn2º - Recorribilidade Interna no Tribunal Regional Eleitoral



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

RIn2º - Recorribilidade Interna no Tribunal Regional Eleitoral

Finalidade: Indicar o número de recursos internos interpostos no 2º Grau da Justiça Eleitoral em relação ao número de decisões proferidas pelo TRE no período-base (semestre).

Fórmula: $RIn2^\circ = RInt2^\circ / DeRInt2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- RInt2º - Recursos Internos no 2º Grau: Os recursos interpostos de decisão no 2º Grau para julgamento no mesmo grau de jurisdição, no período base (semestre), abrangendo os embargos de declaração e infringentes, os agravos regimentais, os agravos do art. 557 do CPC e outros recursos regimentais.
- DeRInt2º - Decisões Passíveis de Recurso Interno no 2º Grau: As decisões, colegiadas e monocráticas, proferidas no âmbito da Justiça Estadual de 2º Grau, das quais caiba recurso (embargos de declaração e infringentes, agravos regimentais, agravos do art. 557 do CPC e outros recursos regimentais) para o próprio Tribunal no período-base (semestre), incluídas as decisões proferidas nestes recursos.

2. Litigiosidade.
2.2. Litigiosidade de 1º grau
2.2.1. Cn1º - Casos Novos no 1º Grau

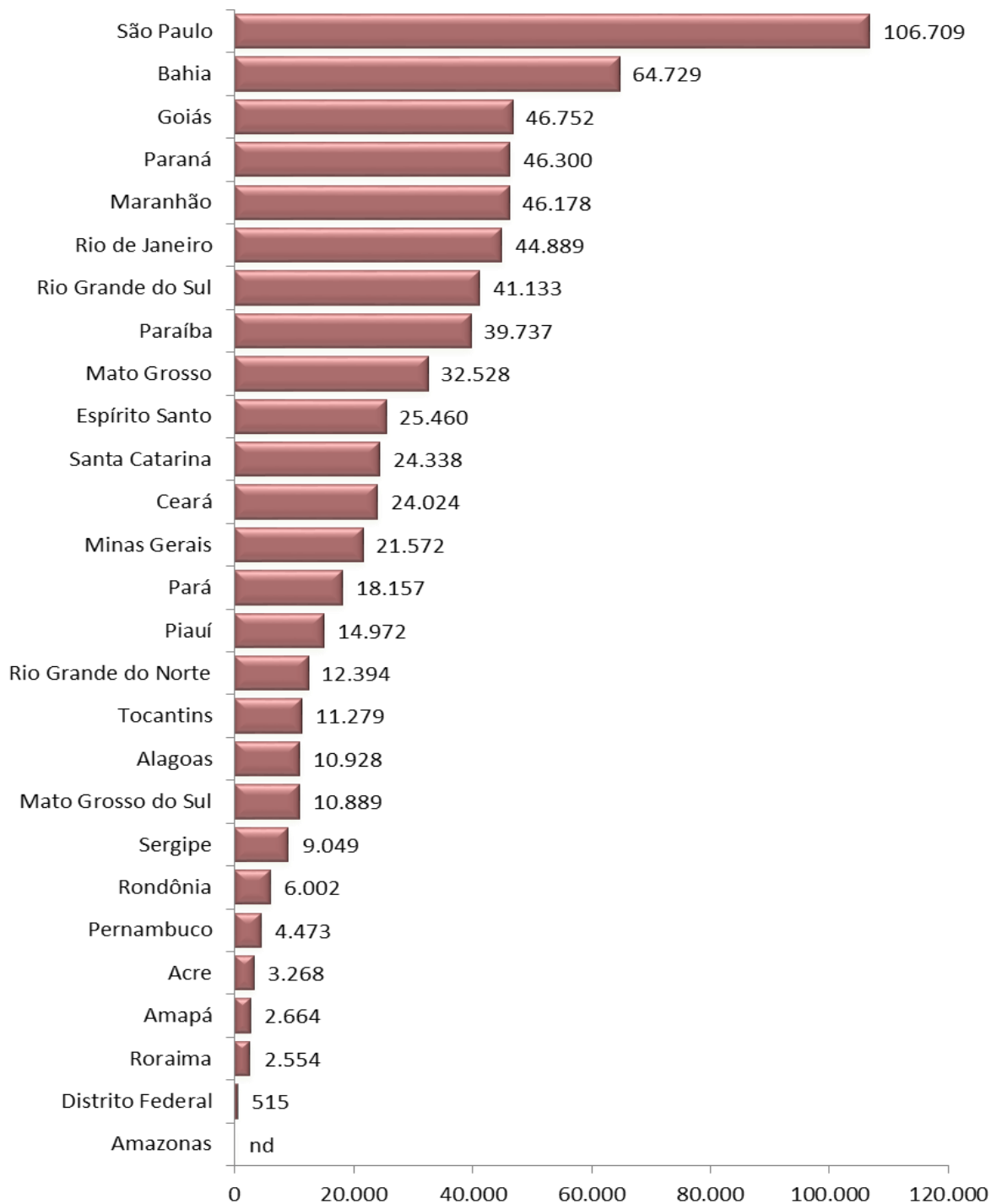
Tabela 2.15 - Cn1º - Casos Novos no 1º Grau

Tribunal Regional Eleitoral	CnCrim1º - Casos Novos de Conhecimento Criminais no 1º Grau	CnCNCrim1º - Casos Novos de Conhecimento Não-Criminais no 1º Grau	CnExtFisc1º - Casos Novos de Execução Fiscal no 1º grau	Cn1º - Casos Novos no 1º Grau
Acre	16	3.250	2	3.268
Alagoas	178	10.737	13	10.928
Amazonas	nd	nd	nd	nd
Amapá	104	2.519	41	2.664
Bahia	1.469	63.248	12	64.729
Ceará	176	23.810	38	24.024
Distrito Federal	396	114	5	515
Espírito Santo	136	25.305	19	25.460
Goiás	736	45.991	25	46.752
Maranhão	151	46.020	7	46.178
Minas Gerais	1.228	20.275	69	21.572
Mato Grosso do Sul	143	10.721	25	10.889
Mato Grosso	127	32.355	46	32.528
Pará	83	18.041	33	18.157
Paraíba	775	38.927	35	39.737
Pernambuco	138	4.274	61	4.473
Piauí	113	14.850	9	14.972
Paraná	148	46.111	41	46.300
Rio de Janeiro	244	44.604	41	44.889
Rio Grande do Norte	179	12.192	23	12.394
Rondônia	70	5.912	20	6.002
Roraima	13	2.537	4	2.554
Rio Grande do Sul	235	40.876	22	41.133
Santa Catarina	144	24.189	5	24.338
Sergipe	119	8.917	13	9.049
São Paulo	242	106.409	58	106.709
Tocantins	205	11.056	18	11.279
Justiça Eleitoral	7.568	663.240	685	671.493

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.15 - Cn1º - Casos Novos no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Cn1º - Casos Novos no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados no 1º Grau do Tribunal Regional Eleitoral no período-base (semestre).

Fórmula: $Cn1^\circ = CnCrim1^\circ + CnCNCrim1^\circ + CnExtFisc1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **CnCrim1º** - Casos Novos de Conhecimento Criminais no 1º Grau: Os processos de conhecimento criminais originários no 1º Grau da Justiça Eleitoral no período-base (semestre). Devem ser consideradas todas as classes definidas pela Resolução TSE nº 22.676/2007, alterada pela Resolução TSE nº 23.119/2009.
- **CnCNCrim1º** - Casos Novos de Conhecimento Não-Criminais no 1º Grau: Os processos de conhecimento não-criminais originários no 1º Grau da Justiça Eleitoral no período-base (semestre). Devem ser consideradas todas as classes definidas pela Resolução TSE nº 22.676/2007, alterada pela Resolução TSE nº 23.119/2009.
- **CnExtFisc1º** - Casos Novos de Execução Fiscal no 1º grau: As execuções fiscais que ingressaram ou foram protocolizadas na Justiça Eleitoral de 1º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's)

2. Litigiosidade.
2.2. Litigiosidade de 1º grau
2.2.2. Cp1º - Casos Pendentes no 1º Grau

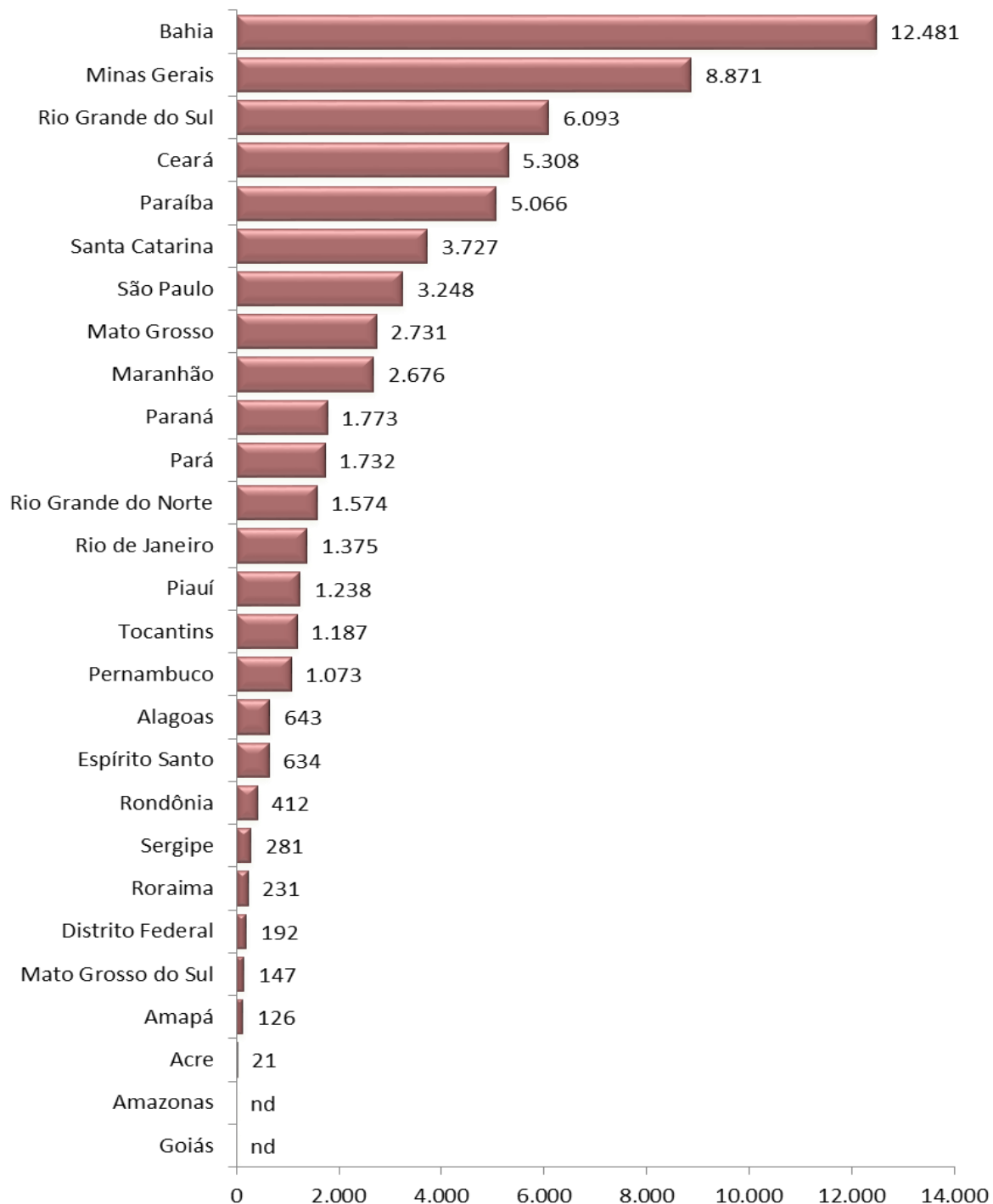
Tabela 2.16 - Cp1º - Casos Pendentes no 1º Grau

Tribunal Regional Eleitoral	CpCCrim1º - Casos Pendentes de Conhecimento Criminais na Justiça Eleitoral de 1º Grau	CpCNCrim1º - Casos Pendentes de Conhecimento Não-Criminais na Justiça Eleitoral de 1º Grau	CpExtFisc1º - Casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º grau	Cp1º - Casos Pendentes no 1º Grau
Acre	6	13	2	21
Alagoas	124	490	29	643
Amazonas	nd	nd	nd	nd
Amapá	28	93	5	126
Bahia	607	11.740	134	12.481
Ceará	372	4.752	184	5.308
Distrito Federal	1	191	0	192
Espírito Santo	180	409	45	634
Goiás	nd	nd	nd	nd
Maranhão	543	2.104	29	2.676
Minas Gerais	544	8.253	74	8.871
Mato Grosso do Sul	29	73	45	147
Mato Grosso	376	2.218	137	2.731
Pará	189	1.401	142	1.732
Paraíba	424	4.600	42	5.066
Pernambuco	808	208	57	1.073
Piauí	195	1.033	10	1.238
Paraná	226	1.346	201	1.773
Rio de Janeiro	589	595	191	1.375
Rio Grande do Norte	589	855	130	1.574
Rondônia	104	274	34	412
Roraima	41	188	2	231
Rio Grande do Sul	319	5.654	120	6.093
Santa Catarina	309	3.397	21	3.727
Sergipe	103	112	66	281
São Paulo	496	2.503	249	3.248
Tocantins	371	789	27	1.187
Justiça Eleitoral	7.573	53.291	1.976	62.840

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.16 - Cp1º - Casos Pendentes no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Cp1º - Casos Pendentes no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos pendentes no 1º Grau do Tribunal Regional Eleitoral no início do período-base (semestre).

Fórmula: $Cp1º = CpCCrim1º + CpCNCrim1º + CpExtFisc1º$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- CpCCrim1º - Casos Pendentes de Conhecimento Criminais na Justiça Eleitoral de 1º Grau: Saldo residual de processos de conhecimento criminais originários que foram recebidos no 1º Grau da Justiça Eleitoral até o final do período anterior ao período-base (semestre), e que não foram baixados no 1º Grau no final do período anterior ao período-base (semestre).
- CpCNCrim1º - Casos Pendentes de Conhecimento Não-Criminais na Justiça Eleitoral de 1º Grau: Saldo residual de processos de conhecimento não-criminais originários que foram recebidos no 1º Grau da Justiça Eleitoral até o final do período anterior ao período-base (semestre), e que não foram baixados no 1º Grau no final do período anterior ao período-base (semestre).
- CpExtFisc1º - Casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º grau: Saldo residual de processos de execução fiscal que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça Eleitoral de 1º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre), e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's)

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

2.2.3. TBAix1º - Total de Processos Baixados no 1º Grau

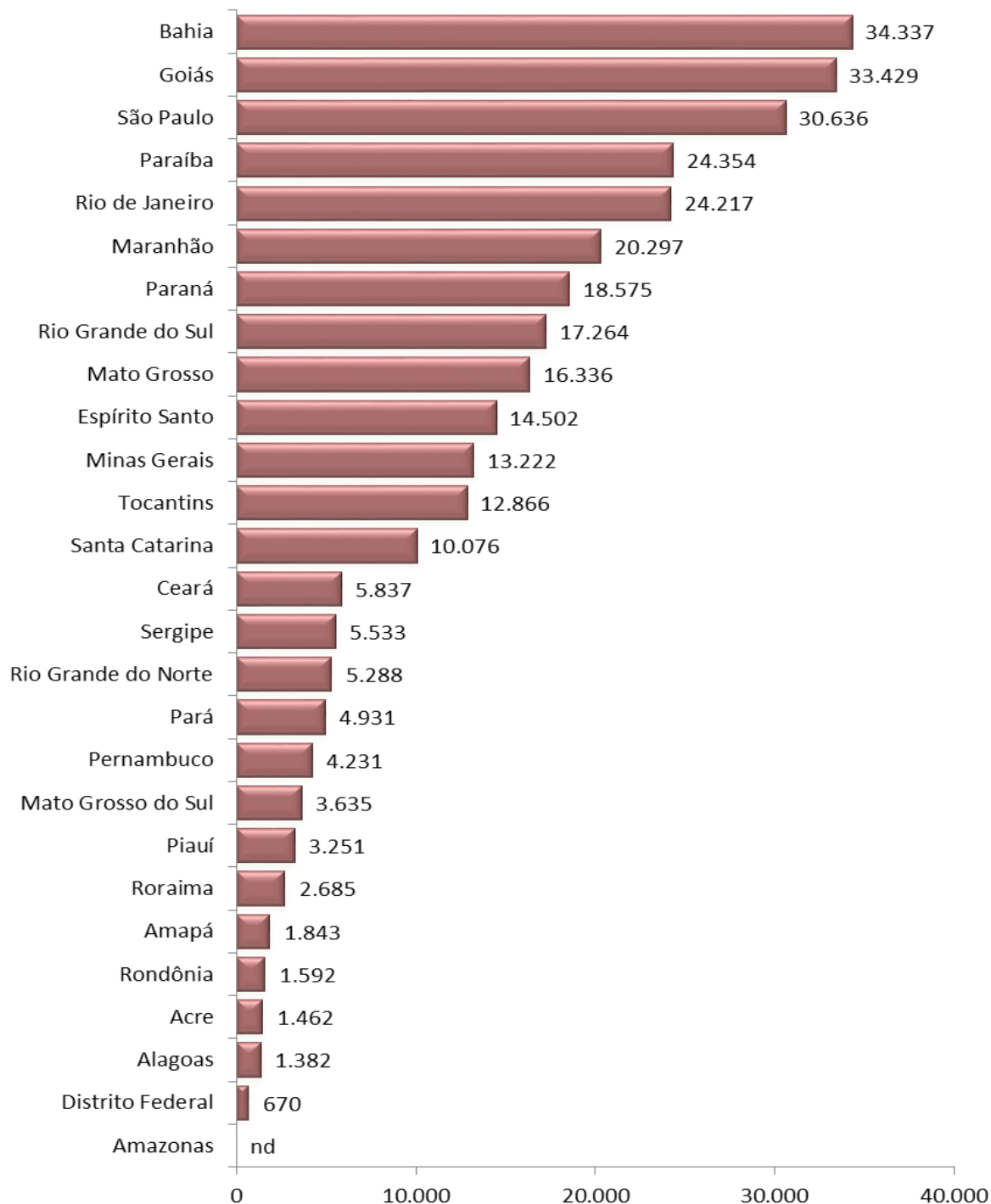
Tabela 2.17 - TBAix1º - Total de Processos Baixados no 1º Grau

Tribunal Regional Eleitoral	TBAixCCrim1º - Total de Processos de Conhecimento Criminais Baixados no 1º Grau	TBAixCNCrim1º - Total de Processos de Conhecimento Não-Criminais Baixados no 1º Grau	TBAixExtFisc1º - Total de Processos Baixados de Execução Fiscal no 1º Grau	TBAix1º - Total de Processos Baixados no 1º Grau
Acre	14	1.446	2	1.462
Alagoas	118	1.247	17	1.382
Amazonas	nd	nd	nd	nd
Amapá	75	1.767	1	1.843
Bahia	172	34.162	3	34.337
Ceará	106	5.697	34	5.837
Distrito Federal	379	291	0	670
Espírito Santo	86	14.406	10	14.502
Goiás	384	33.032	13	33.429
Maranhão	96	20.199	2	20.297
Minas Gerais	459	12.741	22	13.222
Mato Grosso do Sul	90	3.533	12	3.635
Mato Grosso	69	16.253	14	16.336
Pará	50	4.844	37	4.931
Paraíba	334	24.001	19	24.354
Pernambuco	491	3.727	13	4.231
Piauí	33	3.218	0	3.251
Paraná	146	18.394	35	18.575
Rio de Janeiro	340	23.868	9	24.217
Rio Grande do Norte	105	5.167	16	5.288
Rondônia	54	1.530	8	1.592
Roraima	8	2.677	0	2.685
Rio Grande do Sul	259	16.983	22	17.264
Santa Catarina	104	9.942	30	10.076
Sergipe	74	5.436	23	5.533
São Paulo	219	30.387	30	30.636
Tocantins	189	12.644	33	12.866
Justiça Eleitoral	4.454	307.592	405	312.451

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.17 - TBaix1º - Total de Processos Baixados no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

TBaix1º - Total de Processos Baixados no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de Processos Baixados no 1º Grau do Tribunal Regional Eleitoral durante o período-base (semestre).

Fórmula: $TBaix1^\circ = TBaixCCrim1^\circ + TBaixCNCrim1^\circ + TBaixExtFisc1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

· **TBaixCCrim1º** - Total de Processos de Conhecimento Criminais Baixados no 1º Grau : Os processos criminais originários que foram baixados no 1º Grau da Justiça Eleitoral no período-base (semestre). Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para as instâncias superiores; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Não são contabilizados os recursos internos (Embargos de Declaração e Pedidos de Reconsideração) e os recursos externos (Recurso Eleitoral), bem como os processos sobrestados. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas nas variáveis CnNCrim1º - Casos Novos Não-Criminais no 1º Grau.

· **TBaixCNCrim1º** - Total de Processos de Conhecimento Não-Criminais Baixados no 1º Grau : Os processos de conhecimento não-criminais originários que foram baixados no 1º Grau da Justiça Eleitoral no período-base (semestre). Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para as instâncias superiores; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Não são contabilizados os recursos internos (Embargos de Declaração e Pedidos de Reconsideração), os recursos externos (Recurso Eleitoral), bem como os processos sobrestados. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas nas variáveis CnNCrim1º - Casos Novos Não-Criminais no 1º Grau.

· **TBaixExtFisc1º** - Total de Processos Baixados de Execução Fiscal no 1º Grau: Os processos de execuções fiscais que foram baixados na Justiça Eleitoral de 1º Grau no período-base (semestre). Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para a instância superior; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado.

2. Litigiosidade.
2.2. Litigiosidade de 1º grau
2.2.4. Sent1º - Total de Sentenças no 1º Grau

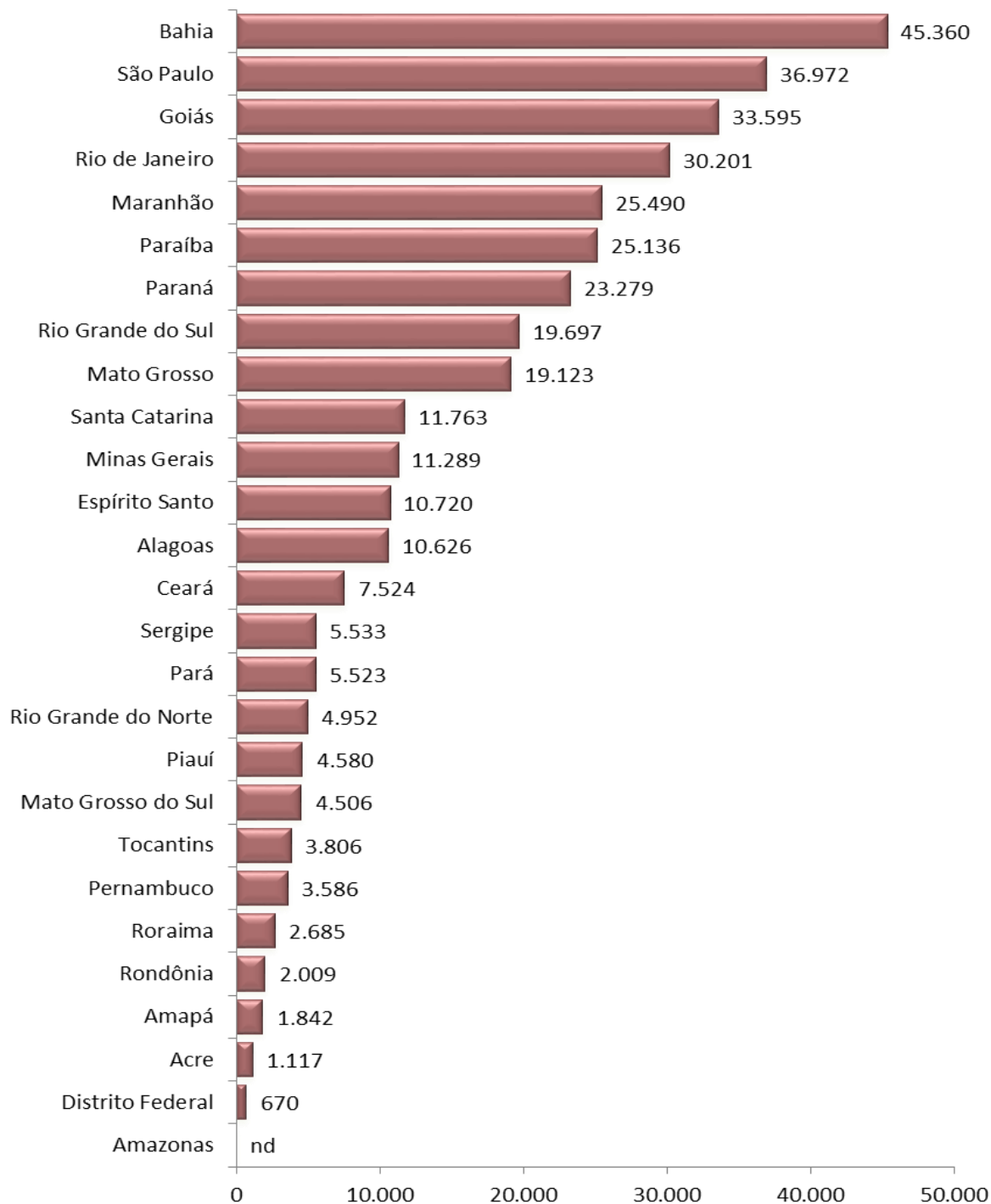
Tabela 2.18 - Sent1º - Total de Sentenças no 1º Grau

Tribunal Regional Eleitoral	SentCCrim1º - Sentenças de Conhecimento Criminais no 1º Grau	SentCNCrim1º - Sentenças de Conhecimento Não-Criminais no 1º Grau	SentExtFisc1º - Sentenças em Execução Fiscal no 1º grau	Sent1º - Total de Sentenças no 1º Grau
Acre	36	1.078	3	1.117
Alagoas	416	10.207	3	10.626
Amazonas	nd	nd	nd	nd
Amapá	75	1.767	0	1.842
Bahia	449	44.887	24	45.360
Ceará	106	7.395	23	7.524
Distrito Federal	379	291	0	670
Espírito Santo	81	10.635	4	10.720
Goiás	554	33.029	12	33.595
Maranhão	116	25.372	2	25.490
Minas Gerais	252	11.026	11	11.289
Mato Grosso do Sul	64	4.435	7	4.506
Mato Grosso	64	19.050	9	19.123
Pará	31	5.481	11	5.523
Paraíba	185	24.950	1	25.136
Pernambuco	71	3.514	1	3.586
Piauí	32	4.548	0	4.580
Paraná	304	22.766	209	23.279
Rio de Janeiro	360	29.832	9	30.201
Rio Grande do Norte	108	4.835	9	4.952
Rondônia	110	1.891	8	2.009
Roraima	8	2.677	0	2.685
Rio Grande do Sul	129	19.559	9	19.697
Santa Catarina	111	11.644	8	11.763
Sergipe	74	5.436	23	5.533
São Paulo	199	36.747	26	36.972
Tocantins	120	3.682	4	3.806
Justiça Eleitoral	4.434	346.734	416	351.584

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.18 - Sent1º - Total de Sentenças no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Sent1º - Total de Sentenças no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de sentenças no 1º Grau do Tribunal Regional Eleitoral no período-base (semestre).

Fórmula: $Sent1^\circ = SentCCrim1^\circ + SentCNCrim1^\circ + SentExtFisc1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- SentCCrim1º - Sentenças de Conhecimento Criminais no 1º Grau: Todas as sentenças criminais proferidas no período-base. Havendo mais de uma sentença no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Incluem-se apenas as decisões nas classes processuais compreendidas nas variáveis CnCrim1º - Casos Novos Criminais no 1º Grau.
- SentCNCrim1º - Sentenças de Conhecimento Não-Criminais no 1º Grau: Todas as sentenças de conhecimento não-criminais proferidas no período-base. Havendo mais de uma sentença no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Incluem-se apenas as decisões nas classes processuais compreendidas nas variáveis CnNCrim1º - Casos Novos Não-Criminais no 1º Grau.
- SentExtFisc1º - Sentenças em Execução Fiscal no 1º grau: Todas as sentenças em execução fiscal proferidas no 1º Grau da Justiça Eleitoral no período-base (semestre). Havendo mais de uma sentença no mesmo processo, todas devem ser consideradas.

2. Litigiosidade.
2.2. Litigiosidade de 1º grau
2.2.5. Ch1º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 1º Grau

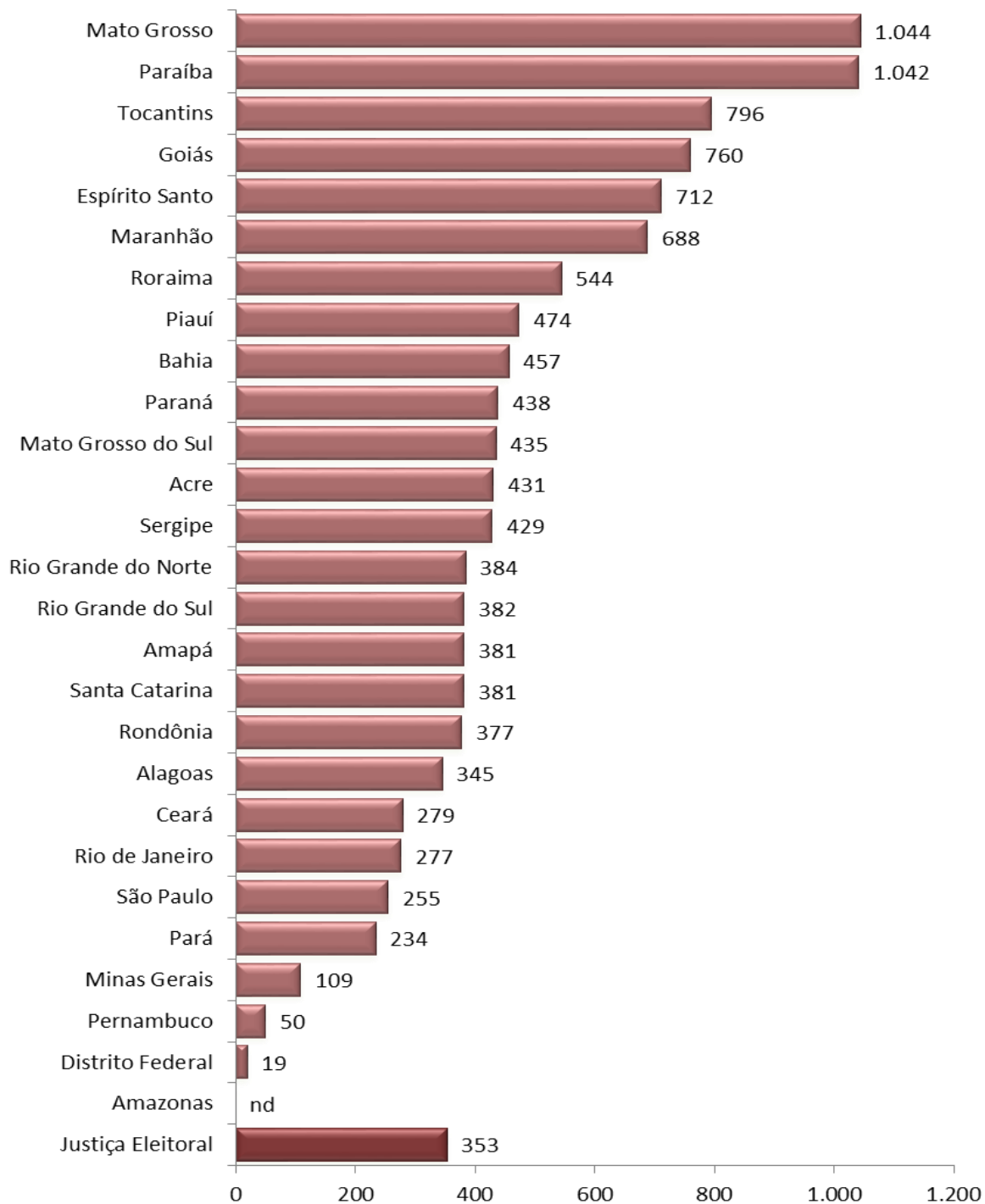
Tabela 2.19 - Ch1º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 1º Grau

Tribunal Regional Eleitoral	Cn1º - Casos Novos no 1º Grau	h2 - Número de Habitantes Dividido por 100.000	Ch1º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 1º Grau
Acre	3.268	8	431
Alagoas	10.928	32	345
Amazonas	nd	36	nd
Amapá	2.664	7	381
Bahia	64.729	142	457
Ceará	24.024	86	279
Distrito Federal	515	26	19
Espírito Santo	25.460	36	712
Goiás	46.752	62	760
Maranhão	46.178	67	688
Minas Gerais	21.572	199	109
Mato Grosso do Sul	10.889	25	435
Mato Grosso	32.528	31	1.044
Pará	18.157	78	234
Paraíba	39.737	38	1.042
Pernambuco	4.473	89	50
Piauí	14.972	32	474
Paraná	46.300	106	438
Rio de Janeiro	44.889	162	277
Rio Grande do Norte	12.394	32	384
Rondônia	6.002	16	377
Roraima	2.554	5	544
Rio Grande do Sul	41.133	108	382
Santa Catarina	24.338	64	381
Sergipe	9.049	21	429
São Paulo	106.709	419	255
Tocantins	11.279	14	796
Justiça Eleitoral	671.493	1.939	353

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.19 - Ch1º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Ch1º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram no 1º Grau da Justiça Eleitoral para cada 100.000 habitantes do estado no período-base (semestre).

Fórmula: $Ch1^\circ = Cn1^\circ / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $Cn1^\circ = CnCCrim1^\circ + CnCNCrim1^\circ + CnExtFisc1^\circ$
- h2 - Número de Habitantes Dividido por 100.000: Número de habitantes do Estado baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

2.2.6. Cm1º - Casos Novos por magistrado no 1º Grau

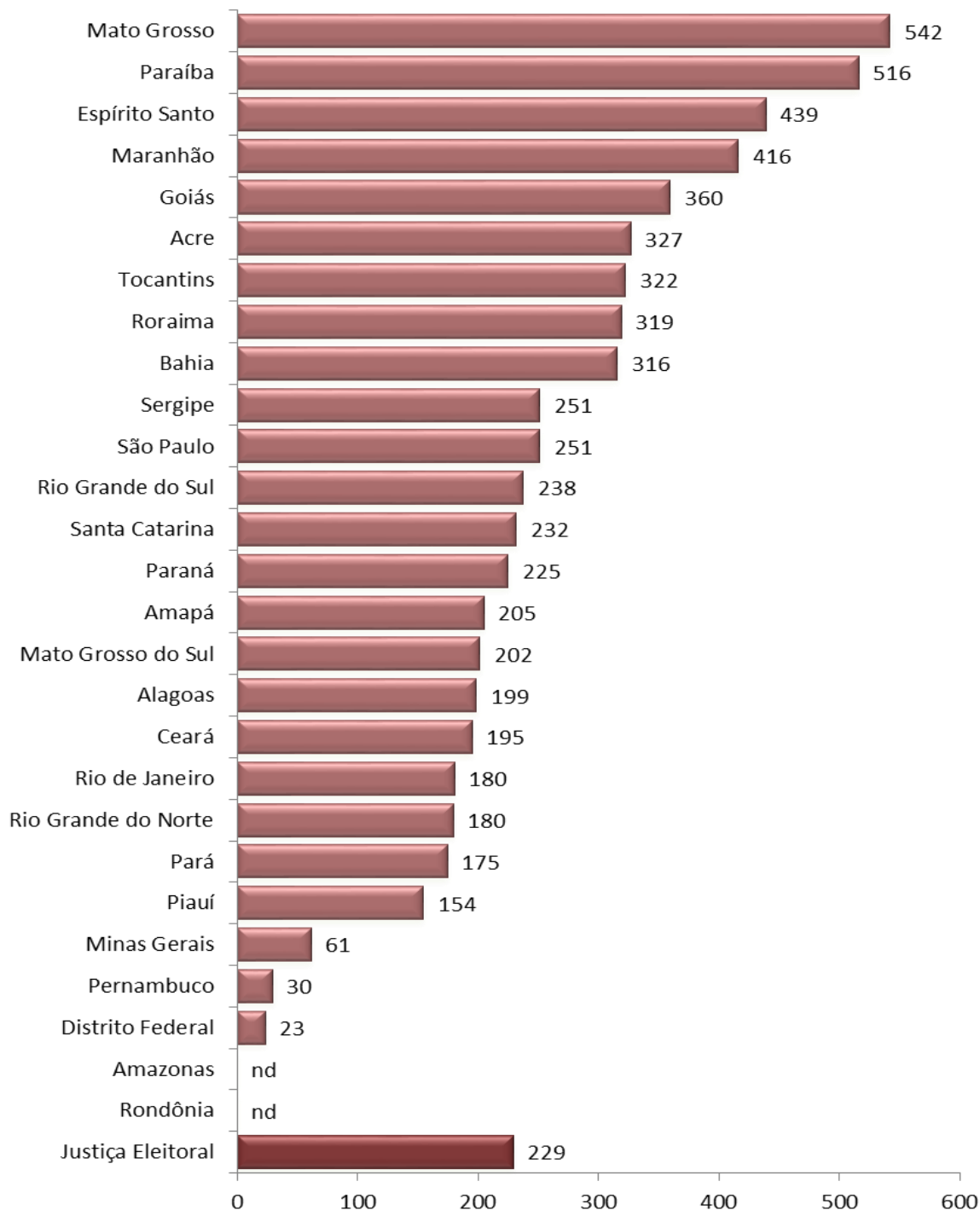
Tabela 2.20 - Cm1º - Casos Novos por magistrado no 1º Grau

Tribunal Regional Eleitoral	Cn1º - Casos Novos no 1º Grau	Mag1º - Número de Cargos de Magistrado no 1º Grau	Cm1º - Casos Novos por magistrado no 1º Grau
Acre	3.268	10	327
Alagoas	10.928	55	199
Amazonas	nd	nd	nd
Amapá	2.664	13	205
Bahia	64.729	205	316
Ceará	24.024	123	195
Distrito Federal	515	22	23
Espírito Santo	25.460	58	439
Goiás	46.752	130	360
Maranhão	46.178	111	416
Minas Gerais	21.572	351	61
Mato Grosso do Sul	10.889	54	202
Mato Grosso	32.528	60	542
Pará	18.157	104	175
Paraíba	39.737	77	516
Pernambuco	4.473	151	30
Piauí	14.972	97	154
Paraná	46.300	206	225
Rio de Janeiro	44.889	249	180
Rio Grande do Norte	12.394	69	180
Rondônia	6.002	0	nd
Roraima	2.554	8	319
Rio Grande do Sul	41.133	173	238
Santa Catarina	24.338	105	232
Sergipe	9.049	36	251
São Paulo	106.709	425	251
Tocantins	11.279	35	322
Justiça Eleitoral	671.493	2.927	229

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.20 - Cm1º - Casos Novos por magistrado no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Cm1º - Casos Novos por magistrado no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram no 1º Grau da Justiça Eleitoral para cada cargo de magistrado do 1º Grau no período-base (semestre).

Fórmula: $Cm1º = Cn1º / Mag1º$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $Cn1º = CnCCrim1º + CnCNCrim1º + CnExtFisc1º$
- Mag1º - Número de Cargos de Magistrado no 1º Grau: Número de cargos de Magistrado no 1º Grau da Justiça Eleitoral no final do ano-base.

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

2.2.7. Cs1º - Casos Novos por Servidor no Tribunal Regional Eleitoral no 1º Grau.

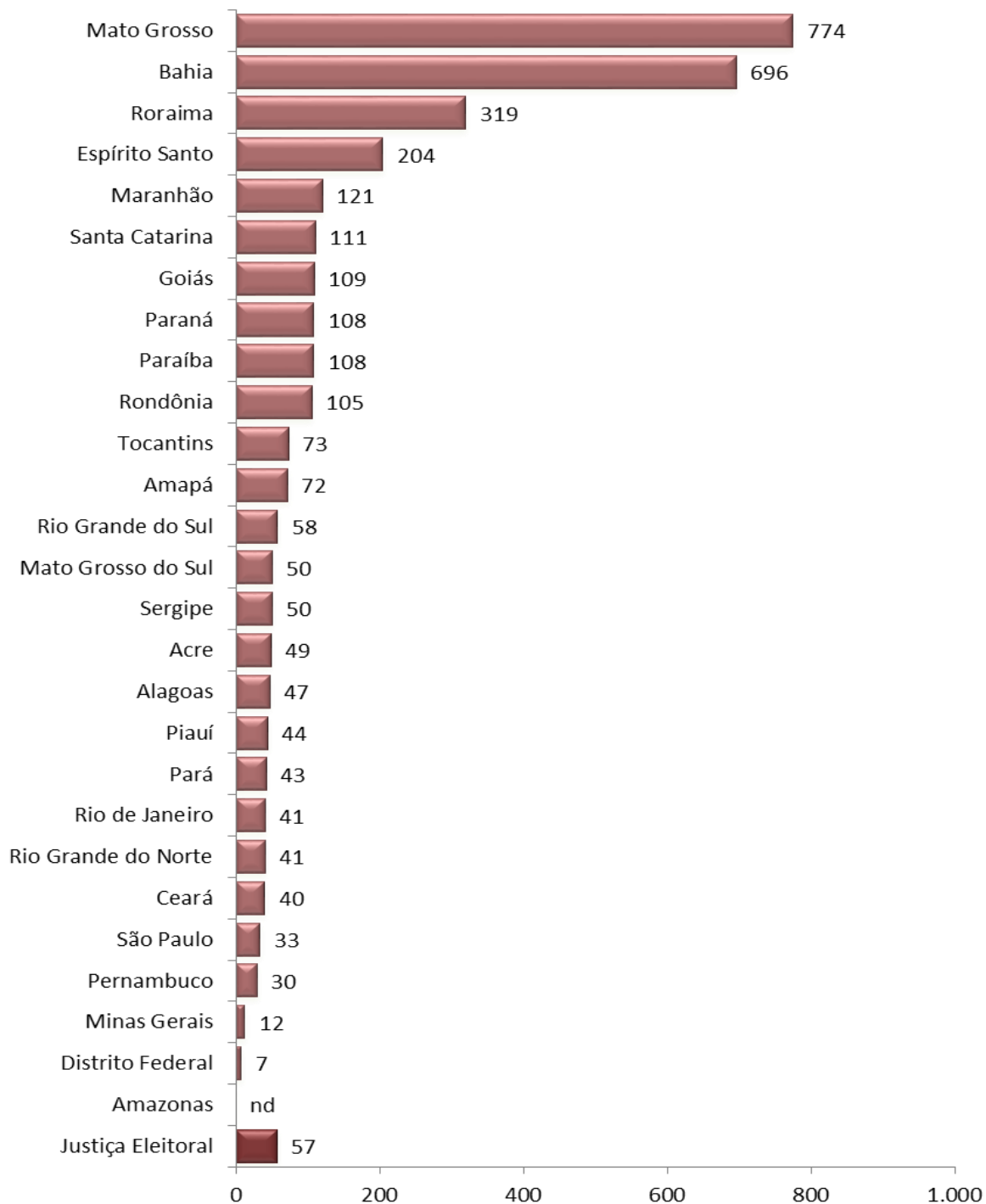
Tabela 2.21 - Cs1º - Casos Novos por Servidor no Tribunal Regional Eleitoral no 1º Grau.

Tribunal Regional Eleitoral	Cn1º - Casos Novos no 1º Grau	SaJud1º - Número de Servidores Lotados na Área Judiciária do 1º Grau	Cs1º - Casos Novos por Servidor no Tribunal Regional Eleitoral no 1º Grau.
Acre	3.268	67	49
Alagoas	10.928	232	47
Amazonas	nd	nd	nd
Amapá	2.664	37	72
Bahia	64.729	93	696
Ceará	24.024	603	40
Distrito Federal	515	69	7
Espírito Santo	25.460	125	204
Goiás	46.752	429	109
Maranhão	46.178	383	121
Minas Gerais	21.572	1.766	12
Mato Grosso do Sul	10.889	217	50
Mato Grosso	32.528	42	774
Pará	18.157	426	43
Paraíba	39.737	367	108
Pernambuco	4.473	151	30
Piauí	14.972	338	44
Paraná	46.300	427	108
Rio de Janeiro	44.889	1.101	41
Rio Grande do Norte	12.394	306	41
Rondônia	6.002	57	105
Roraima	2.554	8	319
Rio Grande do Sul	41.133	710	58
Santa Catarina	24.338	220	111
Sergipe	9.049	181	50
São Paulo	106.709	3.207	33
Tocantins	11.279	154	73
Justiça Eleitoral	671.493	11.716	57

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.21 - Cs1º - Casos Novos por Servidor no Tribunal Regional Eleitoral no 1º Grau.



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Cs1º - Casos Novos por Servidor no Tribunal Regional Eleitoral no 1º Grau.

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram no 1º Grau da Justiça Eleitoral para cada servidor lotado na área judiciária no período-base (semestre).

Fórmula: $Cs1^\circ = Cn1^\circ / SaJud1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

· $Cn1^\circ = CnCCrim1^\circ + CnCNCrim1^\circ + CnExtFisc1^\circ$

· SaJud1º - Número de Servidores Lotados na Área Judiciária do 1º Grau: Número total de servidores lotados na área judiciária do 1º grau da Justiça Eleitoral, em efetiva atividade no final do período-base (semestre), abrangendo os servidores efetivos (exceto cedidos), os requisitados e os ocupantes apenas de cargo em comissão.

Considera-se área judiciária os setores que impulsionam diretamente a tramitação do processo judicial, tais como: protocolo judicial, distribuição, gabinetes, contadoria, precatórios, secretarias judiciárias, centrais de mandados, taquigrafias, estenotipia, setores de processamentos de autos, hastas públicas, perícia (contábil, médica, de serviço social e de psicologia), central de conciliação, setores de admissibilidade de recursos, arquivo.

2. Litigiosidade.
2.2. Litigiosidade de 1º grau
2.2.8. K1º - Carga de trabalho dos magistrados no 1º Grau

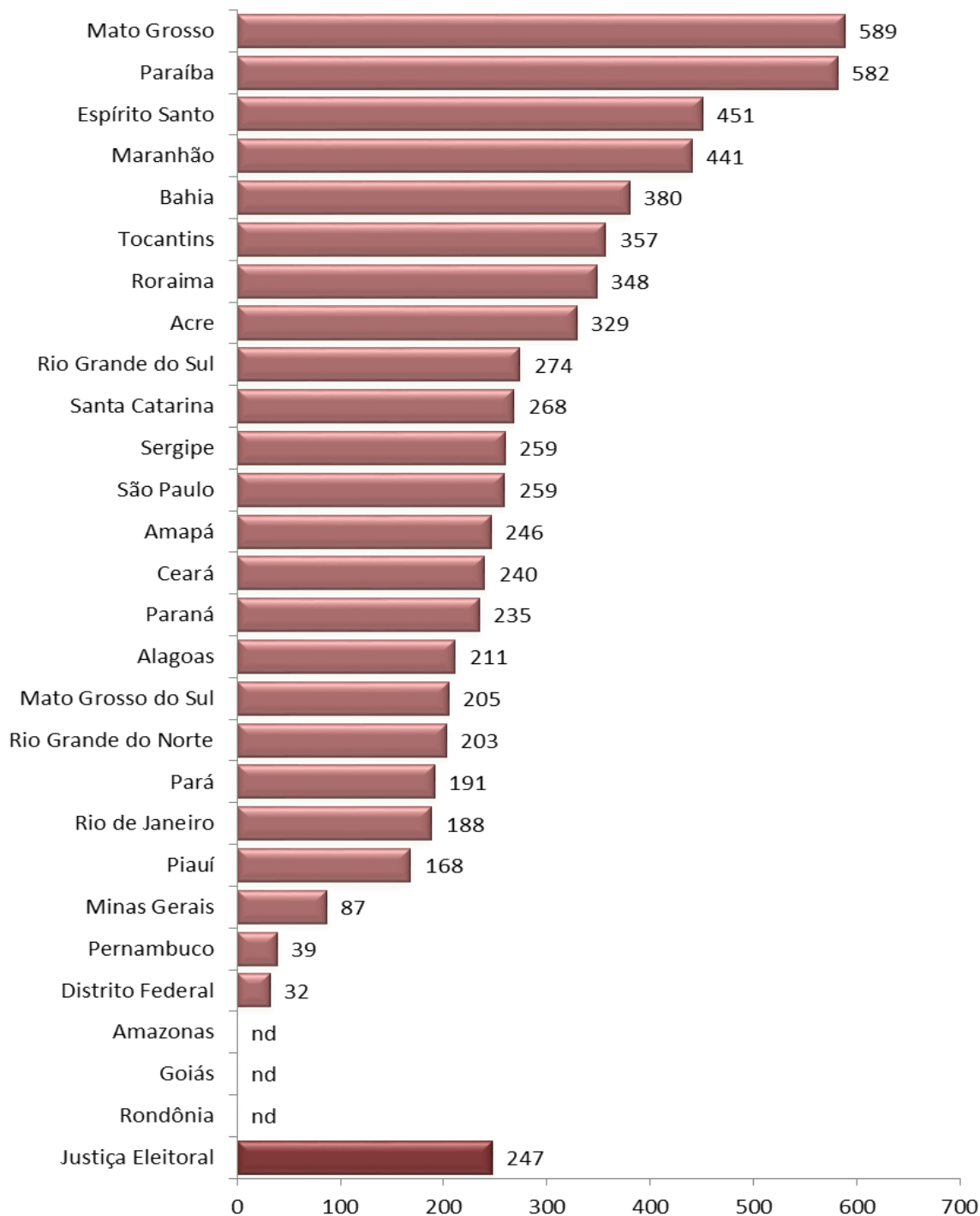
Tabela 2.22 - K1º - Carga de trabalho dos magistrados no 1º Grau

Tribunal Regional Eleitoral	Cn1º - Casos Novos no 1º Grau	Cp1º - Casos Pendentes no 1º Grau	RIntC1º - Recursos Internos no 1º Grau na Fase de Conhecimento	RIntCP1º - Recursos Internos Pendentes no 1º Grau na Fase de Conhecimento	Mag1º - Número de Cargos de Magistrado no 1º Grau	K1º - Carga de trabalho dos magistrados no 1º Grau
Acre	3.268	21	0	0	10	329
Alagoas	10.928	643	50	1	55	211
Amazonas	nd	nd	nd	nd	nd	nd
Amapá	2.664	126	407	0	13	246
Bahia	64.729	12.481	717	14	205	380
Ceará	24.024	5.308	123	13	123	240
Distrito Federal	515	192	2	0	22	32
Espírito Santo	25.460	634	58	0	58	451
Goiás	46.752	nd	nd	nd	130	nd
Maranhão	46.178	2.676	63	7	111	441
Minas Gerais	21.572	8.871	23	2	351	87
Mato Grosso do Sul	10.889	147	25	0	54	205
Mato Grosso	32.528	2.731	55	1	60	589
Pará	18.157	1.732	3	0	104	191
Paraíba	39.737	5.066	0	0	77	582
Pernambuco	4.473	1.073	286	56	151	39
Piauí	14.972	1.238	58	0	97	168
Paraná	46.300	1.773	235	0	206	235
Rio de Janeiro	44.889	1.375	548	13	249	188
Rio Grande do Norte	12.394	1.574	21	0	69	203
Rondônia	6.002	412	11	0	0	nd
Roraima	2.554	231	0	0	8	348
Rio Grande do Sul	41.133	6.093	107	1	173	274
Santa Catarina	24.338	3.727	50	0	105	268
Sergipe	9.049	281	0	3	36	259
São Paulo	106.709	3.248	170	0	425	259
Tocantins	11.279	1.187	18	0	35	357
Justiça Eleitoral	671.493	62.840	3.030	111	2.927	247

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.22 - K1º - Carga de trabalho dos magistrados no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

K1º - Carga de trabalho dos magistrados no 1º Grau

Finalidade: Indicar a carga de trabalho dos magistrados do 1º Grau da Justiça Eleitoral no período-base (semestre).

Fórmula: $K1^\circ = (Cn1^\circ + Cp1^\circ + RIntC1^\circ + RIntCP1^\circ) / Mag1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

· $Cn1^\circ = CnCCrim1^\circ + CnCNCrim1^\circ + CnExtFisc1^\circ$

· $Cp1^\circ = CpCCrim1^\circ + CpCNCrim1^\circ + CpExtFisc1^\circ$

· $RIntC1^\circ$ - Recursos Internos no 1º Grau na Fase de Conhecimento: Os embargos de declaração opostos contra decisão de 1º Grau, no período-base (semestre).

· $RIntCP1^\circ$ - Recursos Internos Pendentes no 1º Grau na Fase de Conhecimento: Saldo residual de embargos de declaração contra decisão de 1º Grau opostos até o final do período anterior ao período-base e que não foram decididos até o final do período anterior ao período-base (semestre).

· $Mag1^\circ$ - Número de Cargos de Magistrado no 1º Grau: Número de cargos de Magistrado no 1º Grau da Justiça Eleitoral no final do ano-base.

2. Litigiosidade.
2.2. Litigiosidade de 1º grau
2.2.9. TC1º - Taxa de congestionamento no 1º Grau

Tabela 2.23 - TC1º - Taxa de congestionamento no 1º Grau

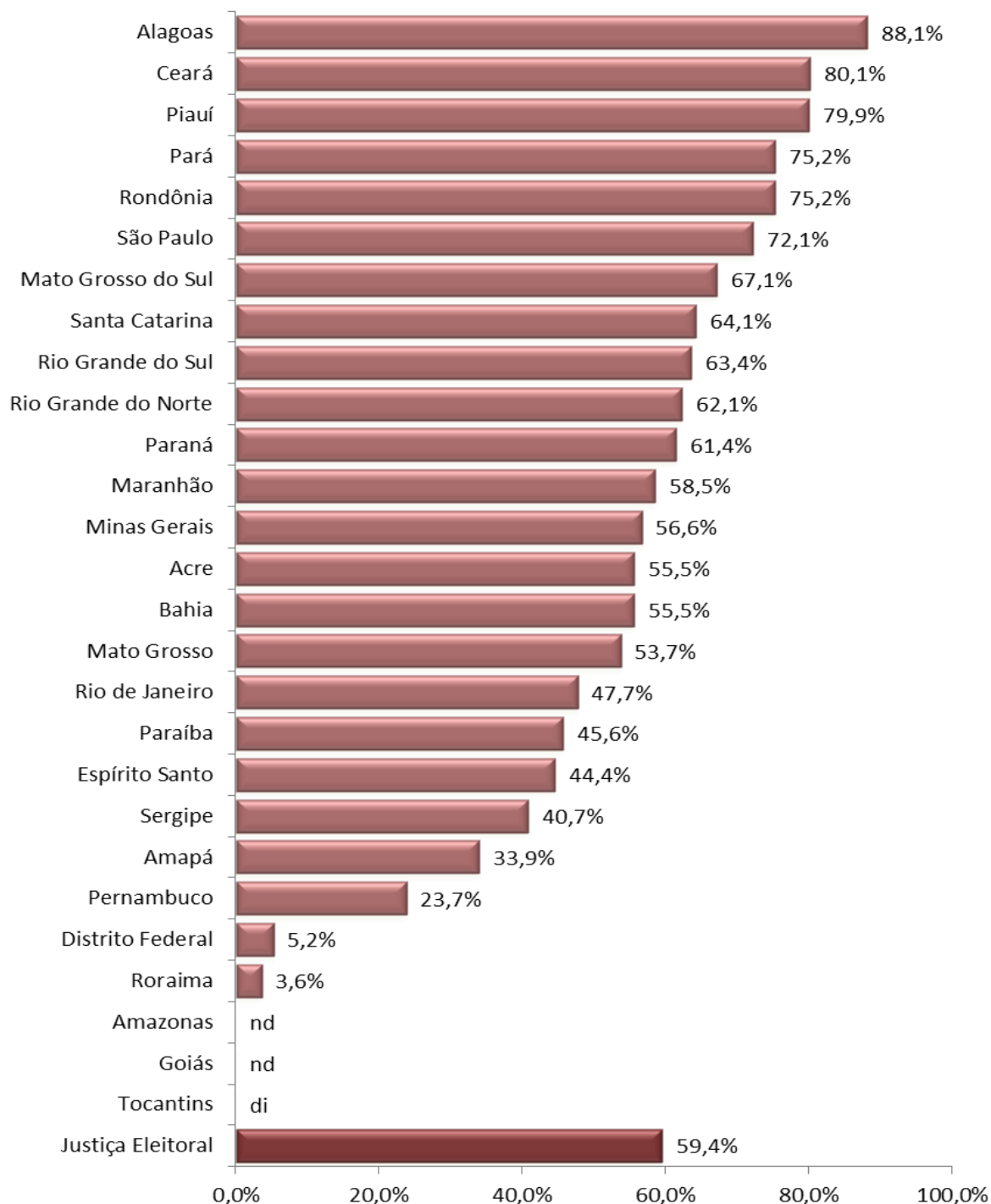
Tribunal Regional Eleitoral	TBaix1º - Total de Processos Baixados no 1º Grau	Cn1º - Casos Novos no 1º Grau	Cp1º - Casos Pendentes no 1º Grau	TC1º - Taxa de congestionamento no 1º Grau
Acre	1.462	3.268	21	55,5%
Alagoas	1.382	10.928	643	88,1%
Amazonas	nd	nd	nd	nd
Amapá	1.843	2.664	126	33,9%
Bahia	34.337	64.729	12.481	55,5%
Ceará	5.837	24.024	5.308	80,1%
Distrito Federal	670	515	192	5,2%
Espírito Santo	14.502	25.460	634	44,4%
Goiás	33.429	46.752	nd	nd
Maranhão	20.297	46.178	2.676	58,5%
Minas Gerais	13.222	21.572	8.871	56,6%
Mato Grosso do Sul	3.635	10.889	147	67,1%
Mato Grosso	16.336	32.528	2.731	53,7%
Pará	4.931	18.157	1.732	75,2%
Paraíba	24.354	39.737	5.066	45,6%
Pernambuco	4.231	4.473	1.073	23,7%
Piauí	3.251	14.972	1.238	79,9%
Paraná	18.575	46.300	1.773	61,4%
Rio de Janeiro	24.217	44.889	1.375	47,7%
Rio Grande do Norte	5.288	12.394	1.574	62,1%
Rondônia	1.592	6.002	412	75,2%
Roraima	2.685	2.554	231	3,6%
Rio Grande do Sul	17.264	41.133	6.093	63,4%
Santa Catarina	10.076	24.338	3.727	64,1%
Sergipe	5.533	9.049	281	40,7%
São Paulo	30.636	106.709	3.248	72,1%
Tocantins	12.866	11.279	1.187	-3%(*)
Justiça Eleitoral	312.451	671.493	62.840	59,4%

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Dado inconsistente (di): Valor apresentado não pode ser superior a 100%.

Gráfico 2.23 - TC1º - Taxa de congestionamento no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

TC1º - Taxa de congestionamento no 1º Grau

Finalidade: Indicar a taxa de congestionamento do 1º Grau da Justiça Eleitoral no período-base (semestre).

Fórmula: $TC1^\circ = 1 - (T_{Baix1^\circ} / (Cn1^\circ + Cp1^\circ))$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $T_{Baix1^\circ} = T_{BaixCCrim1^\circ} + T_{BaixCNCrim1^\circ} + T_{BaixExtFisc1^\circ}$
- $Cn1^\circ = CnCCrim1^\circ + CnCNCrim1^\circ + CnExtFisc1^\circ$
- $Cp1^\circ = CpCCrim1^\circ + CpCNCrim1^\circ + CpExtFisc1^\circ$

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

2.2.10. SM1º - Sentenças por Magistrado no 1º Grau

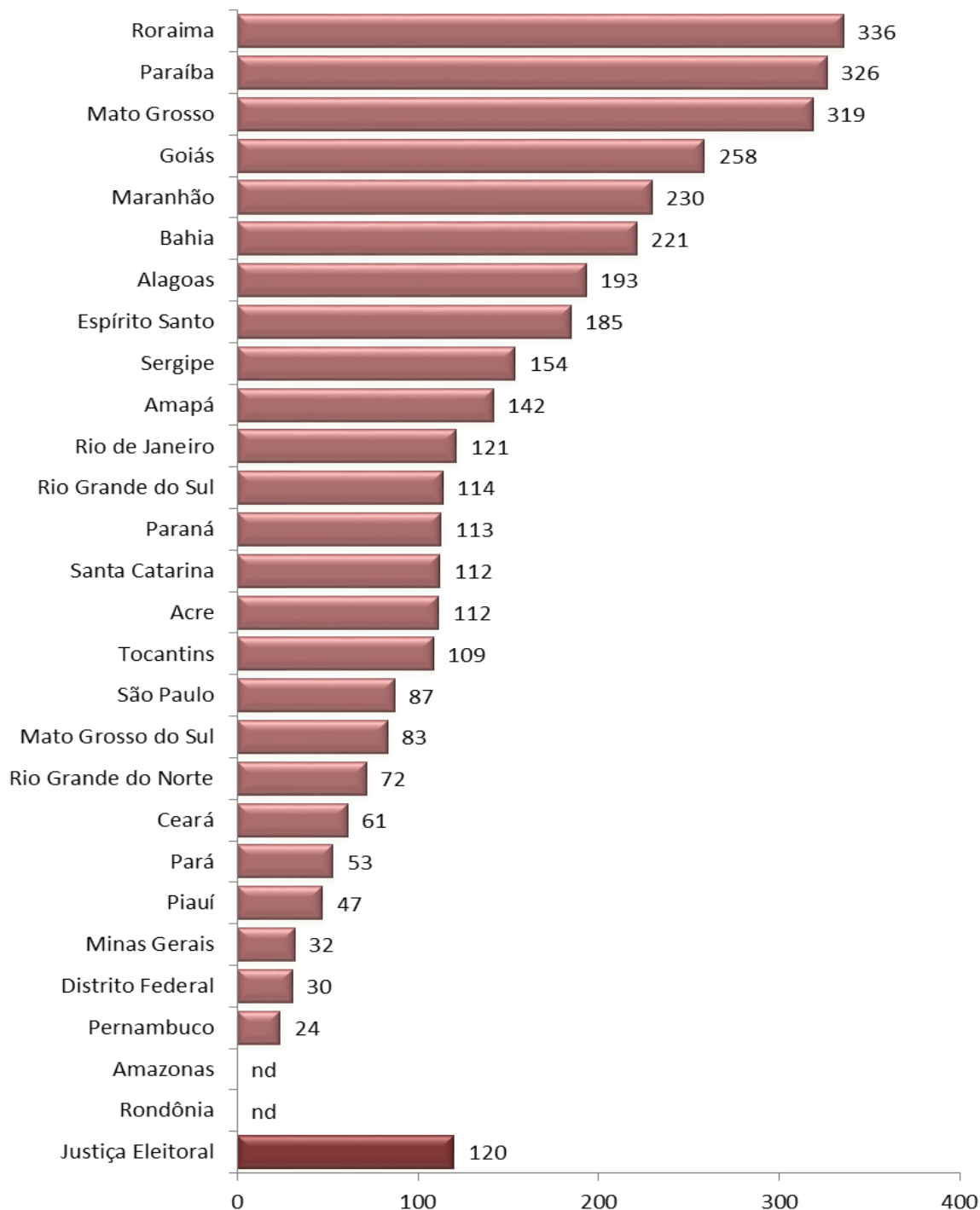
Tabela 2.24 - SM1º - Sentenças por Magistrado no 1º Grau

Tribunal Regional Eleitoral	Sent1º - Total de Sentenças no 1º Grau	Mag1º - Número de Cargos de Magistrado no 1º Grau	SM1º - Sentenças por Magistrado no 1º Grau
Acre	1.117	10	112
Alagoas	10.626	55	193
Amazonas	nd	nd	nd
Amapá	1.842	13	142
Bahia	45.360	205	221
Ceará	7.524	123	61
Distrito Federal	670	22	30
Espírito Santo	10.720	58	185
Goiás	33.595	130	258
Maranhão	25.490	111	230
Minas Gerais	11.289	351	32
Mato Grosso do Sul	4.506	54	83
Mato Grosso	19.123	60	319
Pará	5.523	104	53
Paraíba	25.136	77	326
Pernambuco	3.586	151	24
Piauí	4.580	97	47
Paraná	23.279	206	113
Rio de Janeiro	30.201	249	121
Rio Grande do Norte	4.952	69	72
Rondônia	2.009	0	nd
Roraima	2.685	8	336
Rio Grande do Sul	19.697	173	114
Santa Catarina	11.763	105	112
Sergipe	5.533	36	154
São Paulo	36.972	425	87
Tocantins	3.806	35	109
Justiça Eleitoral	351.584	2.927	120

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.24 - SM1º - Sentenças por Magistrado no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

SM1º - Sentenças por Magistrado no 1º Grau

Finalidade: Indicar a média de sentenças por Magistrado do 1º grau de jurisdição da Justiça Eleitoral no período-base (semestre).

Fórmula: $SM1^\circ = \text{Sent}1^\circ / \text{Mag}1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $\text{Sent}1^\circ = \text{SentCCrim}1^\circ + \text{SentCNCrim}1^\circ + \text{SentExtFisc}1^\circ$
- $\text{Mag}1^\circ$ - Número de Cargos de Magistrado no 1º Grau: Número de cargos de Magistrado no 1º Grau da Justiça Eleitoral no final do ano-base.

2. Litigiosidade.
2.2. Litigiosidade de 1º grau
2.2.11. ProcE1º - Índice de Processos Eletrônicos no 1º Grau

Tabela 2.25 - ProcE1º - Índice de Processos Eletrônicos no 1º Grau

Tribunal Regional Eleitoral	CnElet1º - Casos Novos Eletrônicos no 1º Grau	Cn1º - Casos Novos no 1º Grau	ProcE1º - Índice de Processos Eletrônicos no 1º Grau
Acre	0	3.268	0,0%
Alagoas	0	10.928	0,0%
Amazonas	nd	nd	nd
Amapá	0	2.664	0,0%
Bahia	0	64.729	0,0%
Ceará	0	24.024	0,0%
Distrito Federal	0	515	0,0%
Espírito Santo	0	25.460	0,0%
Goiás	nd	46.752	nd
Maranhão	0	46.178	0,0%
Minas Gerais	0	21.572	0,0%
Mato Grosso do Sul	0	10.889	0,0%
Mato Grosso	0	32.528	0,0%
Pará	0	18.157	0,0%
Paraíba	0	39.737	0,0%
Pernambuco	0	4.473	0,0%
Piauí	0	14.972	0,0%
Paraná	0	46.300	0,0%
Rio de Janeiro	0	44.889	0,0%
Rio Grande do Norte	0	12.394	0,0%
Rondônia	0	6.002	0,0%
Roraima	0	2.554	0,0%
Rio Grande do Sul	0	41.133	0,0%
Santa Catarina	0	24.338	0,0%
Sergipe	0	9.049	0,0%
São Paulo	nd	106.709	nd
Tocantins	0	11.279	0,0%
Justiça Eleitoral	0	671.493	0,0%

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.25 - ProcE11º - Índice de Processos Eletrônicos no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

ProcEl1º - Índice de Processos Eletrônicos no 1º Grau

Finalidade: Demonstrar o percentual de processos que ingressaram por meio eletrônico em relação ao total de processos ingressados no 1º Grau da Justiça Eleitoral no período-base (semestre).

Fórmula: $\text{ProcEl1}^\circ = \text{CnElet1}^\circ / \text{Cn1}^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- CnElet1º - Casos Novos Eletrônicos no 1º Grau: Os processos eletrônicos, originários que ingressaram na Justiça Eleitoral de 1º Grau no período-base (semestre).
- $\text{Cn1}^\circ = \text{CnCrim1}^\circ + \text{CnCNCrim1}^\circ + \text{CnExtFisc1}^\circ$

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

2.2.12. TbCn1º - Processos Baixados por Caso Novo no 1º Grau

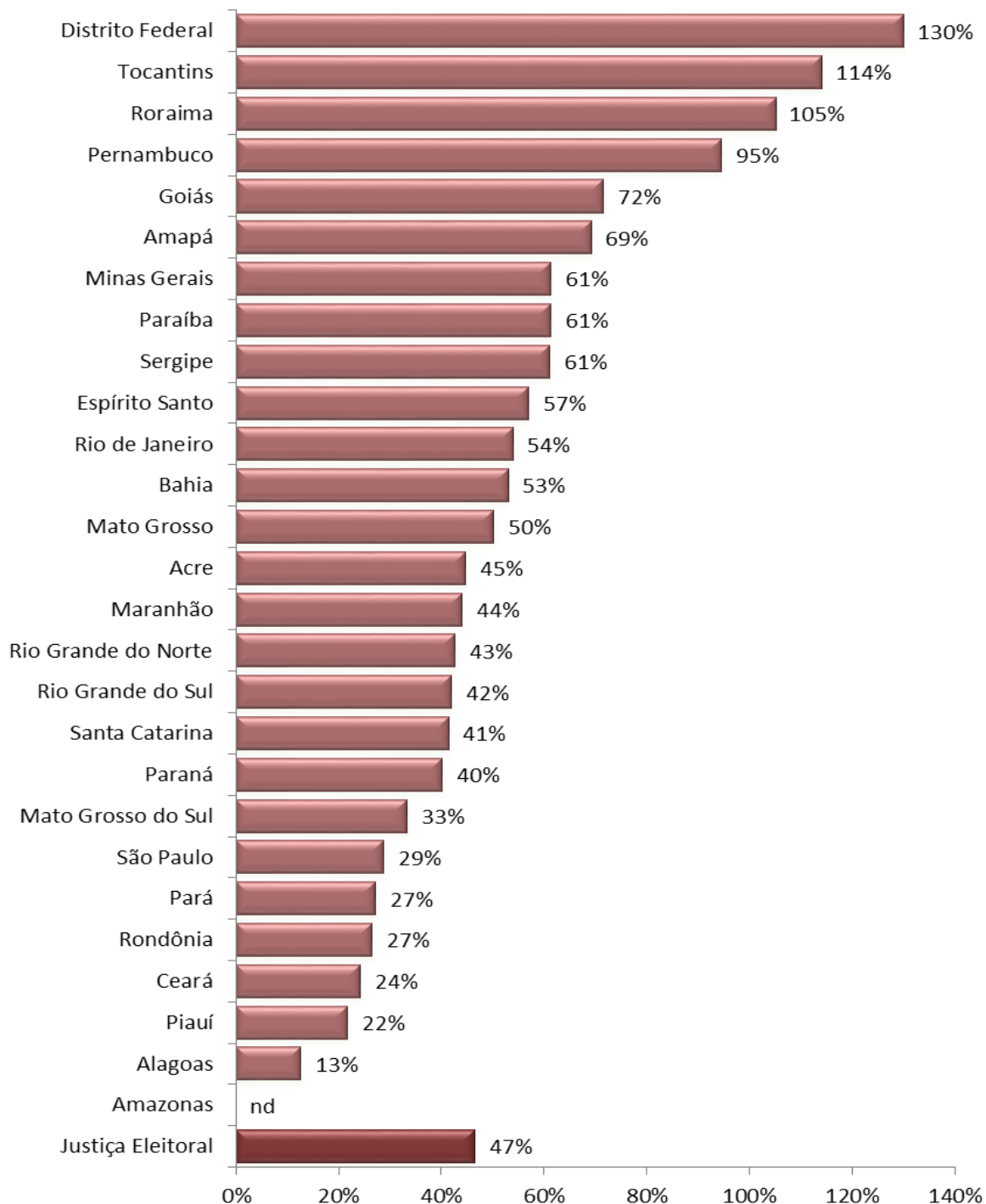
Tabela 2.26 - TbCn1º - Processos Baixados por Caso Novo no 1º Grau

Tribunal Regional Eleitoral	TBaix1º - Total de Processos Baixados no 1º Grau	Cn1º - Casos Novos no 1º Grau	TbCn1º - Processos Baixados por Caso Novo no 1º Grau
Acre	1.462	3.268	45%
Alagoas	1.382	10.928	13%
Amazonas	nd	nd	nd
Amapá	1.843	2.664	69%
Bahia	34.337	64.729	53%
Ceará	5.837	24.024	24%
Distrito Federal	670	515	130%
Espírito Santo	14.502	25.460	57%
Goiás	33.429	46.752	72%
Maranhão	20.297	46.178	44%
Minas Gerais	13.222	21.572	61%
Mato Grosso do Sul	3.635	10.889	33%
Mato Grosso	16.336	32.528	50%
Pará	4.931	18.157	27%
Paraíba	24.354	39.737	61%
Pernambuco	4.231	4.473	95%
Piauí	3.251	14.972	22%
Paraná	18.575	46.300	40%
Rio de Janeiro	24.217	44.889	54%
Rio Grande do Norte	5.288	12.394	43%
Rondônia	1.592	6.002	27%
Roraima	2.685	2.554	105%
Rio Grande do Sul	17.264	41.133	42%
Santa Catarina	10.076	24.338	41%
Sergipe	5.533	9.049	61%
São Paulo	30.636	106.709	29%
Tocantins	12.866	11.279	114%
Justiça Eleitoral	312.451	671.493	47%

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.26 - TbCn1º - Processos Baixados por Caso Novo no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

TbCn1º - Processos Baixados por Caso Novo no 1º Grau

Finalidade: Indicar o percentual de processos baixados no 1º grau em relação ao total de casos novos no período-base (semestre).

Fórmula: $TbCn1^\circ = T\text{Baix}1^\circ / Cn1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $T\text{Baix}1^\circ = T\text{BaixCCrim}1^\circ + T\text{BaixCNCrim}1^\circ + T\text{BaixExtFisc}1^\circ$
- $Cn1^\circ = Cn\text{CCrim}1^\circ + Cn\text{CNCrim}1^\circ + Cn\text{ExtFisc}1^\circ$

2. Litigiosidade.
2.2. Litigiosidade de 1º grau
2.2.13. Rx1º - Recorribilidade Externa no 1º Grau

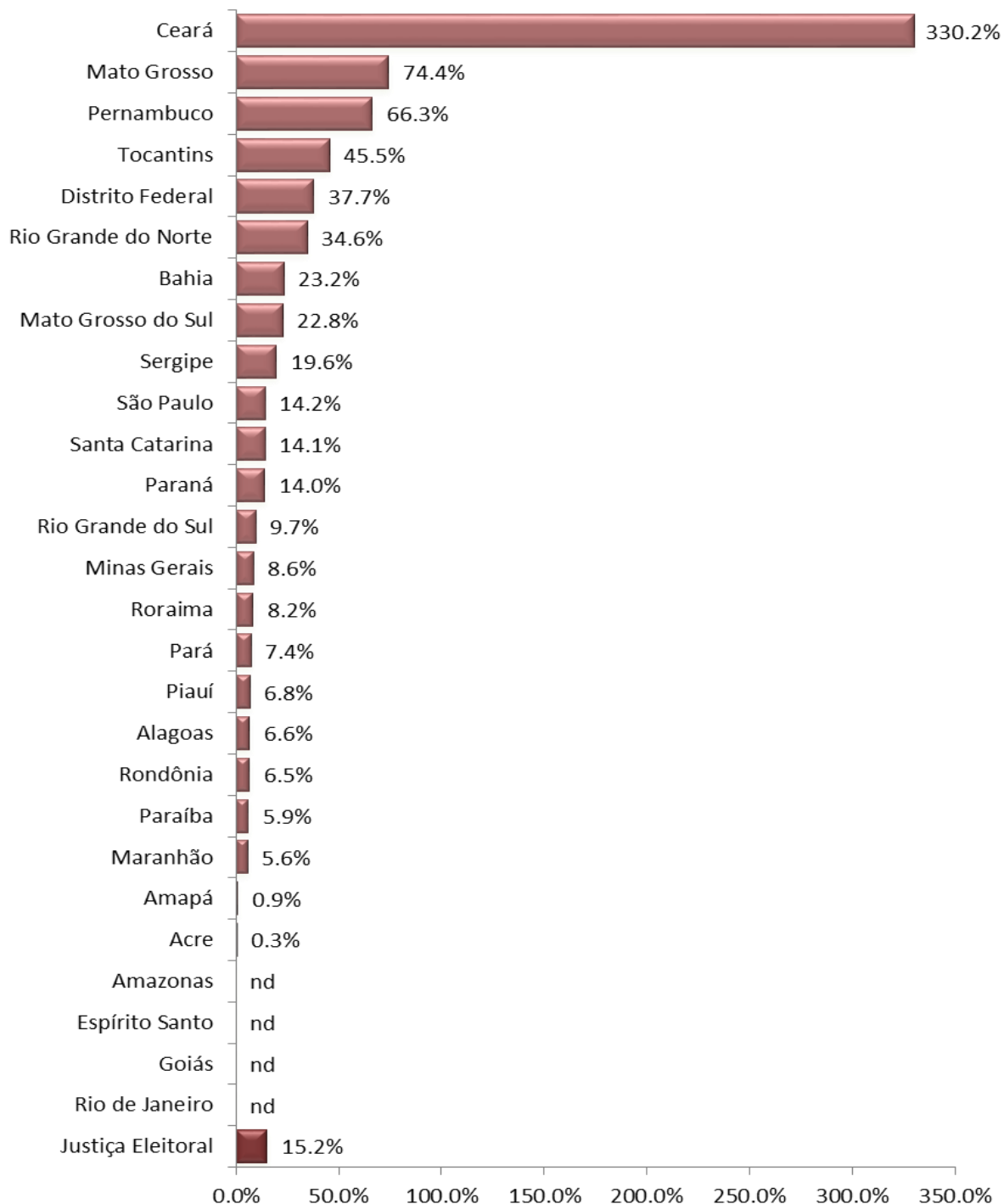
Tabela 2.27 - Rx1º - Recorribilidade Externa no 1º Grau

Tribunal Regional Eleitoral	RSup1º - Recursos a Instância Superior no 1º Grau	DeRExt1º - Decisões Passíveis de Recurso Externo no 1º Grau	Rx1º - Recorribilidade Externa no 1º Grau
Acre	4	1.279	0,3%
Alagoas	646	9.831	6,6%
Amazonas	nd	nd	nd
Amapá	16	1.842	0,9%
Bahia	4.377	18.853	23,2%
Ceará	1.456	441	330,2%
Distrito Federal	49	130	37,7%
Espírito Santo	533	nd	nd
Goiás	nd	nd	nd
Maranhão	1.394	24.935	5,6%
Minas Gerais	2.235	25.943	8,6%
Mato Grosso do Sul	952	4.176	22,8%
Mato Grosso	1.491	2.005	74,4%
Pará	674	9.057	7,4%
Paraíba	1.494	25.135	5,9%
Pernambuco	2.960	4.464	66,3%
Piauí	332	4.851	6,8%
Paraná	3.215	22.992	14,0%
Rio de Janeiro	3.046	0	nd
Rio Grande do Norte	1.816	5.250	34,6%
Rondônia	419	6.463	6,5%
Roraima	221	2.685	8,2%
Rio Grande do Sul	1.939	19.942	9,7%
Santa Catarina	1.809	12.797	14,1%
Sergipe	1.084	5.534	19,6%
São Paulo	5.249	36.946	14,2%
Tocantins	515	1.133	45,5%
Justiça Eleitoral	37.926	246.684	15,2%

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.27 - Rx1º - Recorribilidade Externa no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Rx1º - Recorribilidade Externa no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de recursos endereçados ao Tribunal Regional Eleitoral, em relação ao número de decisões no 1º Grau da Justiça Eleitoral, passíveis de recurso externo no período-base (semestre).

Fórmula: $Rx1^\circ = RSup1^\circ / DeRExt1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- RSup1º - Recursos a Instância Superior no 1º Grau: Número de recursos interpostos em decisões da Justiça Eleitoral de 1º grau no período-base, endereçadas ao Tribunal Regional Eleitoral.
- DeRExt1º - Decisões Passíveis de Recurso Externo no 1º Grau: Decisões proferidas no 1º grau da Justiça Eleitoral passíveis de recurso ao Tribunal Regional Eleitoral.

2. Litigiosidade.
2.2. Litigiosidade de 1º grau
2.2.14. Rin1º - Recorribilidade Interna na Fase de Conhecimento do 1º Grau

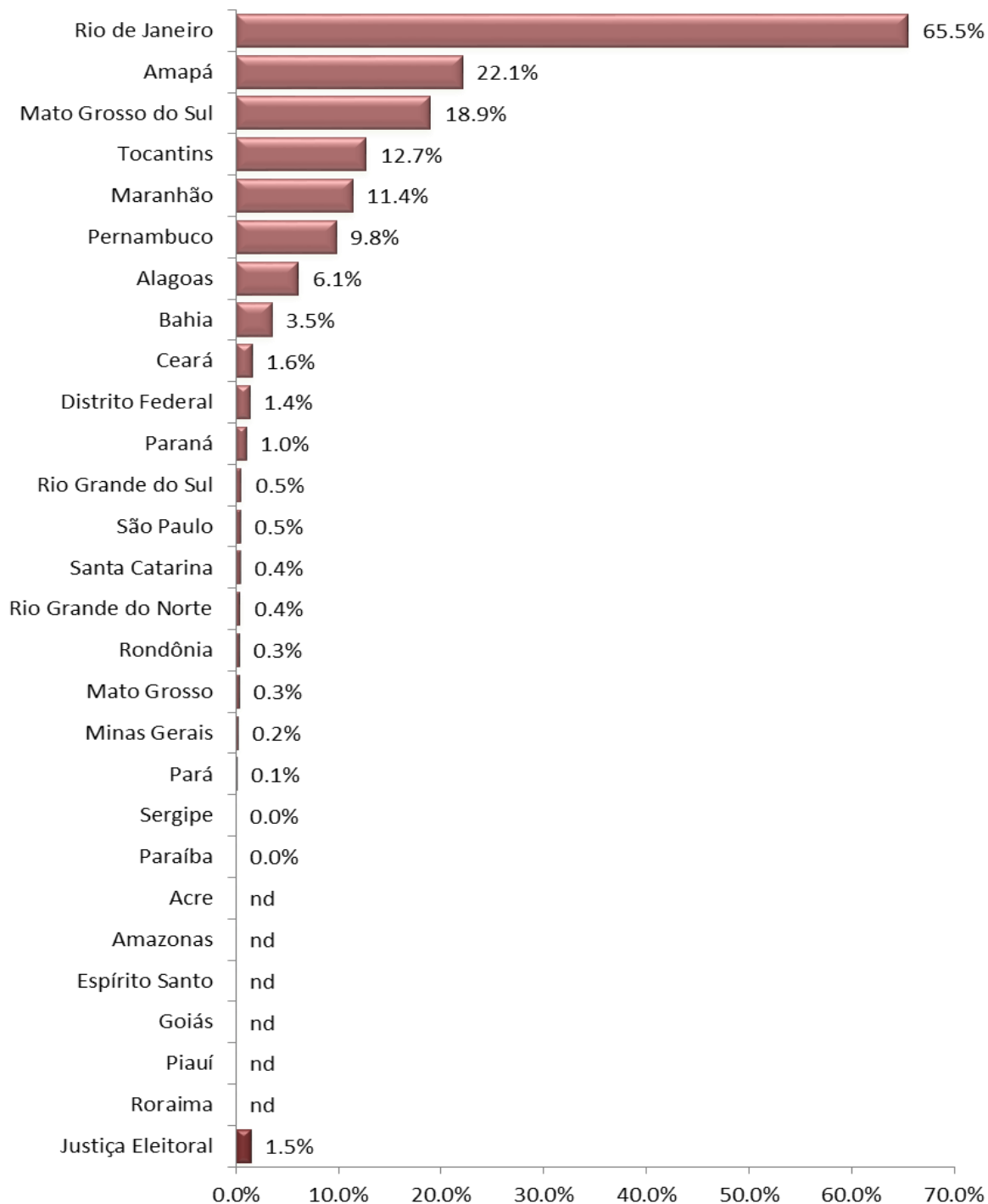
Tabela 2.28 - Rin1º - Recorribilidade Interna na Fase de Conhecimento do 1º Grau

Tribunal Regional Eleitoral	RIntC1º - Recursos Internos no 1º Grau na Fase de Conhecimento	SeRInt1º - Sentenças no 1º Grau Passíveis de Recurso Interno	Rin1º - Recorribilidade Interna na Fase de Conhecimento do 1º Grau
Acre	0	0	nd
Alagoas	50	818	6,1%
Amazonas	nd	nd	nd
Amapá	407	1.842	22,1%
Bahia	717	20.428	3,5%
Ceará	123	7.863	1,6%
Distrito Federal	2	148	1,4%
Espírito Santo	58	nd	nd
Goiás	nd	nd	nd
Maranhão	63	553	11,4%
Minas Gerais	23	10.594	0,2%
Mato Grosso do Sul	25	132	18,9%
Mato Grosso	55	16.136	0,3%
Pará	3	5.483	0,1%
Paraíba	0	25.135	0,0%
Pernambuco	286	2.909	9,8%
Piauí	58	nd	nd
Paraná	235	23.185	1,0%
Rio de Janeiro	548	837	65,5%
Rio Grande do Norte	21	5.099	0,4%
Rondônia	11	3.213	0,3%
Roraima	0	0	nd
Rio Grande do Sul	107	19.942	0,5%
Santa Catarina	50	11.800	0,4%
Sergipe	0	5.436	0,0%
São Paulo	170	36.946	0,5%
Tocantins	18	142	12,7%
Justiça Eleitoral	3.030	198.641	1,5%

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.28 - Rin1º - Recorribilidade Interna na Fase de Conhecimento do 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Rin1º - Recorribilidade Interna na Fase de Conhecimento do 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de recursos internos interpostos no 1º Grau da Justiça Eleitoral em relação ao número de sentenças passíveis de recurso interno proferidas no período-base (semestre).

Fórmula: $Rin1^\circ = RIntC1^\circ / SeRInt1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- RIntC1º - Recursos Internos no 1º Grau na Fase de Conhecimento: Os embargos de declaração opostos contra decisão de 1º Grau, no período-base (semestre).
- SeRInt1º - Sentenças no 1º Grau Passíveis de Recurso Interno: As decisões que põem fim à relação processual na fase de conhecimento no 1º Grau, com ou sem a análise do mérito, de extinção de processo por desistência ou renúncia ao direito sobre que se funda a ação, no período-base (semestre).

2. Litigiosidade.
2.2. Litigiosidade de 1º grau
2.2.15. Rd1º - Reforma de Decisão no 1º Grau

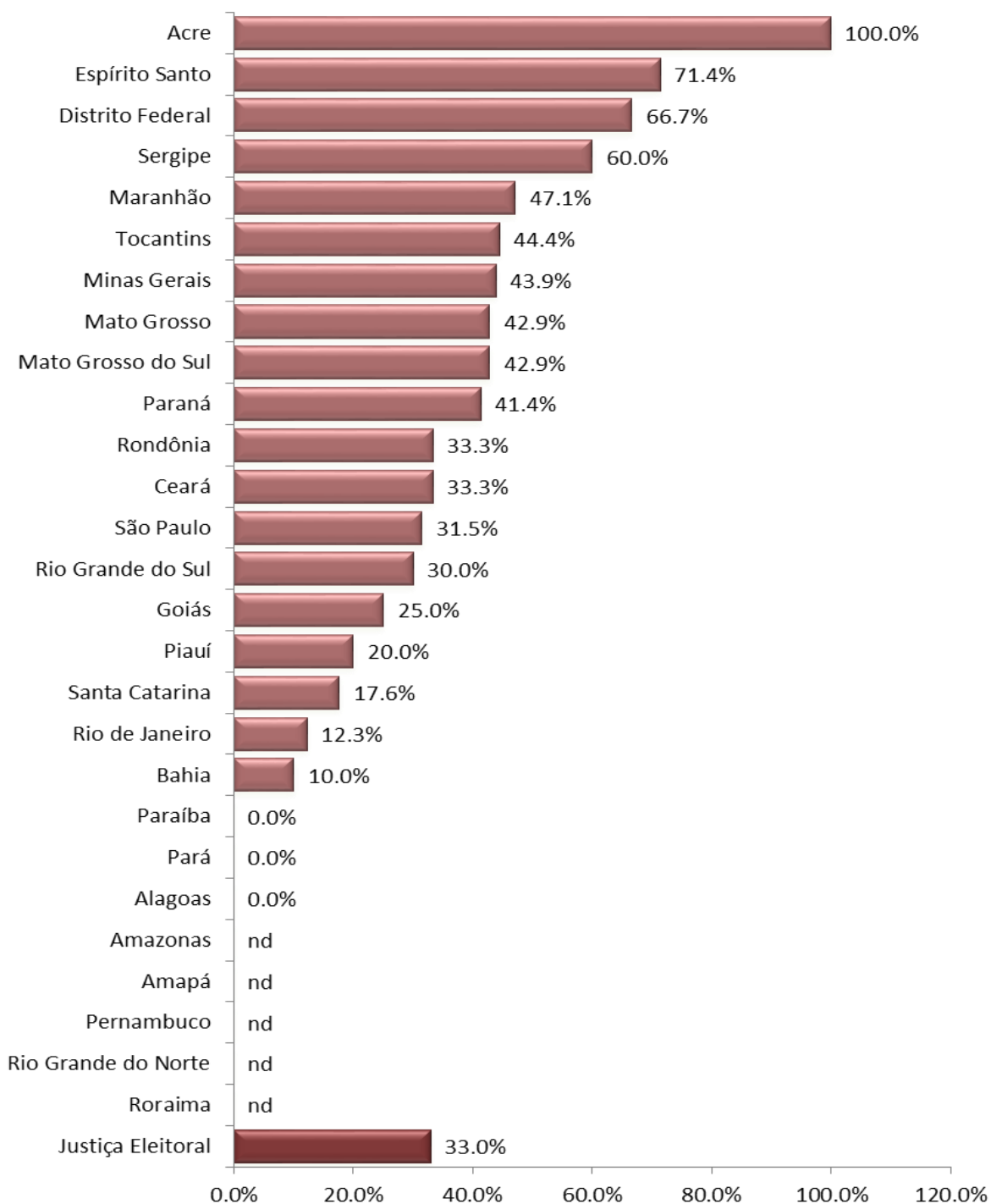
Tabela 2.29 - Rd1º - Reforma de Decisão no 1º Grau

Tribunal Regional Eleitoral	RpAp1º - Recursos de Apelação Criminal Eleitoral Providos pelo	RjAp1º - Recursos de Apelação Criminal Eleitoral Julgados pelo	Rd1º - Reforma de Decisão no 1º Grau
	TRE	TRE	
Acre	4	4	100,0%
Alagoas	0	2	0,0%
Amazonas	nd	nd	nd
Amapá	0	0	nd
Bahia	1	10	10,0%
Ceará	3	9	33,3%
Distrito Federal	4	6	66,7%
Espírito Santo	5	7	71,4%
Goiás	1	4	25,0%
Maranhão	8	17	47,1%
Minas Gerais	25	57	43,9%
Mato Grosso do Sul	6	14	42,9%
Mato Grosso	6	14	42,9%
Pará	0	2	0,0%
Paraíba	0	4	0,0%
Pernambuco	0	0	nd
Piauí	1	5	20,0%
Paraná	12	29	41,4%
Rio de Janeiro	8	65	12,3%
Rio Grande do Norte	0	0	nd
Rondônia	3	9	33,3%
Roraima	0	0	nd
Rio Grande do Sul	9	30	30,0%
Santa Catarina	3	17	17,6%
Sergipe	3	5	60,0%
São Paulo	17	54	31,5%
Tocantins	4	9	44,4%
Justiça Eleitoral	123	373	33,0%

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.29 - Rd1º - Reforma de Decisão no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Rd1º - Reforma de Decisão no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de recursos julgados e providos contra decisões do 1º Grau da Justiça Eleitoral, ainda que parcialmente, em relação ao número de recursos julgados contra decisões do 1º Grau da Justiça Eleitoral no período-base (semestre).

Fórmula: $Rd1^\circ = RpAP1^\circ / RjAP1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- RpAp1º - Recursos de Apelação Criminal Eleitoral Providos pelo TRE: Número de recursos de apelação criminal eleitoral julgados e providos pelo TRE, contra decisões proferidas no 1º Grau da Justiça Eleitoral.
- RjAp1º - Recursos de Apelação Criminal Eleitoral Julgados pelo TRE: Número de recursos de apelação criminal eleitoral julgados pelo TRE, contra decisões proferidas no 1º Grau da Justiça Eleitoral.

2. Litigiosidade.
2.3. Litigiosidade Total
2.3.1. Ch - Casos Novos por 100.000 habitantes

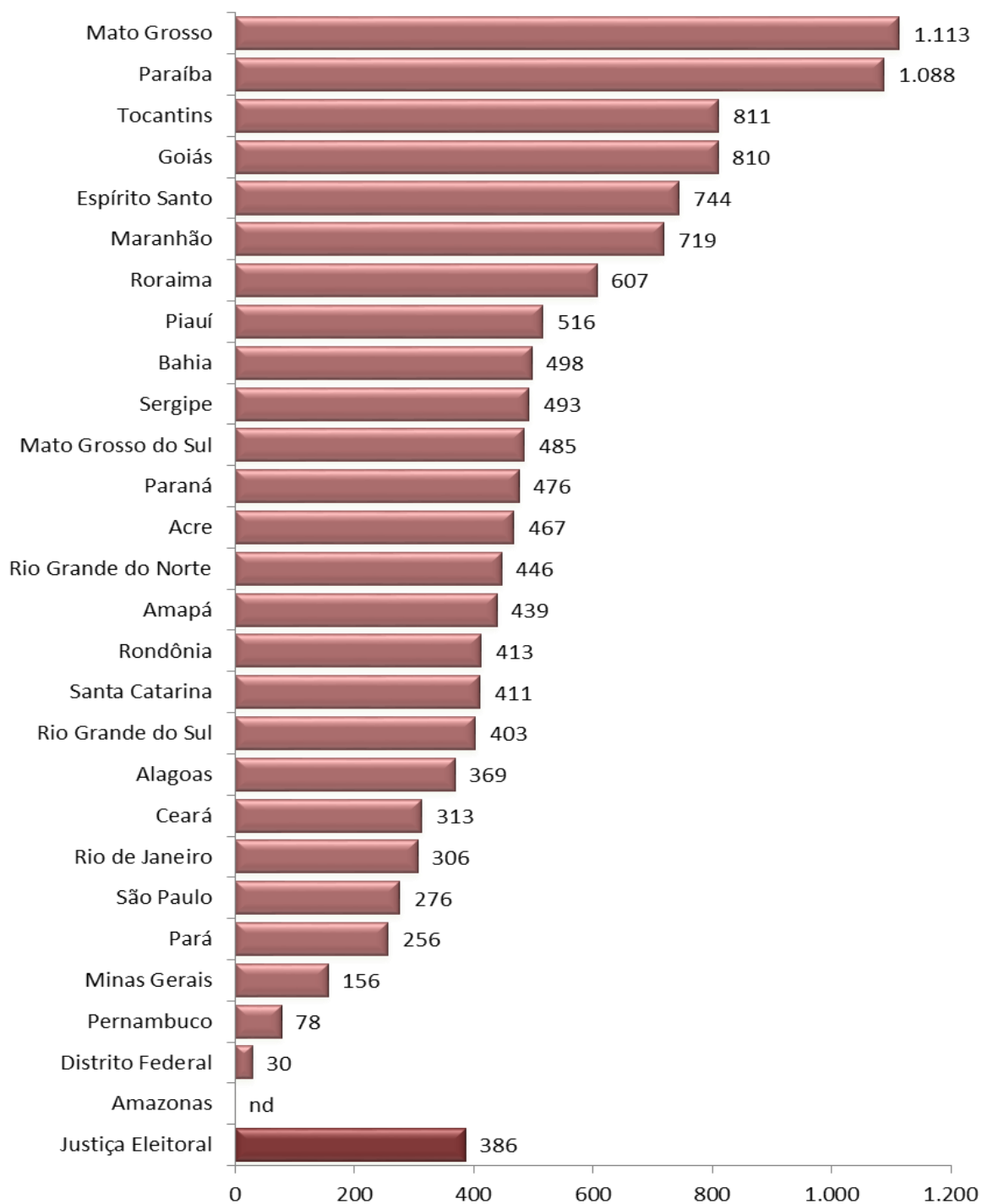
Tabela 2.30 - Ch - Casos Novos por 100.000 habitantes

Tribunal Regional Eleitoral	Cn - Casos Novos	h2 - Número de Habitantes Dividido por 100.000	Ch - Casos Novos por 100.000 habitantes
Acre	3.545	8	467
Alagoas	11.667	32	369
Amazonas	nd	36	nd
Amapá	3.070	7	439
Bahia	70.566	142	498
Ceará	26.958	86	313
Distrito Federal	782	26	30
Espírito Santo	26.622	36	744
Goiás	49.850	62	810
Maranhão	48.248	67	719
Minas Gerais	30.942	199	156
Mato Grosso do Sul	12.144	25	485
Mato Grosso	34.683	31	1.113
Pará	19.902	78	256
Paraíba	41.524	38	1.088
Pernambuco	6.976	89	78
Piauí	16.322	32	516
Paraná	50.398	106	476
Rio de Janeiro	49.666	162	306
Rio Grande do Norte	14.411	32	446
Rondônia	6.560	16	413
Roraima	2.848	5	607
Rio Grande do Sul	43.440	108	403
Santa Catarina	26.243	64	411
Sergipe	10.403	21	493
São Paulo	115.650	419	276
Tocantins	11.492	14	811
Justiça Eleitoral	734.912	1.939	386

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.30 - Ch - Casos Novos por 100.000 habitantes



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Ch - Casos Novos por 100.000 habitantes

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram na Justiça Eleitoral para cada 100.000 habitantes do estado no período-base (semestre).

Fórmula: $Ch = Cn / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $Cn = CnCrim2º + CnNCrim2º + CnCrim1º + CnCNCrim1º + CnExtFisc1º$
- h2 - Número de Habitantes Dividido por 100.000: Número de habitantes do Estado baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

2. Litigiosidade.
2.3. Litigiosidade Total
2.3.2. Cm - Casos Novos por Magistrado

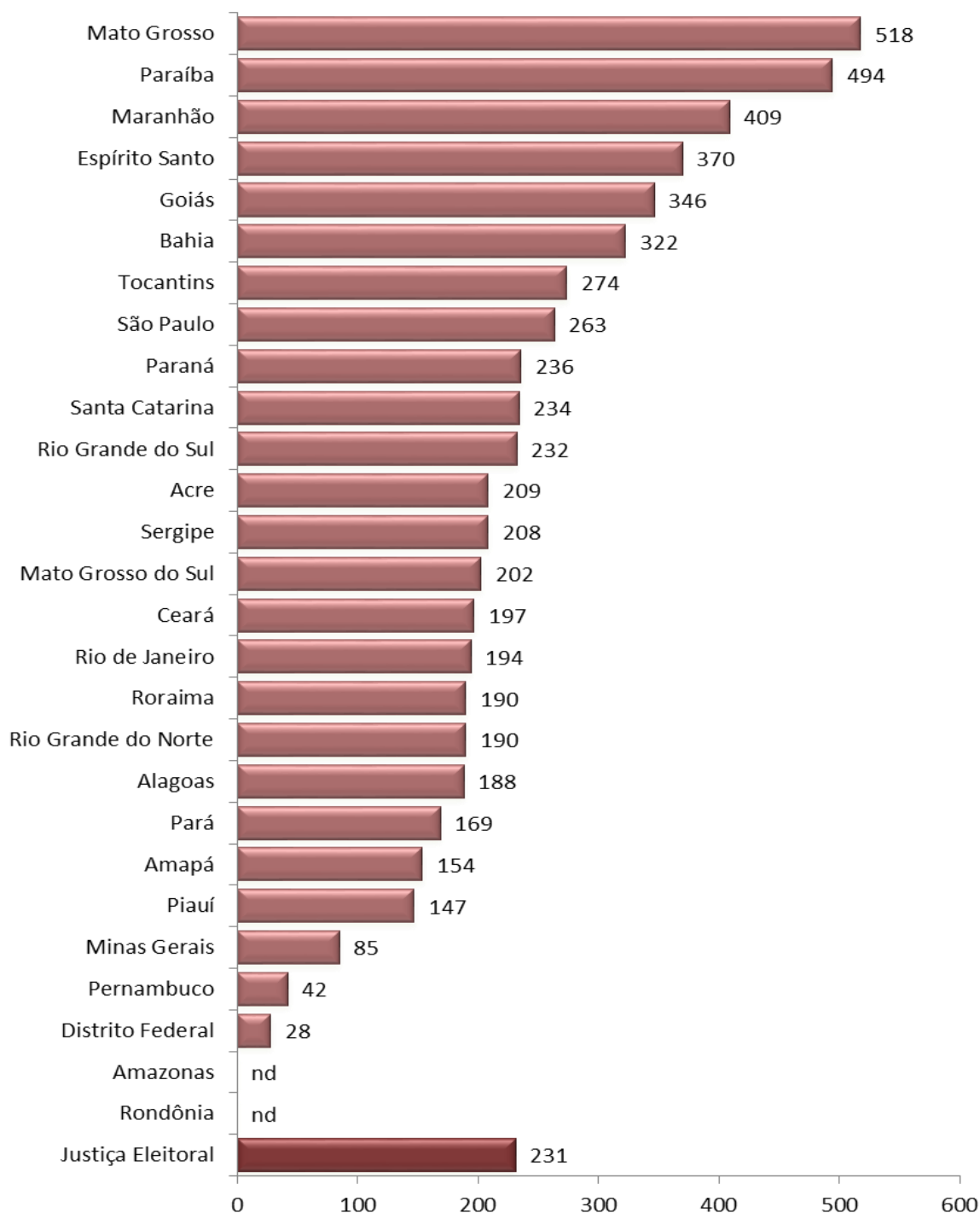
Tabela 2.31 - Cm - Casos Novos por Magistrado

Tribunal Regional Eleitoral	Cn - Casos Novos	Mag - Total de Magistrados do Tribunal Regional Eleitoral	Cm - Casos Novos por Magistrado
Acre	3.545	17	209
Alagoas	11.667	62	188
Amazonas	nd	nd	nd
Amapá	3.070	20	154
Bahia	70.566	219	322
Ceará	26.958	137	197
Distrito Federal	782	28	28
Espírito Santo	26.622	72	370
Goiás	49.850	144	346
Maranhão	48.248	118	409
Minas Gerais	30.942	365	85
Mato Grosso do Sul	12.144	60	202
Mato Grosso	34.683	67	518
Pará	19.902	118	169
Paraíba	41.524	84	494
Pernambuco	6.976	165	42
Piauí	16.322	111	147
Paraná	50.398	214	236
Rio de Janeiro	49.666	256	194
Rio Grande do Norte	14.411	76	190
Rondônia	6.560	0	nd
Roraima	2.848	15	190
Rio Grande do Sul	43.440	187	232
Santa Catarina	26.243	112	234
Sergipe	10.403	50	208
São Paulo	115.650	439	263
Tocantins	11.492	42	274
Justiça Eleitoral	734.912	3.178	231

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.31 - Cm - Casos Novos por Magistrado



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Cm - Casos Novos por Magistrado

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram na Justiça Eleitoral para cada Magistrado no período-base (semestre).

Fórmula: $Cm = Cn / Mag$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $Cn = CnCrim2^o + CnNCrim2^o + CnCrim1^o + CnCNCrim1^o + CnExtFisc1^o$
- $Mag = Mag2^o + Mag1^o$

2. Litigiosidade.

2.3. Litigiosidade Total

2.3.3. Cs - Casos Novos por Servidor

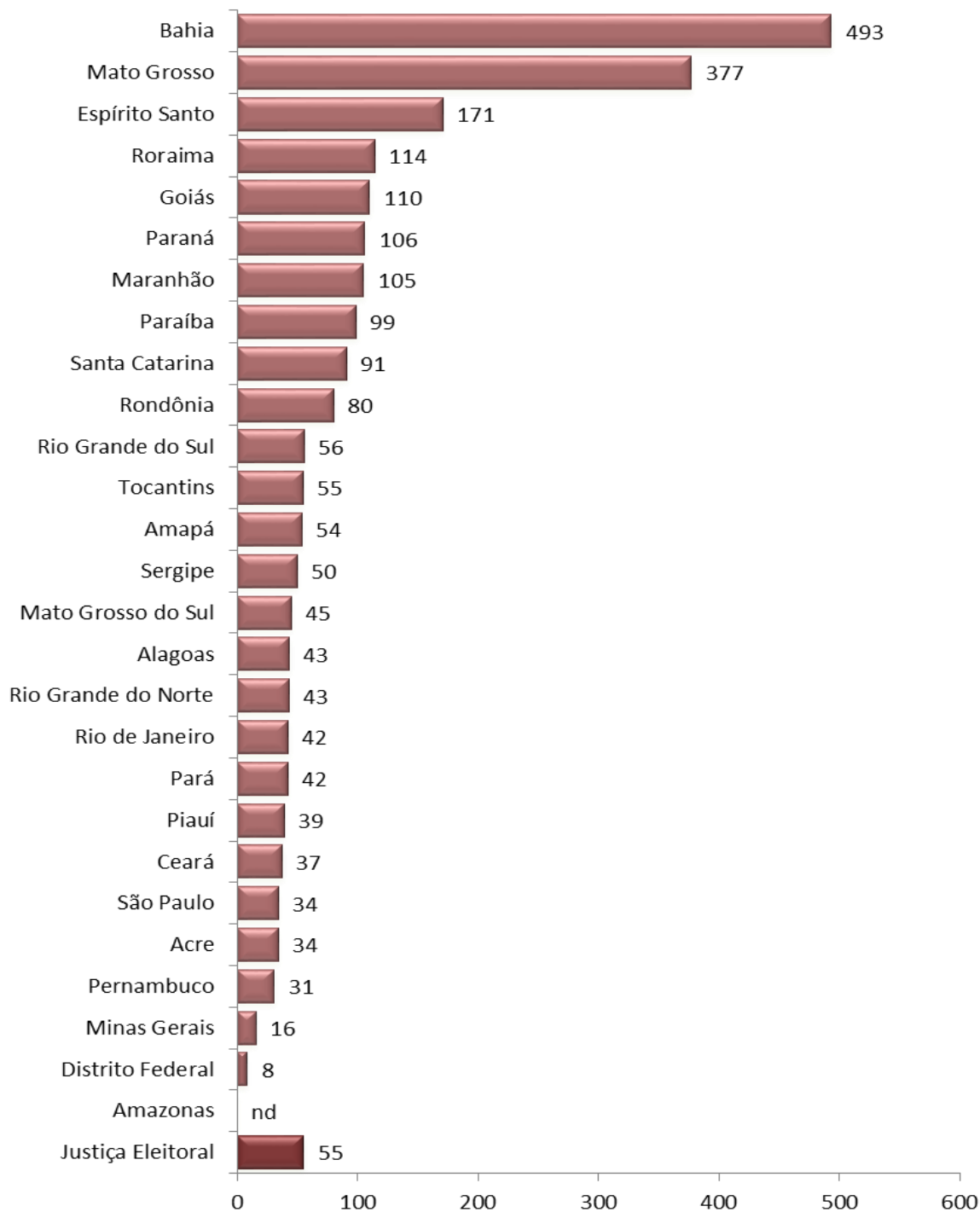
Tabela 2.32 - Cs - Casos Novos por Servidor

Tribunal Regional Eleitoral	Cn - Casos Novos	SaJud - Número de Servidores Lotados na Área Judiciária	Cs - Casos Novos por Servidor
Acre	3.545	104	34
Alagoas	11.667	269	43
Amazonas	nd	nd	nd
Amapá	3.070	57	54
Bahia	70.566	143	493
Ceará	26.958	720	37
Distrito Federal	782	99	8
Espírito Santo	26.622	156	171
Goiás	49.850	455	110
Maranhão	48.248	460	105
Minas Gerais	30.942	1.964	16
Mato Grosso do Sul	12.144	270	45
Mato Grosso	34.683	92	377
Pará	19.902	473	42
Paraíba	41.524	420	99
Pernambuco	6.976	227	31
Piauí	16.322	421	39
Paraná	50.398	476	106
Rio de Janeiro	49.666	1.172	42
Rio Grande do Norte	14.411	335	43
Rondônia	6.560	82	80
Roraima	2.848	25	114
Rio Grande do Sul	43.440	781	56
Santa Catarina	26.243	288	91
Sergipe	10.403	209	50
São Paulo	115.650	3.377	34
Tocantins	11.492	210	55
Justiça Eleitoral	734.912	13.285	55

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.32 - Cs - Casos Novos por Servidor



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Cs - Casos Novos por Servidor

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram na Justiça Eleitoral em relação ao total de servidores da área judiciária no período-base (semestre).

Fórmula: $Cs = Cn / SaJud$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $Cn = CnCrim2º + CnNCrim2º + CnCCrim1º + CnCNCrim1º + CnExtFisc1º$
- $Sajud = SaJud2º + SaJud1º$

2. Litigiosidade.
2.3. Litigiosidade Total
2.3.4. K - Carga de Trabalho dos Magistrados

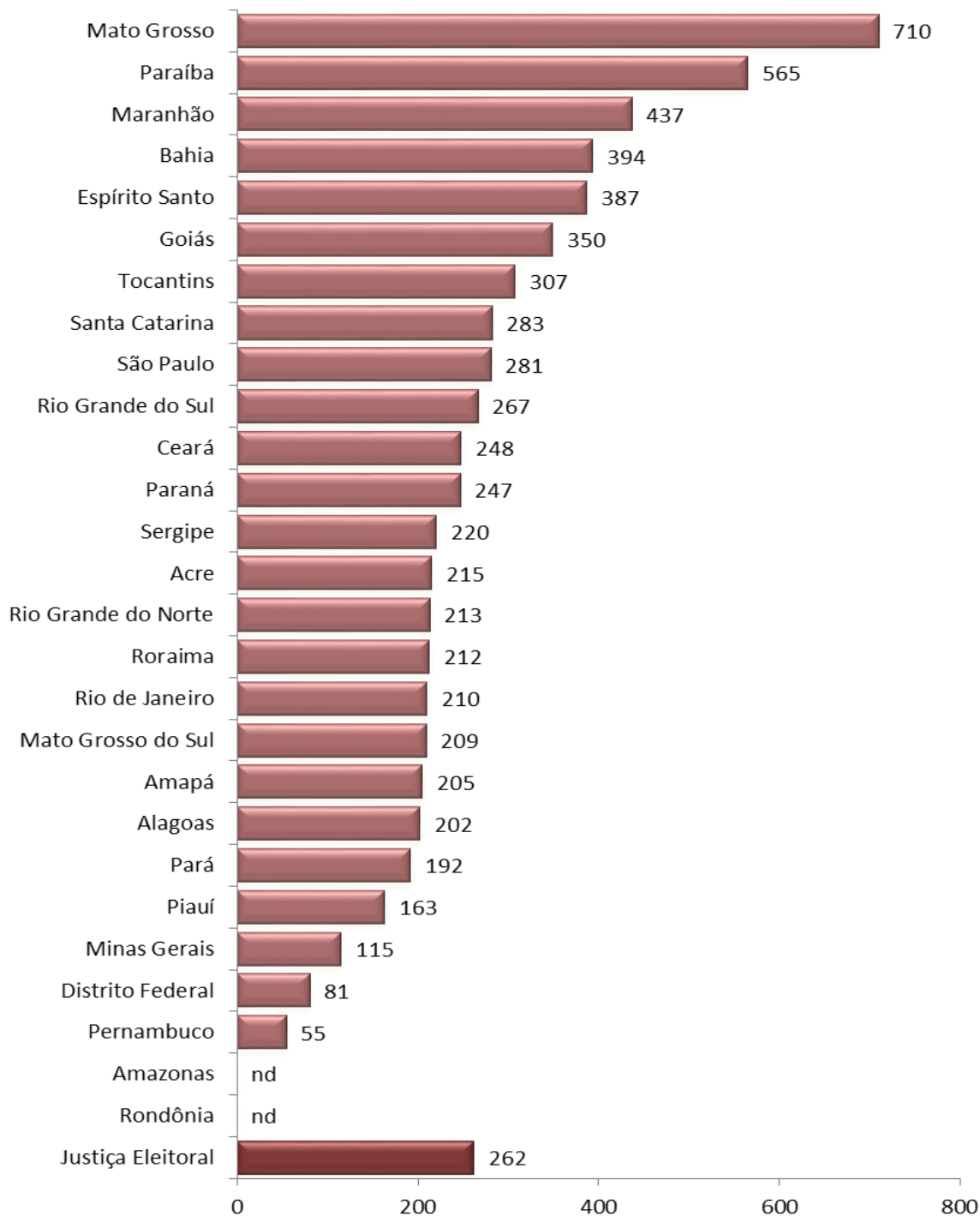
Tabela 2.33 - K - Carga de Trabalho dos Magistrados

Tribunal Regional Eleitoral	Cn - Casos Novos	Cp - Casos Pendentes	RIntC1º - Recursos Internos no 1º Grau na Fase de Conhecimento	RIntCP1º - Recursos Internos Pendentes no 1º Grau na Fase de Conhecimento	Mag - Total de Magistrados do Tribunal Regional Eleitoral	K - Carga de Trabalho dos Magistrados
Acre	3.545	42	0	0	17	215
Alagoas	11.667	721	50	1	62	202
Amazonas	nd	nd	nd	nd	nd	nd
Amapá	3.070	513	407	0	20	205
Bahia	70.566	13.191	717	14	219	394
Ceará	26.958	6.085	123	13	137	248
Distrito Federal	782	1.431	2	0	28	81
Espírito Santo	26.622	937	58	0	72	387
Goiás	49.850	408	nd	nd	144	350
Maranhão	48.248	2.885	63	7	118	437
Minas Gerais	30.942	9.465	23	2	365	115
Mato Grosso do Sul	12.144	257	25	0	60	209
Mato Grosso	34.683	12.534	55	1	67	710
Pará	19.902	2.480	3	0	118	192
Paraíba	41.524	5.668	0	0	84	565
Pernambuco	6.976	1.368	286	56	165	55
Piauí	16.322	1.586	58	0	111	163
Paraná	50.398	1.799	235	0	214	247
Rio de Janeiro	49.666	2.190	548	13	256	210
Rio Grande do Norte	14.411	1.650	21	0	76	213
Rondônia	6.560	523	11	0	0	nd
Roraima	2.848	306	0	0	15	212
Rio Grande do Sul	43.440	6.132	107	1	187	267
Santa Catarina	26.243	5.168	50	0	112	283
Sergipe	10.403	517	0	3	50	220
São Paulo	115.650	5.613	170	0	439	281
Tocantins	11.492	1.254	18	0	42	307
Justiça Eleitoral	734.912	84.723	3.030	111	3.178	262

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.33 - K - Carga de Trabalho dos Magistrados



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

K - Carga de Trabalho dos Magistrados

Finalidade: Indicar a carga de trabalho dos magistrados da Justiça Eleitoral no período-base (semestre).

Fórmula: $K = (Cn + Cp + RIntC1^{\circ} + RIntCP1^{\circ}) / Mag$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $Cn = CnCrim2^{\circ} + CnNCrim2^{\circ} + CnCCrim1^{\circ} + CnCNCrim1^{\circ} + CnExtFisc1^{\circ}$
- $Cp = CpCrim2^{\circ} + CpNCrim2^{\circ} + CpCCrim1^{\circ} + CpCNCrim1^{\circ} + CpExtFisc1^{\circ}$
- $RIntC1^{\circ}$ - Recursos Internos no 1º Grau na Fase de Conhecimento: Os embargos de declaração opostos contra decisão de 1º Grau, no período-base (semestre).
- $RIntCP1^{\circ}$ - Recursos Internos Pendentes no 1º Grau na Fase de Conhecimento: Saldo residual de embargos de declaração contra decisão de 1º Grau opostos até o final do período anterior ao período-base e que não foram decididos até o final do período anterior ao período-base (semestre).
- $Mag = Mag2^{\circ} + Mag1^{\circ}$

2. Litigiosidade.
2.3. Litigiosidade Total
2.3.5. TC - Taxa de Congestionamento

Tabela 2.34 - TC - Taxa de Congestionamento

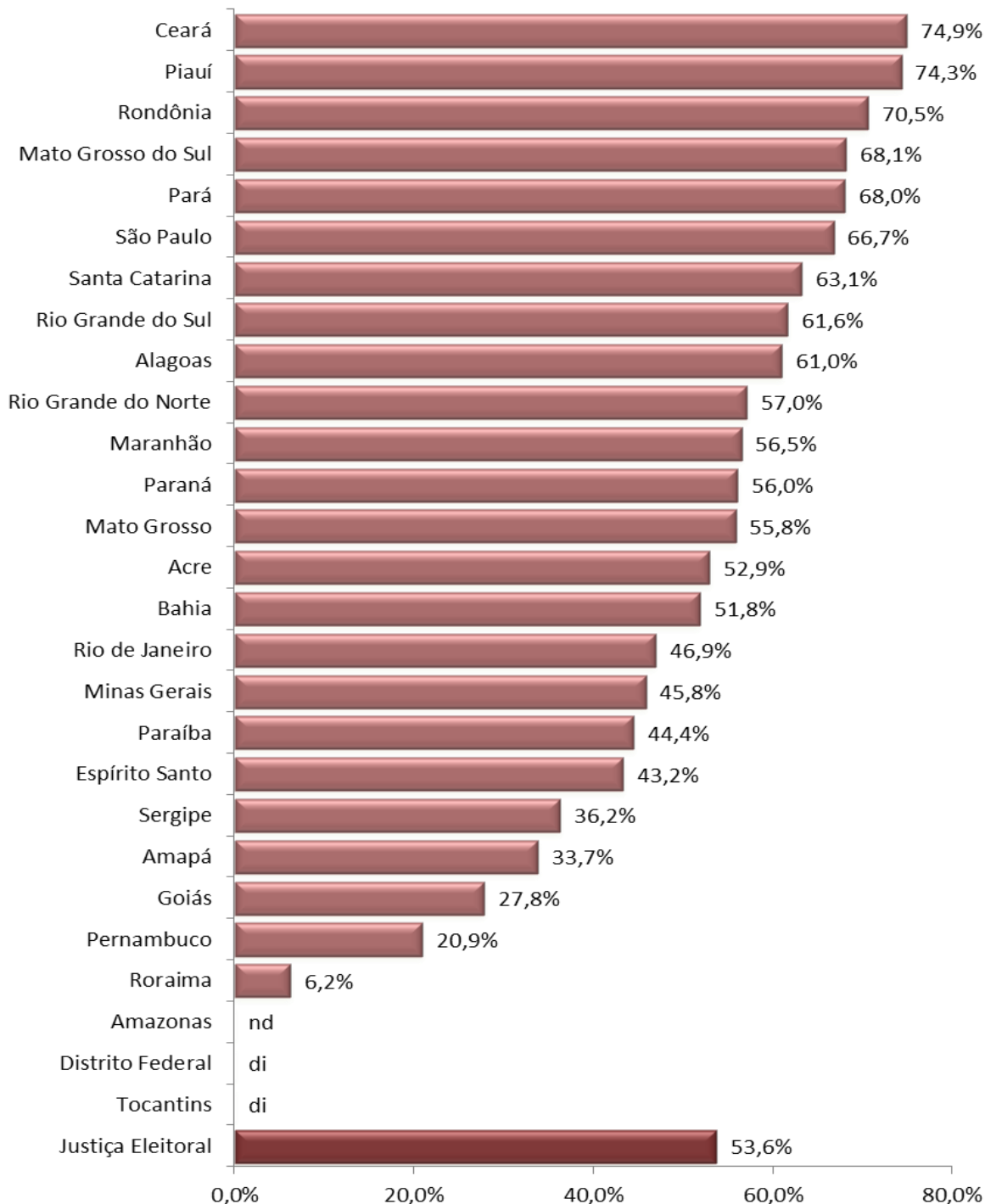
Tribunal Regional Eleitoral	TBaix - Total de Processos Baixados	Cn - Casos Novos	Cp - Casos Pendentes	TC - Taxa de Congestionamento
Acre	1.691	3.545	42	52,9%
Alagoas	4.837	11.667	721	61,0%
Amazonas	nd	nd	nd	nd
Amapá	2.374	3.070	513	33,7%
Bahia	40.370	70.566	13.191	51,8%
Ceará	8.304	26.958	6.085	74,9%
Distrito Federal	3.552	782	1.431	-61%(*)
Espírito Santo	15.642	26.622	937	43,2%
Goiás	36.302	49.850	408	27,8%
Maranhão	22.256	48.248	2.885	56,5%
Minas Gerais	21.903	30.942	9.465	45,8%
Mato Grosso do Sul	3.958	12.144	257	68,1%
Mato Grosso	20.879	34.683	12.534	55,8%
Pará	7.168	19.902	2.480	68,0%
Paraíba	26.235	41.524	5.668	44,4%
Pernambuco	6.601	6.976	1.368	20,9%
Piauí	4.605	16.322	1.586	74,3%
Paraná	22.953	50.398	1.799	56,0%
Rio de Janeiro	27.560	49.666	2.190	46,9%
Rio Grande do Norte	6.900	14.411	1.650	57,0%
Rondônia	2.087	6.560	523	70,5%
Roraima	2.959	2.848	306	6,2%
Rio Grande do Sul	19.040	43.440	6.132	61,6%
Santa Catarina	11.584	26.243	5.168	63,1%
Sergipe	6.963	10.403	517	36,2%
São Paulo	40.360	115.650	5.613	66,7%
Tocantins	13.052	11.492	1.254	-2%(*)
Justiça Eleitoral	380.135	734.912	84.723	53,6%

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Dado inconsistente (di): Valor apresentado não pode ser superior a 100%.

Gráfico 2.34 - TC - Taxa de Congestionamento



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

TC - Taxa de Congestionamento

Finalidade: Indicar a taxa de congestionamento da Justiça Eleitoral no período-base (semestre).

Fórmula: $TC = 1 - (T_{Baix} / (C_n + C_p))$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $T_{Baix} = T_{BaixCrim2º} + T_{BaixNCrim2º} + T_{BaixCCrim1º} + T_{BaixCNCrim1º} + T_{BaixExtFisc1º}$
- $C_n = C_{nCrim2º} + C_{nNCrim2º} + C_{nCCrim1º} + C_{nCNCrim1º} + C_{nExtFisc1º}$
- $C_p = C_{pCrim2º} + C_{pNCrim2º} + C_{pCCrim1º} + C_{pCNCrim1º} + C_{pExtFisc1º}$

2. Litigiosidade.

2.3. Litigiosidade Total

2.3.6. SM - Sentenças / Decisões Terminativas de Processo por Magistrado

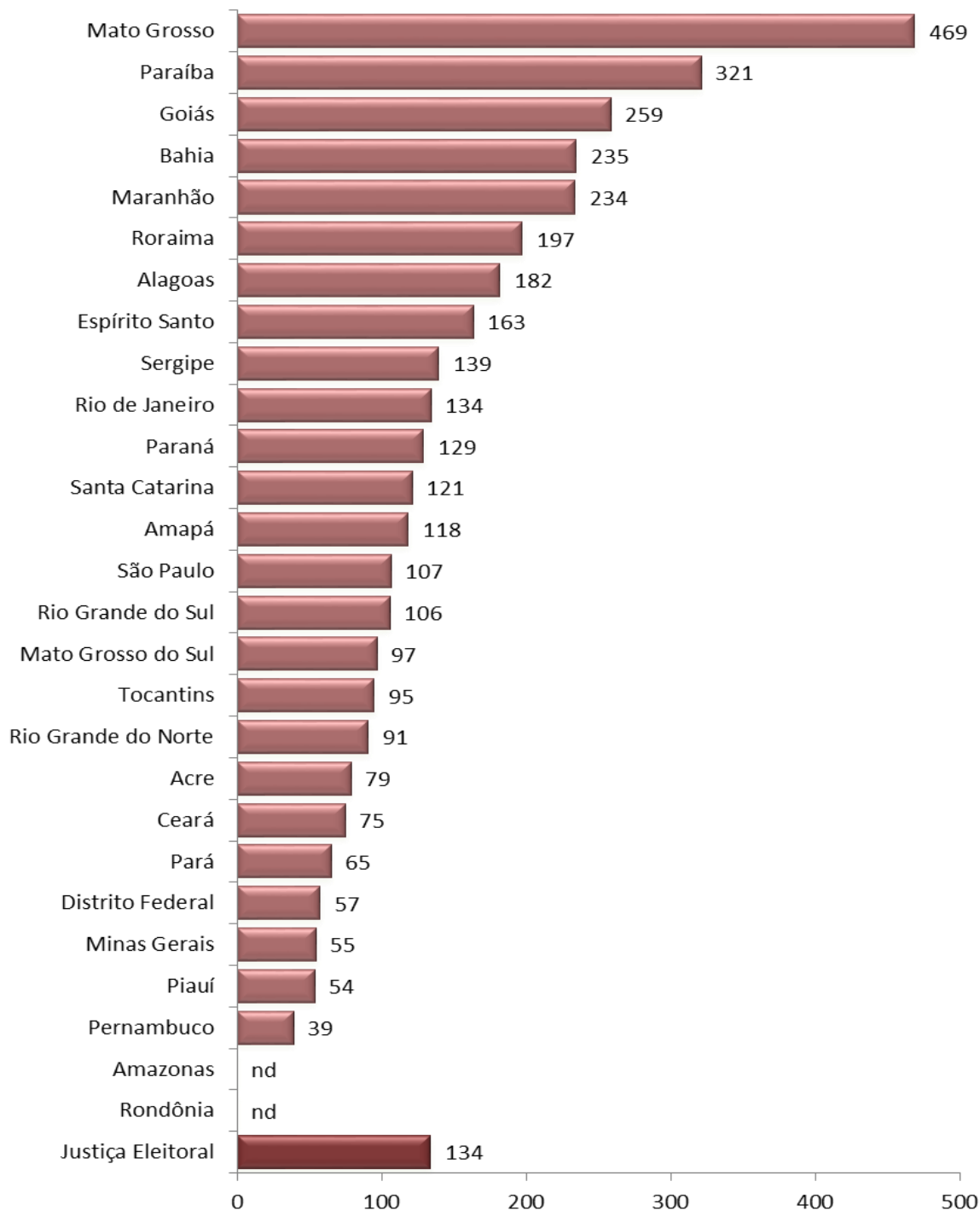
Tabela 2.35 - SM - Sentenças / Decisões Terminativas de Processo por Magistrado

Tribunal Regional Eleitoral	Sent - Total de Sentenças / Decisões	Mag - Total de Magistrados do Tribunal Regional Eleitoral	SM - Sentenças / Decisões Terminativas de Processo por Magistrado
Acre	1.343	17	79
Alagoas	11.277	62	182
Amazonas	nd	nd	nd
Amapá	2.365	20	118
Bahia	51.400	219	235
Ceará	10.281	137	75
Distrito Federal	1.607	28	57
Espírito Santo	11.753	72	163
Goiás	37.253	144	259
Maranhão	27.587	118	234
Minas Gerais	19.970	365	55
Mato Grosso do Sul	5.808	60	97
Mato Grosso	31.406	67	469
Pará	7.691	118	65
Paraíba	26.988	84	321
Pernambuco	6.435	165	39
Piauí	5.968	111	54
Paraná	27.557	214	129
Rio de Janeiro	34.305	256	134
Rio Grande do Norte	6.903	76	91
Rondônia	2.548	0	nd
Roraima	2.959	15	197
Rio Grande do Sul	19.767	187	106
Santa Catarina	13.550	112	121
Sergipe	6.963	50	139
São Paulo	46.770	439	107
Tocantins	3.980	42	95
Justiça Eleitoral	424.434	3.178	134

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.35 - SM - Sentenças / Decisões Terminativas de Processo por Magistrado



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

SM - Sentenças / Decisões Terminativas de Processo por Magistrado

Finalidade: Indicar o número de sentenças / decisões proferidas na Justiça Eleitoral por cada Magistrado no período-base (semestre).

Fórmula: $SM = \text{Sent} / \text{Mag}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $\text{Sent} = \text{DecCrim2}^\circ + \text{DecNCrim2}^\circ + \text{SentCCrim1}^\circ + \text{SentCNCrim1}^\circ + \text{SentExtFisc1}^\circ$
- $\text{Mag} = \text{Mag2}^\circ + \text{Mag1}^\circ$

2. Litigiosidade.
2.3. Litigiosidade Total
2.3.7. ProcEI - Índice de Processos Eletrônicos

Tabela 2.36 - ProcEI - Índice de Processos Eletrônicos

Tribunal Regional Eleitoral	CnElet - Casos Novos Eletrônicos	Cn - Casos Novos	ProcEI - Índice de Processos Eletrônicos
Acre	0	3.545	0%
Alagoas	0	11.667	0%
Amazonas	nd	nd	nd
Amapá	0	3.070	0%
Bahia	0	70.566	0%
Ceará	0	26.958	0%
Distrito Federal	0	782	0%
Espírito Santo	0	26.622	0%
Goiás	nd	49.850	nd
Maranhão	0	48.248	0%
Minas Gerais	0	30.942	0%
Mato Grosso do Sul	0	12.144	0%
Mato Grosso	0	34.683	0%
Pará	0	19.902	0%
Paraíba	0	41.524	0%
Pernambuco	0	6.976	0%
Piauí	0	16.322	0%
Paraná	0	50.398	0%
Rio de Janeiro	0	49.666	0%
Rio Grande do Norte	0	14.411	0%
Rondônia	0	6.560	0%
Roraima	0	2.848	0%
Rio Grande do Sul	0	43.440	0%
Santa Catarina	0	26.243	0%
Sergipe	0	10.403	0%
São Paulo	0	115.650	0%
Tocantins	0	11.492	0%
Justiça Eleitoral	0	734.912	0%

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.36 - ProcEI - Índice de Processos Eletrônicos



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

ProcEI - Índice de Processos Eletrônicos

Finalidade: Indicar o número de processos eletrônicos na Justiça Eleitoral no período-base (semestre).

Fórmula: $\text{ProcEI} = \text{CnElet} / \text{Cn}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $\text{CnElet} = \text{CnElet2}^{\circ} + \text{CnElet1}^{\circ}$
- $\text{Cn} = \text{CnCrim2}^{\circ} + \text{CnNCrim2}^{\circ} + \text{CnCrim1}^{\circ} + \text{CnCNCrim1}^{\circ} + \text{CnExtFisc1}^{\circ}$

2. Litigiosidade.
2.3. Litigiosidade Total
2.3.8. TbCn - Processos Baixados por Caso Novo

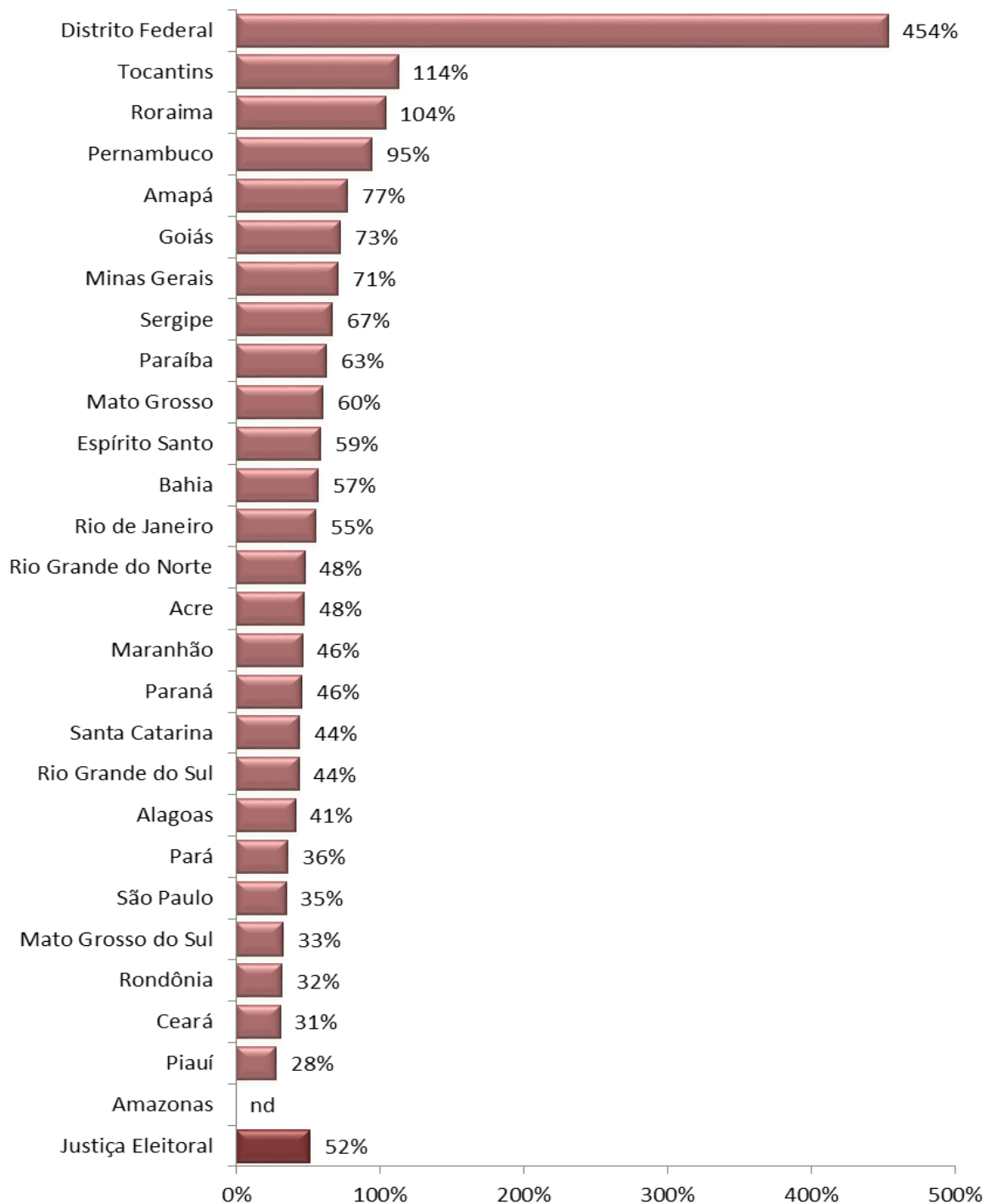
Tabela 2.37 - TbCn - Processos Baixados por Caso Novo

Tribunal Regional Eleitoral	TBaix - Total de Processos Baixados	Cn - Casos Novos	TbCn - Processos Baixados por Caso Novo
Acre	1.691	3.545	48%
Alagoas	4.837	11.667	41%
Amazonas	nd	nd	nd
Amapá	2.374	3.070	77%
Bahia	40.370	70.566	57%
Ceará	8.304	26.958	31%
Distrito Federal	3.552	782	454%
Espírito Santo	15.642	26.622	59%
Goiás	36.302	49.850	73%
Maranhão	22.256	48.248	46%
Minas Gerais	21.903	30.942	71%
Mato Grosso do Sul	3.958	12.144	33%
Mato Grosso	20.879	34.683	60%
Pará	7.168	19.902	36%
Paraíba	26.235	41.524	63%
Pernambuco	6.601	6.976	95%
Piauí	4.605	16.322	28%
Paraná	22.953	50.398	46%
Rio de Janeiro	27.560	49.666	55%
Rio Grande do Norte	6.900	14.411	48%
Rondônia	2.087	6.560	32%
Roraima	2.959	2.848	104%
Rio Grande do Sul	19.040	43.440	44%
Santa Catarina	11.584	26.243	44%
Sergipe	6.963	10.403	67%
São Paulo	40.360	115.650	35%
Tocantins	13.052	11.492	114%
Justiça Eleitoral	380.135	734.912	52%

Fonte: Justiça em Números 2012.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.37 - TbCn - Processos Baixados por Caso Novo



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

TbCn - Processos Baixados por Caso Novo

Finalidade: Indicar o percentual do total de processos baixados em relação ao número de casos novos na Justiça Eleitoral no período-base (semestre).

Fórmula: $TbCn = T_{Baix} / Cn$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $T_{Baix} = T_{BaixCrim2º} + T_{BaixNCrim2º} + T_{BaixCCrim1º} + T_{BaixCNCrim1º} + T_{BaixExtFisc1º}$
- $Cn = CnCrim2º + CnNCrim2º + CnCCrim1º + CnCNCrim1º + CnExtFisc1º$